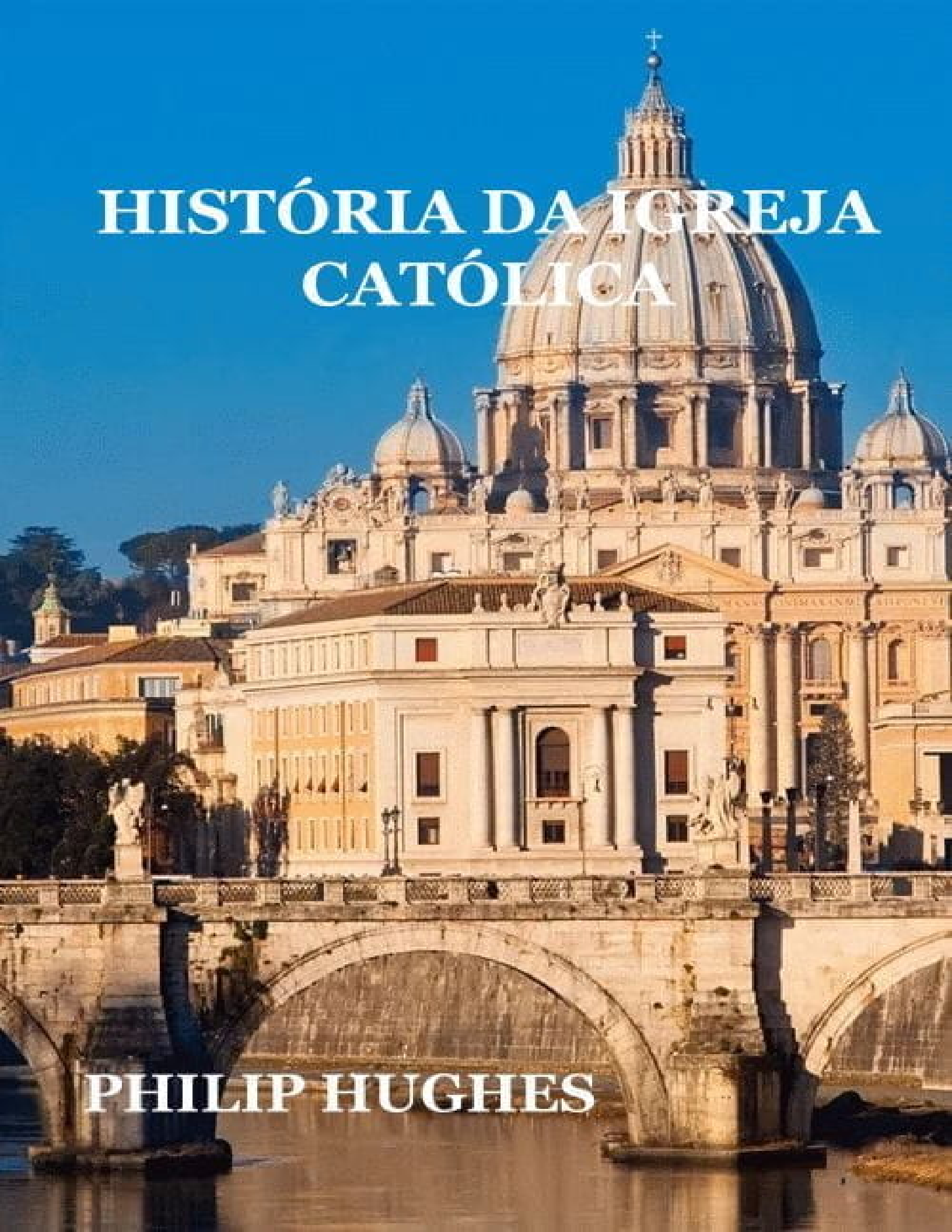




HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA

PHILIP HUGHES

HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA

PHILIP HUGHES

Versão em português de Portugal efectuada por IA (ChatGPT)

Fonte: *academia.edu*

tradução de LEONIDAS G. DE CARVALHO
segunda edição, rev. e ampl.
DOMINUS - São Paulo

do original em língua inglesa:

"A Popular History of the Catholic Church"

1962

ÍNDICE

Cap. I - O Catolicismo primitivo: de São Pedro a Constantino

Cap. II - A Igreja sob a proteção do Império, 313-711

Cap. III - A conversão da Europa Ocidental, 313-755

Cap. IV - O ataque contra o Cristianismo e o seu restabelecimento, 714-1123

Cap. V - O triunfo da Cristandade no Ocidente, 1123-1270

Cap. VI - O declínio, 1270-1517

Cap. VII - A revolta dos protestantes, 1517-1648

Cap. VIII - A revolta dos reis católicos, 1648-1789

Cap. IX - O ataque do liberalismo, 1789-1878

Cap. X - A Igreja Missionária

Cap. XI - O Cenário contemporâneo, 1878-1946

Apêndice - O pontificado de João XXIII

CAPÍTULO I

O Catolicismo primitivo: de São Pedro a Constantino

É nas páginas do Novo Testamento que encontramos a história das origens da Igreja. A Igreja é a comunidade dos seguidores de Jesus Cristo: daqueles que aceitam a sua afirmação de que é Deus encarnado, com a missão de redimir a humanidade e dar a conhecer, em toda a sua plenitude, a revelação divina. Cristo ofereceu aos seus seguidores um novo destino sobrenatural e os meios para o alcançar. A comunidade que fundou reunia os meios pelos quais conheceriam essa doutrina e atingiriam esse destino. Como membros dessa comunidade, seriam salvos; e ela continuaria realmente a sua obra entre os homens quando o seu corpo deixasse de estar presente na Terra.

A tarefa do historiador da Igreja é explicar como esta comunidade, fundada por Deus, percorreu os dois milénios decorridos desde o início da sua missão: até onde se alargou a sua ação, o que facilitou ou dificultou a sua obra e que fatores e circunstâncias naturais influíram nesse percurso. Como se desenvolveu internamente esta comunidade? Que transformações sofreu? Em que aspetos permaneceu a mesma? Hoje, conta com mais de trezentos milhões de membros^[1], de todas as raças conhecidas, nacionalidades e classes sociais. Tem uma organização bem definida. As suas crenças são expostas numa teologia organizada de forma rigorosa e sistemática, a sua vida moral está ligada a essas crenças e um minucioso código de leis regula os pormenores da sua organização e o funcionamento da comunidade.

Qualquer história da Igreja tem de mostrar, de algum modo e até certo ponto, como tudo isto se desenvolveu a partir do primeiro grupo de crentes, «cerca de cento e vinte» (Atos 1,15), que, «com a mente constantemente voltada para as orações» (Atos 1,14), aguardava a vinda do Espírito Santo em Jerusalém. Abrange, portanto, dois mil anos de atividade humana complexa. Mesmo uma apresentação muito resumida exigiria vários volumes se incluísse apenas uma lista de todos os factos e um esboço das principais figuras. Um livro tão breve como este tem de escolher entre um

amplo quadro cronológico e uma visão geral dos principais acontecimentos, tendências e pessoas que os influenciaram e que por eles foram influenciadas. Escolhemos a segunda opção, conscientes das omissões inevitáveis e do risco de, por vezes, simplificarmos a narrativa até ao ponto de a tornarmos um pouco ridícula. Não há, naturalmente, espaço para discutir todas as interpretações possíveis nem para fundamentar a perspectiva do autor. Este trabalho é apenas um guia muito elementar, que apresenta, como partes de um todo, «os principais acontecimentos que determinaram o curso da história ou foram considerados característicos de cada época passada»^[2], e faz também uma breve apreciação da influência das grandes figuras que enriqueceram a história da Igreja.

As fontes de que o historiador dispõe para reconstruir a história da Igreja primitiva estão longe de ser ideais. Não temos diários, memórias ou correspondência das principais figuras, nem conjuntos de documentos oficiais, arquivos, certificados ou estatísticas. Temos os relatos da vida de Nosso Senhor a que chamamos Evangelhos e as cartas de vários apóstolos a diferentes comunidades de fiéis. Dois séculos depois, encontramos uma coleção relativamente pequena de textos de polémica, de defesa da fé e de exposição da doutrina. Contudo, à exceção dos Atos dos Apóstolos, não há, durante quase três séculos, nada que possa considerar-se um relato histórico da época. Muitas das informações mais valiosas são apenas observações ocasionais — *obiter dicta* —, cuidadosamente recolhidas nos escritos de teólogos e autores de polémica, sejam eles não crentes, hereges ou católicos.

Não surpreende, por isso, que a maior parte dos acontecimentos conhecidos seja de natureza literária: o aparecimento de novas teorias sobre o significado das doutrinas ou sobre a conduta adequada, a sua aceitação ou condenação e os seus efeitos sobre crenças já aceites. Conhecemos menos acontecimentos ligados a mudanças profundas na administração ou a conflitos entre normas e figuras rivais. Há, porém, uma grande exceção: durante três séculos, em toda a Cristandade, repetiu-se o testemunho de católicos que preferiam a morte e a tortura a renegar a sua religião. Os mártires são as principais figuras dos primeiros tempos do catolicismo e constituem uma multidão. No entanto, conhecemos apenas uma pequena parte deles, muitas vezes só pelo nome.

À exceção dos mártires, a história inicial, tanto quanto a conhecemos, é marcada por lutas constantes, cujos protagonistas são, em grande parte, anónimos. Eram lutas decisivas: manter a verdade da revelação distinta do movimento, então em voga, que procurava fundir todas as verdades religiosas; distingui-la das teorias com que alguns católicos tentavam esclarecer os seus pontos obscuros e conciliar as suas aparentes contradições; e impedir interpretações prematuras que a teriam relegado para um plano secundário.

Entretanto, a Igreja continuava a expandir-se. Da Palestina, chegou à Ásia Menor, à Grécia, à Itália, ao Egipto, à África, à Gália, à Espanha, à Alemanha e à Bretanha. Depois da primeira geração de missionários, porém, quase não conhecemos os nomes dos pioneiros nem as circunstâncias em que a fé foi introduzida nesses lugares. Sabemos que houve expansão e conversões. A certa altura, encontramos templos reconhecidos pelos fiéis como igrejas de Cristo. O cristianismo já existia ali, mas quase tudo o resto permanece envolto num anonimato desconcertante.

Encontramos as mesmas lacunas quando procuramos datas, nomes e pormenores sobre a primeira fase da organização interna da Igreja. Basta um exemplo: as origens de uma instituição tão característica como a das pessoas que se consagraram a Deus pelo voto de castidade, levando uma vida organizada e publicamente reconhecida. Não devemos, porém, esperar o impossível das investigações sobre estes primeiros tempos. Em particular, não podemos esperar que a história faça aquilo que cabe ao ensino da Igreja: dar-nos a conhecer a revelação transmitida por Nosso Senhor Jesus Cristo. A história da Igreja confirma os seus ensinamentos, mas não é por ela que chegamos a conhecê-los.

O primeiro facto importante acerca do mundo em que nasceu a Igreja é o interesse generalizado pela religião. Na carta aos Gálatas, São Paulo fala de Deus que envia o seu Filho «na plenitude do tempo». A história pode relacionar estas palavras com um movimento de transformação religiosa à escala do mundo conhecido, iniciado no tempo de Alexandre Magno, que morreu em 323 a.C., e que atingiu o seu ponto mais alto por ocasião do nascimento de Nosso Senhor.

Podemos resumir esse movimento em poucas palavras. Por toda a parte, os homens começavam a compreender mais claramente a fraternidade que unia a humanidade. Procuravam na religião a confirmação dessa fraternidade e os ritos que aprofundassem essa convicção nas suas almas. A religião passava, assim, a desempenhar um novo papel social. Já não se esperava que fosse apenas um conjunto de ritos corretamente executados para apaziguar os deuses, obter os seus favores ou dar validade aos atos da vida social. A religião tinha de responder às misérias humanas, às ansiedades e incertezas do homem e, acima de tudo, às dúvidas sobre a sua origem e o seu destino final. Tinha de considerar a luta permanente no coração de cada pessoa, entre o seu eu interior e as constantes manifestações do seu lado mau. Precisava de enfrentar as suas frequentes faltas e dar-lhe alguma certeza de que estas não conduziriam, no fim, à sua destruição. Começava, portanto, a estabelecer-se, pela primeira vez, uma ligação entre a religião e a moral.

A par desta lenta transformação da religião, ligada às ideias morais, atuava outra tendência, conhecida como sincretismo. A progressiva sujeição de quase todo o mundo conhecido ao poder político de Roma abria novas possibilidades de contacto e de conhecimento. Desapareciam antigas barreiras, como as fronteiras entre Estados. Reunidas num só Estado, diferentes culturas e inúmeras religiões começavam a aproximar-se e a fundir-se de uma forma até então desconhecida. Por toda a parte, era possível estudar as religiões, comparar os seus ritos e lendas e reconhecer os elementos que tinham em comum. As principais divindades de um sistema pagão começaram a aparecer no Olimpo de outros sistemas, acompanhadas pelas suas lendas.

Desde que começou a sair do meio judaico em que fora inicialmente pregada, a nova religião de Nosso Senhor Jesus Cristo foi envolvida por esta intensa atividade religiosa. Em todas as cidades havia místicos de orientação filosófica e mestres de moral, com numerosos discípulos e seguidores, prontos a descobrir afinidades entre as suas crenças e os ensinamentos da nova divindade. Quando a Igreja começou a converter pessoas destes grupos, era natural que elas desejassem converter os antigos companheiros. Procuravam apresentar-lhes o cristianismo na única

linguagem que estes compreendiam, adaptando a terminologia das suas anteriores crenças filosóficas e religiosas.

Estes primeiros contactos entre o pensamento cristão e a filosofia pagã ofereciam, evidentemente, muitas oportunidades para mal-entendidos e erros graves. A autoridade da Igreja não dispunha de precedentes que orientassem a sua atuação. Eram situações inteiramente novas, perante as quais tinha de agir de acordo com a sua própria natureza.

A história destas primeiras crises e das suas soluções pode contar-se de forma simples, apresentando os gnósticos, os outros hereges e os apologistas dos três primeiros séculos.

Gnosticismo é o nome de um movimento religioso anterior ao cristianismo, cujas origens se encontram na fusão de ideias e práticas religiosas dos dois últimos séculos antes de Cristo e dos dois séculos seguintes. Muito antes de afetar a religião da Igreja, este movimento já tinha atingido o paganismo do mundo clássico e o judaísmo. Era apenas uma questão de tempo até surgir no novo mundo cristão. Ameaçou então a nova religião como ameaçara as outras, dissolvendo o que nelas havia de definido e distinto e enfraquecendo as suas ideias e os seus princípios morais e religiosos.

Como o próprio nome indica, o gnosticismo reivindicava um conhecimento superior da natureza e dos atributos divinos. Afirmava que os seus ensinamentos, ritos e regras de conduta provinham da revelação divina e tinham sido transmitidos e conservados por uma tradição misteriosa. Apresentava-se como um meio infalível de salvação, geralmente através de ritos e fórmulas mágicas. Essa salvação, porém, não estava ao alcance de todos. Era reservada a um pequeno grupo de iniciados; e aí residia o segredo da atração que o movimento exercia.

A base dos ensinamentos gnósticos era a oposição fundamental entre o mundo da matéria e o mundo do espírito. A matéria era má; só o espírito era bom. O Deus supremo era puramente espiritual e nunca tivera, nem podia ter, qualquer contacto com a matéria. O mundo material fora criado por um deus inferior, um Demiurgo, ou, segundo alguns sistemas gnósticos, pelos anjos. Um dos aspetos mais extraordinários destes ensinamentos era a

elaboração minuciosa de uma genealogia de emanções sucessivas, que ligavam o Deus supremo à realidade criada.

A oposição entre espírito e matéria e a ideia de que tudo o que era material era mau tiveram consequências muito diversas na moral e na prática gnósticas. Os gnósticos iam, inevitavelmente, aos extremos. Uns viviam sem qualquer restrição, considerando a carne, por ser matéria, indigna de atenção séria. Outros praticavam um ascetismo contrário à natureza: sendo má a matéria, a carne devia ser evitada, e até o casamento era considerado pecado.

A vida histórica de Jesus Cristo e a sua morte não constituíam grandes obstáculos para os sistemas gnósticos que incorporavam elementos cristãos. Ensinavam que o seu corpo era apenas aparente, pois a matéria era sempre má. A sua morte também não teria sido real, mas apenas uma ilusão. Os primeiros sinais destas tentativas de fusão entre o gnosticismo e a religião da Igreja encontram-se nas advertências do Novo Testamento^[3]

Não havia um único sistema gnóstico. Pode, no entanto, dizer-se que estas ideias eram comuns a todos os gnósticos e fundamentais em todos os seus sistemas. O gnóstico orgulhava-se de já saber tudo o que era necessário saber. Considerava-se herdeiro de todas as tradições religiosas, detentor da chave de todos os mistérios e senhor de todos os cultos. Julgava-se salvo graças aos seus conhecimentos. Deixara de ser vítima das coisas materiais e tornara-se inteiramente livre. Era, naturalmente, quem se considerava mais qualificado para ensinar a verdade acerca de Deus e da sua criação.

Apesar da aparente mistura de fantasias e incoerências, o gnosticismo tinha uma relação evidente, ainda que superficial, com a religião da Igreja. Os gnósticos procuravam responder aos problemas que geralmente atormentam a humanidade: o significado do mal, a responsabilidade pelo pecado, as possibilidades de salvação e a verdade sobre a imortalidade da alma. Estes discípulos da Gnose viram no cristianismo novos elementos que podiam incorporar no vasto conjunto das suas crenças. Pessoas convertidas de várias formas de gnosticismo tentaram usar as filosofias gnósticas como explicação racional dos mistérios cristãos. Surgiu, assim, durante o século II, um novo gnosticismo cristão. Pouco depois, esta forma de cristianismo fazia-se ouvir por toda a parte e, ao que parece, atraía muitas pessoas

instruídas, prometendo-lhes uma explicação inteligente daquilo em que acreditavam.

A justificação última das afirmações gnósticas era a posse de um conhecimento especial. É muito significativo que, perante esta primeira tentativa de subordinar a fé a uma explicação particular, a Igreja tenha insistido em que a fé pertence à própria natureza do cristianismo e é transmitida pelo crente tal como a recebeu. Não é algo que a inteligência humana possa refazer, mas algo que a autoridade da Igreja tem de defender. Os adversários do gnosticismo eram os bispos das igrejas onde ele surgia. Contra este perigo subtil, a sua única arma era afirmar que os ensinamentos gnósticos contrariavam a doutrina que eles próprios tinham recebido. No seu primeiro encontro com controvérsias doutrinárias, o cristianismo aparece, assim, como uma religião essencial e estritamente fundada na tradição.

Entre estes bispos que combateram os gnósticos, conservou-se um grande nome: Santo Ireneu de Lião, que morreu por volta de 202. Nascido no Oriente, fora discípulo de São Policarpo, bispo de Esmirna, que, por sua vez, fora discípulo de São João, o Apóstolo. Ireneu viveu alguns anos em Roma, tornou-se depois sacerdote da Igreja de Lião e sucedeu ao seu bispo, martirizado durante a grande perseguição de 177.

A sua obra mais célebre é geralmente conhecida como *Adversus haereses*, embora o título original fosse *Exposição e refutação do que falsamente se chama conhecimento*. Nela analisa cuidadosamente o gnosticismo que conhecia e expõe as suas falhas doutrinárias e morais. A importância desta obra está também no método: ao tratar os erros dos gnósticos, Ireneu estabeleceu um modelo de argumentação para verificar a verdade das teorias que se apresentavam como cristãs. A Igreja continuou a seguir esse método nas suas disputas com aqueles que contestavam a doutrina. Mesmo que fosse apenas por ter formulado esta prova, hoje clássica, da ortodoxia cristã, Santo Ireneu de Lião mereceria um lugar entre as principais figuras da história da Igreja.

A pretensão gnóstica de corrigir e completar a fé através de um conhecimento esotérico superior não tinha valor. O argumento era este: as doutrinas enunciadas por tal conhecimento não eram cristãs, porque não eram verdadeiras. Quem quisesse saber com certeza o que era verdadeiro

em matéria religiosa precisava de encontrar uma igreja cuja sucessão de bispos remontasse a um dos apóstolos de Nosso Senhor Jesus Cristo. A verdade era aquilo que essas igrejas ensinavam como recebido dos apóstolos. Tudo o que o contrariasse era necessariamente falso.

Percorrer o mundo à procura dessas igrejas apostólicas seria uma tarefa trabalhosa. Bastava conhecer os ensinamentos da Igreja de Roma, fundada pelos gloriosos apóstolos Pedro e Paulo: «Com esta Igreja, todas as outras devem estar de acordo, em virtude da sua elevada autoridade.» Os ensinamentos da Igreja de Roma constituíam, assim, a prova da ortodoxia cristã.

O gnosticismo não desapareceu por completo. Não é fantasioso afirmar que uma corrente subterrânea de gnosticismo atravessa os séculos. Contudo, desde o tempo de Santo Ireneu, nunca mais ameaçou tomar conta da Igreja.

Devemos referir outros dois movimentos contemporâneos do gnosticismo. Também eles causaram grande inquietação e procuraram transformar radicalmente o cristianismo. Tal como os gnósticos, atraíram muitos seguidores do cristianismo ortodoxo. São o marcionismo e o montanismo, assim chamados a partir dos nomes dos seus fundadores.

Se os gnósticos nos recordam muitas vezes os modernistas da última geração, Marcião lembra a figura de Lutero. Filho de um bispo e nascido por volta de 110, deixou a Igreja para organizar, fora dela, um regresso àquilo que considerava a pureza original do Evangelho. Segundo Marcião, havia dois deuses, e o inferior era o criador do mundo visível. Esse deus, o Demiurgo, sentira ciúmes do homem que criara e expulsara-o do Paraíso. Começara assim a história dos pecados e das misérias humanas que enche os relatos do Antigo Testamento. Os judeus eram o povo escolhido por esse deus. A salvação vinha do Deus bom, que enviara Jesus Cristo para libertar os homens do domínio do Demiurgo. Jesus era verdadeiramente Deus, mas apenas parecia ser homem: como a matéria era, por natureza, má, não podia assumir um corpo real.

Nesta perspetiva, havia uma oposição fundamental entre o Antigo e o Novo Testamento, e Marcião tomou uma posição contrária ao judaísmo. O seu grande herói era São Paulo, que considerava o maior de todos os

discípulos de Jesus Cristo. As cartas de São Paulo eram o seu principal guia. Marcião afirmava, porém, que tinham sido muito alteradas pelos cristãos favoráveis ao judaísmo, que haviam perseguido São Paulo em vida e depois da sua morte. Recusou, por isso, muitas das cartas de São Paulo aceites pela Igreja. Tomando as suas próprias ideias e teorias teológicas como critério, elaborou uma versão dos escritos paulinos — na realidade, do Novo Testamento — da qual eliminou tudo o que não se ajustava ao seu sistema.

Marcião tinha um verdadeiro génio de organização. Reuniu muitos discípulos e, à semelhança da Igreja, fundou igrejas por todo o mundo romano. Deu-lhes um rito e um código moral rigoroso, baseados numa ideia que partilhava com os gnósticos: a matéria era má, e o discípulo devia libertar-se da sua sujeição a ela, utilizando-a o menos possível.

Montano, que surgiu na segunda metade do século II, não se apresentava como inovador em matéria de fé. A sua contribuição era a convicção firme de que a segunda vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo estava próxima. O acontecimento dar-se-ia em Pepuza, nas proximidades da atual Ancara, para onde deveriam dirigir-se todos os verdadeiros seguidores de Nosso Senhor. Montano fundamentava esta afirmação numa inspiração que dizia ter recebido. A sua personalidade e eloquência conquistaram-lhe numerosos discípulos. A multidão que se deslocou para o lugar anunciado foi tão grande que houve necessidade de construir uma cidade para a acolher.

O atraso desta segunda vinda não acabou com o movimento. Pelo contrário, deu-lhe nova vida e uma nova forma: tornou-se uma espécie de cristianismo de elite, que afirmava orientar-se apenas pelo Espírito Santo e praticava um ascetismo rigoroso, quase semelhante ao dos marcionitas e de alguns gnósticos.

Os montanistas eram muito numerosos e depressa entraram em conflito com os bispos por toda a parte. A autoridade episcopal nada significava para quem se considerava especialmente protegido pelo Espírito Santo. O maior êxito do movimento foi talvez a adesão de Tertuliano, um jurista africano convertido ao cristianismo. Era um verdadeiro génio e um polemista excecional, com a ferocidade de um Swift e um estilo literário

que recorda o de Tácito. Tertuliano foi o primeiro teólogo latino, e a influência do seu génio continua a reconhecer-se na formulação técnica da doutrina cristã. A perda desta personalidade extraordinária deve ter sido um golpe terrível para a Igreja. Depois de a deixar, atacou-a com toda a habilidade feroz que, durante anos, empregara contra os seus adversários.

Para o leitor comum, uma narrativa como esta pode não ter nada de espetacular. No entanto, já nela aparecem tipos humanos que voltaremos a encontrar ao longo de dois mil anos: católicos que procuram explicar o catolicismo através de sínteses com o pensamento do seu tempo; católicos que, perante as dificuldades do presente, olham para os dias felizes de uma distante idade de ouro da fé primitiva; e católicos que abandonam os ensinamentos oficiais, por estes não corresponderem às suas preferências pessoais, para seguirem uma inspiração particular que os afasta da disciplina comum. A história da Igreja é, em certo sentido, um complexo entrelaçar de factos e acontecimentos.

Cerca de cinquenta anos, ou um pouco mais, depois dos primeiros desenvolvimentos do montanismo, surgiu na Pérsia uma religião curiosa, que fundia elementos gnósticos, pagãos e cristãos. O seu fundador, Mani, ou Maniqueu, planeava reunir deliberadamente numa nova religião os melhores elementos de todas as religiões antigas. Algumas das suas teorias sobreviveriam, durante um milénio, a todas as tentativas de repressão, tanto pagãs como cristãs. Ao longo desse tempo, constituiriam um perigo constante para a paz do mundo. No século IV, a ambição de Mani chegou a cumprir-se por algum tempo: as igrejas maniqueístas floresciam de Marrocos à China.

Mani intitulava-se «Apóstolo de Jesus Cristo» e dizia ser também o intérprete pleno de Zoroastro e de Buda. O Paráclito teria descido sobre ele, revelando-lhe todas as coisas e explicando-lhe todos os mistérios. O maniqueísmo era, de facto, uma heresia de tipo gnóstico, mas organizada com a habilidade de um génio, tal como o marcionismo. As suas doutrinas incluíam a conhecida oposição entre matéria e espírito, a ideia de que a matéria era inteiramente má e a combinação singular de um ascetismo extremo — por exemplo, a recusa do casamento — com uma grosseira licenciosidade. Pouco sabemos das relações entre o maniqueísmo e a Igreja

durante o seu primeiro século de existência. Quando o encontramos nos relatos dos primeiros anos de Santo Agostinho de Hipona, um dos seus mais ilustres antigos seguidores, vemos que vivia num conflito permanente com a Igreja. Esse conflito durou até à sua derrota final na cruzada contra os albigenses, no século XIII.

É necessário falar de outro aspeto da intensa vida intelectual das primeiras gerações cristãs: os primeiros pensadores que tentaram dar respostas precisas a perguntas como estas. Quem é Jesus Cristo? Em que sentido é o Filho de Deus? Se ele é Deus e o Pai também é Deus, como pode haver um só Deus? E, se há um só Deus e o Pai é Deus, como pode Jesus Cristo ser verdadeiramente Deus sem ser o Pai?

Numa época cheia de seitas e teorias religiosas, em que a discussão religiosa parecia ocupar a maior parte dos pensadores e escritores, era inevitável que os cristãos se confrontassem com estes problemas. Podiam ser-lhes colocados por pessoas de fora ou nascer da sua própria reação ao ambiente em que viviam.

A Igreja não apresentou oficialmente teorias ou fórmulas destinadas a responder a estas perguntas. As suas autoridades limitavam-se a repetir, constante e fielmente, a crença tradicional: há um só Deus, e Jesus Cristo é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem. Aqueles que tentavam formular explicações através da lógica e da filosofia, sobretudo por analogias com os ensinamentos de Platão, caíam frequentemente em erro.

Alguns, conhecidos então como monarquianos, defendiam a unidade de Deus à custa da verdade de que Jesus Cristo também era verdadeiramente Deus. Cristo seria apenas homem e poderia chamar-se Deus unicamente em virtude de uma adoção especial e única. Outros apresentavam-no como Deus, mas num sentido subordinado e secundário. Outras teorias explicavam a Trindade como três modalidades, papéis ou funções de um único Deus.

No exercício do seu ensino, a Igreja não recebe novas revelações sistemáticas dirigidas à hierarquia, nem os bispos são guiados por uma inspiração positiva. Os meios de que dispõem são humanos: os seus próprios conhecimentos e o conhecimento da tradição. Enquanto guardiães

dessa tradição, são preservados do erro. Não declararão que uma verdade provém da tradição se assim não for, nem que lhe é contrária quando estiver de acordo com ela.

Nestas primeiras controvérsias teológicas, a Igreja começou, portanto, por agir de forma negativa. Os católicos continuavam a desenvolver a sua reflexão e, de tempos a tempos, uma teoria era oficialmente condenada. A longa discussão acabava por produzir, no momento oportuno, uma fórmula esclarecedora que só admitia uma interpretação. A Igreja aceitava-a, fazia-a sua e passava a utilizá-la para ensinar de forma positiva.

Nos séculos II e III, a sua atuação foi sobretudo negativa, mas vigilante. Preparou assim o terreno para as definições dos grandes concílios dos séculos IV e V. Ao realizar esse trabalho construtivo, a Igreja estava livre de compromissos passageiros com a instabilidade das teorias meramente humanas.

Resta acrescentar algumas palavras sobre o grupo de escritores conhecidos como apologistas. Foram os primeiros intelectuais católicos, convertidos do paganismo e das religiões filosóficas. O objetivo da sua obra era defender o catolicismo das inúmeras acusações caluniosas tidas por verdadeiras em toda a parte. Procuravam mostrar que era uma religião ideal e razoável, a realização mais perfeita de tudo o que havia de melhor no mundo a que eles próprios tinham pertencido.

Naturalmente, os apologistas tratavam sobretudo dos aspetos do catolicismo que lhes pareciam ter afinidades com as crenças das pessoas que desejavam tranquilizar ou converter. Insistiam nas doutrinas que respondiam aos anseios da alma pagã: a imortalidade da alma e a possibilidade de a purificar do pecado. Sublinhavam, por isso, a existência e a natureza de Deus, a possibilidade de salvação, o ideal cristão de uma vida pura e a moral superior, verdadeiramente santa, de tantos cristãos, independentemente da idade, do sexo, da classe social ou da profissão.

Várias destas apologias foram dirigidas ao próprio imperador. Mesmo no auge das perseguições, os seus autores não perdiam a esperança de que a beleza e a sensatez da doutrina e da vida cristãs acabassem por conquistar

todos os que as conhecessem. Foi assim que São Justino dirigiu a Marco Aurélio o seu apelo de filósofo, e Atenágoras o dirigiu a Cómodo.

O mais conhecido destes escritores é São Justino, o Mártir. Conservam-se duas das suas apologias, dirigidas aos imperadores, e o célebre *Diálogo com Trifão, o Judeu*. Justino era um grego nascido na Palestina, que viajara por todo o Oriente à procura de uma doutrina filosófica nova e melhor. Era filósofo e conferencista de profissão. Depois de se converter, por volta de 130, instalou-se em Roma e abriu uma escola. Aí explicava as doutrinas da nova religião e defendia-as com argumentos racionais. Crescêncio, um filósofo pagão rival, acabou por denunciá-lo como cristão. Justino foi então condenado à morte, juntamente com alguns dos seus discípulos.

Até aqui, ocupámo-nos de um aspeto muito particular do cristianismo primitivo: a vida dos seus pensadores, dos seus intelectuais. Mas o que sabemos do crente comum? Infelizmente, este não deixou um relato pormenorizado da sua história. Temos de reconstruir a vida religiosa quotidiana o melhor que pudermos, lendo nas entrelinhas das obras que chegaram até nós.

Desde o primeiro momento em que os escritos do Novo Testamento nos mostram a Igreja, vemo-la organizada numa multiplicidade de igrejas locais, uma em cada cidade. Em cada uma havia dois grupos: o clero, que presidia às atividades, celebrava os sacrifícios, administrava os sacramentos e explicava a doutrina; e os leigos. Esta organização era uniforme por toda a parte. Tal uniformidade não podia resultar de um simples acaso: seguia um único modelo original.

O clero era escolhido pela própria igreja local. Recebia os poderes espirituais através de um rito, a imposição das mãos, realizado por aqueles que já tinham recebido esses poderes e a autoridade para os transmitir. Havia três graus principais no clero. Cada igreja era dirigida por um bispo^[4], auxiliado por sacerdotes, encarregados da administração espiritual, e por diáconos. A principal tarefa dos diáconos era cuidar dos bens da igreja, distribuir esmolas e assistir os pobres, as viúvas e os órfãos. Uma das características mais notáveis dos primeiros cristãos era a sua assistência aos necessitados, cuidadosamente organizada. «Como estes cristãos se amam

uns aos outros!» foi uma das primeiras expressões espontâneas de admiração dos pagãos pela nova religião.

As igrejas fundadas por um mesmo apóstolo reconheciam a ligação ao seu fundador comum. Eram autónomas na maior parte das suas atividades, mas, durante o século II, começaram a aproximar-se umas das outras. Os primeiros resultados deste movimento tornaram-se visíveis em meados desse século. As igrejas de uma região acabaram por se agrupar em torno da igreja da sua principal cidade, a metrópole.

A partir de então, os bispos de uma região passaram a reunir-se em concílios para tratar dos assuntos de interesse geral, decidindo a atuação comum pela vontade da maioria. Estes primeiros concílios foram, sem dúvida, uma consequência das circunstâncias em que as igrejas tinham sido fundadas: por exemplo, do agrupamento das novas igrejas em torno da igreja-mãe que as criara. Alexandria exercia, assim, autoridade sobre todos os bispos do Egipto, enquanto as igrejas de Itália dependiam de modo especial do bispo de Roma.

Todos os cristãos, pertencentes a qualquer uma destas igrejas locais, consideravam-se — e eram realmente — membros da grande Igreja. As igrejas locais eram as suas células. Todos pertenciam à Igreja universal, a Igreja Católica, como lhe chamou Santo Inácio de Antioquia, numa expressão que perdurou, ao escrever por volta de 107. Estavam unidos pelas crenças, pelos ritos e pelas regras que orientavam a vida quotidiana.

Entre estas igrejas, uma exercia, desde os primeiros tempos, um papel especial: orientava os assuntos das outras e desempenhava uma espécie de autoridade superior. Era a Igreja de Roma, que, segundo a tradição universal, tivera como chefe o apóstolo São Pedro. A ele dissera Nosso Senhor Jesus Cristo: «Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja. A ti darei as chaves do reino dos céus. Tudo o que ligares na Terra será ligado no Céu, e tudo o que desligares na Terra será desligado no Céu»^[5]. Não sabemos a data exata da fundação da Igreja de Roma, nem quando São Pedro chegou pela primeira vez à cidade. Mas a tradição universal afirma que governou a Igreja romana e que, em Roma, deu a vida por Cristo durante as perseguições de Nero.

Pouco sabemos dos primeiros desenvolvimentos desta Igreja romana. A mesma obscuridade que envolve aqueles séculos também a encobre. Conhecemos, no entanto, alguns factos, e é significativo que, sempre que Roma aparece nos relatos, a encontremos a desempenhar o seu papel próprio: a supervisão geral de todas as igrejas católicas. Esse papel nunca lhe foi negado, embora muitas vezes tenha encontrado resistência no seu exercício; e nenhuma outra igreja o procurou reivindicar para si.

Por volta de 90, durante o pontificado de Clemente I, vemos Roma intervir nos assuntos da Igreja de Corinto. Mais ou menos na mesma época, Santo Inácio de Antioquia reconheceu a posição especial de Roma nas célebres cartas que escreveu antes do seu martírio na cidade, em 107. Santo Ireneu refere esta tradição como já estabelecida. Aproximadamente nessa mesma época, durante o pontificado de Vítor I, de 189 a 198, observamos a extraordinária intervenção da autoridade romana para exigir à igreja apostólica de Éfeso obediência numa questão litúrgica.

Sessenta anos depois, surgiu uma nova crise, desta vez entre Roma e Cartago. A questão já não era apenas disciplinar. Roma voltou a agir como juiz supremo, impondo uma norma e um ultimato para assegurar o seu cumprimento. O adversário era o próprio São Cipriano, primaz de Cartago. Em 262, encontramos o papa Dionísio a corrigir a teologia do bispo de Alexandria, que tinha o mesmo nome.

Até então, estas intervenções tinham sido provocadas por crises relativas à fé, às doutrinas tradicionais e à sua observância. A doutrina era a questão central, o fundamento de tudo o resto. Mantê-la intacta era a principal função da Igreja. Depois disso, a tarefa mais importante era transmiti-la, função que cabia especialmente ao bispo.

O ensino era dirigido ao conjunto dos fiéis numa assembleia que se realizava todas as segundas-feiras. Nela oferecia-se o sacrifício da Sagrada Eucaristia, e toda a comunidade recebia o sacramento: o próprio Jesus Cristo, realmente presente sob as aparências do pão e do vinho. Nessa ocasião, o bispo pronunciava as palavras do rito e proferia sermões a partir dos livros do Antigo e do Novo Testamento. O texto bíblico, sobretudo o do Antigo Testamento, era muitas vezes interpretado alegoricamente, para expor a verdade e a moral tradicionais.

Além deste ensino através dos sermões, cada igreja dava uma formação sistemática aos novos convertidos. Preparava-os para a entrada na Igreja através do rito sacramental do batismo. Essa formação durava bastante tempo e incluía teoria e prática. Ao longo das semanas, o catecúmeno era preparado, através de ritos e orações especiais, para as solenidades da Páscoa, durante as quais seria batizado.

Uma terceira forma de ensino era a das escolas catequéticas, como a fundada pelo bispo de Alexandria. Tal como nos círculos intelectuais do Império, um mestre cristão dava lições. O seu público, porém, não era indiferenciado, como o dos primeiros apologistas — por exemplo, São Justino, o Mártir — nas suas escolas particulares. Era composto por cristãos que desejavam conhecer melhor a sua religião ou preparar-se para responder às objeções que diariamente lhe eram dirigidas. Dois mestres da escola de Alexandria deixaram uma memória duradoura: Clemente e Orígenes.

Clemente, que viveu de 150 a cerca de 215, nasceu em Atenas e dominava a cultura literária e filosófica do seu tempo. Depois de se converter e de se instalar em Alexandria — então a capital cultural do Império Romano —, encantou o seu público instruído com uma exposição sistemática da fé. Para a explicar e demonstrar, utilizava todos os recursos da cultura antiga em que os seus ouvintes tinham sido educados. Nenhuma ocupação quotidiana, nenhum aspeto daquela civilização requintada escapava à sua análise moral. Clemente não era apenas um académico interessado em fascinar o público com uma dissertação hábil: era um sacerdote que conduzia as almas à perfeição.

Orígenes, que viveu de 185 a 254, foi discípulo e sucessor de Clemente. Pertencia, porém, a outro nível, graças ao seu génio extraordinário. Ter sido seu mestre é a maior glória de Clemente. Pode mesmo perguntar-se se Orígenes não terá sido um dos maiores espíritos que a Igreja alguma vez acolheu.

É impressionante o número de obras que escreveu, abrangendo todos os campos: Escritura, teologia, filosofia, defesa da fé, polémica, sermões, exortações morais e cartas. Não era um simples compilador. Tinha um

espírito profundamente original e investigador, sempre empenhado em esclarecer as dificuldades com que os cristãos se confrontavam.

Era um pioneiro. Ao interpretar os ensinamentos da fé para o mundo não cristão e ao investigar as relações entre as suas diferentes partes, teve de criar a sua própria linguagem técnica. Esta foi uma das razões pelas quais cometeu muitos erros em matérias importantes. Durante a vida, nunca foi oficialmente censurado: foi, na verdade, um homem de vida santa, que morreu na defesa da religião depois de sofrer torturas terríveis. Os seus escritos, porém, viriam mais tarde a alimentar muitas controvérsias amargas.

Apesar disso, nos dois séculos seguintes, até se afirmar a autoridade de Santo Agostinho, Orígenes dominou o pensamento teológico. No Oriente, a sua influência continuou por muito mais tempo. Um dos seus grandes méritos foi procurar uma explicação sistemática de todo o conjunto das tradições cristãs, por amor à verdade e não por gosto da polémica.

Depois de «terminarem os dias de Pentecostes», o cristianismo espalhou-se de forma lenta e constante, embora desigual. A primeira de muitas fundações decisivas foi a da Igreja de Antioquia, a terceira cidade do Império Romano. Antioquia viria a ser o principal centro da vida cristã e, durante muitos séculos, a principal origem das atividades missionárias no Oriente.

Foi a partir de Antioquia que São Paulo evangelizou a Ásia Menor, a Macedónia e a Grécia. Também a partir dali, no século seguinte, Osroena, o pequeno Estado independente entre os impérios romano e persa, foi conquistada para a fé cristã. Um século mais tarde, a Pérsia recebeu de Antioquia a nova religião, enquanto São Gregório, o homem dos prodígios, conquistava a Arménia. Em meados do século III, o cristianismo penetrava igualmente nas regiões que hoje correspondem à Roménia e ao sul da Rússia.

Não sabemos quando nem como a religião chegou ao Egipto. Em meados do século II, já havia ali cristãos. Possuímos uma lista de bispos de Alexandria que remonta ao século I. Contudo, o Egipto só começa a aparecer na história da Igreja nas vésperas da conversão de Constantino, em

312. Nessa altura, embora não seja possível apresentar estatísticas, não seria incorreto afirmar que a Síria e a Ásia Menor eram, em grande parte, cristãs. Em algumas regiões, os pagãos constituíam metade ou menos de metade da população. Certas cidades eram inteiramente cristãs.

Há um facto curioso: os núcleos judaicos de cuja atividade nascera todo este movimento tinham entretanto desaparecido. As divergências entre aqueles que queriam impor todas as leis judaicas a todos os cristãos e aqueles que, seguindo São Paulo, negavam que essas leis continuassem a obrigá-los já tinham enfraquecido o cristianismo de origem judaica. A guerra dos judeus de 69–70, ao destruir Jerusalém, destruiu também o seu suporte material.

A Igreja judaica já estava reduzida a um pequeno número de seguidores quando, sessenta anos depois, Adriano reprimiu a última revolta judaica e fundou, nas ruínas da Cidade Santa, a nova cidade de Élia, onde nenhum judeu podia entrar. Isso acabou por a destruir completamente. Os cristãos de origem judaica, que passaram então a vaguear pela Palestina, deixaram de ser reconhecidos como cristãos pelos seus companheiros gregos e sírios. Passaram a ser chamados nazarenos, considerados, justa ou injustamente, hereges, e por vezes classificados como tais nas obras dos escritores eclesiásticos.

A evangelização do Oriente avançou, portanto, rapidamente durante os três primeiros séculos. No Ocidente, o processo foi muito diferente. Nada sabemos das origens do cristianismo em Roma. A sua Igreja já florescia quando São Paulo lhe fez referência, no ano 56. Três anos depois, o próprio Paulo chegou à cidade como prisioneiro, para que fosse julgada a sua apelação a César. Ao que parece, São Pedro chegou cerca de três anos mais tarde, aproximadamente na época em que Paulo, absolvido, deixara Roma. Nos dois séculos seguintes, centenas de igrejas foram fundadas a partir de Roma, nas regiões central e meridional de Itália.

Na África romana, Cartago era a capital cristã. Sabemos que a cidade se tornou um centro de atividade missionária, mas ignoramos como recebeu a religião.

São Paulo planeava evangelizar a Espanha, e é provável que a tenha visitado. Contudo, nada sabemos do cristianismo nessa região antes de meados do século III. As primeiras informações sobre a Igreja no território da atual França são os relatos das grandes perseguições de Lião, em 177. Só por volta de 250 temos notícia de igrejas em Arles, Toulouse, Reims e na distante Tréveris. Sabemos que outras cidades da Gália tiveram igrejas no século seguinte. Mesmo assim, o oeste de França continuava, em grande parte, pagão cinquenta anos depois da conversão de Constantino, em 312.

Só depois de meados do século III encontramos notícias do cristianismo no vale do Danúbio, na Hungria, na Áustria ou na Baviera. A primeira informação segura sobre a existência da Igreja na Bretanha é a presença de bispos bretões no Concílio de Arles, em 314.

A Igreja expandiu-se de forma constante e progressiva apesar das divergências e controvérsias sobre a sua doutrina e da pressão hostil exercida por pessoas e instituições de fora, sobretudo pela autoridade civil do Império Romano. Durante os três primeiros séculos, esteve sempre sujeita a duras perseguições.

As razões fundamentais desta atitude do Estado romano podem explicar-se de forma simples. O imperador era a autoridade suprema sobre toda a vida romana: legislador, jurista, comandante-chefe e sumo pontífice. Encarnava toda a força e a existência do Estado. O Estado era divinizado e adorado através de ritos religiosos, e o mesmo acontecia com o imperador. Recusar essa homenagem religiosa ao imperador e a Roma equivalia a faltar aos deveres cívicos mais básicos e a tornar suspeita a própria lealdade.

O paganismo, em qualquer das suas formas, não tinha uma crença ou uma religião fixa. Não se colocava, por isso, a questão da incompatibilidade entre duas formas de paganismo. Nenhum pagão tinha razões de consciência para rejeitar formas de culto diferentes daquelas que preferia. Era fácil conciliar quaisquer cultos, desde que se respeitasse também o culto de Roma e do imperador. Neste ponto, os cristãos pareciam aos romanos perigosamente excêntricos. A sua religião não era simplesmente uma expressão da sua nacionalidade.

O cristão era um cidadão comum que professava uma religião incompatível com todos os outros cultos. Recusava-se a reconhecer qualquer um dos deuses que o Estado aceitava. Aos olhos do Estado, era alguém sem deus, um ateu. Numa cultura e numa civilização de fundamentos religiosos, parecia tão perigoso como um incendiário numa cidade de casas de madeira.

A imaginação dos poetas, a devoção e a gratidão das gerações posteriores e a indignação perante as perseguições contribuíram, é verdade, para envolver os factos históricos numa grande quantidade de lendas. Mas a história das perseguições romanas continua a ser terrível, mesmo se nos limitarmos aos poucos pormenores autênticos que sobreviveram.

Ao que parece, nunca foi necessário criar legislação especial para iniciar essas perseguições. Bastava denunciar à autoridade competente que a prática religiosa de alguém contrariava a ordem estabelecida. Se a acusação fosse provada, essa pessoa seria condenada à morte como um perigo para o Estado. Isto explica o aparente paradoxo de os piores perseguidores — à exceção de homens loucos como Nero e Domiciano — terem sido dos melhores imperadores: administradores e reformadores fortes e capazes, como Trajano, Marco Aurélio, Septímio Severo e Décio.

A descrição tradicional das «dez perseguições» é um resumo muito insuficiente. É mais correto descrever estas longas agressões de acordo com as diferentes formas de atuação do Estado.

Num primeiro período, a perseguição decorreu através dos procedimentos habituais das leis existentes, sem qualquer incentivo das autoridades. Depois, Trajano, que reinou de 98 a 117, respondeu a uma célebre pergunta de Plínio, o Moço, então governador da Bitínia. Declarou que o cristianismo constituía, por si só, um crime. Todos os que fossem formalmente acusados deveriam ser julgados e, se condenados, punidos com a morte. Seriam libertados se renunciassem à sua crença. O magistrado, porém, não era obrigado a procurar os cristãos nem a dar atenção a denúncias anónimas. Este regime durou cerca de cem anos e foi observado de forma mais ou menos contínua até à subida ao poder de Cómodo, que reinou de 180 a 192, o filho mau e decadente de Marco Aurélio.

No terceiro período, o Estado tomou a iniciativa. Publicaram-se éditos em Roma e elaborou-se um plano de ação para todo o Império. Nessa altura, a política de Trajano parecia ter caído em desuso. É possível que tivesse sido inteiramente abolida por Alexandre Severo, que reinou de 223 a 235. Os éditos tinham objetivos específicos. Enquanto estavam em vigor, desencadeavam-se perseguições de uma violência extraordinária. Empregavam-se todos os meios para descobrir as pessoas visadas e obrigá-las a obedecer ao Estado. Entre um édito e o seguinte, porém, houve períodos de paz e até ocasiões em que a Igreja beneficiou da proteção imperial. Alexandre Severo venerava Nosso Senhor, e outro imperador, Filipe, o Árabe, que reinou de 244 a 249, era cristão.

Os principais éditos deste terceiro período foram os seguintes:

1. Os de Septímio Severo, em 201, que proibiam as conversões ao cristianismo.
2. Os de Maximino, em 235, dirigidos contra os bispos.
3. Os de Décio, dirigidos contra todos os suspeitos de serem cristãos. Foi a época das perseguições mais terríveis até então: em todas as cidades e aldeias, os suspeitos eram levados perante comissários e obrigados a comparecer para oferecer sacrifícios.
4. Os de Valeriano, em 257, dirigidos contra os bispos e destinados a suprimir todas as assembleias cristãs e a confiscar os cemitérios onde os fiéis muitas vezes se reuniam. Em 258, foram alargados aos cristãos em geral. Estas perseguições também foram bem organizadas e sangrentas.

Galieno, filho de Valeriano, que reinou de 260 a 268, acabou por fazer a paz com a Igreja. Revogou os éditos e restituiu os bens confiscados. A partir de então, durante quarenta anos, os cristãos não foram perseguidos.

Este longo período de paz deu à Igreja uma grande oportunidade para aperfeiçoar a sua organização e construir as primeiras igrejas por toda a parte. Foi, porém, interrompido de forma súbita e inesperada pelos éditos de Diocleciano, que deram início às últimas e maiores perseguições.

Diocleciano ocupa um lugar importante na história como o general e administrador que, ao tornar-se imperador em 284, pôs fim a cinquenta anos de anarquia no Império. O seu mérito foi reconhecer que o mundo romano já não podia ser governado por um só homem. Nomeou, por isso, Maximiano como co-imperador. Reconheceu também que o imperador devia residir onde a sua presença fosse mais necessária: na fronteira, e não em Roma.

A cada imperador foi associado um governante subordinado, o César. Assim, quando as perseguições começaram, em 303, a sua intensidade variava conforme a atitude de cada um dos quatro governantes do Império.

Ao que parece, Diocleciano foi levado a aceitar os novos ataques à Igreja por uma aliança curiosa entre os filósofos morais, os sacerdotes pagãos e o paganismo grosseiro e antiquado do seu exército. No meio século que decorrerá desde o reinado de Valeriano, o cristianismo crescerá tanto que os seus seguidores se encontravam em todas as camadas sociais. Até a mulher e a filha de Diocleciano eram cristãs.

As medidas adotadas seguiram o modelo de Décio. Tratou-se, na realidade, de uma guerra de extermínio. A única parte do Império que conheceu alguma trégua foi a governada por Constâncio Cloro: a Espanha, a Gália e a Bretanha. Mas estas eram as menores de todas as províncias. Durante cerca de nove anos, todas as fúrias do inferno foram desencadeadas contra as antigas igrejas do Oriente, sobretudo as da Ásia Menor.

Quando Diocleciano e o seu colega abdicaram, sucederam-se guerras civis entre os rivais que disputavam a sucessão. Na véspera de uma batalha pelo domínio de Roma, um deles, Constantino, filho de Constâncio Cloro, declarou a sua crença no Deus dos cristãos e mandou colocar a cruz nos seus estandartes. A sua vitória, em 312, marcou o princípio do fim das perseguições.

Dez meses depois, uma decisão conjunta de Constantino e do seu colega do Oriente, Licínio, conhecida como Édito de Milão, pôs fim às perseguições em todo o Império. Reconheceu a cada pessoa o direito de praticar o culto que desejasse e indemnizou a Igreja pelos prejuízos sofridos nos dez anos anteriores.

CAPÍTULO II

A Igreja sob a proteção do Império, 313–711

O Édito de Milão, pelo qual Constantino e Licínio puseram fim às perseguições, não foi um manifesto a favor do cristianismo, mas uma declaração de liberdade de culto para todos. Era um ato de um Estado que reconhecia todas as manifestações religiosas, sem se comprometer oficialmente com nenhuma delas. Nada havia de surpreendente nisso. Licínio era pagão, tinha sido perseguidor dos cristãos e, antes de morrer, voltaria ainda a desempenhar esse papel durante alguns meses. Constantino dominava apenas metade do mundo romano e, mesmo assim, ainda não era cristão. Fosse qual fosse a sua crença no Deus dos cristãos, ela ainda não constituía uma fé propriamente dita, segundo o entendimento da Igreja. Só vinte e cinco anos mais tarde, no leito de morte, se submeteu à Igreja como catecúmeno; mas recebeu o batismo de um herege, um dos mais acérrimos inimigos do catolicismo.

Durante algum tempo, a Igreja conseguiu apenas o direito de existir — uma conquista que, aliás, estava longe de ser desprezível. Contudo, a amizade pessoal de Constantino pelos cristãos, a sua crescente indiferença pelos pagãos e a generosidade com que favorecia os antigos centros de devoção cristã anunciavam novas transformações.

Quanto à isenção de obrigações civis, o clero cristão foi colocado em igualdade de condições com os sacerdotes pagãos. Passou a ser permitido deixar bens às igrejas por testamento. Foram abolidas as leis contra o celibato e a pena de crucificação. Nenhum destes benefícios foi concedido às comunidades cristãs dissidentes, como as dos marcionitas e dos montanistas. No seu entusiasmo por preservar a unidade da disciplina e da fé, o imperador mostrou-se tão ativamente hostil aos novos dissidentes, como os donatistas, que quem se preocupasse com a futura liberdade da Igreja teria motivos para grande inquietação.

Licínio foi derrotado e assassinado em 325. Só depois da morte de Constantino, que governara sozinho durante catorze anos e deixara o

Império dividido entre três filhos, começou verdadeiramente o movimento destinado a destruir o paganismo. Foram promulgadas leis que proibiam a celebração pública dos ritos pagãos e até o culto privado, em 341 e 353. Estas proibições eram acompanhadas da pena de morte. Contudo, onde os pagãos eram numerosos e poderosos, as leis ficaram sem aplicação. Não existe, em parte alguma, qualquer registo ou referência a mártires do paganismo. O próprio imperador que se mostrou mais hostil — Constâncio II, que reinou de 337 a 361 — foi também um violento perseguidor dos cristãos ortodoxos e chegou a chamar os pagãos para seus aliados!

O sucessor de Constâncio II foi o infeliz jovem que ficou conhecido na história como Juliano, o Apóstata. Fora educado no arianismo durante uma infância solitária. Era o único sobrevivente de numerosos parentes de Constantino que tinham sido assassinados, por ocasião da morte do imperador, em benefício dos interesses dos seus três filhos. Até então, a única religião que conhecia era o arianismo. A vida cristã apresentara-se-lhe como uma sucessão de controvérsias áridas e intermináveis, nas quais as diferentes seitas arianas procuravam impor o seu domínio. Quando, aos vinte anos, conheceu os cultos ligados à filosofia helénica, encontrou neles um grande alívio para a sua alma. Entregou-se-lhes com ardor e, ao tornar-se imperador, quis estabelecer como religião do Estado aquele neoplatonismo de carácter quase mágico, com as suas promessas de contacto íntimo com a divindade e as suas práticas de exaltação mística.

Mandou reabrir os templos, e os sacrifícios voltaram a ser celebrados. O conhecimento que tinha dos cristãos serviu-lhe de modelo para a organização do novo paganismo. Este teria, portanto, um credo e leis morais. Os seus sacerdotes deveriam praticar a virtude, dedicar-se à oração e tornar-se pregadores e apóstolos. Juliano perseguiu os cristãos por meios indiretos: afastou-os da cultura do seu tempo, proibindo-os de ensinar ou de aprender, impôs-lhes regulamentos humilhantes e permitiu o inevitável ressurgimento dos antigos ódios dos pagãos.

O que teria acontecido se esta política tivesse continuado é matéria de especulação. O próprio Juliano foi, por assim dizer, o único homem verdadeiramente dedicado àquela nova religião. Morreu numa batalha, em 21 de junho de 363, depois de um reinado de apenas dezoito meses.

«Triunfaste, Galileu», terá exclamado, segundo se conta. Na verdade, tudo ruiu. Aquela reconstrução artificial e pedante desmoronou-se imediatamente, para satisfação de todos os que a observavam.

Sob os sucessores de Juliano, o Império voltou à política do Édito de Milão. Mas, quando Graciano, que reinou de 375 a 383, sucedeu ao pai, Valentiniano I, no Ocidente, e Teodósio, que reinou de 379 a 395, sucedeu a Valente no Oriente, os adversários do paganismo voltaram a agir. Graciano recusou o título e o cargo de sumo pontífice, até então conservados mesmo pelos imperadores cristãos. Começou logo a retirar ao paganismo os seus privilégios, abolindo todas as isenções fiscais e confiscando os rendimentos e as propriedades dos colégios de sacerdotes. Teodósio proibiu todos os sacrifícios aos deuses e, em 391, fechou todos os templos. Seguiu-se a proibição de qualquer culto pagão privado. Estas leis foram efetivamente aplicadas. Depois da morte de Valentiniano II, em 392, o paganismo foi restaurado na própria Roma, mas por pouco tempo. Dois anos depois, Teodósio derrotou o usurpador Eugénio, que patrocinara essa restauração, e tornou-se o único senhor do mundo romano. Em Roma, o Senado votou a abolição completa dos cultos pagãos.

Depois desta vitória, não houve represálias dos cristãos: Santo Ambrósio de Milão tomara as providências necessárias para as impedir. A partir de então, o Estado romano deixou de ser pagão e tornou-se definitivamente cristão. Teodósio foi, na realidade, o primeiro imperador cristão. Fez do cristianismo a lei do país, deu aos seus bispos um lugar no Senado e reconheceu a sua jurisdição em todas as questões relacionadas com a vida dos cristãos. As festas da Igreja tornaram-se feriados nacionais, e a Quaresma passou a ser um período santo.

O Império, tal como o imperador, tornara-se cristão. Mas esta vitória trouxe uma nova preocupação: um problema que, durante muitos séculos, dificultaria a expansão do Evangelho e obrigaria a Igreja a gastar as suas forças na defesa da própria existência. É um problema que continua a perturbar e a dificultar as atividades católicas: o das relações entre o Estado católico e a Igreja Católica. Na sua primeira forma, tal como se apresentou aos católicos dos séculos III e IV, era a questão do lugar a atribuir à figura que dominava, com um poder quase absoluto, o mundo romano. A sua

vontade, o seu simples capricho, era lei para milhões de pessoas; e, durante séculos, a maioria dos seus súbditos considerara-o uma figura semidivina. Uma vez cristão, contentar-se-ia em sentar-se num banco para receber lições de catecismo, receber os sacramentos, cultivar a vida espiritual, praticar generosamente a caridade e assegurar à Igreja liberdade e proteção? Poderia alguém esperar que o imperador todo-poderoso aceitasse ser apenas um súbdito daquele império espiritual que existia dentro do seu próprio Império? Seria razoável esperar que se limitasse a esse papel?

Este novo problema do lugar do imperador cristão na Igreja dá um interesse especial aos acontecimentos dos três séculos seguintes, marcados pelas grandes controvérsias teológicas. Por um lado, os mistérios fundamentais e tradicionais da fé foram reafirmados em termos técnicos cuidadosamente escolhidos, que não deixavam espaço para interpretações ambíguas. Por outro, as controvérsias deram ao imperador uma oportunidade de se apoderar da Igreja e de a transformar num órgão do Estado.

A importância das questões e a intensidade das personalidades dos principais protagonistas fizeram deste período um dos mais fascinantes de toda a história. As controvérsias não se limitavam aos teólogos. Toda a população se interessava apaixonadamente por elas. As principais crises arianas eram acompanhadas de grandes manifestações populares, tumultos e confrontos nas ruas. Em Éfeso, em 431, depois da definição da fé, a população acompanhou os bispos ortodoxos até aos seus alojamentos, levando tochas acesas. Depois das consequências desastrosas do Concílio de Calcedónia, como veremos, surgiu uma espécie de guerra civil nas províncias orientais, que só terminou quando o Império perdeu essas províncias, no século VII.

Nos cinquenta anos que se seguiram à conversão de Constantino, a nova proteção imperial revelar-se-ia muito incómoda e verdadeiramente prejudicial à causa da verdade. Numa região oriental do Império, reapareceu a heresia que perturbara a Igreja um século antes: a ideia de que a Segunda Pessoa da Trindade, o Filho de Deus, não era verdadeiramente Deus no mesmo sentido em que o Pai o é. O movimento que, no Oriente, daria ao imperador a oportunidade de controlar os assuntos da Igreja punha

assim em causa uma doutrina fundamental para a vida cristã. Se o Filho de Deus não era verdadeiramente divino, Jesus Cristo seria apenas uma criatura. Nesse caso, que significado teriam o seu sacrifício redentor e a sua missão como mestre e fundador da Igreja?

Esta heresia não era nova. Quando aparecera anteriormente, tivera o destino das primeiras revoltas contra a tradição. Os bispos, enquanto guardiães dessa tradição, tinham-na condenado e avisado os fiéis de que aquela doutrina não era cristã. Depois de expulsos da Igreja, os inovadores tinham formado um grupo dissidente. Nunca haviam conseguido conservar, ao mesmo tempo, as suas opiniões heréticas e os seus lugares na Igreja depois de condenados. O reaparecimento da heresia traria uma mudança revolucionária nesta situação. Os hereges voltariam a ser condenados, mas resistiriam à expulsão. Apoiados pelo imperador cristão, mais preocupado em evitar desordens do que em preservar a pureza da fé, conservariam os seus lugares e os seus cargos na Igreja. Durante algum tempo, chegariam mesmo a ocupar quase todas as posições decisivas. Viria então o dia em que São Jerónimo diria: «O mundo inteiro gemeu ao descobrir que se tornara ariano.»

O novo herege era Ário, sacerdote de Alexandria, pregador muito popular e homem de cultura invulgar. Foi rapidamente denunciado ao bispo. Reuniu-se um concílio, que condenou as suas teorias. Ário recusou-se a submeter-se e foi, por isso, afastado da sua igreja. O bispo de Alexandria escreveu aos outros bispos, informando-os da heresia e da sentença. Ário, por seu lado, mostrou-se igualmente ativo. Procurou obter o apoio de um amigo da juventude, Eusébio, seu antigo colega na escola teológica de Luciano de Antioquia, onde começara a assimilar aquela heresia. Eusébio era então uma figura importante: bispo de Nicomédia, a capital do Império. Esta posição, juntamente com o seu parentesco com a família imperial, deu grande importância ao apoio que prestou a Ário. Seguiu-se uma guerra de panfletos e de discussões acaloradas. O Oriente cristão transformou-se, por toda a parte, num cenário de conflitos e disputas. Constantino, muito preocupado com a ordem pública e escandalizado com aquelas manifestações, procurou uma maneira de lhes pôr fim. Não sabemos quem lhe sugeriu a solução escolhida; sabemos que, por sua ordem, todos os bispos do mundo romano foram convocados para Niceia, uma cidade

próxima da capital, a fim de participarem num grande concílio que julgaria a questão e restabeleceria a paz.

O concílio realizou-se em junho de 325. Participaram cerca de trezentos bispos, sob a presidência do imperador e de Hósio, bispo de Córdoba, o seu principal conselheiro religioso. A Igreja de Roma estava representada por dois sacerdotes, aos quais foi atribuído um lugar de honra. As suas assinaturas encabeçavam a longa lista dos que subscreveram os decretos do concílio.

Eram poucos os que apoiavam ativamente Ário. O concílio mostrou-se tão hostil às suas teorias que os seus amigos nem sequer ousaram defendê-lo. Pelo contrário, disfarçaram a sua posição e juntaram-se aos restantes bispos para pedir a sua condenação. Só dois bispos votaram contra ela. Ambos foram imediatamente exilados, juntamente com Ário.

É necessário assinalar este ponto: pela primeira vez, o Estado intervinha para organizar um concílio da Igreja e dar força às suas decisões, mas também para impor uma pena civil ao herege que persistia no erro depois de condenado pela Igreja.

Depois da condenação, Ário passou para segundo plano. Durante quinze anos, Eusébio de Nicomédia foi o chefe do movimento. Era demasiado astuto para atacar diretamente os decretos de Niceia. A nova política consistia em substituir a definição rigorosa e inequívoca por fórmulas deliberadamente vagas e amplas, que os católicos pudessem interpretar no sentido tradicional e os arianos no sentido ariano. Assim, estes últimos poderiam permanecer dentro da Igreja. Não haveria tumultos, mas a aparência de que todos partilhavam o mesmo espírito e viviam em boa ordem.

Foi com esta solução política, aparentemente «prática» e capaz de evitar controvérsias, que Eusébio conquistou Constantino e, depois da sua morte, em 337, o seu segundo filho, Constâncio II, que reinou de 337 a 361. O bispo de Nicomédia organizou o partido e, através de uma atividade constante, transformou gradualmente o episcopado oriental. Bispos católicos eram depostos e substituídos por arianos, com o apoio ativo da corte. O imperador disponibilizava a polícia e as tropas para impor essas

mudanças. A consequência desastrosa de Niceia foi meio século de anarquia eclesiástica, da qual o catolicismo oriental nunca recuperou inteiramente, e a consolidação da intervenção imperial nos assuntos da Igreja como parte permanente da tradição cristã.

O grande defensor da doutrina de Niceia, ao longo de todos estes anos, foi Santo Atanásio, bispo de Alexandria. Sucederia ao bispo que condenara Ário e fora uma das principais forças do grande concílio. Afastar este chefe poderoso e inteligente era um dos principais objetivos da facção de Eusébio. Foi repetidamente acusado perante o imperador de crimes graves. Numerosos concílios o depuseram. Por duas vezes, o imperador deu-lhe um sucessor ariano. Foi exilado cinco vezes. Noutra ocasião, com a cabeça a prêmio, passou sete anos no deserto a sul do Egito, afastado de todos.

Quando Constâncio II completou dez anos de governo no Oriente, em 347, a Igreja estava dividida em duas. Em todo o Oriente, não restava um bispo que defendesse abertamente o credo de Niceia ou a inocência do seu principal defensor, Santo Atanásio. O poder imperial silenciara efetivamente o episcopado oriental. Só na metade ocidental do Império, onde governava o imperador católico Constante, o catolicismo era livre.

Constante foi, porém, assassinado em 350. Nos anos seguintes, o seu irmão e sucessor ariano tentou submeter o Ocidente à religião da nova corte. Utilizou os mesmos métodos que haviam sido empregados no Oriente: evitava-se negar publicamente o credo de Niceia, mas exigia-se a aceitação das novas fórmulas. Reuniam-se concílios muito numerosos, presididos pelo imperador e pelos seus funcionários, com tropas presentes para assegurar o cumprimento da vontade imperial. Os bispos que não se submetiam eram depostos e exilados, e os seus lugares entregues a arianos.

O maior êxito do imperador foi o concílio conjunto realizado em 359, em Rimini para o Ocidente e em Selêucia para o Oriente. Sob pressão, quase todos os participantes aceitaram assinar uma definição ambígua da fé, que podia ser interpretada num sentido herético. Foi uma vitória sem futuro: ocorreu uma mudança política e o imperador morreu. Sucedeu-lhe Juliano, o Apóstata. Depois do breve reinado de Juliano, o Ocidente voltou a ser governado por imperadores católicos. Os arianos foram afastados, e o episcopado regressou espontaneamente à ortodoxia tradicional. No Oriente,

onde voltou a governar um ariano — Valente, de 364 a 378 —, repetiram-se os antigos conflitos. O seu grande adversário foi São Basílio, bispo de Cesareia, na Capadócia. Uma das tragédias da história foi este grande homem morrer em 379, precisamente quando os conflitos estavam a terminar.

Valente morreu numa batalha, em 378. O seu sucessor, Teodósio, o Grande, que reinou de 379 a 395, era católico. Por um édito, declarou que todos os credos diferentes da «fé claramente ensinada pelo pontífice Dâmaso e por Pedro, bispo de Alexandria» eram heresias e deveriam ser suprimidos. Terminava assim o apoio do Estado ao arianismo. Este deixou de ser uma força na vida do Império, embora sobrevivesse no século IV, com consequências muito graves, como religião de vários povos bárbaros convertidos do paganismo, entre eles os diferentes ramos dos godos.

Teodósio foi ainda mais longe. Convocou um grande concílio para Constantinopla, em 381, destinado a reorganizar o Oriente depois daquele longo período de anarquia. O credo de Niceia e o seu célebre termo *homoousion*^[6], que exprimia a relação de Deus Filho com Deus Pai e cujo uso distinguia os católicos dos arianos, foram novamente proclamados de forma oficial. A nova legislação reprimiu um mau costume que se estabelecera desde o tempo de Eusébio: a intervenção dos bispos nos assuntos de outras dioceses. Outras inovações prejudiciais, como a interferência do imperador na eleição dos bispos, ficaram intactas. Pior ainda, como se veria depois, o concílio deu ao bispo de Constantinopla um novo e elevado prestígio. A partir de então, ocuparia um lugar acima de todos os bispos do mundo, com exceção do papa. A sua jurisdição não foi alargada: continuava a ser apenas o bispo da sua diocese. Mas estavam lançadas as sementes de novos problemas. Por quanto tempo se contentaria o segundo bispo do mundo com a jurisdição limitada da sua pequena diocese? Quanto demoraria esta primazia honorífica a transformar-se num poder efetivo, sob a influência das ambições episcopais e dos interesses do imperador? Além disso, os princípios que justificavam aquela distinção eram novos e não tinham fundamento nos cânones. Dizia-se que o bispo de Constantinopla merecia tal primazia porque a cidade era a capital do Império, a Nova Roma.

Entretanto, a Igreja do Oriente libertara-se da tirania da minoria ariana, e houve alguns anos de paz. Foram poucos, porém, porque o concílio de 381 diminuía o prestígio dos bispos de Alexandria. Nas eleições do bispo de Constantinopla, em 381 e em 397, tinham sido afastados candidatos de Alexandria. Teófilo, o poderoso bispo da capital egípcia, que se tornara a alma do patriotismo daquela antiga e misteriosa região, esperou pela sua oportunidade. Era um político muito hábil, rico e sem escrúpulos. Em 404, desferiu o seu golpe. São João Crisóstomo era então bispo de Constantinopla, e Teófilo conseguiu, através das suas acusações, que fosse deposto e exilado. Tanto o imperador como Teófilo eram católicos. Não estava em causa uma heresia; mas uma ordem imperial bastava para ignorar o direito canónico. No Oriente, tudo dependia da corte. Como esta era católica, ninguém hesitava em recorrer ao seu poder sobre os assuntos da Igreja, mesmo quando esse poder ultrapassava os limites dos cânones.

Roma só foi informada depois de tudo estar consumado. Protestou e excomungou o bispo de Alexandria e o sucessor que ocupara o lugar de São João. Não podia fazer mais. Vinte e cinco anos depois, surgiu uma nova controvérsia, novamente centrada no bispo de Constantinopla — Nestório, desde 427 —, que seria tratada no Concílio Geral de Éfeso, em 431. Desta vez, a questão era teológica e dizia respeito a um mistério fundamental: como podia Jesus Cristo ser simultaneamente Deus e homem? Ao procurarem explicar este mistério, alguns pensadores já tinham caído em heresia, afirmando que o seu corpo humano e sagrado era apenas uma aparência. Na última parte do século IV, Apolinário de Laodiceia ensinara que, embora Nosso Senhor tivesse um verdadeiro corpo humano, a sua divindade ocupava nele o lugar da alma. Esta doutrina também fora condenada. A solução de Nestório consistia em afirmar que havia em Jesus Cristo duas pessoas, e não uma só: uma verdadeiramente divina e outra verdadeiramente humana. A discussão subtil prosseguira durante anos entre os filósofos. Mas, em 428, apresentou-se inesperadamente de uma maneira que perturbou toda a Igreja: um pregador de Constantinopla anunciou que era errado dar a Maria o título de Mãe de Deus. Maria seria apenas a mãe daquele em quem Deus habitava como num templo. Surgiram imediatamente protestos. Quando Nestório apoiou o pregador e puniu os seus críticos, seguiram-se manifestações violentas e desordens.

A notícia destes acontecimentos mobilizou, em Alexandria, uma figura ainda maior do que Nestório: o bispo Cirilo, que sucedera ao tio, Teófilo, em 412. São Cirilo era um teólogo profundamente conhecedor daquela controvérsia e um pensador de força invulgar. Tal como o tio, tinha tendência para tratar os assuntos de forma autoritária e alimentava uma grande desconfiança em relação à escola teológica de Antioquia. Ora Nestório, como São João Crisóstomo, viera de Antioquia.

São Cirilo enviou um protesto enérgico a Nestório e denunciou-o ao imperador e ao papa. Com esta intervenção começou um dos capítulos mais complicados da história da Igreja. Podemos apenas indicar os seus elementos principais: primeiro, os erros de Nestório; segundo, a fé tradicional, defendida por Roma, Alexandria e Antioquia; terceiro, as explicações teológicas rivais de Alexandria e Antioquia, cuja diferença estava menos no conteúdo do que na linguagem, pois abordavam o problema de perspectivas opostas; quarto, a rivalidade triangular que, durante quarenta anos, criara antagonismos entre Alexandria, Antioquia e Constantinopla; quinto, o hábito do imperador de intervir nestas controvérsias e o hábito de todos os interessados, com exceção do papa, de recorrerem à sua ajuda; sexto, as personalidades de Cirilo, autoritário, de Nestório, vaidoso, hesitante e pouco sensato, e de Teodoreto de Cirro, o chefe dos antioquenos, mais erudito e melhor escritor do que Cirilo, mas convencido até à morte de que este seguia Apolinário; e, por último, a distância de Roma e a sua dependência de Alexandria como representante no Oriente.

Ao receber o apelo de Cirilo — Nestório também já escrevera a Roma —, o papa condenou Nestório. Encarregou São Cirilo de lhe comunicar a sentença e receber a sua submissão. Se Nestório se recusasse a submeter-se, deveria ser deposto. São Cirilo foi um pouco além das instruções de Roma. Para impedir que Nestório recorresse a evasivas, formulou a doutrina em doze proposições, que este deveria subscrever. Mas a terminologia dessas proposições era alexandrina. Aos que tinham sido formados em Antioquia, podia parecer apolinarista. Roma, porém, não autorizara aquelas proposições como expressão oficial da sua doutrina.

Entretanto, Nestório pediu ao imperador que convocasse um concílio para julgar toda a questão. O papa concordou e nomeou três legados para o representar.

Com esta nova solução, a missão de São Cirilo poderia considerar-se terminada. Contudo, as doze proposições já se tinham tornado públicas, e a sua divulgação alargara o âmbito da disputa. Os bispos da Palestina e da Síria, juntamente com os antioquenos, levantaram-se contra aquela tentativa de impor os pontos de vista de Alexandria.

O concílio deveria começar num domingo de 431. Nesse dia, estavam presentes Nestório e São Cirilo, este acompanhado pelo seu séquito de egípcios. Os antioquenos e os legados romanos ainda não tinham chegado. Esperou-se quinze dias pelos ausentes. Então, apesar dos protestos de 68 dos 159 bispos presentes e dos representantes do imperador, São Cirilo abriu a sessão e assumiu a presidência.

Nestório foi chamado, mas recusou reconhecer o concílio. A sua doutrina foi examinada e unanimemente condenada. Em seguida, invocando-se a missão que São Cirilo recebera do papa, Nestório foi deposto. Os antioquenos chegaram quatro dias depois. Organizaram o seu próprio concílio e excomungaram, sem mais, o outro concílio e o seu presidente, São Cirilo. Condenaram também as doze proposições como heréticas. Foi então que chegaram os legados de Roma.

Os legados juntaram-se a São Cirilo, e o concílio realizou a segunda sessão na sua presença. Foi lida a carta do papa. Esta continha uma decisão sobre a questão de fé e, como os legados explicaram cuidadosamente, um pedido para que o concílio a aceitasse. Depois, os legados confirmaram tudo o que fora feito na primeira sessão. Como os antioquenos se mantiveram afastados, também foram excomungados.

O bispo de Antioquia apelou ao imperador. Segundo o plano imperial, deveria ter sido ele a presidir ao concílio. O imperador agiu ao receber o apelo. Seria demasiado longo contar aqui como confirmou os decretos dos dois concílios, como mandou prender São Cirilo e Nestório e como acabou por restituir São Cirilo ao seu cargo e exilar o bispo de Constantinopla. A sua decisão final, em setembro de 431, encerrou aquela questão complicada.

Deixou, porém, uma herança amarga: um abismo de incompreensão entre Alexandria e Antioquia e uma nova e grave divisão no Oriente católico. O papa recusou ratificar a excomunhão dos antioquenos, mas ordenou-lhes que aceitassem os decretos de Éfeso, por serem decisões de Roma. Restava uma dificuldade: a suspeita dos antioquenos quanto à ortodoxia de São Cirilo. Este precisava de se explicar numa linguagem que eles reconhecessem como católica. Fê-lo em 433, aceitando assinar uma fórmula elaborada por Teodoreto, que falava da «união de duas naturezas» em Nosso Senhor. Depois de cinco anos turbulentos, a paz regressou. Sobreviveram, contudo, as recordações desses anos e, com elas, as sementes de novos conflitos.

Dos participantes nos grandes acontecimentos de 431, só três estavam vivos quando as controvérsias recomeçaram, em 448: o imperador Teodósio II, Teodoreto de Cirro e, no seu distante exílio, o próprio Nestório. Este escrevia então as memórias das grandes crises da sua vida, que só nos últimos anos foram descobertas.

Desta vez, o ataque partiu de Eutiques, superior de um dos numerosos mosteiros de Constantinopla, e teve como alvo Teodoreto. Eutiques era um monge pouco instruído, mas influente. O principal ministro da corte era seu afilhado. Acusara Teodoreto de ser nestoriano e julgava a sua ortodoxia segundo a sua própria interpretação dos ensinamentos de São Cirilo. Quando o bispo respondeu aos ataques, o imperador terminou a discussão: proibiu-o de continuar a controvérsia e limitou a sua autoridade às fronteiras da diocese.

Eutiques procurou obter a aprovação do papa para as suas teorias. A principal afirmava que havia em Nosso Senhor uma única natureza^[7], a divina. Mas, nessa mesma altura, foi denunciado como herege ao seu próprio bispo, Flaviano de Constantinopla. Rapidamente se anunciou uma grande crise.

Voltava a entrar em ação a rivalidade entre as grandes dioceses. Durante toda a campanha contra Teodoreto, o monge tivera o apoio de Dióscoro, bispo de Alexandria e sucessor de São Cirilo. Flaviano — numa curiosa semelhança com os acontecimentos de 431 — era antioqueno. Não desejava julgar o monge, pois conhecia a influência de Eutiques na corte, o poder de

Dióscoro e os triunfos de Alexandria em 404 e 431. Mas não teve alternativa: agiu e condenou Eutiques.

O monge apelou a Roma e a Alexandria. Dióscoro rejeitou a sentença e pediu ao imperador que convocasse um Concílio Geral para julgar a questão.

Os acontecimentos começaram a seguir o mesmo curso de 431. O papa, São Leão I, concordou com a realização do concílio e nomeou os seus legados. Escreveu à assembleia e confiou aos legados uma decisão sobre a questão de fé: o documento que ficou conhecido como o *Tomo de São Leão*. O concílio reuniu-se em Éfeso, a 8 de agosto de 449, na mesma basílica onde se realizara o de 431. Foi presidido por Dióscoro, bispo de Alexandria.

Seguiu-se uma série de abusos. O presidente começou por excluir todos os que tinham participado na condenação de Eutiques e todos aqueles que suspeitava serem hostis ao monge. Impôs as suas decisões através de ameaças de deposição, exílio e até de morte, apoiadas pela presença ostensiva de homens armados que o governo colocara à sua disposição. Eutiques foi reabilitado; Flaviano e Teodoreto foram depostos. As doze proposições de São Cirilo, interpretadas no sentido que Eutiques lhes atribuía, foram oficialmente adotadas como definição da fé. Flaviano foi preso e tão maltratado que morreu.

Os legados romanos protestaram, mas ninguém lhes deu atenção. Só escaparam ao destino de Flaviano porque fugiram.

A heresia voltava a triunfar no Oriente, simplesmente porque os hereges tinham o apoio do imperador. Alexandria voltava a vencer Antioquia e a afastar um bispo antioqueno de Constantinopla. Era a terceira vez em cinquenta anos. Este último aspeto não deve ser esquecido: na sequência dos acontecimentos de 449, o orgulho alexandrino sofreria um golpe tão profundo que abriria uma divisão permanente na unidade religiosa.

Durante os doze meses seguintes ao triunfo de Dióscoro, o papa enviou numerosos protestos ao imperador contra o que se fizera. Teodósio II só respondeu em abril de 450, afirmando o direito do Oriente a resolver os seus próprios assuntos. O papa, porém, recusou reconhecer o novo bispo de

Constantinopla, sucessor de Flaviano, enquanto este não aceitasse a definição romana da doutrina, expressa no *Tomo* de 449.

A dependência da Igreja oriental em relação à corte tornou-se dramaticamente evidente quando Teodósio II morreu, a 28 de julho de 450, em consequência de uma queda de cavalo. Os seus sucessores — a irmã, Pulquéria, e o marido desta, Marciano — eram católicos. Os bispos exilados foram chamados de volta. Convocou-se o concílio que São Leão vinha a pedir desde que recebera notícias da assembleia de 449^[8]. O papa foi convidado a presidi-lo.

Foi este o Concílio Geral de Calcedónia, realizado em outubro de 451. Desta vez, o acusado era Dióscoro, que foi condenado, deposto e exilado. A definição da doutrina apresentada pelo papa foi aceite entre grandes aclamações. «É Pedro quem fala pela voz de Leão», exclamavam os bispos. Teodoreto foi restituído ao seu cargo, tal como as outras vítimas do *Latrocínio*.

O concílio passou depois às questões disciplinares. Os bispos protestaram energicamente contra a interferência imperial nos assuntos da Igreja e restabeleceram as jurisdições das várias dioceses orientais. Jerusalém foi elevada à categoria de Antioquia e Alexandria, isto é, tornou-se uma sé patriarcal. Criou-se também um patriarcado para Constantinopla, cuja primazia honorífica, imediatamente depois de Roma, foi novamente confirmada. Constantinopla tornou-se ainda uma instância de recurso para todo o Oriente.

Os legados do papa recusaram confirmar aquela primazia honorífica. São Leão apoiou-os e declarou-a nula, por considerar igualmente nulo o cânone de 381 em que se baseava. O bispo de Constantinopla respondeu repudiando o que se fizera. Era tudo o que o papa podia esperar. Assim terminou o assunto, em 453, de uma forma pouco satisfatória.

Entretanto, uma consequência ainda mais violenta do grande concílio começou a absorver a atenção do imperador, do papa e de todo o episcopado oriental: uma revolta generalizada no Egipto e na Síria contra a nova definição da doutrina.

Calcedónia fora uma derrota terrível para os cristãos egípcios. Depois de três vitórias na luta contra Constantinopla, Alexandria acabara vencida. Após uma longa história como defensora da ortodoxia, via agora a sua teologia condenada como herética. O Egito fora o primeiro berço da nova instituição monástica, e o bispo de Alexandria tornara-se uma espécie de patriarca de todos os monges do mundo. Santo Atanásio, Teófilo, São Cirilo e Dióscoro tinham sido auxiliados nas suas disputas por verdadeiros exércitos de eremitas e de monges que viviam em comunidade. Ao primeiro sinal de crise, acorriam aos milhares para proteger o bispo e divulgar as suas ideias. Voltaram a reunir-se por todo o Oriente, desta vez para condenar o Concílio de Calcedónia e despertar o nacionalismo latente do Egito e da Síria contra ele, apresentando-o como um instrumento da tirania do imperador grego.

Ao regressarem do concílio, os bispos encontraram as suas dioceses nas mãos dos monofisitas. Só conseguiram recuperar as igrejas depois de o governo enviar tropas em seu auxílio.

Estas desordens continuaram durante vinte e cinco anos. Bispos rivais, católicos e monofisitas, disputavam as grandes dioceses. Só as forças armadas do governo puderam evitar o massacre dos católicos. Nos oitenta anos posteriores à morte de Teodósio, o Grande, o Império do Ocidente quase desaparecera. Agora, a divisão religiosa ameaçava fazer o Império do Oriente perder dois terços do seu território. Tornara-se indispensável adotar uma política que acabasse com a divisão e reconciliasse os monofisitas.

Vinte e cinco anos de repressão pela força não tinham conseguido dominá-los. Em 477, um partidário dos monofisitas usurpou o trono. Ocupou-o apenas durante dois anos, mas nesse período criou inúmeras dificuldades à Igreja através de uma nova política de compromissos. Para os monofisitas, o grande obstáculo era Calcedónia e a definição da doutrina apresentada por Roma e aceite pelo concílio. Independentemente das suas crenças — havia entre eles várias seitas —, todos concordavam em condenar a fórmula de São Leão como herética. Quem aceitasse Calcedónia era considerado nestoriano.

Basilisco, o usurpador, publicou então uma declaração de fé que todos os bispos deveriam assinar. Reafirmava a condenação feita em Éfeso, em

431, e aceitava a assembleia de 449, o *Latrocínio*. Condenava Eutiques, mas condenava igualmente Calcedónia e a fórmula de São Leão.

Esta declaração, chamada *Encyclion*, foi a primeira de uma série de documentos publicados pelos imperadores nos cento e cinquenta anos seguintes para unir católicos e monofisitas, fazendo concessões a ambos. Foi, porém, a única que rejeitou explicitamente Calcedónia. Teve um grande êxito: todos os bispos católicos da Igreja oriental a assinaram, com uma única exceção notável.

Essa exceção foi Acácio, patriarca de Constantinopla. Quando o usurpador foi derrubado, em 477, Acácio tornou-se o principal conselheiro do imperador Zenão, restituído ao trono. A *Encyclion* foi retirada. Com a mesma unanimidade e prontidão, os bispos obedeceram à nova ordem imperial e cancelaram as suas assinaturas.

Acácio fora o único herói episcopal da crise de 477. Por uma estranha infelicidade, tornar-se-ia agora a causa de um cisma de trinta e cinco anos. Ao ensinar o Oriente a ser católico sem o papa, esse cisma estabeleceu um modelo para muitas das suas atitudes posteriores e, talvez, para o grande cisma que ainda perdura.

As intenções do patriarca eram muito boas. Queria reconciliar os monofisitas, muitos dos quais se mantinham separados da Igreja apenas por diferenças de terminologia. Propôs que católicos e monofisitas aceitassem uma nova fórmula de fé, sem qualquer referência à polémica questão de Calcedónia e de São Leão. Essa fórmula foi o *Henoticon*, publicado em 482 pelo imperador, e não por um concílio da Igreja nem pelo próprio Acácio. Mais uma vez, um édito imperial restabelecia a disciplina eclesiástica e procurava pôr fim às disputas de fé.

O *Henoticon* reproduzia as definições dos concílios de Niceia, Constantinopla e Éfeso. Condenava Nestório para satisfazer os monofisitas e Eutiques para satisfazer os católicos. Incluía as doze célebres proposições de São Cirilo, mas não mencionava o *Tomo de São Leão*. Não fazia referência ao *Latrocínio*, mas também guardava silêncio sobre Calcedónia.

Seria difícil conceber uma peça mais hábil de manobra teológica, tal o cuidado com que procurava evitar os dois perigos opostos. No entanto, apresentava implicitamente como questão em aberto, sem importância decisiva e que cada bispo poderia resolver por si, precisamente o ponto que dividia católicos e monofisitas: a ortodoxia de Calcedónia e de São Leão. Fazia-o para apaziguar aqueles que tinham sido considerados hereges por recusarem Calcedónia.

Tal como a *Encyclion* de 477, o novo decreto teve êxito imediato. Conquistou todo o Oriente. Acácio, que o elaborara, dirigiu o movimento, ao qual aderiram Alexandria, Antioquia e Jerusalém.

O papa protestou e convocou Acácio para ser julgado. Mas os enviados do papa a Constantinopla, depois de serem presos e até torturados, aderiram à nova política e também assinaram o *Henoticon*. Perante isto, o papa excomungou Acácio, que respondeu da mesma maneira. A Igreja perdeu assim, salvo poucas exceções, os seus membros no Oriente. Metade eram hereges, os monofisitas; a outra metade, constituída pelos católicos, estava em cisma. Esta situação durou trinta e cinco anos, durante os quais os monofisitas foram ganhando terreno de forma constante.

Acácio morreu em 489 e Zenão em 491. O novo imperador, Anastácio I, era monofisita. O seu reinado ficou marcado pela tentativa de impor o monofisismo aos patriarcas de Constantinopla, que, embora partidários do cisma, permaneciam firmemente ligados à fé romana.

Voltava a haver uma grande confusão religiosa em todo o Império. No Egipto, os assuntos religiosos eram regulados pelo *Henoticon*, interpretado num sentido fortemente contrário a Calcedónia, como preparação para uma futura condenação do concílio. Na Síria, os bispos também aceitavam o documento, mas interpretavam-no a favor de Calcedónia; os monges estavam divididos. Constantinopla, com exceção da corte, era católica, salvo pela recusa em abandonar o *Henoticon* e a memória de Acácio, o primeiro promotor do movimento. Dificilmente se poderia dizer que esta política acabara com as diferenças religiosas ou restaurara a antiga unidade política do Oriente. Cerca de trinta anos depois da sua adoção, por volta de 511, Anastácio preparou uma política mais claramente contrária a Calcedónia.

Para o auxiliar, chegou à capital um homem que seria, durante trinta anos, a alma do partido monofisita: Severo, um monge sírio, o maior teólogo que o movimento produziu e o verdadeiro fundador do monofisismo como Igreja separada. Graças à sua personalidade extraordinária e à sua habilidade política, o monofisismo ganhou, pela primeira vez, uma grande força na capital. O bispo de Constantinopla, que se opunha ao movimento, foi deposto e substituído por um herege. O mesmo aconteceu em Antioquia, onde Severo assumiu a direção da diocese. Os bispos da Síria radicalizaram-se, interpretando o *Henoticon* no sentido monofisita. Em Jerusalém, o patriarca ofereceu alguma resistência, mas foi deposto e exilado por ordem imperial. O monofisismo voltava a dominar. Contudo, apesar de Severo ter conseguido colocar monofisitas nas principais dioceses, ainda havia muitos adversários do movimento, sobretudo na capital, e monofisitas dissidentes na Síria, em número suficiente para provocar novas medidas do imperador. Foi então, quando a situação se agravava lenta e continuamente, que o velho imperador, de oitenta e seis anos, morreu, a 9 de julho de 518. O seu sucessor, Justino I, era latino e católico.

A reação foi imediata. A multidão percorreu as ruas de Constantinopla, exigindo o reconhecimento de Calcedónia e de São Leão e a deposição de Severo. Um concílio de bispos reconheceu solenemente Calcedónia, restituiu o nome de São Leão ao seu lugar na liturgia e depôs e excomungou Severo, que já fugira. Os católicos ganharam vantagem por toda a parte, exceto no Egito. Menos de um mês depois de subir ao trono, o novo imperador escreveu ao papa Hormisdas, pedindo-lhe que levantasse a excomunhão e o recebesse na comunhão da Igreja.

Os legados do papa só chegaram a Constantinopla em março de 519. Levavam um documento que todos os bispos deveriam assinar, como testemunho da sua fé católica e condição para a reconciliação: a célebre *Fórmula do Papa Hormisdas*. Esta reconhecia que a doutrina da Igreja romana nunca falhara, graças às palavras de Nosso Senhor ao seu primeiro bispo: «Tu és Pedro.» Condenava Eutiques e Nestório, associando São Cirilo ao papa nesta última condenação. Reconhecia explicitamente as decisões de Éfeso e de Calcedónia. Nomeava e condenava todos os chefes monofisitas, bem como Acácio e todos os seus seguidores. Aceitava

expressamente o *Tomo de São Leão* e, por fim, rejeitava todos os que estavam «separados da comunhão da Igreja Católica, isto é, aqueles que não se submetiam à Sé Apostólica».

O imperador propôs uma conferência para discutir a *Fórmula*, mas os legados mantiveram-se firmes. Tinham vindo apenas para recolher assinaturas. O patriarca assinou, tal como todos os outros bispos presentes na capital. Pouco depois, os emissários levaram o documento aos bispos de todo o Oriente.

Na capital, a tarefa fora muito fácil. Fora de Constantinopla, a situação era diferente. Em muitos lugares, como Éfeso e Tessalónica, houve oposição dos monofisitas mais radicais e daqueles que não estavam dispostos a condenar, juntamente com Acácio, os seus sucessores, que durante o cisma tinham sofrido pela sua resistência ao imperador monofisita Anastácio. A maioria dos bispos do próprio patriarcado de Severo assinou a *Fórmula*, mas quarenta resistiram, acompanhados pelos monges por toda a parte. Estes só foram vencidos através do cerco aos seus mosteiros. As comunidades foram dissolvidas e os eremitas expulsos. Estas medidas acabaram por favorecer muito a causa monofisita: deixaram livres, na Síria, milhares de apóstolos ardorosos, que pregavam contra os bispos e contra o Concílio de Calcedónia onde quer que se encontrassem. Do seu esconderijo, Severo dirigia o movimento. Foram ordenados centenas de sacerdotes e diáconos para substituir aqueles que tinham «caído», submetendo-se ao papa Hormisdas. Quanto ao Egipto, esperava-se uma resistência generalizada a qualquer tentativa de restauração católica, pelo que o governo preferiu deixar a situação como estava. Começaram então a refugiar-se no Egipto todos os perseguidos e os que tinham perdido os seus bens.

O problema monofisita continuou, portanto, a provocar desordens políticas crónicas no Império. Sobre a Igreja pairava a ameaça de o imperador comprometer um ponto definido e fundamental da fé sempre que isso lhe parecesse favorecer a ordem e a segurança do Estado. Com a subida ao trono de Justiniano, que reinou de 527 a 565, a ameaça voltou a concretizar-se. O seu longo reinado aumentou o poder do Estado sobre a Igreja dos seus domínios e afastou-a ainda mais da tradicional obediência a

Roma, isto é, da crença na primazia romana, que constituía o seu fundamento.

Justiniano, um dos maiores imperadores, tinha a seu favor a reconquista de Itália e da África e a grande restauração do direito romano. Era pessoalmente ortodoxo e preocupava-se sinceramente com o florescimento do catolicismo. Mas, tal como Carlos V dez séculos depois — cuja figura antecipa em vários aspetos —, considerava-se de tal modo protetor da Igreja que se julgava o seu chefe executivo. Os bispos, e até o papa, seriam os seus conselheiros e especialistas, encarregados de executar as suas decisões. Nas grandes compilações de direito romano que levam o nome de Justiniano, esta prejudicial confusão entre autoridade espiritual e temporal é cuidadosamente apresentada como parte normal e aceite da política imperial. «Nada deve escapar ao monarca, a quem Deus confiou o cuidado de toda a humanidade»: era este o princípio do novo cesaropapismo. A doutrina ortodoxa era protegida por penas terríveis contra a heresia. As atividades missionárias, dentro e fora do Império, eram apoiadas e incentivadas. Os bispos gozavam de grande prestígio e tinham um papel importante como juízes, mesmo em questões temporais e em processos entre leigos; na prática, eram todos nomeados pelo imperador. A sua vida, tal como a do clero e dos monges, era cuidadosamente regulada pela nova lei civil. No pensamento imperial, o papa ocupava um lugar especial, mas continuava integrado no sistema. Não se procurava negar à Sé romana a sua primazia tradicional. O papa era, para todos os efeitos, «o chefe de todos os sacerdotes de Deus», e Roma, «a fonte de todos os sacerdotes». Entre as dioceses do Império, só Roma conservava o direito de eleger livremente o seu bispo, embora o eleito devesse depois pedir ao imperador a confirmação da eleição. Era esta supremacia do papa sobre a Igreja que o imperador desejava utilizar como instrumento de governo. Para a pôr ao serviço da sua política, não hesitava, por vezes, em recorrer à violência.

A história do quinto Concílio Geral, e das suas relações com Justiniano e o papa Vigílio, oferece o exemplo mais extraordinário desta atitude. Convém notar que, neste caso, Justiniano não procurou assumir as funções do papa nem introduzir uma alteração ilegal na constituição da Igreja. Não contestava quem era o papa. Revelava, porém, uma determinação cruel e

contrária ao espírito católico de o utilizar contra a sua vontade, que faz lembrar o tratamento dado por Napoleão a Pio VII.

Os pormenores complicados deste Concílio Geral, o mais estranho de todos, terão de ser lidos noutra obra. Foi o ponto culminante de um novo plano imperial para reparar a divisão causada pela heresia monofisita. Os monofisitas afirmavam que os partidários de Calcedónia eram geralmente nestorianos. Para mostrar, sem qualquer dúvida, que os calcedonianos — os católicos — condenavam Nestório tão firmemente como os monofisitas, propôs-se uma condenação solene de três teólogos, mortos havia muito, que tinham simpatizado com ele, ou das suas doutrinas. Feito isto, os monofisitas perderiam o seu argumento e a longa divisão terminaria sem que fosse necessário dizer uma palavra a favor ou contra Calcedónia. Os três objetos da condenação eram a pessoa e os escritos de Teodoro de Mopsuéstia; os escritos de Teodoreto contra São Cirilo, por ocasião do Concílio de Éfeso; e a carta em que Ibas, bispo de Edessa, relatava a Maris, bispo de Selêucia, a história daquele concílio. Teodoro fora mestre de Nestório e uma das principais fontes da sua heresia. Teodoreto e Ibas tinham sido amigos íntimos de Nestório e adversários ferrenhos de São Cirilo.

A objeção de Roma à condenação baseava-se no facto de um ataque a Teodoreto e a Ibas poder parecer dirigido contra Calcedónia, pois ambos tinham sido solenemente reabilitados naquele concílio. Foi precisamente assim que o Ocidente interpretou, de início, a condenação publicada pelo papa em 548. Houve protestos violentos por toda a parte, sobretudo na África, onde o papa foi excomungado.

A posição do papa tornou-se ainda mais delicada, e os seus atos mais sujeitos a interpretações erradas, porque era então prisioneiro de Justiniano. Fora raptado em 545 e levado para a capital, depois de manifestar as primeiras hesitações em aceitar a vontade imperial.

Seguiu-se uma série de crises entre a condenação de 548, posteriormente retirada pelo papa, e a reunião do concílio, em maio de 553. O papa recusou participar na assembleia. Houve, por isso, condenações separadas: o papa condenou os escritos de Teodoro de Mopsuéstia; o

concílio condenou os *Três Capítulos*^[9] — ou, mais precisamente, aceitou a condenação feita por Justiniano.

Restava obter a aprovação do papa. Depois de mais seis meses de sofrimento, isolamento e prisão, Vigílio, já com mais de oitenta anos, cedeu. Foi-lhe então permitido regressar a Roma, de onde estivera ausente durante quase dez anos.

Depois da morte de Justiniano, o Império entrou num longo período de evidente declínio. Os persas, que durante aqueles séculos representaram para o Império Romano algo semelhante ao que os ingleses representaram para a França medieval, aproveitaram a fraqueza dos seus sucessores. A Síria e o Egipto caíram facilmente nas suas mãos: a simpatia pelo monofisismo e os sofrimentos causados pela repressão daquela crença tinham levado as populações a rejeitar o imperador do Bósforo.

A situação mudou com Heráclio, imperador de 610 a 641. O governo do Império voltava a estar nas mãos de uma grande personalidade, de um soldado extraordinário e de um administrador competente e justo. Depois de quase vinte anos de reorganização e de guerra, recuperou as províncias perdidas, Jerusalém e a verdadeira Cruz. Pôde então impor a paz aos persas na sua própria capital.

A sua segunda tarefa era reorganizar as províncias recuperadas. Para garantir a segurança futura, precisava de unir gregos e orientais no Egipto e na Síria. Voltou, assim, a enfrentar o antigo problema monofisita. Os monofisitas dessas regiões não o perturbariam por muito tempo: enquanto Heráclio preparava novos planos, surgia na Arábia uma nova força, o Islão, que em breve arrancaria definitivamente o Egipto e a Síria ao Império, num prazo de quinze anos depois da vitória de 628.

Mas o plano de reconciliação dos hereges sobreviveu à perda dos territórios onde viviam. Durante cinquenta anos, provocou graves conflitos entre os próprios católicos, perseguições, martírios e uma nova rutura das relações com Roma.

O autor do novo plano era Sérgio, patriarca de Constantinopla. Também ele evitava referências a Calcedónia, a São Leão e até a São Cirilo.

Declarava simplesmente que, por ser uma só pessoa, Nosso Senhor tinha uma única fonte de atividade, uma só «energia». Numa apresentação mais acessível, a teoria dizia que Cristo tinha uma única vontade. Daí o nome de monotelismo dado à heresia. E era, de facto, uma heresia: nela permanecia oculto o antigo monofisismo, como facilmente reconhecia quem conhecesse bem a controvérsia.

Heráclio foi convencido a aceitá-la, e os monofisitas mostraram-se favoráveis. Mas Sofrónio, patriarca de Jerusalém, percebeu a ameaça para a fé e denunciou-a a Roma. Sérgio escrevera ao papa sobre o mesmo assunto. A falta de atenção de Honório I, papa de 625 a 638, tornou-o uma das figuras mais célebres da controvérsia que posteriormente se travaria sobre a infalibilidade papal. Ao que parece, Honório não compreendeu o verdadeiro ponto em discussão: se havia em Nosso Senhor uma vontade divina e uma vontade humana. Procurou resolver outra questão: se poderia haver em Cristo algum conflito entre o que queria como Deus e o que queria como homem. Como entre ambos existia uma harmonia perfeita, dizia Honório, devíamos reconhecer nele uma só vontade. Quanto à discussão sobre a existência de uma ou de duas «energias», considerava que a expressão podia ser mal interpretada e que convinha evitar o debate.

Esta resposta favoreceu os chefes do monotelismo: aprovava a sua expressão «uma só vontade» e apoiava a política de deixar de discutir para conservar a paz.

Nos oito anos posteriores a esta decisão desastrosa, morreram as principais figuras do movimento: os hereges, o imperador e o papa. As províncias monofisitas foram perdidas. A nova heresia tornou-se então doutrina oficial, e o Estado continuou a impô-la. Roma, assim que o verdadeiro problema foi esclarecido, iria naturalmente combater a heresia e, se necessário, os imperadores que a apoiavam.

A nova fase começou com uma série de intervenções de Roma. Os sucessores de Honório explicaram o que ele aprovara e o que condenara, procurando mostrar que de maneira nenhuma tinha aprovado o monotelismo. Condenaram também a nova profissão de fé elaborada pelo imperador e ordenaram ao patriarca de Constantinopla que retirasse o seu apoio. Como este se recusou, o papa excomungou-o. O imperador

Constante II, que reinou de 642 a 668, respondeu com um novo édito, o *Tipo*.

Este decreto impunha simplesmente silêncio a todas as partes. A heresia poderia manter-se, e os católicos deveriam deixar de insistir na fé tradicional. O primeiro a violar a regra do *Tipo* foi o novo papa, Martinho I, eleito em 649, e fê-lo da forma mais pública possível. Antes da eleição, Martinho vivera muitos anos em Constantinopla como representante do papa na corte. Conhecia toda a controvérsia e as personalidades envolvidas. Em outubro de 649, num grande sínodo realizado no Latrão, condenou o *Tipo* e os seus promotores e definiu como ensinamento da Igreja que havia em Nosso Senhor «duas vontades naturais, a divina e a humana». Ordenou ainda que se reunissem concílios semelhantes por todo o Ocidente, para divulgar aquelas condenações e a definição.

Em resposta, o imperador tentou primeiro conquistar o papa para o seu lado. Depois planeou assassiná-lo e, quando a tentativa falhou, mandou prendê-lo e levá-lo para Constantinopla. O papa foi submetido a toda a espécie de humilhações. Julgado por traição, foi condenado à morte em 654, mas a pena foi comutada para exílio. Doze meses depois, enfraquecido pelos sofrimentos e ainda no exílio, morreu. Não foi a única vítima daquelas perseguições.

A política de Constante II manteve-se durante toda a sua vida. O seu filho e sucessor, Constantino IV, que reinou de 668 a 685, não partilhava o mesmo entusiasmo. Embora o *Tipo* não fosse formalmente alterado, deixou de ser imposto como profissão de fé. Dez anos de relações mais pacíficas entre o imperador e o papa prepararam o caminho para o Concílio Geral de 680, que encerrou aquela longa e difícil questão. O papa Agatão enviou uma carta que expunha a doutrina tradicional da Igreja sobre o ponto em discussão: se havia em Nosso Senhor uma ou duas vontades. São Leão fizera o mesmo em Calcedónia. Tal como então, os 174 bispos orientais presentes receberam a doutrina do papa com aclamações: «É Pedro quem fala através de Agatão.» Depois de definir a doutrina, o concílio condenou os autores da heresia e, com eles, o papa Honório. Não o condenou como autor da heresia, mas «porque, na sua resposta a Sérgio, seguira em tudo a opinião daquele homem mau e confirmara a sua doutrina ímpia».

A data do sexto Concílio Geral — de novembro de 680 a setembro de 681 — recorda-nos que, neste breve exame das consequências da conversão do imperador romano para o catolicismo, ultrapassámos há muito a divisão convencional que os historiadores estabelecem entre o Império Romano e o Império Bizantino. Tinham decorrido quase quatro séculos desde a conversão de Constantino. Começava a surgir uma nova cultura imperial, centrada em Constantinopla, a cidade que ele fundara. O Império era agora, na realidade, um grande Estado grego. Aproximava-se o tempo em que um imperador romano classificaria o latim como língua bárbara. É oportuno considerar como a Igreja vivera, durante esses mesmos quatro séculos, nos países ocidentais — Itália, África, Espanha, Gália, Bretanha e Alemanha —, onde, em 680, o imperador já deixara de governar havia muito. Antes disso, porém, precisamos de falar de outro grande concílio, realizado em Constantinopla em 692, pois marcou definitivamente o início de uma nova época nas relações entre Roma e o mundo católico grego. Parecia ter surgido um espírito novo, claramente e sistematicamente contrário a Roma, que se ressentia da sua liderança e manifestava algum desprezo pelos seus costumes próprios e pelo Ocidente considerado bárbaro. A insubordinação ocasional perante o papa, apoiada pelo imperador, começou a assumir, nos patriarcas de Constantinopla, o tom de uma luta pela independência. No seu espírito, o concílio de 692 foi — mais ainda do que o cisma de Acácio — um prelúdio de Fócio e do cisma de Cerulário, que ainda perdura.

O objetivo do concílio era estabelecer novos cânones de disciplina eclesiástica, como suplemento dos dois últimos Concílios Gerais^[10], que não tinham tratado dessas questões.

O concílio reuniu-se numa sala abobadada do palácio imperial — daí o nome de Concílio *in Trullo* — e atribuiu-se o direito de legislar para todo o Império e também para Roma. Na sua maioria, as novas leis apenas reuniam e organizavam as antigas. Havia, contudo, alguns cânones novos, claramente contrários a Roma. O cânone sobre o casamento do clero afirmava que os costumes romanos não estavam de acordo com a tradição dos apóstolos. Ao regular os dias de jejum, outro cânone mencionava o costume romano de jejuar aos sábados da Quaresma e proibia essa prática, mesmo em Roma, sob pena de excomunhão. Além disso, as fontes

utilizadas na elaboração do novo código incluíam cânones de concílios que Roma nunca reconhecera e de outros que rejeitara expressamente.

Quando se pediu a aprovação de Roma para estes novos cânones, surgiram naturalmente conflitos. O papa Sérgio I recusou aprová-los. Só uma revolução em Constantinopla, em 695, o livrou de ter o mesmo destino de São Martinho I. Quando Justiniano II recuperou o trono, dez anos depois, retomou a questão com João VII, sucessor de Sérgio. A resposta deste papa foi ambígua: não confirmava as decisões do concílio, mas também não recusava confirmá-las. Isso não bastou. O papa recebeu ordem de comparecer na corte. João VII já morrera quando a ordem chegou a Roma, e foi o papa Constantino quem teve de obedecer. Entre os membros do seu séquito estava o diácono que mais tarde seria o papa Gregório II. Graças à sua hábil diplomacia, a questão foi resolvida sem que o papa tivesse de confirmar os decretos.

O catolicismo dos séculos de que temos tratado teve duas grandes glórias: o nascimento e a primeira expansão do monaquismo cristão e a sucessão de grandes escritores eclesiásticos conhecidos como os Padres da Igreja.

Na origem do monaquismo estava uma prática tão antiga como a própria Igreja: homens e mulheres consagravam-se a Deus através de um voto de perfeita castidade. Em todas as igrejas se encontravam estas almas heroicas, chamadas «continentes». Os apologistas referiam-se frequentemente a elas como prova da santidade a que a fé podia conduzir. Com o tempo, as autoridades eclesiásticas começaram a estabelecer regras rigorosas para proteger a sua virtude: fixaram a idade em que os votos podiam ser aceites e determinaram um modo de vida, com serviços especiais na igreja e exercícios de devoção em comum.

O passo seguinte foi reunir estes ascetas numa vida comum. Por volta de 270, encontramos Santo Antão do Egito a colocar a irmã num «convento».

Outros preferiam uma existência solitária, afastada do convívio humano: primeiro nas imediações das grandes cidades, depois em cabanas e grutas no deserto. O primeiro destes eremitas foi São Paulo de Tebas, de

quem Santo Antão foi discípulo. Rapidamente se reuniram numerosos discípulos em torno dos eremitas, sobretudo dos que tinham fama de santidade. Por ocasião do Concílio de Niceia, em 325, havia milhares de solitários nos desertos a sul do Egito. Não existiam então regras comuns para os exercícios espirituais ou as práticas de penitência. Cada um fazia o que considerava mais adequado às suas necessidades. Reuniam-se aos domingos para assistir à missa e receber instrução. Sustentavam-se através do trabalho manual.

A fase seguinte foi a criação de comunidades com um modo de vida comum. Todos deveriam observar as mesmas regras de oração, austeridade e trabalho, sob a direção de um superior, a cujas decisões deviam obedecer. A obediência constituía a primeira obrigação de todos. Foi este o início do monaquismo no verdadeiro sentido da palavra. O primeiro mosteiro foi fundado por São Pacómio, em Tabennisi, por volta de 320.

Até então, o movimento limitara-se ao Egito. Mas, aproximadamente nessa época, um discípulo de Santo Antão introduziu-o na Palestina sob uma nova forma: a laura. Era uma comunidade sujeita a uma regra e a um superior, mas em que cada membro vivia sozinho na sua cabana. Esta forma de vida monástica espalhou-se rapidamente pela Terra Santa. Muitas comunidades tinham centenas de monges.

Da Palestina, o monaquismo passou à Síria e à Ásia Menor. Aí encontrou um grande orientador, cuja influência fixou as suas características numa regra escrita que ainda hoje é observada por milhares de homens e mulheres. Foi São Basílio, que viveu de 329 a 379 e que, mais tarde, como arcebispo de Cesareia, na Capadócia, se distinguiria entre os maiores defensores da fé contra o arianismo.

Homem de grande experiência, elaborou uma regra que era um verdadeiro código de vida monástica, e não apenas um conjunto de orientações gerais para uma vida santa. Dois aspetos a distinguiam: estabelecia disposições para o noviciado — o período em que o candidato experimenta a vida monástica e se exercita nas suas práticas, sobretudo na obediência — e determinava que os mosteiros não fossem demasiado grandes. Cada um deveria ter, no máximo, trinta ou quarenta monges. São

Basílio adotou também uma atitude mais paternal e moderada quanto às austeridades e às penas por incumprimento da regra.

Nos cinquenta anos posteriores à morte de São Basílio, o monaquismo desenvolveu-se de tal modo nas igrejas orientais que, por ocasião do Concílio de Éfeso, já se podia considerar uma das suas características populares. Deixara de precisar de desertos ou de lugares isolados para existir. Sobretudo depois da reforma de São Basílio, tornara-se possível ter mosteiros nas cidades. Em Antioquia, Alexandria e Constantinopla, os monges contavam-se aos milhares. Muitas vezes, desempenharam um papel decisivo na história da Igreja. Foi naquele século e meio de controvérsias teológicas, de que acabámos de tratar, que se manifestou o grande génio dos Padres gregos. Disse-se dessas controvérsias que abalaram a própria estrutura da sociedade e que, ao mesmo tempo que produziram as grandes definições doutrinárias, deram ao Estado a oportunidade de submeter a Igreja.

Há outros aspetos da questão, menos decisivos mas mais agradáveis de considerar. Entre eles está o extraordinário desenvolvimento do pensamento cristão: a explicação correta e sistemática dos mistérios da fé, através de um estudo rigoroso, que diminuía o risco de futuras interpretações erradas, ajudava os evangelizadores a conquistar para o cristianismo as classes mais cultas e abria aos fiéis novas e profundas verdades para contemplar, enriquecendo a sua vida espiritual. Nos últimos séculos do Império, os grandes oradores, escritores e mestres do estilo literário grego eram cristãos e eclesiásticos. Os seus temas eram a fé cristã e a glória de servir Cristo através da observância das suas leis.

Como teólogos — pensadores que procuravam explicar sistematicamente as doutrinas tradicionais, utilizando o conhecimento natural e as suas leis para tornar mais compreensível a verdade revelada —, os Padres avançaram para além dos apologistas. Aproveitaram o trabalho árduo dos seus predecessores e as correções e condenações dos concílios dos dois séculos anteriores. Conseguiram uma compreensão mais profunda da fé e começaram a desenvolver uma terminologia técnica para exprimir o seu conteúdo. Os novos escritores eram eclesiásticos por vocação e atividade, se assim se pode dizer. Na maioria, eram católicos desde o nascimento. Tinham recebido, nas escolas do Império, uma educação

melhor do que a dos seus predecessores. Embora a sua linguagem conservasse aqui e ali algumas hesitações e imprecisões, revelava uma maturidade nova. Dominavam tão bem a doutrina e os recursos da linguagem e da filosofia que os seus trabalhos se distinguiam pela originalidade e vivacidade.

Os dois séculos entre 328 e 461 tornaram-se incomparáveis tanto na história da cultura como na da Igreja. O primeiro destes grandes escritores foi o principal defensor do Concílio de Niceia, Santo Atanásio, que viveu de 293 a 373 e foi bispo de Alexandria durante quase cinquenta anos. Embora, em certos aspetos, fosse um verdadeiro herdeiro da tradição alexandrina que remontava a Orígenes, Santo Atanásio foi uma personalidade singular. As exigências da vida fizeram dele, em grande medida, um autor de polémica religiosa, no sentido mais amplo e numa escala gigantesca. Mas essas exigências apenas desenvolveram o seu talento natural para escolher a palavra inequívoca e o argumento assente numa sequência lógica e incontestável. A isto juntava-se uma flexibilidade de espírito sempre pronta a acolher novas maneiras de exprimir verdades antigas e os dogmas cristãos mais fundamentais. É fácil reconhecer a força deste poderoso defensor da fé.

Intimamente ligados a Santo Atanásio, tanto pela luta comum contra o arianismo como por uma certa afinidade espiritual com Orígenes, estão os três escritores conhecidos como «os Capadóciolos», nome da província onde viveram. São eles São Basílio, de 329 a 379, cujo trabalho de reforma monástica já mencionámos; o seu irmão Gregório, bispo de Nissa, de 335 a 395; e o seu amigo íntimo Gregório de Nazianzo, de 330 a 390. Os três partilhavam, em certa medida, a confiança de Orígenes no papel da razão para interpretar os mistérios da fé. Eram, podemos dizer, humanistas. Mais do que qualquer autor anterior, tinham sido formados por tudo o que a literatura e a filosofia gregas podiam oferecer. São Gregório de Nazianzo foi talvez o maior pregador de teologia de que há memória. A força e a simplicidade da sua oratória tornavam os argumentos mais complexos compreensíveis para o mais humilde dos ouvintes. Dos três, Gregório de Nissa, irmão de São Basílio, foi o mais filosófico e, claramente, o maior discípulo de Orígenes.

Estes três escritores ocupavam uma posição intermédia entre a escola teológica de Alexandria e a escola de Antioquia, mais rigorosamente lógica, mais literal e mais racionalista. A história dos conflitos em torno do Concílio de Éfeso, em 431, já mostrou a grande diferença entre as duas escolas. Ao tratar da doutrina segundo a qual Nosso Senhor era divino e humano, Alexandria concentrava-se na sua divindade. O seu grande receio era que alguma coisa comprometesse a verdade da natureza divina.

A escola de Antioquia começava a exposição e a defesa da doutrina pela realidade da natureza humana de Nosso Senhor. Os seus escritores também receavam qualquer ênfase excessiva no outro aspeto. As duas escolas distinguiam-se igualmente na interpretação da Sagrada Escritura. Em Alexandria, o método alegórico era muito popular. Em Antioquia, quase só se admitia o sentido literal.

Os dois grandes escritores ortodoxos da escola de Antioquia eram São João Crisóstomo, cuja carreira como arcebispo de Constantinopla já referimos, e Teodoreto, amigo de Nestório e adversário de Eutiques. São João deve o seu lugar entre os Padres sobretudo à sua extraordinária interpretação da Sagrada Escritura, e não às contribuições para a teologia. Foi particularmente notável na interpretação das cartas de São Paulo: um estudioso moderno pôde dizer que todos os comentadores posteriores se limitaram a desenvolver o seu trabalho. Em matéria teológica, este santo foi mais moralista do que analista. A sua obra procurava sobretudo corrigir a vida dos cristãos, mais do que aperfeiçoar os meios de compreensão dos mistérios da fé.

Teodoreto, bispo de Cirro, que morreu por volta de 458, foi quase o último Padre grego daquela idade de ouro. Talvez seja mais fácil recordá-lo em relação e em contraste com o seu grande adversário, São Cirilo de Alexandria, que viveu de 380 a 444. No conflito entre estes dois bispos, ambos indiscutivelmente católicos, vemos a rivalidade entre as escolas de Alexandria e Antioquia na sua forma mais aguda. Um especialista nestas questões^[11] afirmou que São Cirilo foi o mais poderoso pensador teológico da Igreja oriental e que, depois de Santo Atanásio, nenhum grego exerceu uma influência tão grande na definição da doutrina católica. Teodoreto era o mais rigoroso estudioso dos dois. Se entre os seus amigos mais próximos

não estivessem dois dos maiores hereges da época — Teodoro de Mopsuéstia, seu mestre, e Nestório, seu colega de estudos —, teria certamente alcançado o prestígio e a posição mais elevada que merecia.

Na narrativa do ataque dos arianos à Igreja no Ocidente, nada dissemos sobre a «queda» do papa Libério, que governou de 352 a 366. O episódio é demasiado complicado para ser resumido sem perder clareza. Parece-me mais provável a interpretação de Pierre Batiffol, em *La paix constantinienne et le catholicisme*, capítulo IX. O ponto de conflito entre o papa e o imperador era a rejeição implícita do termo *homoousion* da fórmula de Niceia. Os legados do papa cederam nos concílios de Arles, em 353, e de Milão, em 355. Libério manteve-se firme e, depois de uma entrevista violenta com o imperador, foi exilado em 357. No ano seguinte, Basílio de Ancira conquistou o favor imperial. Dirigia um grupo que, embora católico, desconfiava do termo *homoousion*, devido ao uso inadequado que dele se fizera numa controvérsia do século III. Basílio procurou unir todos os católicos em torno de uma fórmula que não fosse a de Niceia, mas que também não a contrariasse. Apresentada num sentido católico e acompanhada de uma explicação clara dos motivos da sua adoção, a fórmula foi assinada por Libério, ainda prisioneiro. As falsidades dos panfletários arianos estão provavelmente na origem da confusão que envolve este episódio.

CAPÍTULO III

A conversão da Europa Ocidental, 313–755

Por Ocidente deve entender-se a parte ocidental do Império, segundo a divisão definitiva estabelecida por Graciano em 378. Abrangia Itália, a África romana, Espanha, a Gália, a Bretanha, a Grécia, os Balcãs e a Jugoslávia. Com exceção do sul de Itália e da África, estas regiões estavam muito menos cristianizadas do que o Oriente quando, em 313, Constantino e Licínio puseram fim às perseguições. A conversão destas províncias encontrava-se ainda numa fase inicial quando o governo central perdeu o controlo e os assuntos do Estado mergulharam no caos. É habitual designar esta fase, de forma pouco rigorosa, como a Invasão dos Bárbaros. Se procurarmos uma visão do catolicismo ocidental durante o governo dos imperadores romanos cristãos, encontraremos pouco mais do que um quadro muito limitado da Igreja em Itália e na África.

Na África, as consequências mais dramáticas destes acontecimentos verificaram-se no território da atual Tunísia. Às grandes perseguições de 303–312 seguiu-se um terrível cisma, baseado na recusa de reconhecer como bispo católico o arcebispo de Cartago. Alegava-se que este renegara a fé durante as perseguições. A acusação era falsa, como demonstraram as investigações oficiais, através do exame dos documentos do governo e dos registos judiciais. O movimento recebeu o nome de donatismo, derivado do seu chefe, Donato. Pretendia substituir o arcebispo acusado e todos os que o defendiam por bispos considerados «mais firmes» na fé. Entretanto, tornara-se um movimento de interesses que atraía todos os grupos sociais descontentes com Roma naquela província turbulenta. Depressa surgiram bispos rivais em todas as cidades, e os donatistas mostraram-se agressivamente hostis por toda a parte. Constantino procurou desde logo resolver o cisma. O espírito e os métodos da sua intervenção foram os mesmos que ele e os seus sucessores empregariam nas questões arianas. Primeiro apoiou os católicos, cuja posição as investigações rigorosas tinham esclarecido. Depois, quando os donatistas se mostraram dispostos a resistir e até a provocar uma guerra civil, adotou uma política de não intervenção. O cisma prolongou-se por mais um século. Em muitos lugares,

os donatistas consolidaram de tal modo o seu poder que os católicos, assustados com a violência contra a qual a lei não os protegia, fingiam aderir ao movimento.

Por fim, a situação tornou-se tão grave que nem o governo mais indiferente a poderia tolerar. Nos primeiros anos do século V, houve uma série de conferências que os donatistas exigiam, mas depois recusavam quando percebiam que o governo estava disposto a realizá-las. O imperador Honório, que reinou de 395 a 423, voltou então a publicar um decreto de supressão do movimento. Seguiu-se a guerra civil entre os romanos, depois a invasão dos vândalos e o desaparecimento do domínio de Roma durante cento e vinte anos.

A história do donatismo tem poucos aspetos de particular interesse. Convém, contudo, assinalar o importante princípio teológico que estava implícito no movimento e que reapareceria várias vezes no milénio seguinte: a ideia de que a validade dos sacramentos dependia do estado espiritual de quem os administrava. Assim, se um bispo abandonasse a fé, perderia todo o poder espiritual e deixaria de poder celebrar missa, absolver ou batizar. Esta teoria conduzia à anarquia espiritual, pois ninguém podia saber se outra pessoa estava ou não em estado de graça. Se fosse verdadeira, introduziria uma dúvida inevitável não apenas quanto à salvação, mas quanto ao próprio facto de alguém ter recebido um sacramento.

Mais importante do que o donatismo foi o homem que, na sua fase final, surgiu como o seu principal adversário: Santo Agostinho, que viveu de 354 a 430.

A história dos primeiros anos de Santo Agostinho é uma das grandes narrativas que fazem parte da formação cultural de todos. Foi ele próprio quem a registou num livro a que chamou *Confissões*. Desde que foi escrito, este livro tornou-se um dos clássicos universais, no qual qualquer pessoa pode reconhecer algo da sua própria vida e do seu carácter. A obra justifica que Santo Agostinho seja considerado o primeiro homem moderno: alguém apaixonadamente interessado no seu desenvolvimento intelectual e espiritual, mas sem orgulho. É a primeira grande obra de literatura pessoal.

A importância de Santo Agostinho não resulta apenas de ter sido um convertido notável ou de ter exercido o episcopado durante quarenta anos decisivos numa das principais províncias do Império. Era um intelectual que dominava os requintes da antiga cultura clássica, filósofo, orador, escritor, dramaturgo e homem de letras. Grande pensador, pioneiro ousado de novas teorias e verdadeiro génio da teologia, reunia a estes dons, numa combinação rara, a sensibilidade do artista e a capacidade de comunicar com os outros. Os pintores medievais representavam-no com um coração em chamas. O símbolo exprimia bem a característica essencial da sua personalidade. Viveu no meio de grandes movimentos e desempenhou um papel importante em todos eles. Daí a sua imensa produção: literatura, filosofia, teologia, história e cartas. Na clareza e acessibilidade desta obra encontrava-se toda a herança cultural do antigo mundo pagão, então em lento desaparecimento. Santo Agostinho foi a ponte pela qual o melhor do mundo antigo passou para o novo. Através do seu génio, a cultura latina recebeu o batismo, integrou-se nas tradições católicas, tornou-se um dos fundamentos da Idade Média e chegou até nós.

Quase desde o momento em que foram escritos, os seus trabalhos tornaram-se uma espécie de enciclopédia da nova cultura cristã, aceite em todo o Ocidente latino. Poucos escritores, governantes ou reformadores eclesiásticos deixaram de encontrar neles uma fonte de inspiração. Como pensador e mestre, Santo Agostinho dominou sem rival durante cerca de oitocentos anos. É difícil exagerar a sua influência na vida europeia ao longo desse período.

No seu tempo, essa influência fez-se sentir sobretudo nas controvérsias donatista e pelagiana. Como bispo de Hipona, na África romana, de 396 a 430, conduziu a causa católica à vitória, tanto quanto os argumentos podiam consegui-lo. Ao fazê-lo, enriqueceu o ensino da teologia católica sobre a natureza da Igreja e dos sacramentos.

Como já vimos, o donatismo era, naquilo em que contrariava a fé, praticamente uma heresia. O segundo movimento herético enfrentado por Santo Agostinho também punha em causa uma verdade com consequências práticas imediatas. O seu autor, Pelágio, era um monge bretão, asceta de carácter bondoso e um apreciado orientador espiritual. A sua teoria dizia

respeito aos papéis de Deus e do homem na salvação. Afirmava que o homem podia alcançar a salvação pelos seus próprios esforços, porque a sua natureza era inteiramente boa. Negava, assim, a doutrina tradicional do pecado original, as consequências da queda do primeiro homem e a realidade dos efeitos dos auxílios divinos, especificamente chamados graças.

Esta segunda controvérsia levou Santo Agostinho a escrever os livros pelos quais é mais conhecido como teólogo. Neles discute, com uma força incomparável, a ação de Deus sobre a alma humana e a sua relação com o livre-arbítrio.

Mas o livro que mais influenciaria a vida do Ocidente europeu nos mil anos posteriores à sua morte foi *A Cidade de Deus*. Nasceu da acusação dos pagãos de que o cristianismo causara a ruína do Império. Santo Agostinho trabalhou nele durante vinte anos. Produziu uma das primeiras grandes interpretações filosóficas da história, um vasto conjunto de doutrinas pagãs e cristãs e uma síntese de intenção original. Reuniu inúmeras ideias políticas e sociais e reflexões de defesa da religião cuja riqueza nenhum pensador, mesmo em tempos recentes, conseguiu esgotar.

O arianismo quase não atingira o Ocidente romano, com exceção da tentativa imperial de o impor como uma espécie de religião de Estado, entre 355 e 360. O principal acontecimento religioso do século IV foi a progressiva eliminação do paganismo da vida do Estado, já mencionada. A figura mais importante deste período, no campo propriamente eclesiástico, foi Santo Ambrósio, bispo de Milão. Nele, o que se destaca é sobretudo a capacidade de governar, mais do que a transmissão da cultura latina. Não lhe faltava, porém, cultura, nem deixava de a apreciar. Foi precisamente a clareza dos seus sermões que fez o mestre de retórica Agostinho compreender, pela primeira vez, que a religião da Igreja e uma inteligência culta não eram incompatíveis. Os numerosos discursos, tratados e cartas de Santo Ambrósio revelam um mestre do estilo ciceroniano. Foi também através dele que muito da erudição de Orígenes chegou à Igreja ocidental. Acima de tudo, porém, o bispo de Milão era um homem de ação, que consagrara a Deus o seu talento de administrador. Nele vemos já

plenamente desenvolvido o melhor tipo de bispo medieval: o pai espiritual do seu povo, que o protege e defende também nas necessidades materiais.

Santo Ambrósio merece ainda um lugar próprio por ter sido o primeiro bispo a formular teologicamente o verdadeiro lugar do governante católico na Igreja. O papa Libério, de 352 a 366, abriu um precedente durante a infância de Ambrósio, ao censurar duramente Constâncio II pela tentativa de introduzir disfarçadamente o arianismo no Ocidente. Mas o bispo de Milão tinha de tratar com imperadores católicos, numa época em que estes residiam precisamente na sua cidade. Apesar da violência, das prisões e das ameaças de morte, insistiu firmemente em que «o imperador está dentro da Igreja, e não acima dela». Estabeleceu assim um precedente para o futuro do Ocidente. Pode dizer-se que, neste aspeto, foi graças a Santo Ambrósio que a Igreja ocidental se desenvolveu com maior independência do que a oriental. É também importante notar que, durante toda a luta, contou com o apoio forte e ativo do seu povo. Vemos aqui, ainda antes da Idade Média, uma aliança instintiva entre o povo e a autoridade eclesiástica contra a tirania do Estado.

Outro contemporâneo de Santo Agostinho, que também exerceria uma influência duradoura sobre a Igreja e a Europa, foi o monge São Jerónimo, que viveu de 347 a 420. Dos três homens que estamos a considerar, era o mais erudito. Não foi propriamente um pensador original, filósofo ou teólogo, mas um homem de imenso saber, que dominava o grego, o hebraico e a sua língua materna, o latim. Ainda jovem, partiu do norte de Itália, talvez a sua região natal, para o Oriente, onde quis viver como eremita. Regressou depois a Roma para divulgar a sua experiência monástica e tornar-se conselheiro do papa Dâmaso I, de 366 a 384. Causou também algum incómodo ao clero mundano de Roma: pela sua vida ascética, pelo êxito da orientação espiritual que dava às senhoras da aristocracia e pelas frases contundentes com que defendia a sua mudança de vida e o ideal monástico contra os críticos. Era um homem que não tolerava fingimentos nem tolices. Depois da morte de Dâmaso, voltou ao Oriente e estabeleceu-se em Belém. Aí se dedicou ao trabalho que o tornou célebre: a nova tradução da Bíblia para latim e uma série de comentários aos livros sagrados. Se Santo Agostinho merece ser chamado pai da teologia latina, São Jerónimo pode ser considerado o primeiro grande fundador do estudo

crítico da Sagrada Escritura. As suas traduções exerceram uma influência duradoura na história do latim: não como uma peça rara ou preciosa, mas como instrumento através do qual os homens continuaram, durante mil e quinhentos anos, a comunicar ideias e opiniões.

Estes três grandes santos foram os fundamentos humanos de tudo o que a cultura medieval tinha de cristão e de muito do que conservava da cultura clássica. Se não tivessem pertencido à Igreja e tratado de assuntos religiosos, é possível que o imenso legado do pensamento antigo que nos transmitiram tivesse desaparecido. Viveram, de facto, na última geração que conheceu o domínio romano efetivo sobre todo o Ocidente. Poucos anos depois da morte de Santo Ambrósio, em 397, ainda em vida de São Jerónimo e de Santo Agostinho, chegou a catástrofe tantas vezes anunciada: o governo central perdeu o controlo das províncias, vieram as invasões dos francos, vândalos e hunos e seguiram-se as pilhagens e as destruições desenfreadas. Chegaria o dia em que, de todas as grandes instituições imperiais, só a Igreja sobreviveria. No meio do caos, manteve-se à tona como a arca de Noé, muitas vezes fustigada e arrastada pelos ventos e pelas ondas, mas ainda segura e transportando bens preciosos. Entre esses bens estavam a obra e a tradição de Ambrósio, Jerónimo e Agostinho.

A narrativa do que continuamos a chamar, por convenção, as Invasões dos Bárbaros pertence sobretudo à história geral. Mas, em parte por ação dos próprios bárbaros, a história geral e a história da Igreja começam então a confundir-se: a Igreja pode ser vista como a civilização no seu aspeto religioso, e a civilização como a Igreja na atividade e na vida não religiosa dos seus membros. Desde as transformações sociais e étnicas que, no século V, começaram a mudar a Europa Ocidental até à descoberta da América, no século XV, Europa e Igreja Católica eram dois nomes para um mesmo corpo. Naturalmente, não devemos tomar esta afirmação de forma demasiado literal. Serve, contudo, de orientação prática a quem começa a percorrer o labirinto do milénio seguinte, a Idade Média. Apesar das suas limitações, é a chave para muitas das aparentes contradições e enigmas que esse período apresenta a um observador católico praticante. A afirmação é suficientemente verdadeira para que a sua rejeição comprometa também a compreensão da Reforma, a partir da qual a Europa moderna deixou de ser essencialmente católica e passou a sê-lo apenas de forma circunstancial.

Sem ela, torna-se igualmente difícil compreender o nosso tempo e os seus problemas fundamentais.

A história das Invasões dos Bárbaros faz, portanto, parte da história da Igreja. Os bárbaros eram povos de várias origens que viviam para além das fronteiras do Império: germânicos, godos, hunos, vândalos e outros. Tinham em comum uma vida pastoril, grandes rebanhos e hábitos mais ou menos nómadas. Não possuíam cidades nem cultivavam a terra. O Império atraía-os pelas facilidades e pela segurança que oferecia, superiores às que encontravam nos seus próprios territórios. Famílias, tribos e até povos inteiros procuravam entrar nos domínios imperiais e, muitas vezes, recebiam autorização. No século II, os bárbaros integravam-se na vida romana através de uma atividade fundamental: o serviço militar. Gradualmente, o próprio exército romano, e não apenas as tropas auxiliares, foi ficando composto por bárbaros. Depois, estes passaram a ocupar cargos de comando. Já no século III houve imperadores bárbaros. Num Estado como o Império Romano, em que o governante devia o poder à sua posição de comandante supremo e a sucessão dependia do prestígio e da força militar, este processo acabaria naturalmente por transformar o próprio Estado.

Foi aproximadamente isto que aconteceu no século V. Durante o governo de um imperador fraco, Honório, de 395 a 423, as fronteiras sofreram uma pressão bárbara de intensidade invulgar, exercida por grupos que até então não mantinham relações civilizadas regulares com o Império. Esta horda, verdadeiramente bárbara em todos os sentidos, atravessou o Reno em 406 e invadiu a Gália e a Espanha. Três anos depois, a Itália sofreu uma invasão comandada por Alarico, chefe dos visigodos, um povo ao serviço do Império. Alarico estava descontente com a posição que lhe fora atribuída e ressentia-se do tratamento dado a outros bárbaros ao serviço imperial. Para melhorar a sua posição, atravessou os Alpes e invadiu Itália em 409. No ano seguinte, tomou e saqueou Roma. É fácil imaginar o que esta calamidade representou para aquela geração. A antiga cidade já não tinha a importância política dos tempos de Augusto ou mesmo de Marco Aurélio. Nenhum imperador residia ali havia cento e quarenta anos. Mas continuava a ser Roma, e nela ainda se encarnavam, de certo modo, o prestígio e o espírito do governo imperial. Quando caiu nas mãos do

exército de Alarico, os seus homens sentiram que tinham atingido mortalmente o próprio Império.

Alarico morreu poucos meses depois do triunfo. Os governantes da corte, instalada então em Ravena, começaram a pressionar os seus sucessores para que expulsassem da Espanha e da Gália os grupos remanescentes da invasão de 406–407. O resultado foi o estabelecimento de governantes visigodos no sul da Gália. Oficialmente eram representantes do imperador; na prática, eram soberanos independentes.

Tal como a Gália e a Espanha foram escapando discretamente ao domínio imperial, também a Bretanha se separou dele. Em 410, a crise no continente levou à mobilização, na Bretanha, de um exército destinado a atravessar o mar. Essas tropas nunca regressaram. A ilha entrou então num período obscuro da sua história, de cerca de cento e cinquenta anos, sobre o qual conhecemos apenas alguns factos.

O estabelecimento dos visigodos no sul da Gália não provocou uma rutura profunda da vida pública. Esta continuou, em grande parte, sob as mesmas leis e com os mesmos funcionários. A invasão vândala da África, em 425, foi muito diferente: uma verdadeira orgia de destruição, assassínios e pilhagens. Acabou por se instalar um novo Estado bárbaro, profundamente hostil ao Império e a tudo o que era romano.

Este Estado tinha ainda outra característica: era militantemente anticatólico. Mal estabeleceram o seu domínio, os reis vândalos começaram a perseguir a Igreja, acrescentando à sua história uma nova série de martírios. Os vândalos não eram pagãos. Tal como os godos, tinham recebido o cristianismo nos primeiros contactos com a corte imperial, numa época em que esta era ariana. Assim, cinquenta anos depois de o arianismo perder a sua força no Oriente — o movimento desmoronara-se quando a corte deixara de o apoiar —, reapareceu no Ocidente, novamente como religião dos governantes.

A diferença entre a religião dos novos soberanos e a dos seus súbditos e funcionários experientes, que tinham de continuar a empregar, foi desde o início uma grave dificuldade nestes reinos bárbaros. Não surpreende que tenham ocorrido perseguições em alguns lugares, como na Espanha por

volta de 485. Só no reino dos vândalos, porém, foram sistemáticas e contínuas.

Quando São Leão Magno foi eleito papa, em 440, e começaram os acontecimentos que culminariam no Concílio de Calcedônia, em 451, o poder efetivo do imperador no Ocidente estava limitado a Itália. Depois da morte de Valentiniano III, em 455, último descendente de Teodósio, o Grande, os generais bárbaros disputaram o domínio de Roma e nomearam uma sucessão de imperadores sem poder real. O último foi Rômulo, chamado ironicamente Augústulo. Quem governava verdadeiramente era o hérulo Odoacro. Por fim, cansado da farsa, Odoacro ordenou ao imperador que abdicasse e enviou as insígnias imperiais a Zenão, o seu colega de Constantinopla, com a mensagem de que o Ocidente já não precisava de um governo separado. Isto aconteceu em 476. Treze anos depois, surgiu um rival de Odoacro: Teodorico, chefe dos ostrogodos, um povo instalado havia meio século no Império do Oriente, que agora se dirigia para Itália. Houve uma breve guerra e um acordo entre os dois chefes. Em 493, o assassinio de Odoacro por Teodorico resolveu a questão. Teodorico também era ariano e reinou em paz até 526. Voltaremos mais adiante ao seu governo.

As invasões bárbaras descentralizaram a organização política do Ocidente. Aumentaram a importância das regiões e deram às populações locais, já socialmente relevantes, maior peso jurídico e político. Começava a Europa medieval, com os seus inúmeros pequenos principados e jurisdições. O isolamento regional acentuava-se. As comunicações tornavam-se mais difíceis à medida que se abandonava a manutenção das estradas. A vida tornava-se menos urbana e mais rural. As necessidades obrigavam as populações a regressar aos campos. Nestes séculos, a Igreja deixava de ser predominantemente asiática e oriental e perdia também o seu carácter essencialmente urbano. Nascera e desenvolvera-se nas cidades; agora precisava de se adaptar à vida rural, sofrendo inevitavelmente as suas limitações.

Três santos resumem nas suas vidas o esforço da Igreja ocidental para se adaptar às novas condições. São Martinho, bispo de Tours de 375 a 397, foi o pioneiro da evangelização das populações rurais. São Bento, que viveu de 480 a 547, criou uma nova forma de vida monástica, fundamento dos

inúmeros refúgios de santidade que surgiriam no meio da desordem moral. Mais tarde, estes refúgios transformariam a paisagem rural e ajudariam a resolver o grande problema daqueles séculos. Contribuiriam também para salvar o conhecimento e a cultura literária no período mais obscuro que a inteligência europeia conhecera até então. Finalmente, São Patrício, de 392 a 461, o primeiro grande monge missionário desta nova cristandade rural, fundou não apenas mosteiros, mas uma comunidade cristã que se tornaria um santuário de vida santa e de cultura. Da Irlanda católica, sua criação, voltaria um dia a partir a luz que iluminaria a própria Europa.

São Martinho, filho de um soldado, nasceu na Panónia, a Hungria romana. Seguiu a profissão do pai, mas a sua verdadeira vocação resistiu à vida militar. Queria ser eremita. Um encontro com Santo Hilário, bispo de Poitiers, levou-o a estabelecer-se em Marmoutier, junto ao Loire. Reuniram-se discípulos à sua volta e, nas grutas das margens do rio, desenvolveu-se, entre 360 e 375, a primeira comunidade monástica da Igreja ocidental. A vida destes monges assemelhava-se muito à dos seus contemporâneos orientais. A principal diferença era que as populações que os rodeavam, na Gália, eram pagãs. Das margens do Loire partiu o primeiro esforço de evangelização dos campos europeus. São Martinho foi eleito bispo de Tours em 375. Até à morte, tornou-se a principal força da vida religiosa da Gália. Como bispo, conservou a simplicidade da sua vida anterior e dedicou-se com ardor à evangelização da região. O mosteiro continuou a crescer, e os seus monges eram escolhidos para bispos por toda a Gália. Depois da morte de São Martinho, o túmulo em Tours tornou-se lugar de milagres e destino de peregrinações. Foi o primeiro santo não mártir de quem sabemos terem sido celebradas honras litúrgicas: em linguagem moderna, o primeiro santo confessor.

Na geração posterior à morte de São Martinho, o sul da Gália conheceu um segundo grande renascimento religioso, inspirado pela vida monástica. O seu centro foi a pequena ilha de Lérins. Aí, um grupo de homens santos vivia de forma semelhante aos ascetas egípcios, entre a solidão e a vida comunitária, com grande austeridade. Uma característica da comunidade era o intenso empenho na meditação da Sagrada Escritura. A partir de 426, começaram a escolher monges de Lérins para bispos. Um deles, Santo

Hilário de Arles, desempenhou no sul da Gália o mesmo papel de bispo e apóstolo que São Martinho exercera no Ocidente.

Conhecemos bastante dos primeiros anos de São Patrício, embora ainda seja pouco. O lugar exato do seu nascimento é discutido, mas sabe-se que nasceu algures na província romana da Bretanha. Foi levado cativo para a Irlanda numa das numerosas incursões da época. Passou seis anos como escravo no norte do país. Durante esse tempo, deixou de ser um jovem indiferente e tornou-se profundamente religioso. Obedecendo a uma inspiração que atribuía ao Céu, fugiu do cativo. Chegou à Gália e tornou-se monge. Passou certamente por Lérins e por Marmoutier. Mais tarde, viveu em Auxerre, onde foi ordenado diácono pelo grande bispo São Germano. A expedição deste à Bretanha, em 429, para combater o pelagianismo, é um dos poucos acontecimentos comprovados da história desse período. Patrício continuava em Auxerre quando chegou o momento decisivo da sua vida. Foi consagrado bispo e enviado em missão à Irlanda, cerca de dezoito anos depois da fuga.

Durante os trinta anos seguintes, de 432 a 461, entregou-se a um apostolado contínuo: pregava, batizava, ordenava sacerdotes, consagrava outros bispos e fundava mosteiros por toda a parte. Criou também uma forma peculiar de comunidade eclesiástica, simultaneamente mosteiro, seminário e centro administrativo. Num país sem cidades, estas comunidades serviam de sede episcopal.

Durante um século depois da morte de São Patrício, em 461, os seus discípulos continuaram a obra. Sob a influência dos que tinham origem bretã, a Igreja irlandesa tornou-se a mais monástica de todas: a importância dos bispos ficava em segundo plano perante a comunidade monástica e o seu abade.

Na Irlanda, o missionário ocidental enfrentava uma nova dificuldade. Era uma terra que a influência romana nunca alcançara. Precisava de ensinar latim aos habitantes para lhes transmitir em profundidade a nova fé e formar os sacerdotes e bispos de que necessitavam. Nesta necessidade encontra-se parte da origem da ligação entre o catolicismo e a cultura literária, sobretudo latina, que distinguiria a Igreja irlandesa durante séculos. Quando essa cultura desaparecera por toda a parte e o domínio da

antiga língua se degradara até em Itália, o estudo rigoroso do latim sobreviveu naquela região ocidental onde os romanos nunca tinham chegado. Foi esse conhecimento, levado de novo pelos monges irlandeses nas suas missões, que alimentou o renascimento europeu.

O monaquismo irlandês seguia o modelo egípcio mais rigoroso. Era tão austero e tão severo nas medidas de defesa da disciplina que durante muito tempo foi chamado «martírio branco». No seu entusiasmo pela conversão dos povos, os irlandeses enviaram monges, no século VI, primeiro para a Escócia, com São Columba, e depois para a Europa continental, com São Columbano. Aí, no século VII, encontraram outra forma de vida monástica: a beneditina.

São Bento nasceu em 480, em Núrsia, a cerca de cento e dez quilómetros de Roma. Quando escreveu a sua célebre Regra, era monge havia talvez trinta anos. Fora eremita, reformador e fundador de comunidades. A Regra, ainda hoje seguida pelos vinte e cinco mil religiosos que levam o seu nome, teve no Ocidente um êxito maior do que qualquer outra. Tornou-se, e continua a ser, a regra dos monges. As suas características fundamentais, que explicam esse êxito, foram assinaladas pelo primeiro biógrafo do santo, outra grande figura: São Gregório Magno. Destacavam-se a moderação prática e a clareza. É um código completo de vida monástica, escrito para a pessoa comum que deseja consagrar-se a Deus. Com a modéstia própria dos monges, apresenta-se como «uma escola para principiantes», embora o seu único objetivo seja a perfeição. O novo código é romano no seu caráter impessoal. A autoridade final não era São Bento, nem o prestígio de qualquer superior, mas a própria Regra, a «Regra Sagrada», a «Regra Soberana». Era objetiva, permanente e absoluta. O abade limitava-se a aplicá-la, começando por si próprio.

A vida prescrita pela Regra era ascética e exigente, mas não extravagante. Desencorajava a singularidade. O essencial era a observância comum. Não admitia os feitos espantosos dos primeiros ascetas nem a excentricidade que tantas vezes deles resultava.

Se considerarmos os efeitos sociais da vida beneditina nos séculos seguintes, a sua característica mais importante talvez tenha sido o voto de estabilidade. O monge comprometia-se a viver e a morrer na abadia à qual a

profissão religiosa o ligava. Num mundo em que tudo se tornava cada vez menos duradouro, a estabilidade beneditina passou a ser, de forma geral, uma das principais forças de continuidade.

Outra característica da Regra merece atenção pela influência que exerceu na espiritualidade ocidental: a devoção a Nosso Senhor, presente em todas as suas disposições. Voltado para Cristo, o abade devia servir os irmãos; estes deviam obedecer-lhe e acolher e auxiliar quem os procurasse. A Regra fazia da «imitação de Cristo» o trabalho diário da vida do monge, muito antes de esta expressão se tornar célebre. Onde quer que chegasse, levava consigo, como atitude fundamental, esta fecunda devoção à humanidade de Nosso Senhor.

São Bento morreu por volta de 550. Trinta anos depois, os lombardos destruíram o mosteiro que fundara em Monte Cassino. O papa acolheu os monges refugiados no palácio do Latrão. O papa seguinte, Gregório Magno, de 590 a 601, também fora monge, possivelmente beneditino, e escreveu a vida de São Bento. Foram monges beneditinos que enviou para evangelizar os anglos em 596. No século seguinte, a Regra começou a estabelecer-se na Gália. Ao longo dos cento e cinquenta anos posteriores, substituiu gradualmente as regras de São Cesário, São Columbano e outros. Contribuiu para isso a disponibilidade dos antigos monges para reconhecerem a sua superioridade como instrumento de aperfeiçoamento espiritual e como código prático de vida. No reinado de Carlos Magno, de 768 a 814, estava plenamente estabelecida e constituía uma das principais forças de renovação social e espiritual.

No final do século V, todo o Ocidente era governado por reis bárbaros, arianos ou pagãos. O próprio imperador, Anastácio I, de 491 a 518, era monofisita. Com exceção da Irlanda, não havia católicos sujeitos a um soberano católico. Foi então que, em 496, Clóvis, rei dos francos e até aí pagão, recebeu o batismo em Reims, das mãos do bispo católico São Remígio. A importância desta conversão foi imensa. Os francos tinham sido talvez os mais cruéis dos povos bárbaros que haviam conquistado reinos no Império em ruínas. Revelar-se-iam também os mais capazes. Foram os únicos que não ficaram separados dos povos que governavam por diferenças religiosas. Desde o início, o reino franco contou com o apoio

entusiástico dos bispos católicos. De todos os povos que dominaram as províncias desmembradas do Império, só os francos sobreviveram para exercer uma influência dominante e duradoura na Europa.

No século VI, os francos estenderam o domínio a toda a França, submetendo os burgúndios do sul e do leste e os visigodos do sul. A Gália ficou livre dos seus reis arianos. Mas o batismo nem sempre retirava aos francos a crueldade. A obra do historiador da época, São Gregório de Tours, está cheia de relatos de traição, roubo e assassinio, com poucos paralelos na história. Às guerras contra outros povos bárbaros seguiram-se guerras civis entre os descendentes de Clóvis. Nelas foram sendo destruídos os últimos vestígios materiais da ordem romana.

A Igreja sofreu muito nesta nova anarquia. Era natural que, entre os primeiros povos bárbaros convertidos ao catolicismo, o interesse do rei pela religião assumisse a forma de proteção. O problema foi que, desde o início, o rei conseguiu tornar indispensável a sua aprovação para a nomeação dos bispos. A partir do Concílio de Orleães, em 511, ninguém podia ser consagrado sem autorização régia. Começou assim uma dependência da Igreja em relação ao Estado que marcaria o catolicismo em França e noutros países até ao nosso tempo.

As transformações sociais peculiares dos séculos VI e VII tornaram mais natural e urgente o interesse do rei pela escolha dos bispos. Com o tempo, a Gália passou cada vez mais a ser governada por figuras locais importantes: leigos ou eclesiásticos, condes, bispos ou abades, ligados ao rei sobretudo pela lealdade pessoal. Para o soberano, o essencial era que o bispo ou o chefe de um mosteiro lhe fosse fiel e capaz de cumprir as pesadas obrigações civis e militares associadas ao cargo. Estas obrigações obscureciam progressivamente a sua natureza religiosa. Pela força das circunstâncias, até certo ponto inevitáveis, e também pelas escolhas pessoais dos governantes, começava a surgir por toda a parte a prejudicial instituição dos príncipes-bispos. Nos dois séculos em que a Gália se transformou lentamente em França, os reis não se limitaram a intervir na escolha dos bispos. Muitas vezes impuseram os seus guerreiros brutais, invocando razões de Estado. Seguiram-se inúmeros escândalos e uma decadência religiosa que, no final do século VII, era quase geral.

Antes disso, porém, e antes da grande obra reformadora de São Bonifácio, houve uma reação notável contra esta paganização do catolicismo. O seu centro foi São Columbano, o monge missionário irlandês.

Natural de Leinster, São Columbano formara-se na grande abadia de Bangor, sob a direção do fundador, Comgall. As suas cartas e poemas mostram que dominava a cultura do seu tempo. Por volta de 590, quando tinha cerca de quarenta anos, conseguiu, depois de muita insistência, que o abade aprovasse o seu projeto de se estabelecer no estrangeiro com doze companheiros, como forma de penitência. O aparecimento destes monges irlandeses, ascetas, eruditos e apóstolos, ardentemente empenhados em ensinar os ignorantes e censurar o pecado, causou uma forte impressão. O desprendimento, a sinceridade, a coragem absoluta, a insistência na necessidade de penitência e todo o seu modo de vida atraíram numerosos discípulos, embora lhes fizessem perder o favor dos reis. Começaram logo a fundar mosteiros de modelo irlandês na região agreste dos Vosges: Annegray, Fontaines e Luxeuil. Depois, quando São Columbano sofreu as consequências da franqueza com que censurara os adultérios do rei, a atividade estendeu-se a regiões mais distantes, entre os alamanos da atual Alsácia e da Suíça e no norte de Itália. Por onde passava, surgiam mosteiros. Morreu em 615, no mais célebre deles, Bobbio, no norte de Itália. Deixou às suas numerosas fundações a marca da sua energia e da sua devoção ao duplo trabalho de restaurar a vida cristã e evangelizar os pagãos. O seu exemplo inspiraria muitas gerações. Centenas de outros monges irlandeses vieram habitar esses mosteiros, fundar novos e tornar-se os primeiros pregadores do Evangelho no sul da Bélgica, no Luxemburgo, na Suíça, na Lorena e na Baviera. Entre os fundadores irlandeses das dioceses alemãs estavam São Corbiniano de Freising, São Virgílio de Salzburgo e São Quiliano de Würzburg, mártir.

O entusiasmo do novo movimento teve efeitos na vida religiosa da Igreja franca. Dos novos mosteiros partiu uma multidão de apóstolos francos para reformar as dioceses da Gália: São Omer para a região de Boulogne, Santo Amando para a Flandres, onde se tornou bispo de Maastricht, Santo Elói para Noyon, São Léger para Autun e muitos outros.

Enquanto os reis francos se consolidavam como senhores da França, os visigodos e os suevos da Espanha abandonavam o arianismo. A conversão dos suevos da Galiza e de Portugal ocorreu, em meados do século VI, por influência de São Martinho, bispo de Braga. A dos visigodos esteve ligada a uma grande tragédia na família real.

Leovigildo, rei dos visigodos, era um grande legislador, reformador e chefe militar. Nos primeiros anos do seu reinado, Justiniano conseguira recuperar partes da costa próxima de Valência e estabelecer uma província bizantina na Espanha. A partir daí, o rei ficou convencido de que o imperador preparava a reconquista de toda a Espanha, depois de já ter expulsado os ostrogodos de Itália. Como os bizantinos eram católicos, a suspeita estendeu-se à religião: Leovigildo passou a ver no catolicismo uma possível inclinação para a traição. As divergências religiosas agravaram-se. Nessa época, todas as famílias reais do Ocidente, exceto a visigoda, eram católicas. Os príncipes espanhóis encontravam, por isso, esposas católicas quando casavam com mulheres da sua condição para estabelecer alianças. A mulher de Hermenegildo, filho de Leovigildo, era católica. A sogra, ariana, quis obrigá-la a receber de novo o batismo. Hermenegildo apoiou a resistência da esposa e, por isso, foi afastado da corte e enviado para Sevilha. Aí se tornou católico, sob a influência do bispo São Leandro. A sequência dos acontecimentos posteriores é incerta. Houve uma guerra civil. Hermenegildo foi derrotado e preso. Os seus aliados suevos caíram com ele, e os visigodos tornaram-se senhores de toda a península. Hermenegildo foi depois assassinado.

A repressão do catolicismo continuou enquanto Leovigildo viveu. Mas, em 586, Recaredo, o segundo filho, herdou o trono. Chamou São Leandro, fez dele o seu principal ministro e anunciou a intenção de abraçar a religião do falecido Hermenegildo. Gradualmente, a nobreza ariana foi sendo conquistada para o catolicismo. A reconciliação concretizou-se num grande concílio em Toledo, em 589: o rei, os nobres e oito bispos arianos renunciaram à sua crença e aderiram à fé católica. Tinham passado mais de dois séculos desde o Concílio de Constantinopla que marcara o fim da heresia entre os próprios romanos.

O catolicismo espanhol tinha uma grande vantagem desconhecida a norte dos Pirenéus: estava organizado em torno de uma única sé, Toledo. Era também uma Igreja inteiramente nacional, cujos bispos eram nomeados pelos reis. Sofria, por isso, dos males habituais desta dependência, apesar dos benefícios que ocasionalmente proporcionava ao Estado. O isolamento da Espanha agravou a situação. Durante os cento e vinte anos seguintes, parece que nenhuma influência exterior perturbou a estagnação religiosa. O catolicismo poderia ter preservado a vitalidade do país se, na altura da conquista muçulmana de 711, não estivesse em grande parte condicionado por uma monarquia e uma aristocracia decadentes.

Houve, contudo, uma grande figura que ilumina os sombrios relatos da Espanha do século VII: São Isidoro de Sevilha, um erudito do Ocidente. Foi bispo de Sevilha durante trinta e seis anos, de 600 a 636. Como monge, escreveu para os seus companheiros uma regra que se tornou célebre. A sua obra deu aos contemporâneos e às gerações seguintes uma verdadeira enciclopédia do saber religioso. Ocupa, por isso, um lugar importante na história, como elo entre os Padres da Igreja e os escolásticos dos séculos posteriores.

Nos últimos anos do atribulado século VI, foi eleito um papa considerado o maior entre os da sua língua: São Gregório Magno. Passara os primeiros anos da vida ao serviço do Estado, chegando ao principal cargo de magistrado de Roma, a sua cidade natal. Tornara-se depois monge. O papa enviou-o durante alguns anos a Constantinopla, como representante junto da corte imperial. Tinha cinquenta anos quando foi eleito papa, em 590.

Já mencionámos São Gregório a propósito da vida monástica beneditina. Só os efeitos da sua ação neste campo bastariam para lhe garantir um grande lugar na história. Mas merece-o também pela vasta obra que escreveu sobre assuntos religiosos. Não é exagero dizer que foi para o leitor comum aquilo que Santo Agostinho foi para o estudioso medieval. Como grande divulgador da doutrina, exerceu uma influência decisiva na fé e no espírito religioso dos séculos seguintes. Os seus escritos contêm a primeira grande coleção de histórias de santos e dos seus milagres. Um dos seus livros, a *Regra Pastoral*, teve na Idade Média uma popularidade

comparável à de *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho. É um tratado prático sobre a espiritualidade e a competência necessárias aos bispos e a todos os responsáveis pela orientação das almas. Durante séculos, serviu de guia à formação do clero paroquial. São Gregório sentia uma profunda atração pela solidão. Sofria de doença crônica e via nas constantes epidemias, fomes e guerras do seu tempo sinais de que o mundo se aproximava do fim — uma leitura que não era difícil compreender. As suas preocupações eram inteiramente espirituais: queria preparar-se e preparar o seu rebanho para o dia do Juízo que julgava próximo. Mesmo assim, foi um dos papas mais competentes e práticos e, pelas consequências da sua ação, um dos mais brilhantes.

Durante o período entre o seu nascimento e a eleição, a Itália, ainda mal recuperada dos trinta anos de horrores da reconquista imperial, sofreu a invasão dos lombardos, a última vaga de bárbaros. Em poucos anos, foram destruídas as realizações de Justiniano. Com exceção das grandes cidades e dos seus arredores, a Itália caiu nas mãos dos invasores. Durante mais cento e sessenta anos, a pressão lenta e persistente dos lombardos continuaria a atingir também as cidades. O Império era demasiado fraco para os vencer, mal conseguia contê-los e era demasiado orgulhoso para negociar. São Gregório era oficialmente apenas um súbdito imperial, mas Roma recorria a ele em cada crise provocada pelos lombardos. Intervinha sempre em defesa do povo e conseguia salvá-lo mediante pagamentos. Resgatava os cativos e organizava amplos serviços de assistência às viúvas e aos órfãos. Por fim, em 598, conseguiu uma trégua de trinta anos. Durante esse período, foi o verdadeiro governante de Roma e, na prática, o fundador da monarquia papal.

São Gregório era um papa muito consultado. As suas cartas mostram-no a intervir ativamente por toda a Igreja. Iniciou uma reforma geral em Roma e nas dioceses italianas, recorrendo a medidas rigorosas, incluindo a deposição de bispos quando necessário. Procurou também promover as reformas de que a Gália tanto precisava, insistindo em que os leigos não deveriam ser nomeados bispos. Mas os seus apelos não tiveram efeito. Não conseguiu reunir o concílio nacional que tanto desejava.

O maior acontecimento do seu pontificado, que lhe trouxe uma profunda consolação, foi a missão destinada a converter os ingleses. Em 596, enviou monges beneditinos do mosteiro que fundara na sua própria casa, no Monte Célio, à corte de Etelberto, rei de Kent. A esposa do rei era católica e filha de um dos reis francos.

A ilha não era habitada apenas por pagãos. A Igreja estabelecera-se ali nos últimos anos do século III, e três bispos bretões tinham participado no Concílio de Arles, em 314. Mas a invasão bárbara daquela província distante fora a mais destruidora de todas. Na sua violência, os invasores não ficavam atrás dos outros saqueadores da época, talvez com exceção dos hunos. Mostravam um ódio particular a tudo o que fosse cristão. Mesmo um século depois da fase mais terrível da invasão, o abismo de ódio e desconfiança entre eles e os antigos habitantes era tão grande que os bispos bretões se recusavam a evangelizá-los. A missão enviada de Roma para converter os novos habitantes da Bretanha realizaria a sua obra com os bispos locais como simples observadores. Em poucos anos, alcançou êxito com relativa facilidade. Foram criadas dioceses em Cantuária, Londres e Rochester. É significativo que nesta Igreja, diretamente fundada pelo papado, não se tenha estabelecido uma dependência da autoridade régia. Entre os anglos, o catolicismo começou a sua existência com plena independência do Estado.

O segundo grande acontecimento, depois de uma reação pagã em Essex que durou vários anos, foi a fundação da diocese de York, em 625. Também aí o rei, Edwin, se converteu rapidamente, e o seu reino de Deira foi seguindo o mesmo caminho. Mas, em 633, Edwin morreu numa batalha contra uma aliança singular entre bretões católicos e o rei saxão pagão da Mércia. O seu sucessor, pertencente a um ramo rival da família real, também era católico. A obra tragicamente interrompida recuperou então novo impulso. Contudo, Oswaldo não recebera a fé de Cantuária nem da missão romana, mas dos monges irlandeses estabelecidos em Iona, na Escócia.

Este célebre mosteiro fora fundado em 563 por São Columba, que se exilara como penitência pela participação na instigação de uma guerra entre tribos. Tornara-se um centro de evangelização das populações das terras

altas da Escócia. Com Osvaldo no trono da Nortúmbria, Iona forneceu, durante trinta anos, uma sucessão de monges missionários dedicados. Percorrendo os vales e as colinas do norte de Inglaterra, transformaram a região numa verdadeira fortaleza do catolicismo. O primeiro destes bispos vindos de Iona foi Santo Aidano, que estabeleceu a sua sé em Lindisfarne.

Entretanto, a missão romana continuava a progredir no sul. Por volta de 630, chegou outra missão, também de Roma. Em 644, os anglos já tinham um bispo escolhido entre o seu próprio povo. Os dois ramos do catolicismo encontraram-se depois na Nortúmbria. Partilhavam a mesma fé, mas usavam calendários e costumes litúrgicos diferentes. Numa grande reunião em Whitby, em 664, decidiu-se que deveriam prevalecer os costumes romanos. Mais tarde, chegou de Roma o monge grego São Teodoro de Tarso, como arcebispo de Cantuária. Sob a sua direção competente, a Igreja inglesa alcançou uma verdadeira unidade de organização. Foi ele quem definiu finalmente as várias dioceses e introduziu por toda a parte os métodos romanos. Fez ainda mais: era talvez o homem mais erudito do seu tempo. Trouxe de Roma o abade Adriano, o Africano, que fundou uma grande escola em Cantuária, e Bento Biscop, um nobre do norte que se tornara monge e fundaria depois dois grandes mosteiros, em Jarrow e Wearmouth. Destas fundações nasceu a primeira grande cultura da Inglaterra medieval, que contribuiu profundamente para a formação do próprio país. A sua vitalidade, juntamente com o impulso vindo da Irlanda, voltaria a fortalecer o continente no século seguinte. A maior glória dos mosteiros de Bento Biscop foi São Beda.

São Beda, que viveu de 672 a 735, permite avaliar o êxito e o valor da reconquista espiritual da Bretanha por Roma. Este inglês, nascido vinte anos depois da morte do último rei pagão, foi não apenas o grande erudito da sua época, mas um dos maiores de todos os tempos. Tal como Santo Isidoro de Sevilha, recolheu e transmitiu às gerações futuras tudo o que conseguiu salvar do saber antigo. Comentou a Sagrada Escritura e escreveu sobre astronomia e matemática. Em tudo se mostrava o monge e professor, título de que se orgulhava. Conservam-se também numerosos sermões, algumas cartas e poemas. Mas Beda tem ainda uma característica própria: foi o primeiro historiador inglês. É a *História Eclesiástica do Povo Inglês* que lhe garante o lugar reservado ao génio. A qualidade da obra, a elegância

literária e a honestidade com que trata os acontecimentos colocam-no acima de muitos historiadores posteriores. É a única obra do seu tempo que permanece tão viva e fresca como quando foi escrita, há doze séculos.

Egberto, um dos discípulos de São Beda, fundou a escola de York. Dessa escola saiu Alcuíno. No final do século VIII, foi a ele que Carlos Magno recorreu quando procurou um mestre capaz de reanimar a vida intelectual da Gália e de Itália.

Um contemporâneo de São Beda merece um lugar ainda mais destacado na história: outro monge beneditino inglês, Winfrid, ou Bonifácio. Tal como Beda, recebera uma formação em parte irlandesa e em parte romana. A sua grande cultura simboliza as realizações católicas no sul de Inglaterra — nascera em Devon e formara-se num mosteiro de Hampshire —, assim como Beda representa o ponto mais elevado dessas realizações no norte. Tem-se dito, com razão, que nenhum inglês exerceu uma influência tão grande como São Bonifácio no desenvolvimento da Europa. A justificação deste juízo aparentemente extraordinário está na sua obra: converteu uma grande parte da Alemanha, reformou a Igreja na Gália e deu ao catolicismo alemão uma organização estável, como representante autorizado da Igreja romana.

Antes de exercer a missão sob a orientação de Roma, passou três anos de aprendizagem com São Vilibrordo, o missionário inglês que fundou a diocese de Utrecht e foi o pioneiro do catolicismo na Holanda. Em 722, o papa Gregório II, de 715 a 731, voltou a chamá-lo e consagrou-o bispo para dirigir uma missão independente na Alemanha. A qualidade de representante da Sé Apostólica e a proteção de Carlos Martel, governante dos francos, foram os seus principais apoios nos trinta anos seguintes. Com a ajuda de numerosos beneditinos ingleses, homens e mulheres, evangelizou o Hesse e a Turíngia, fundou mosteiros, reabriu antigas dioceses e criou outras. O papa seguinte, Gregório III, concedeu-lhe o pálio de arcebispo. Surgiram oito dioceses: Salzburgo, Freising, Ratisbona, Passau, Büraburg, Erfurt, Würzburg e Eichstätt. Foram organizadas de forma estável, com bispos residentes, segundo a tradição romana. Superou-se assim a principal fraqueza da missão irlandesa: a falta de permanência do missionário ou do bispo num lugar determinado.

Como reformador na Gália, São Bonifácio enfrentou uma tarefa mais difícil do que na Alemanha. Os governantes francos estavam dispostos a proteger as missões nas fronteiras dos seus domínios e para além delas, mas desconfiavam de qualquer reforma que pudesse enfraquecer o seu controlo sobre os bispos. Mesmo assim, o santo conseguiu reunir o concílio nacional que os papas desejavam havia um século. Foram preenchidas muitas dioceses vagas e criadas outras. A disciplina do clero foi restaurada, pelo menos como ideal para o qual todos deveriam trabalhar. Os governantes mostraram-se, porém, hostis ao plano de voltar a reunir os bispos sob a autoridade de arcebispos, para preservar a ordem restabelecida. Só no reinado de Carlos Magno, sessenta anos depois, este elemento essencial da reforma recebeu apoio do soberano.

A primeira inspiração missionária de São Bonifácio fora evangelizar os pagãos destemidos e ferozes da costa da Frísia. Regressou a essa região nos últimos anos da vida. Aí, aos setenta e cinco anos, recebeu a graça do martírio, em 755, coroando uma longa existência dedicada a Cristo. A abadia de Fulda, que fundou e onde está sepultado, é hoje um centro do catolicismo alemão e um monumento ao serviço do Evangelho prestado pelos monges beneditinos, pelos missionários ingleses e pela Sé Apostólica.

CAPÍTULO IV

O ataque contra o cristianismo e o seu restabelecimento, 714–1123

Por volta da época em que São Gregório Magno começou a servir como representante do papa em Constantinopla, em 580, nasceu na Arábia uma criança cuja vida provocaria uma revolução no Oriente e afetaria profundamente a Igreja e toda a Europa. Era Maomé, e o instrumento da sua influência foi a nova religião que criou, o islamismo. Tratava-se de um credo simples, com uma organização igualmente simples, que reunia elementos do judaísmo e, em certa medida, das heresias dos cristãos monofisitas da Arábia. Afirmava a existência de um único Deus e apresentava Maomé como seu profeta. Este fundara a religião segundo a revelação que dizia ter recebido de Deus. As exigências morais eram reduzidas, os ideais propostos eram profundamente materiais e um código simples de ritos exteriores justificava o crente e mantinha-o em santidade. Ao fiel cabia a obrigação sagrada de propagar a religião, destruir os infiéis e fazer a guerra santa para alcançar esse objetivo.

A primeira realização do islamismo foi unir os árabes que percorriam o deserto. Em Omar, o primeiro sucessor de Maomé, encontraram um extraordinário chefe militar. Nos dez anos posteriores à morte do fundador do Islão, os muçulmanos conquistaram toda a península Arábica e tornaram-se senhores do Império Persa, do Egito, da Palestina e da Síria.

Cinquenta anos depois, o avanço recomeçou. Desta vez, conquistaram a África romana, em 695. Em 711, atravessaram o estreito de Gibraltar e conquistaram a Espanha. Não pararam aí: passaram os Pirenéus e invadiram todo o sul da França. As grandes ilhas do Mediterrâneo, com exceção da Córsega, também passaram para o seu domínio. Em 717, cercaram Constantinopla e estiveram perto de a conquistar. O herói da defesa da cidade e da resistência ao avanço muçulmano no Oriente foi o imperador Leão III, que reinou de 717 a 741. No Ocidente, foi o franco Carlos Martel, que os derrotou em 732, na batalha de Poitiers, depois de uma grande carnificina. Contudo, continuaram a dominar a costa mediterrânica desde o Ródano até Gibraltar e, daí, para leste, até Alexandria e para norte até

Antioquia. Começara o cerco ao cristianismo. Durante nove séculos, cada geração enfrentaria um ataque violento vindo de alguma parte do mundo muçulmano.

Um dos maiores infortúnios da cristandade, nos primeiros séculos desta nova ameaça, foi o agravamento do antagonismo, há muito latente, entre os católicos de língua latina e os de língua grega. A obediência do Oriente à primazia de Roma enfraqueceu seriamente e acabou por desaparecer.

As primeiras provações das igrejas orientais neste período vieram com as reformas religiosas introduzidas pelo imperador Leão III, por volta de 725. Já mencionámos os grandes serviços que prestou ao Império e à cristandade na defesa contra o islamismo. Ocupa também um lugar importante na história bizantina pela reorganização metódica do Estado. A sua política religiosa afirmava, na prática, que o imperador tinha nos assuntos da Igreja uma autoridade tão absoluta como nos assuntos do Estado. Dada a sua educação e personalidade, esta atitude não era surpreendente. O conflito com a tradição surgiu quando proibiu qualquer veneração religiosa das imagens dos santos e ordenou que fossem retiradas das igrejas. Houve tumultos por toda a parte, seguidos de deposições, prisões e até condenações à morte dos clérigos que resistiam. O papa protestou. Quando o imperador ameaçou invadir Itália, respondeu-lhe corajosamente que pediria aos príncipes bárbaros que o defendessem. O papa só escapou à prisão porque uma tempestade destruiu a frota enviada para o capturar.

O imperador manteve obstinadamente a sua política. O sucessor, Constantino V, que reinou de 741 a 775, mostrou-se ainda mais rigoroso. Durante o seu governo, o Estado foi mais longe: além de proibir a veneração das imagens, declarou-a pecaminosa. No Concílio de Hieria, em 753, o imperador encontrou 338 bispos dispostos a proclamar esta posição como doutrina católica. O decreto daí resultante deu início a uma verdadeira campanha iconoclasta. A maioria do clero cedeu, como os seus bispos. Os monges, porém, resistiram por toda a parte e, em breve, foram torturados e condenados à morte em todo o Império.

Depois da morte de Constantino V, a perseguição abrandou. Quando a imperatriz Irene assumiu o poder, em 780, como regente do filho,

Constantino VI, começaram os primeiros passos para restaurar a prática católica. A restauração foi formalmente alcançada num Concílio Geral, em 787^[12]. O papa Adriano I, de 772 a 795, enviou legados para o presidir. Levavam uma carta que expunha a doutrina católica sobre a legitimidade da veneração das imagens. As orientações de Roma foram aceites, e o decreto iconoclasta foi condenado.

Mas sessenta anos de domínio tinham enraizado a iconoclastia no Estado bizantino. O exército, em particular, aderira a esta heresia. Uma revolução militar, em 813, deu-lhe mais vinte anos de existência. Graças à ação da imperatriz Teodora, regente desde 842 em nome do filho ainda criança, Miguel III, e de São Metódio de Constantinopla, foi possível restabelecer as práticas e a doutrina católicas. Contudo, durante boa parte do século, existira uma grave divisão entre os bispos orientais e Roma, que fortaleceu muito o espírito contrário à autoridade romana. Se voltasse a ocorrer uma divisão semelhante, sem que Roma tivesse a seu favor uma prática católica tradicional tão querida ao povo bizantino como a ela própria, a ligação entre as igrejas ficaria séria e permanentemente ameaçada.

Carlos Martel, cuja vitória em Poitiers, em 732, salvou a França e o norte da Europa do islamismo, tal como a defesa de Constantinopla por Leão III salvou o leste europeu, não era o rei oficial dos francos. O seu poder resultava de chefiar uma família que governava efetivamente havia várias gerações. A realeza dos descendentes decadentes e pouco capazes de Clóvis tornara-se quase apenas nominal.

Martel foi o maior chefe militar que o Ocidente conhecera durante séculos. Nos trinta anos em que exerceu o poder, de 714 a 741, estabeleceu na França uma unidade que não existira sequer quando a região era a província romana da Gália. O filho e sucessor, Pepino, continuou a sua obra com menos violência e maior habilidade política. Em 752, conseguiu que a autoridade régia fosse oficialmente transferida para a sua família. Pediu e obteve a aprovação do papa para esta mudança de poder. São Bonifácio consagrou solenemente o novo rei. A cerimónia repetiu-se três anos depois. Desta vez, o próprio papa ungiu Pepino e os seus dois filhos, Carlomano e o futuro Carlos Magno, declarando: «É Deus quem, por intermédio da nossa

humildade, vos consagra rei.» Este ato inaugurou uma aliança entre o papado e o povo francês que seria uma das bases da Europa medieval. A aliança ainda não terminou e parece ter em si algo de permanente. Desde então, nada pode afetar um destes poderes sem afetar também o outro.

A confirmação papal da decisão anterior estava ligada a outra série de acontecimentos, igualmente destinada a dar à Idade Média e à história uma das suas instituições mais extraordinárias: os papas como governantes temporais em Itália.

Como tantas grandes mudanças, esta não nasceu de um plano previamente concebido. Foi sobretudo uma resposta prática a um problema que era necessário resolver. Desde a juventude de São Gregório, a Itália fora palco de uma longa guerra de incursões e cercos entre lombardos e bizantinos. Estes enfraqueciam de geração em geração. A nova ameaça dos poderosos Estados muçulmanos deixara-os ainda menos capazes de defender os territórios que conservavam em Itália: Veneza, Nápoles, Ravena, Roma e as regiões em redor destas cidades.

O papa encontrava-se entre dois fogos. Os lombardos tinham-se convertido e mostravam-se católicos devotos. Mais de uma vez, por respeito a São Pedro, tinham sido persuadidos a abandonar conquistas e levantar o cerco de Roma. A lealdade dos papas ao regime bizantino, enfraquecido e em declínio, era a sua última garantia de segurança. Mas Leão III comprometeu seriamente essa lealdade quando, ao prosseguir a reforma da religião popular, planeou raptar o papa Gregório II, de 715 a 731, como Constante II fizera a São Martinho. Toda a população de Roma se uniu para defender o papa. Um exército lombardo veio também em seu auxílio. O imperador teve de se limitar a confiscar as vastas propriedades papais na Sicília, cujos rendimentos tinham sustentado, durante séculos, grande parte dos pobres de Roma.

Estavam criadas as condições para a rutura entre o imperador e aquele último súbdito fiel: súbdito apenas de nome, mas na realidade um príncipe independente, cujo prestígio o imperador não podia dispensar. A subida ao poder de um novo rei lombardo, Astolfo, que não se deixava convencer por simples apelos a São Pedro, provocou a crise. Houve uma nova invasão. O imperador nada pôde fazer, a não ser ordenar ao papa que levasse Astolfo a

retirar-se. Desesperado, o papa Estêvão III pediu auxílio ao rei dos francos. Foi durante esta missão decisiva que voltou a consagrar Pepino.

Pepino e o seu povo assumiram a causa de São Pedro. Os francos invadiram Itália e expulsaram os lombardos do território ameaçado. Depois, deram um novo rumo à história ao entregar esse território à soberania do papa.

Durante cinquenta anos, os papas tinham gozado de independência de facto em relação a qualquer poder político. Passariam agora a ser também, de direito, governantes sem soberano terreno acima deles. Uma preocupação crónica estaria resolvida, desde que o novo Estado conseguisse sobreviver e os papas impedissem que esta soberania se tornasse, como mais cedo ou mais tarde acontece com as outras, objeto da ambição humana.

Logo nos primeiros anos, porém, ficou claro que a nova situação trouxera aos papas outra fonte de preocupações muito graves. Era uma época bárbara, em que a traição e a crueldade se manifestavam abertamente e eram consequências habituais daquilo a que, por falta de melhor expressão, chamaríamos vida política. Essas forças ameaçariam também o novo trono papal e afetariam inevitavelmente o papado.

O chefe do novo Estado era um sacerdote, e as suas figuras mais importantes eram clérigos. Tornou-se inevitável a formação de uma aristocracia clerical. A aristocracia militar, mais antiga, procurou conquistar a supremacia. O caminho mais fácil era conseguir que um dos seus barões se tornasse papa. Até então, o cargo não atraía os leigos. Agora, quem o ocupasse era também rei. Durante muitas gerações, os barões aproveitaram todas as oportunidades para apresentar o seu candidato contra o escolhido pelos eleitores, o clero de Roma.

As primeiras tentativas violentas ocorreram depois da morte do papa Paulo I, em 767. Os militares conseguiram colocar no cargo o seu candidato, um leigo chamado Constantino. Manteve-se durante quase um ano, até que o partido clerical, apoiado pelos lombardos, o derrubou. Constantino e os seus seguidores foram afastados em meio a crueldades semelhantes às que eles próprios tinham praticado.

Pepino morreu em 768. Por volta de 771, o seu jovem filho Carlos Magno tornou-se o chefe dos francos. O início do seu domínio coincidiu com a eleição de Adriano I, papa de 772 a 795.

O primeiro grande acontecimento da cooperação pacífica entre Adriano e Carlos Magno na direção dos assuntos da cristandade foi a vitória franca sobre os lombardos, em 773–774. A partir de então, o rei dos francos passou a ser também rei dos lombardos. Para o governante do Estado papal, surgia uma ameaça persistente: o poderoso protetor tornara-se também seu vizinho. Carlos Magno, rei dos francos, do outro lado dos Alpes e disponível para vir defender os papas quando chamado, era uma coisa. Carlos Magno, o mais poderoso governante de Itália, era outra. Depressa aconteceu o inevitável. O novo senhor dos lombardos era necessariamente a pessoa mais interessada nos recursos do Estado papal. O título honorífico de «Patrício de Roma» deu-lhe meios para intervir no centro da administração. Gradualmente, quase sem se dar por isso, o Estado papal começou a ser considerado parte do império que Carlos Magno estava a construir. A mudança tornou-se clara quando Adriano morreu, em 795. O sucessor, Leão III, ao comunicar a eleição a Carlos Magno, pediu-lhe que enviasse representantes para receber os juramentos de fidelidade dos romanos. Carlos Magno era já, de certo modo, soberano em conjunto com o papa. Na resposta, aconselhou-o a ser um governante prudente e bom. Tal como acontecera no Oriente, o poder imperial começava agora a exercer uma espécie de soberania sobre a Igreja ocidental.

Carlos Magno criou um grande Estado que se estendia do Ebro ao Elba e do mar do Norte para além do Tibre. Era um verdadeiro Estado, não apenas um conjunto de territórios e jurisdições. Na sua base estava a tentativa de construir na terra a Cidade de Deus. Carlos Magno foi um príncipe cristão num sentido mais profundo do que Constantino ou Justiniano. Governou através da religião comum dos seus povos. Por meio dela, procurou o seu bem-estar e alargou o Império, no qual trabalhou durante quarenta anos. Defendeu-o contra o Islão, a sul, e contra os saxões, povos pagãos da Germânia, a norte.

Só depois de trinta anos de guerra conseguiu dominar e converter os saxões, mesmo assim pela força. Foi um começo infeliz para a Igreja, que

talvez tenha afetado todo o catolicismo alemão posterior. Na nova província cristã, fundaram-se oito dioceses, completando a obra de São Bonifácio. É significativo que Alcuíno, compatriota de Bonifácio, tenha dirigido o protesto da Igreja contra a conversão forçada do inimigo vencido.

A restauração ocupou os longos anos do reinado de Carlos Magno, de 768 a 814. Foram criadas escolas por toda a parte. A vida eclesiástica foi reformada e reorganizada. Todos os aspetos da vida religiosa passaram a estar entre as principais preocupações do Estado. Parecia que a Igreja e o Estado se tinham finalmente fundido. Os bispos e os papas eram colaboradores entusiásticos do rei franco. Quando, no Natal de 800, Leão III o coroou solenemente imperador, restaurando na sua pessoa o Império do Ocidente, o gesto pareceu dar uma confirmação divina aos grandes êxitos da sua vida.

Havia, contudo, outra face desta realidade. No novo Estado existia algo que ameaçava sufocar a Igreja. A vontade do imperador decidia tudo. Se lhe fosse favorável, a Igreja progredia. Se a mandasse parar, tinha de parar. Carlos Magno, por exemplo, não apreciava especialmente a vida monástica. Nos eclesiásticos, procurava sobretudo saber e capacidade de administração. Continuou a utilizar as grandes abadias como recompensa pelos serviços e pela fidelidade dos seus homens mais importantes. Embora alguns altos funcionários fossem clérigos, nem sempre eram modelos de vida clerical. O imperador nomeava os bispos. A partir do governo do filho de Carlos Magno, Luís, o Piedoso, começou também a nomear os papas.

É difícil saber como a Igreja se teria libertado de uma proteção que acabaria por lhe retirar toda a liberdade de ação. A enorme luta que parecia inevitável não chegou a acontecer. Meio século depois da morte do grande imperador, o seu império desmoronou-se, e não surgiu outro Carlos Magno com quem a Igreja tivesse de se confrontar. No século seguinte, de 814 a 936, reis rivais, papas e bispos enfrentaram sobretudo um problema: sobreviver às consequências sociais do caos político e da guerra civil permanente.

A situação agravou-se com novos ataques muçulmanos, agora pelo mar, que fecharam o Mediterrâneo ocidental à navegação. Houve incursões nas costas da França e de Itália e, em 844, Roma e os túmulos dos apóstolos

foram saqueados. Do norte veio outro inimigo: os piratas da Dinamarca, grupos de guerreiros violentamente hostis ao cristianismo. Apareceram em grande número nos últimos anos de Carlos Magno. Saquearam Lindisfarne em 793 e atacaram pela primeira vez a Irlanda em 795, onde acabariam por estabelecer um reino. Começou assim outro século de calamidades. Nenhuma cidade situada junto de um rio estava segura. A Inglaterra ficou inteiramente à sua mercê. Assassínios, pilhagens, destruição de abadias e de relíquias marcavam a sua passagem. Ao mesmo tempo, fundavam colónias. Durante um século ou mais, constituíram para os cristãos do norte uma ameaça que nenhum poder parecia capaz de afastar. Em Inglaterra, Alfredo só conseguiu salvar metade do reino ao reconhecer o domínio deles no Danelaw, em 878. A esta contenção parcial seguiram-se a derrota no cerco de Paris, em 888, e a derrota na batalha de Lovaina, em 891. A sobrevivência da cristandade ficou assegurada. Mas os invasores tinham causado os maiores estragos que a Igreja conhecera em quatro séculos. No final do século IX, a Europa Ocidental apresentava um caos indescritível: uma vasta região devastada, com poucas ilhas de segurança e de vida organizada. Durante uma geração, o que restava da cristandade mal conseguiu manter-se.

Naqueles anos de desordem contínua, depois de séculos de invasões, guerras, pilhagens e destruição, a organização eclesiástica em formação caiu com tudo o resto. O saber desaparecera. Muitas vezes, os conhecimentos do clero limitavam-se aos rudimentos da doutrina cristã e às fórmulas de administração dos sacramentos. Havia pouca disciplina, ou nenhuma. Mesmo onde existiam bispos empenhados nas antigas tradições de vida santa, era difícil corrigir a situação. Esses bispos, porém, eram raros. A infeliz união de funções religiosas, civis e militares na pessoa do bispo, e as suas obrigações como chefe temporal, produziram então todos os seus maus frutos. A intervenção dos leigos nas nomeações episcopais e abaciais atingiu também o seu pleno desenvolvimento. Nunca, antes ou depois, a Igreja teve bispos semelhantes aos que, nesses séculos terríveis, tantas vezes se comportaram como aves de rapina nas dioceses ocidentais. Agiam exatamente como os barões brutais, ignorantes e dissolutos de cujas famílias provinham. Muitos casavam, contra todas as leis e tradições, e faziam da transmissão da diocese a um filho o principal objetivo da vida, como se ela fosse propriedade pessoal. Era frequente comprarem a

nomeação. O seu governo tornava-se uma longa exploração financeira dos súbditos, tanto mais dura quanto procuravam recuperar a despesa inicial.

O estudo dos escândalos que, durante mais de um século, desonraram continuamente as dioceses mostra até que ponto a perda da ordem e da segurança prejudicara a Igreja. Em Roma, a situação era agravada pelo valor da presa que a Sé oferecia às ambições, pela tradição recente de domínio leigo sobre a eleição do papa e pelo lugar permanente de barões violentos e indisciplinados no Estado papal. Entre o assassinio de João VIII, em 882, e o Concílio de Sutri, em 1046, que marcou o fim destes horrores, houve trinta e sete papas em cerca de cento e sessenta anos.

Nem todos foram maus. A maioria era constituída por homens bons, e entre eles houve reformadores enérgicos. Muitos destes bons papas, porém, morreram violentamente às mãos dos adversários. O ponto mais grave foi o domínio da família romana conhecida como Casa de Teofilacto. Durante quase setenta anos, os seus chefes escolheram os papas segundo a própria vontade. Foi daí que vieram os verdadeiros «maus papas», figuras recorrentes nas polémicas religiosas.

Contudo, um papa do século IX, São Nicolau I, foi um dos três a quem a posteridade deu o título de Magno^[13]. Desempenhou um papel extraordinário no cisma de Fócio. Mostrou também a importância que Roma atribuía aos princípios em causa quando, apesar das ameaças e da invasão dos seus territórios, recusou reconhecer o divórcio de Lotário, rei da Lorena, em 863.

Sempre que a Sé romana estava nas mãos da aristocracia militar, era quase certo que a eleição seria má. Depois do desaparecimento do Império de Carlos Magno, a disputa ficou limitada às famílias rivais de Roma.

Em meados do século X, porém, a Alemanha teve um grande rei: Otão I, que reinou de 936 a 973. Com ele, o Império foi restaurado. Roma recebeu um novo soberano nominal, e o papado, depois de tantas desventuras, ganhou uma frágil esperança de dias melhores. Em 963, Otão depôs, de forma ilegal mas eficaz, o muito indigno papa João XII, de 955 a 964. Durante o resto do reinado, manteve sobre Roma e as eleições papais o controlo mais rigoroso que as circunstâncias permitiam. O filho, Otão II, de

973 a 983, e o neto, Otão III, de 983 a 1002, seguiram a mesma política. Assim, na segunda metade do século X, a intervenção imperial e o apoio aos reformadores permitiram por vezes que bons papas contivessem os abusos. Mas o sistema, embora produzisse bons resultados, continuava a ter o problema da dependência do Estado. A reforma e a vida cristã ficavam à mercê da sorte: era necessário que o imperador se interessasse por elas e fosse um homem bom. O que aconteceria se um novo imperador não fosse melhor do que os barões que substituíra? O século seguinte conheceria dois desses imperadores: Conrado II, de 1024 a 1039, e o seu neto Henrique IV, de 1056 a 1106. Durante o governo deste último, começou verdadeiramente a grande luta pela independência da religião.

Os imperadores da nova tradição alemã não eram, porém, os únicos a trabalhar pela reforma, nem os primeiros. Também vários papas tinham procurado reformar a Igreja e só fracassaram porque as condições materiais dos seus pontificados impediam o êxito. Mesmo assim, os seus esforços conservaram vivos os ideais. Havia ainda o grande movimento ligado a Cluny e a ação brilhante de prelados como São Dunstano, arcebispo de Cantuária, que viveu aproximadamente de 907 a 988.

O mosteiro beneditino de Cluny, na Borgonha, foi fundado em 910. Desde o início, o seu objetivo era restaurar plenamente a vida monástica segundo uma interpretação rigorosa da Regra. O centro dessa vida era a liturgia, celebrada com toda a perfeição possível. Os monges de Cluny não saíam do mosteiro. O seu apostolado consistia em atrair os homens ao claustro pela santidade da vida e pelo testemunho de que a existência devia ser inteiramente dedicada ao serviço de Deus. A abadia tinha uma posição excecional: o seu único superior na terra era o papa. Era uma mudança revolucionária no direito canônico, que durante cinco séculos colocara todos os mosteiros sob a autoridade do bispo local. O episcopado estava tão corrompido pelo espírito mundano que a submissão a essa autoridade representava muitas vezes uma ameaça direta ao bem-estar espiritual e material das comunidades.

Outra inovação de Cluny surgiu quando a abadia começou a ser chamada para reformar outros mosteiros e acabou por os ligar a si. Formou-se então algo que a Igreja nunca conhecera: uma grande congregação ou

ordem de monges, distribuídos por centenas de mosteiros, todos sujeitos a um superior comum, o abade de Cluny. Esta união rigorosa e a dependência das casas menores protegiam o seu futuro espiritual, porque todas beneficiavam dos privilégios de Cluny, e davam uma energia extraordinária à reforma. O movimento teve ainda uma sorte rara: os primeiros cinco abades foram homens de personalidade excepcional, vida santa e grande longevidade. Em duzentos e cinquenta anos, houve apenas seis mudanças de superior^[14]. Um século depois da fundação, o abade de Cluny era, depois do papa, a figura mais importante da Igreja, uma espécie de conselheiro geral dos papas e dos reis nas suas dificuldades.

Para além de Cluny e desta nova forma de vida beneditina, também as comunidades de tradição antiga conheceram grandes reformas, destinadas a eliminar os abusos acumulados em séculos de desordem. Por volta da época da fundação de Cluny, São Geraldo de Brogne iniciou um movimento semelhante, que se espalhou pela Flandres. Outros santos fizeram o mesmo entre o Mosela e os Vosges. Os príncipes locais apoiaram estas fundações, tal como os bispos das dioceses envolvidas: Cambrai, Liège, Metz, Toul, Verdun, Colónia, Mogúncia, Constança e Ratisbona.

A Alemanha tinha a sua própria Cluny em Hirsau. Em Itália, também teve êxito um movimento de união das abadias em torno de um centro comum, tanto no Piemonte como no sul. A antiga abadia de Cava chegou rapidamente a ter quatrocentas casas dependentes.

Desde o final do século X, a Itália conheceu um renascimento monástico ainda mais extraordinário: a fundação da ordem de Camaldoli, em 982, por São Romualdo. Os novos monges eram eremitas. O seu modo de vida, o jejum contínuo a pão e água, os legumes reservados como regalo para os dias de festa e as rigorosas mortificações corporais recordavam os grandes tempos dos Padres do Deserto.

Outra fundação italiana da mesma época foi a dos monges de Vallombrosa, por São João Gualberto. A vida seguia o modelo beneditino, mas a interpretação da Regra aproximava-se do espírito de São Romualdo.

Todas estas fundações, surgidas numa época de decadência moral, foram estimuladas, abençoadas e apoiadas até pelos papas menos

promissores. João XI e João XII, por exemplo, estiveram entre os mais importantes protetores de Cluny.

Cluny foi, contudo, a mais florescente destas iniciativas. Entre as numerosas comunidades semelhantes fundadas na mesma época, ocupou uma posição comparável, em certos aspetos, à que os jesuítas teriam seis séculos mais tarde.

O sucessor de Otão III foi Santo Henrique II. Revelou-se um soberano exemplar e um reformador enérgico da vida eclesiástica. Contou com o apoio constante do papa Bento VIII, de 1012 a 1024. Ambos morreram em 1024. Sucederam-lhes o imperador Conrado II, um homem de mau caráter, e João XIX, o indigno irmão de Bento VIII. Oito anos depois, com a morte de João XIX, o seu sobrinho tornou-se papa com o nome de Bento IX. Os piores escândalos do século anterior regressaram rapidamente. A crise culminou em 1046. Bento abdicou, e Gregório VI foi escolhido para o substituir, segundo geralmente se afirma, mediante simonia. Bento voltou depois e tentou recuperar o cargo. Entretanto, surgira um terceiro pretendente, Silvestre III, resultado de uma «deposição» de Bento IX em 1044. O novo imperador, Henrique III, de 1039 a 1056, apoiava entre os barões o partido de Bento. Em 1046, marchou sobre Roma com um exército para acabar com os escândalos e proteger os próprios interesses. No Concílio de Sutri, afastou os três pretendentes e nomeou um bom prelado alemão, o bispo de Bamberg, que tomou o nome de Clemente II. Mal o imperador regressou à Alemanha, Bento IX reapareceu e, com o apoio da sua facção, voltou a instalar-se. Clemente morreu, ao que parece envenenado. Passou um ano até o imperador conseguir intervir e nomear, em 1048, outro papa alemão, Dâmaso II, cujo pontificado durou apenas três semanas. Seguiu-se uma nova e longa vacância, durante a qual Bento IX desapareceu. Em 1049, o imperador nomeou um terceiro papa, o bispo de Toul, que recebeu o nome de Leão IX. Com esta nomeação, começou uma nova época na história da Igreja e da Europa.

São Leão IX levou para Roma, em 1049, um grupo de reformadores competentes, dispostos a ajudá-lo na grande luta contra a simonia, a má conduta do clero e a interferência dos leigos na escolha dos titulares dos cargos eclesiásticos. Mas os reformadores não concordavam inteiramente

sobre os métodos a seguir nem sobre as causas fundamentais dos abusos. Estas divergências criaram muitas dificuldades nos dez anos seguintes. As suas consequências são visíveis nas mudanças de política durante os breves pontificados de São Leão IX, de 1049 a 1054, Vítor II, de 1054 a 1057, Estêvão X, de 1057 a 1058, e Nicolau II, de 1059 a 1061.

A principal divergência dizia respeito à atitude perante os príncipes católicos e, sobretudo, perante o imperador. Um grupo, grato ao soberano pelos serviços prestados à reforma, aceitava a continuação e o reforço das tradições dos tempos de Carlos Magno: o imperador poderia nomear papas e bispos, desde que escolhesse homens bons e não vendesse as nomeações. São Leão partilhou inicialmente esta opinião, tal como o grande cardeal italiano São Pedro Damião. Outro grupo via na intervenção dos reis e do imperador a verdadeira origem de todos os males. Queria eliminá-la completamente, como uma inovação prejudicial, e restaurar por toda a parte a antiga tradição: os bispos eleitos livremente pelo clero e os abades pelos monges. O primeiro grande chefe deste grupo foi Humberto, abade de Moyenmoutier. Leão IX levava-o para Roma, fizera-o cardeal e confiara-lhe importantes missões.

A nova época começou quando São Leão IX deixou Roma e percorreu a Europa. Reuniu concílios em Itália e na França, pregou a reforma, depôs bispos indignos e aplicou as antigas penas contra a simonia e a violação da disciplina sexual do clero. Desdobrou-se em atividade, de Reims, Mogúncia e Pressburgo ao sul de Itália. Onde não podia ir pessoalmente, enviava os novos cardeais como legados. Através deste contacto direto, a Igreja ocidental foi compreendendo que a Sé romana estava inteiramente empenhada em restaurar a vida cristã e suprimir os abusos vergonhosos que se tinham tornado habituais por toda a parte.

São Leão começara a vida como soldado. Morreu em 1054, depois de se envolver numa guerra para defender as populações do sul de Itália da violência dos invasores normandos. O imperador escolheu como sucessor o bispo de Eichstätt, que tomou o nome de Vítor II. Foi o quarto e último papa nomeado por um imperador. Henrique III morreu antes de Vítor, e o novo imperador, Henrique IV, de 1056 a 1106, tinha apenas seis anos. Os reformadores romanos aproveitaram a oportunidade. Sem esperar qualquer

indicação da corte, elegeram, poucas horas depois de saberem da morte de Vítor, um dos cardeais de São Leão: Frederico de Lorena, abade de Monte Cassino. Estêvão X, como passou a chamar-se, foi o primeiro papa em séculos livremente eleito pelo clero romano. Foram ignorados os acordos dos tempos anteriores que davam ao imperador o direito de intervir. O gesto manifestava claramente a vontade de Roma de libertar a Igreja.

Estêvão morreu, porém, em menos de um ano. A nobreza romana regressou às antigas práticas e impôs o seu candidato, Bento X. O clero recusou reconhecê-lo, tal como a corte imperial. Para suceder a Estêvão, foi eleito o bispo de Florença, Nicolau II, natural da Borgonha e discípulo do cardeal Humberto, o mais radical dos reformadores. O seu pontificado de dois anos trouxe duas inovações de enorme importância: a lei do Concílio de Roma de 1059, que reservava aos cardeais a eleição do papa, e a aliança entre o papado e os normandos. O imperador ficava afastado das futuras eleições, e os papas ganhavam um protetor caso tentasse impor pela força as suas pretensões.

Quando Nicolau II morreu, em 1061, a reforma já tinha muitos inimigos. Havia os bispos depostos e as suas famílias, além das famílias e dos amigos dos bispos que ainda conservavam o cargo, mas provavelmente o perderiam se a reforma continuasse. Havia as pretensões dos barões romanos, contrariadas durante quase trinta anos. E, depois da nova lei eleitoral, havia a própria corte imperial. As consequências apareceram imediatamente. Os cardeais elegeram o bispo de Lucca, um reformador experiente que servira os papas anteriores como legado. Tomou o nome de Alexandre II. Quatro semanas depois, a corte escolheu o bispo de Parma, candidato dos barões romanos, e enviou um exército a Itália para o apoiar.

O cisma durou três anos. Só terminou quando Alexandre aceitou apresentar o seu caso a um concílio convocado pelo imperador, em 1064. Nos nove anos restantes do pontificado, pôde continuar a reforma das dioceses e abadias através dos legados e dos concílios por eles reunidos. Quando morreu, em 1073, a reforma estava consolidada, embora ainda incompleta, em quase toda a cristandade. Até os príncipes-bispos da Alemanha tiveram de aceitar o inevitável e ir a Roma responder por acusações de simonia.

Depois da morte de Alexandre II, chegou ao cargo supremo o reformador que, apesar de ocupar uma posição subordinada, se destacara de todos os outros durante quase trinta anos: o cardeal Hildebrando, eleito papa como Gregório VII. Começara a carreira em 1045, como secretário de Gregório VI. São Leão IX levava-o de volta a Roma, fizera-o cardeal e enviara-o como legado à França para orientar a reforma. Gozara da confiança de Vítor II e, ainda mais, de Estêvão X, que, ao morrer, pedira que não se elegeisse outro papa antes do regresso de Hildebrando. Este teve um papel decisivo na eleição de Nicolau II e, dois anos depois, na de Alexandre II.

São Gregório VII era monge e estava profundamente ligado a Cluny, embora não pertencesse ao mosteiro. Era um entusiástico protetor da abadia. O abade, São Hugo, era um dos seus amigos mais próximos. Chamou o prior, Odo, para o tornar cardeal-bispo de Óstia e chefe dos seus legados. Mais tarde, Odo seria o papa Urbano II.

Hildebrando distinguia-se dos contemporâneos pela força de caráter, pela clareza dos objetivos e pela compreensão de que as questões pelas quais lutava eram fundamentais. Entendeu que só o papado podia salvar a Igreja e que a salvação passava pela restauração da tradição. Percebeu também a necessidade de uma campanha de formação para voltar a ensinar à Igreja a primazia da Santa Sé, a liberdade das eleições episcopais, a gravidade da simonia e a importância das antigas tradições do celibato clerical. Foi o primeiro a reconhecer a necessidade deste esforço de divulgação. Assim que regressou a Roma, vinte e três anos antes de ser eleito papa, organizou as pesquisas necessárias. Surgiram gradualmente coleções de direito canónico de um novo tipo, que prepararam a grande obra de Graciano e o estudo sistemático do direito da Igreja, um dos seus instrumentos mais poderosos para conservar a boa ordem.

São Gregório era essencialmente um homem de paz. Durante os longos anos em que serviu a Santa Sé como cardeal, nunca figurou entre os extremistas. Desejava sempre cooperar com o imperador, desde que a independência da Santa Sé fosse respeitada. Só as circunstâncias o levaram ao confronto: compreendeu que, se a Igreja não conseguisse impor limites ao imperador, teria de se tornar sua serva, e que o soberano pretendia

perpetuar essa dependência. Entrou então numa luta feroz, contrária às suas inclinações pessoais. Os doze anos do pontificado, de 1073 a 1085, foram turbulentos. A intervenção dos leigos na nomeação para cargos eclesiásticos foi proibida nos termos mais enérgicos, sob ameaça de excomunhão. Henrique IV era conhecido pelo cinismo com que negociava bispados e abadias. Quando desprezou a proibição, o papa não hesitou em enfrentá-lo. Excomungou-o e, num ato inteiramente novo, sem precedente histórico, declarou-o deposto e libertou os vassalos do juramento de fidelidade. Foi um gesto revolucionário. O imperador parecia então seguro, pois acabara de vencer uma grande revolta dos príncipes seus vassalos. Mas a sentença papal reanimou a rebelião. Até os bispos de Henrique o abandonaram. Em outubro de 1076, uma assembleia nacional confirmou a deposição. O imperador viu-se sem saída e tomou a única medida que lhe restava: submeter-se pessoalmente ao papa. Gregório já viajava para o grande concílio na Alemanha, onde se escolheria e instalaria o sucessor. Encontraram-se no castelo de Canossa, a 28 de janeiro de 1077, numa das cenas mais célebres da história medieval. Gregório duvidava da sinceridade de Henrique. Mas, contrariando o seu próprio juízo político, não pôde, como sacerdote, negar a absolvição ao imperador que se apresentava como penitente.

A guerra continuou na Alemanha. Os vassalos elegeram outro imperador, e o papa manteve-se neutro. Quando Henrique voltou às antigas práticas de nomear bispos e abades, Gregório excomungou-o de novo. Desta vez, reconheceu o rival, Rodolfo da Suábia. Os bispos alemães, porém, permaneceram ao lado de Henrique. Depois de lançarem toda a espécie de acusações contra o papa, declararam-no deposto e, em junho de 1080, elegeram o arcebispo de Ravena, que dirigira durante dez anos a oposição aos papas em Itália. Rodolfo morreu numa batalha. Henrique marchou então sobre Itália para afastar São Gregório VII e instalar «Clemente III», como o pai fizera em 1046 a Gregório VI, colocando Clemente II no seu lugar.

As cidades foram-lhe abrindo as portas. Juntaram-se ao imperador os descontentes com a reforma e os adversários da aliada do papa, a poderosa condessa Matilde da Toscana. Em 1082, cercou Roma. No ano seguinte, ocupou a basílica de São Pedro, enquanto Gregório se refugiava no Castelo

de Santo Ângelo. Em março de 1084, a cidade, esgotada pelo cerco, rendeu-se. A traição, até entre os cardeais, contribuiu muito para a rendição. «Clemente III» foi solenemente instalado no Latrão.

Os normandos, aliados de Gregório, salvaram-no. O imperador fugiu à sua aproximação. Mas os normandos saquearam a cidade e, ao retirarem-se, levaram o papa. Gregório viveu apenas mais alguns meses. Morreu em Salerno, a 28 de maio de 1085, ainda quase prisioneiro dos seus aliados. O antipapa voltara a governar em Roma, os cardeais fiéis estavam dispersos e parecia que a causa da reforma se perdera completamente.

A Santa Sé permaneceu praticamente vaga durante quase três anos. Vítor III teve um pontificado efêmero, com poucas semanas de exercício efetivo no verão de 1087. A sua eleição deu novo fôlego ao grupo ligado a São Pedro Damiano, que desaprovava a nova política e procurava uma solução na cooperação com o imperador. Mas, a 12 de março de 1088, a longa crise terminou com a eleição de Odo de Cluny, Urbano II. Roma recebeu nele o verdadeiro herdeiro de São Gregório VII. Nos onze anos do pontificado, recuperou as perdas sofridas desde 1080. Afastado de Roma durante vários anos pelos exércitos imperiais, retomou a prática de São Leão: reuniu concílios em várias partes de Itália e da França e presidiu-lhes pessoalmente. O mais importante foi o de Clermont, em novembro de 1095, onde a Cruzada foi proclamada pela primeira vez. Compareceram cerca de cem mil visitantes e peregrinos.

A popularidade dos papas e do movimento reformador foi uma das características mais extraordinárias da época. As pessoas compreendiam bem que os papas procuravam pôr fim ao domínio do poderoso grupo aristocrático que, durante gerações, monopolizara os cargos eclesiásticos e utilizara os bens da Igreja em benefício das próprias famílias. Em vários lugares, leigos e clérigos uniram-se para expulsar bispos simoníacos e sacerdotes casados. Milão, em particular, foi durante muitos anos palco de uma pequena guerra a este respeito. A popularidade da reforma prolongar-se-ia por todo o século XII e seria uma das bases do êxito papal na grande luta pela liberdade da Igreja, durante os governos do imperador Frederico Barba-Roxa e do papa Alexandre III.

Apesar das suas grandes qualidades de conciliador, Urbano II não viveu para ver o fim da luta. Essa tarefa coube a outro papa francês, Calixto II, de 1119 a 1124. Entretanto, no pontificado de Pascoal II, de 1099 a 1118, a causa quase se perdeu devido à fraqueza e à falta de habilidade política do papa. Numa ocasião, propôs entregar ao imperador todas as propriedades, jurisdições temporais e direitos da Igreja. Noutra, concedeu-lhe o próprio direito de investidura.

Calixto II, então arcebispo de Vienne, destacou-se pela primeira vez como chefe da oposição a Pascoal II. O acordo que celebrou com o imperador, a Concordata de Worms, em 1122, garantiu que as eleições dos bispos e abades seriam feitas livremente pelos eleitores eclesiásticos. A preocupação do rei com a lealdade dos prelados que eram também seus barões e vassalos foi resolvida por uma disposição: estes prestariam homenagem pelos bens temporais recebidos do soberano, cuja concessão seria simbolizada pelo toque do cetro real. Foi abolida a investidura por símbolos eclesiásticos, como a cruz e o anel, através da qual o rei entregava a diocese ou a abadia e pretendia constituir o destinatário bispo ou abade.

Como vimos, o início deste período de ataque e restabelecimento foi marcado, no Oriente, por outra manifestação do desejo do Estado de dominar a Igreja: a longa perseguição dos imperadores iconoclastas. Mal esta terminou, graças à imperatriz Teodora, surgiram novos conflitos. Os pontos em discussão eram pessoais e não doutrinários, mas os acontecimentos teriam repercussões durante séculos. Forneceriam às duas partes do cisma posterior acusações e argumentos que conservariam a sua força.

Depois da morte de Metódio, em 847, foi nomeado patriarca de Constantinopla Inácio, filho do imperador Miguel I. Era um homem santo, mas faltava-lhe habilidade política. Apoiava vigorosamente a imperatriz regente e opunha-se ao César Bardas, outro tutor do jovem imperador. O longo conflito entre ambos agravou-se depois do afastamento da imperatriz. A crise atingiu o ponto mais alto quando o patriarca recusou publicamente a comunhão a Bardas, devido à sua conduta moral. Como tantas vezes acontecera na história bizantina, o problema foi resolvido com a renúncia do patriarca. Para o substituir, num compromisso entre os grupos dominantes, os bispos elegeram Fócio, um leigo. Era o chefe da

administração civil e um dos homens mais eruditos do século, na verdade um dos mais eruditos que até então tinham existido. A estas qualidades juntava uma vida irrepreensível e uma personalidade forte. O compromisso não resultou. Depressa se começou a falar da necessidade de outro patriarca. Os partidários de Inácio retiraram o consentimento dado à eleição de Fócio. Por fim, Roma interveio. O papa Nicolau I, de 858 a 867, enviou dois legados ao concílio que se reuniria em Constantinopla em 861. Os representantes apoiaram Fócio e o governo e aceitaram a condenação solene de Inácio. Mas o papa, segundo alguns influenciado pelos partidários de Inácio, retirou-lhes a autoridade e destituiu-os. Foi ainda mais longe: declarou-se expressamente a favor de Inácio.

É necessário mencionar outras duas questões que entraram no debate e provocaram grandes divergências entre Roma e o Oriente. A primeira era a restituição da jurisdição do papa, enquanto patriarca do Ocidente, sobre as igrejas da Ilíria. Desde Leão III, o patriarca de Constantinopla exercia aí uma autoridade que Roma considerava usurpada. A segunda era a difícil questão de saber se a Bulgária deveria ser evangelizada por missionários latinos de Roma ou por missionários gregos de Constantinopla. Ao apoiar Inácio, Nicolau I não tinha qualquer garantia de que ele resolveria estes assuntos de forma satisfatória.

Apesar de o papa recusar confirmar o concílio de 861, Inácio foi preso. Entretanto, Fócio escrevia as suas obras polémicas contra Roma, que se tornariam uma referência importante nos argumentos dos defensores da ortodoxia contrários à autoridade romana.

O imperador que protegia Fócio foi assassinado em 867. O assassino sucedeu-lhe com o nome de Basílio I. Numa reação geral contra Miguel III, Fócio foi obrigado a renunciar, e Inácio recuperou o cargo. Nicolau I morreu no mesmo ano. Foi o sucessor, Adriano II, de 867 a 872, quem recebeu o convite para enviar legados a um grande concílio destinado a reparar os efeitos da «usurpação» de Fócio e restaurar a união entre Roma e o Oriente.

O concílio, o oitavo dos Concílios Gerais, realizou-se em 869. Fócio foi solenemente condenado, e a restauração de Inácio foi confirmada. Na

altura, tudo pareceu correr bem. Fócio e Inácio procuraram viver em amizade durante os poucos anos que restavam a este último.

O patriarca restaurado não teve, porém, boas relações com Roma. Não restituiu a jurisdição esperada na Ilíria e mostrou-se fortemente contrário aos latinos na Bulgária. O papa com quem então tratava, João VIII, de 872 a 882, respondeu-lhe com igual firmeza. A morte de Inácio evitou a sua excomunhão.

Fócio voltou a ocupar o lugar de Inácio. Pediu e conseguiu um concílio para reexaminar a legalidade da sua primeira nomeação e consagração, em 858, e as decisões de 869. João VIII enviou legados ao novo concílio, realizado em 879–880. Os legados aceitaram anular todo o processo do concílio anterior, e João VIII confirmou a decisão.

Assim terminou a história singular e complicada de Fócio. Durante o resto da vida, as suas relações com Roma foram pacíficas, com exceção de alguns meses difíceis no pontificado de Marino, que, como diácono, fora um dos legados ao concílio de 869. Fócio morreu em idade avançada, ainda em comunhão com Roma, embora já não ocupasse a sua sé. Em 886, o imperador Leão VI voltara a depô-lo para entregar o cargo a um jovem membro da família imperial.

A importância do cisma de Fócio está no facto de, até então, os opositores nunca terem ligado tão estreitamente as divergências entre Roma e Constantinopla a questões de princípio. Pela primeira vez, acusou-se Roma de corromper a religião por permitir acrescentar ao credo a palavra *Filioque*, que exprime a doutrina de que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. A partir daí, todas as diferenças de rito e de disciplina entre as duas metades da cristandade seriam reunidas e discutidas à luz de uma teoria teológica que inicialmente lhes era alheia. Pequenas diferenças passariam a ser tratadas como se fossem doutrinas fundamentais.

A questão reapareceu cerca de cento e cinquenta anos depois da morte de Fócio. Desta vez, a principal causa foi a ambição pessoal do patriarca Miguel Cerulário, agravada pela forma inadequada como os legados romanos, mal informados, conduziram o assunto. Em 1053, Cerulário iniciou inesperadamente uma campanha ativa contra os latinos no seu

patriarcado. Recuperou todas as acusações do tempo de Fócio para justificar o encerramento violento das igrejas latinas de Constantinopla. Os legados não tinham preparação suficiente para discutir a questão. Por incrível que pareça, responderam à acusação relativa ao *Filioque* afirmando que os gregos tinham retirado a palavra do texto original. Depois, no dia decisivo de 16 de julho de 1054, excomungaram solenemente o patriarca.

A tragédia era que o papa em cujo nome agiam, São Leão IX, já morrera, e a Sé estava vaga. A excomunhão dirigia-se apenas a Cerulário. Vinte anos depois, já o patriarca morrera havia muito, Roma continuava em comunhão com Antioquia, e Antioquia com Roma. Mas, fossem quais fossem as distinções do direito canónico aplicáveis à situação, o facto é que, depois da excomunhão de Cerulário, as duas igrejas e as comunidades dependentes dos seus patriarcados foram-se afastando. A separação tornou-se definitiva no período das Cruzadas. O contacto entre os cruzados e os orientais, a hostilidade mútua, o desprezo dos latinos pelas tradições gregas e dos gregos pela rudeza dos latinos, juntamente com os conflitos envolvendo os bispos latinos, alargaram continuamente a divisão. Seguiram-se o saque de Constantinopla pelos cruzados, em 1204, a instalação de um imperador latino e a colocação de um bispo latino na sé de São João Crisóstomo. A partir desse momento, a oposição aos latinos tornou-se parte essencial do patriotismo oriental.

Daí em diante, os projetos gregos de reunião assumiriam sobretudo um carácter político: em momentos de desespero, eram um meio de obter ajuda contra os turcos. As uniões alcançadas nos Concílios Gerais de Lião, em 1274, e de Florença, em 1438, duraram pouco. O cisma permanece. Contudo, a presença na Igreja de cerca de oito milhões de católicos de ritos orientais mostra que ainda é possível restabelecer a situação de unidade que existiu anteriormente.

CAPÍTULO V

O triunfo da Cristandade no Ocidente, 1123–1270

A Concordata de Worms foi um compromisso, mas nela triunfou o princípio mais importante pelo qual os papas tinham lutado durante duas gerações: o rei não deveria controlar a Igreja através do direito de nomear os bispos. Tinham passado mais de seis séculos desde que este mau costume, iniciado por Clóvis, se enraizara na nova cristandade ocidental. A sua eliminação provocara uma luta que abalara profundamente o catolicismo alemão. Mas essa luta também libertara outras energias espirituais. Os dois séculos que abrangem e se seguem à reforma de Hildebrando talvez não tenham paralelo na história pela dimensão do renascimento da vida humana e da cultura em todas as suas formas.

Quando a luta terminou, estava estabelecido um novo hábito: o papa tomava a iniciativa nas questões respeitantes à Igreja. Os acontecimentos tinham conduzido a uma nova centralização da autoridade eclesiástica. O papa fora o agente das reformas e o apoio dos bons bispos por toda a parte. Estes voltavam-se cada vez mais espontaneamente para Roma, procurando ajuda contra os tiranos e soluções para os inúmeros problemas quotidianos. Para exercer esta autoridade centralizada, os papas dispunham de dois instrumentos novos e muito importantes: os representantes permanentes que trabalhavam junto das hierarquias locais, nos grandes concílios provinciais e nacionais frequentemente reunidos no Ocidente, e o direito canónico recentemente organizado. Cerca de dezassete anos depois da Concordata de Worms, apareceu o mais célebre dos textos canónicos, o *Decretum*, de Graciano, professor na nascente Universidade de Bolonha. Não era uma simples compilação de decretos antigos e recentes, classificados por assunto. Era uma obra de jurisprudência e de ciência jurídica, que discutia como conciliar, na prática, leis aparentemente contraditórias. Estabelecia assim os fundamentos de um verdadeiro estudo sistemático do direito da Igreja.

Na mesma época, surgiu um manual de importância semelhante no campo da teologia: o *Liber Sententiarum*, de Pedro Lombardo, professor

nas escolas de Paris. Nos quatro séculos seguintes, seria o texto de referência para o ensino da teologia em toda a Europa Ocidental. O aparecimento destas duas grandes obras simboliza o rápido renascimento cultural da segunda metade do século XI e de todo o século XII.

Outro aspeto desse renascimento, cujos frutos só amadureceriam meio século mais tarde, foi o novo interesse pela filosofia. As primeiras traduções latinas de Aristóteles estimularam e transformaram esse interesse. Grande parte do trabalho de tradução foi realizada por clérigos espanhóis, cujo contacto com os muçulmanos despertara a atenção para as questões científicas e filosóficas. Entre os estudiosos muçulmanos existia havia séculos uma verdadeira admiração por Aristóteles e pelos filósofos neoplatónicos. Ao mesmo tempo que a *Lógica* e a *Física* aristotélicas se tornavam conhecidas no Ocidente católico, começaram a publicar-se traduções dos seus comentadores árabes: primeiro Avicena, que viveu de 980 a 1037, e depois Averróis, de 1126 a 1198, o maior de todos.

Dois nomes destacam-se entre os pioneiros deste grande renascimento intelectual. Um é Santo Anselmo, abade beneditino de Bec, que se tornou arcebispo de Cantuária em 1093 e defendeu os ideais de Hildebrando na luta contra os reis ingleses Guilherme II e Henrique I. O outro é Pedro Abelardo, um dos professores mais brilhantes da história. Ao aplicar a nova lógica ao estudo da doutrina tradicional, tornou-se um dos criadores da teologia como disciplina sistemática.

O renascimento geral trouxe também o aumento do número de paróquias e a construção de igrejas, abadias e novas catedrais, que ainda hoje permanecem como testemunhos extraordinários da capacidade humana. A pregação ganhou novo impulso e passou a fazer parte, cada vez mais, do trabalho dos sacerdotes, quando antes fora sobretudo uma obrigação dos bispos. Os novos teólogos começaram a organizar exposições da doutrina destinadas à formação dos leigos. A prática religiosa encontrou um poderoso auxílio na crescente meditação sobre a vida humana de Nosso Senhor e da sua Mãe. Santo Anselmo foi também pioneiro neste campo, embora o seu representante mais célebre tenha sido São Bernardo, um dos maiores pregadores de todos os tempos. Foi então que apareceram a *Salve-Rainha* e a *Ave-Maria* e que Santo Anselmo promoveu a celebração da festa

da Imaculada Conceição. Esta pregação despertou uma nova devoção à Paixão de Nosso Senhor. O crucifixo popularizou-se, tal como a devoção às Cinco Chagas. Foi escrito o hino *Jesu dulcis memoria*.

Os sinais mais extraordinários da nova época foram, porém, as numerosas ordens religiosas que surgiram, sobretudo os monges de Cister e os cônegos regulares de Prémontré. Cluny atravessava então um período de menor influência. Depois de quase dois séculos de grandes serviços espirituais, a prosperidade excessiva e um abade indigno tinham provocado um declínio temporário. Após a fundação das ordens de caráter parcialmente eremítico de Grandmont e da Cartuxa, surgiu a reforma beneditina da abadia de Cîteaux, fundada em 1098. O verdadeiro organizador da ordem, através da *Carta Caritatis*, foi o seu terceiro abade, o inglês Santo Estêvão Harding, falecido em 1134. O mais conhecido dos seus monges foi, contudo, São Bernardo, abade de Claraval, que viveu de 1091 a 1153. Seguiam a Regra de São Bento, mas tinham como objetivo particular a penitência pelos próprios pecados e pelos dos seus irmãos no mundo. Levavam uma vida de rigoroso ascetismo. As abadias eram construídas nas florestas, e os monges viviam do trabalho manual, que ocupava uma parte importante do dia, sem dependerem de outros bens. Nos dois séculos seguintes, os cistercienses trabalharam incessantemente nos pântanos, nas florestas e nas terras ainda pagãs do norte europeu. Devemos considerá-los pioneiros da agricultura: transformaram muitas regiões desertas em campos cultivados. Não tinham como missão o cuidado pastoral das populações.

A simplicidade rigorosa das igrejas e da liturgia distinguia-os dos monges mais antigos. Os edifícios eram despidos de ornamentos. As cruzes e o mobiliário eram de madeira e de ferro. A maior inovação de Cister, que influenciaria toda a história posterior das ordens religiosas, foi o sistema de governo. Acima da autonomia de cada abadia estava a autoridade do capítulo geral dos abades, e não a do abade de Cîteaux. O capítulo reunia-se anualmente para examinar a situação da ordem. Era uma proteção muito eficaz contra o enfraquecimento da disciplina. Nenhuma ordem fundada depois deixou de adotar, de alguma maneira, esta solução.

A rapidez da expansão cisterciense ultrapassou tudo o que os tempos modernos oferecem como comparação em movimentos religiosos. Havia dezanove abadias em 1122, setenta em 1134, trezentas e cinquenta em 1153 e quinhentas e trinta no final do século.

A Ordem de Prémontré também nasceu da reforma, mas de uma reforma do clero, não dos monges. Os seus membros viviam em comunidade e serviam a Igreja no cuidado das almas, como cónegos e membros dos capítulos. Nicolau II prescrevera esta vida comum em 1059. Desde então, procurava-se organizá-la segundo a Regra de Santo Agostinho e os três votos de pobreza, castidade e obediência. A ordem fundada em Prémontré, em 1120, por São Norberto, que viveu de 1080 a 1134, foi a mais célebre e bem-sucedida destas comunidades. A regra era tão austera como a de Cister. Mas, pela primeira vez na história da Igreja, a formação intelectual e o estudo faziam parte das exigências da vida espiritual. Era uma consequência natural da dedicação dos premonstratenses à pregação e ao cuidado das almas. O êxito da ordem foi tão extraordinário como o dos cistercienses. Durante a vida do segundo superior-geral, o beato Hugo de Fosses, foram fundadas mais de duzentas abadias, que constituíram os primeiros seminários conhecidos pela Igreja Católica.

Por toda a parte, construíram-se também hospitais, orfanatos, casas para idosos e penitentes e leprosarias. Foram criadas irmandades de leigos para os apoiar e congregações religiosas para os servir. Este esforço de proteção coletiva dos leigos encontrou outra expressão na possibilidade de se associarem às abadias das novas ordens. Nos *fratres ad succurrendum* dos premonstratenses podemos reconhecer a origem do movimento das terceiras ordens, que no século XIII provocaria uma grande transformação social.

Dois aspetos da vida comum foram especialmente afetados pelo renascimento religioso e pela legislação que o acompanhou. O antigo respeito pelo casamento, pela sua santidade e indissolubilidade, tão prejudicado nos séculos de anarquia, foi gradualmente restaurado. A esta campanha moral juntou-se uma luta igualmente vigorosa contra a usura e a brutalidade dos torneios. Foi também a Igreja que estabeleceu e difundiu a Trégua de Deus, procurando proteger os civis e os não combatentes da violência das vinganças e das guerras entre pequenos grupos. Esta prática,

juntamente com a consagração da cavalaria como serviço religioso, levava os combatentes a comprometerem-se a não atacar mulheres, comerciantes ou camponeses, a não destruir campos e colheitas e a não lutar em determinados períodos religiosos. Por respeito aos dias santos, deveriam ainda suspender os combates entre a noite de quinta-feira e a manhã de terça-feira. Prosseguia, ao mesmo tempo, o movimento contra a escravidão e o comércio de escravos, que gradualmente contribuiria para transformar o servo em camponês livre.

Durante estes anos de restauração, a expansão missionária continuou a concentrar-se na Escandinávia, nas regiões entre o Elba e o Vístula, na Boémia e na Polónia. Nos países eslavos, os principais agentes foram as novas ordens de Cister e de Prémontré. Um grande obstáculo à propagação da fé era o facto de a maioria dos missionários ser alemã e associar a evangelização à germanização. A Boémia sofreu particularmente com isso, tal como anteriormente os católicos alemães tinham sofrido com a origem franca dos seus primeiros apóstolos. A diocese de Praga, por exemplo, dependia de Mogúncia, e sete dos seus primeiros dezassete bispos eram alemães. A reforma de Hildebrando só chegou aos checos um século mais tarde.

O mesmo obstáculo existiu na Polónia. Mas os polacos estabeleceram relações mais próximas e regulares com a Santa Sé e conseguiram assim proteger-se da germanização. Entre 1050 e 1150, foram criadas numerosas dioceses. Depois, missionários polacos começaram a evangelizar a Pomerânia e a Prússia.

Os trinta anos posteriores à Concordata de Worms e ao Primeiro Concílio Geral do Latrão, de 1123 a 1153, durante os quais floresceu grande parte do movimento que temos descrito, foram anos de paz entre o papa e o imperador. Antes de narrar a nova guerra entre eles, precisamos de completar o quadro da época de Hildebrando com uma referência à ofensiva cristã contra o Islão. Quando Gregório VII foi eleito, a cristandade encontrava-se ainda numa posição material inferior à do mundo islâmico. O Mediterrâneo continuava a ser dominado pelos muçulmanos. A Espanha muçulmana tinha uma cultura e uma prosperidade que podiam comparar-se às do Ocidente católico. Um novo povo muçulmano, os turcos seljúcidas,

procurava conquistar Constantinopla. Já tinham ocupado as regiões ainda cristãs da Ásia Menor e infligido uma grave derrota ao imperador bizantino em Manzikert, em 1071.

Na Espanha, o século XI marcou o início de uma ofensiva muito bem-sucedida contra os muçulmanos. Os novos reinos católicos de Aragão e de Castela foram alargando os territórios à custa do sul islâmico. Os feitos do herói conhecido como o Cid e a conquista de Toledo, em 1085, tornaram aquele século glorioso para a Espanha católica. Se houvesse menos rivalidade entre os Estados cristãos em formação, o avanço teria sido ainda maior. Nas condições existentes, a ofensiva permaneceu limitada durante cerca de um século. Entretanto, uma cruzada de ocidentais contribuiu para a libertação de Portugal e para a conquista de Lisboa, em 1147.

As vitórias do Islão no Oriente preocuparam profundamente São Gregório VII. Este planeou mobilizar a Europa para recuperar os territórios perdidos, mas não o conseguiu durante o seu pontificado. Coube ao discípulo Urbano II iniciar a ofensiva no Concílio de Clermont, em 1095. O papa concedeu indulgência plenária aos que se comprometessem a lutar pela libertação da Terra Santa do domínio turco. Grandes exércitos, com cavaleiros e camponeses do Ocidente, partiram para libertar Jerusalém e salvar as suas almas. A Europa nunca conhecera uma campanha de mobilização tão vasta e intensa como a da Primeira Cruzada. O seu êxito demonstrava de forma eloquente até que ponto a reforma penetrara na consciência das pessoas e conquistara a sua adesão.

Não devemos, porém, imaginar que um movimento tão gigantesco ficou milagrosamente livre dos males que acompanham as grandes deslocções humanas. Burlões, impostores, aventureiros, criminosos de toda a espécie, falsos profetas, charlatões e fanáticos encontraram uma oportunidade junto daquela grande aventura espiritual. E os soldados rudes não deixavam de precisar das virtudes da justiça e da temperança por terem consagrado a coragem ao serviço de Deus.

Os grandes exércitos avançaram lentamente para o Oriente em 1097 e 1098. Tomaram as fortalezas turcas da Ásia Menor. Depois de um longo cerco, Antioquia caiu em junho de 1098. Jerusalém, o objetivo dos seus sonhos, foi conquistada em julho de 1099. Organizaram então os vários

Estados latinos do Oriente, em torno dos quais se desenvolveria uma parte importante da história dos dois séculos seguintes.

Estes Estados nunca tiveram uma posição verdadeiramente segura. É duvidoso que pudessem ter sido criados se, na altura do ataque cruzado, o mundo islâmico não estivesse enfraquecido pelas suas divisões internas. Sempre que essas divisões terminavam e surgia um novo chefe capaz de unir os muçulmanos, os Estados latinos ficavam em grave perigo. Para defender a presença católica na Terra Santa, apareceram algumas das instituições mais extraordinárias do catolicismo medieval: ordens religiosas cujos membros eram soldados, não sacerdotes. Faziam votos de pobreza, castidade e obediência e comprometiam-se também a defender a Terra Santa pela espada. Os mais célebres destes religiosos militares foram os cavaleiros hospitalários e os templários.

Além dos muçulmanos, os católicos da Síria tinham um segundo adversário permanente: os imperadores bizantinos. Estes pediam facilmente a ajuda do Ocidente contra o Islão, mas não aceitavam que os defensores se tornassem governantes das terras libertadas. Desde os primeiros contactos entre cruzados e bizantinos, houve conflitos graves, traições de um lado e violências do outro. A luta enfraqueceu todo o movimento e culminou na conquista e no saque de Constantinopla pelos latinos, em 1204, e na instalação de um imperador latino em Bizâncio.

A guerra entre bizantinos e latinos favoreceu a ofensiva muçulmana. Uma das suas primeiras grandes vitórias foi a conquista de Edessa, em 1144. O desastre desencadeou uma nova vaga de entusiasmo religioso no Ocidente. São Bernardo, cuja influência se fazia sentir em todos os campos da vida da época, pregou uma nova cruzada. Organizaram-se rapidamente novos exércitos. O imperador e o rei de França tomaram a cruz. Mas uma sucessão de desastres enfraqueceu profundamente as forças antes de chegarem a Jerusalém, em 1148. Não reconquistaram Edessa e também não conseguiram tomar Damasco. Foi um triste desfecho para uma empresa que prometia grande êxito. A própria ideia de cruzada sofreu um golpe do qual nunca recuperou inteiramente.

O fracasso da Segunda Cruzada podia ser interpretado como sinal de enfraquecimento da energia espiritual que produzira a reforma de

Hildebrando. Outro sinal foi um novo ataque à liberdade da Igreja, no qual o agressor encontrou aliados entre os bispos e até entre os cardeais.

Estava prestes a começar uma luta que ocuparia quase um século e comprometeria gravemente a reforma dos costumes e a restauração dos ideais cristãos. O mesmo século conheceria duas novas ameaças, não apenas à influência da Igreja na vida cristã, mas à sua própria existência: o rápido renascimento e a expansão do maniqueísmo e a difusão de uma filosofia materialista e atea nas universidades em formação. A Igreja conservaria, porém, a sua vitalidade. Embora profundamente atingida pela longa luta com os príncipes temporais, venceu os outros perigos, fundou universidades, desenvolveu uma nova filosofia cristã e criou duas novas ordens religiosas: a dos Pregadores e a dos Frades Menores.

O novo confronto com o poder imperial não começou como uma tentativa de recuperar direitos anteriormente usurpados. Tratava-se de defender a liberdade recentemente conquistada contra a imposição de um regime semelhante ao que enfraquecera a Igreja oriental. Frederico I, chamado Barba-Roxa, imperador de 1152 a 1190, declarou-se expressamente sucessor de Constantino, Justiniano e Carlos Magno. Reivindicou a mesma autoridade que estes tinham exercido sobre a sociedade cristã nos seus domínios. Para justificar as pretensões, invocou o direito romano recentemente recuperado, com a sua concepção do Estado absoluto e o vasto conjunto de princípios e disposições que a aplicavam. «É lei tudo o que o imperador quiser», declarou o seu chanceler aos legados papais na Dieta de Roncaglia, em 1158. O perigo era maior porque Frederico não pretendia limitar o governo efetivo à Alemanha. Queria dominar também Itália e Roma. «Se eu, imperador dos romanos, não tenho direitos sobre Roma, é evidente que não tenho direitos em parte alguma», afirmou.

Durante vários anos, houve conflitos com o papa Adriano IV, de 1154 a 1159^[15]. As posições tornaram-se claras. O papa percebeu que, se não resistisse, Frederico se tornaria o verdadeiro governante de Roma e senhor da Igreja. A guerra começou em abril de 1159, com uma nova invasão de Itália, a terceira das muitas realizadas pelo imperador. Cinco meses depois, Adriano morreu subitamente. Os partidários imperiais elegeram um papa do

seu grupo, em oposição ao escolhido pela maioria dos cardeais, Rolando Bandinelli, que tomou o nome de Alexandre III.

Alexandre era um dos mais destacados discípulos de Graciano e o primeiro dos grandes canonistas a ocupar a cadeira de São Pedro. O seu pontificado de vinte e dois anos, de 1159 a 1181, foi uma grande fortuna para a Igreja. As numerosas decisões que tomou, com a experiência e a precisão jurídica que o distinguiam, respondiam a apelos vindos de toda a Europa, sobretudo de Inglaterra. Tornar-se-iam o principal elemento da primeira compilação oficial do direito canónico, publicada em 1234 por Gregório IX. Na atividade quotidiana da Cúria Romana, ocupada com as igrejas de todo o mundo, começamos a ver os frutos da centralização: uma nova forma de exercer a primazia, que se tornara habitual no papado desde a reforma de Hildebrando.

Pelas suas qualidades de governante e legislador, Alexandre III deve ser colocado entre os maiores papas, talvez entre os dez primeiros da longa sucessão de duzentos e sessenta. A sua ação reformadora e construtiva culminou na legislação do Concílio Geral que convocou em 1179^[16].

Como todos os papas medievais, Alexandre preocupava-se profundamente com o bem-estar dos cristãos. A sua maior dificuldade era conseguir que os decretos fossem cumpridos. Quase não conseguimos avaliar como eram difíceis as comunicações naquele tempo. O papa medieval também não tinha a liberdade dos pontífices modernos para escolher os seus colaboradores. Mesmo quando podia escolher bispos, as funções civis, políticas e militares destes estavam de tal modo ligadas ao cargo que a missão pastoral ficava muitas vezes em segundo plano, ou era esquecida. As melhores leis perdem eficácia quando não existem meios de as fazer cumprir. As leis construtivas, e não apenas punitivas, devem ser observadas pelo bem que procuram alcançar, não só pelo medo das sanções. «É o espírito que dá vida»: esta é a grande verdade. Embora esse espírito continuasse a atuar na Idade Média, era frequentemente dificultado pelo peso dos interesses mundanos, da burocracia eclesiástica e dos negócios da Igreja.

O excelente programa de Alexandre III não chegou, na verdade, a ser executado. Cerca de quarenta anos depois, no Concílio Geral^[17], o seu grande sucessor Inocêncio III publicou um conjunto ainda mais amplo de leis benéficas. Declarou várias vezes que apenas voltava a promulgar os cânones de 1179, que não tinham sido cumpridos.

Quanto a Frederico Barba-Roxa, Alexandre resistiu-lhe firmemente desde o início. Recusou qualquer arbitragem na disputa entre si e o antipapa imperial. Embora expulso de Roma pelo exército do imperador, conseguiu impedir que o cisma se propagasse à França e à Inglaterra. A sua habilidade política conquistou também o apoio das grandes cidades do norte de Itália, cuja independência era ameaçada pelas mesmas pretensões imperiais. Frederico respondeu com medidas que antecipavam as de Henrique VIII de Inglaterra contra outro papa. Bispos, abades, sacerdotes e monges receberam ordem de jurar que rejeitavam Alexandre e reconheciam o antipapa. A recusa era punida com deposição, perda de bens, mutilação e exílio. Uma intensa campanha impôs o juramento por toda a Alemanha. Pela segunda vez num século, o país era obrigado a adotar uma espécie de catolicismo contrário ao papa. A situação repetir-se-ia várias vezes nos dois séculos seguintes. Devemos recordá-la para compreender os êxitos que o maior movimento contra Roma alcançaria na Alemanha do século XVI.

A guerra prolongou-se durante dezassete anos, com sucessos alternados. Por fim, na grande batalha de Legnano, em 1176, as forças imperiais foram derrotadas pelas cidades italianas. Na paz de Veneza, em 1177, Frederico reconheceu Alexandre como papa, pediu a absolvição e prometeu negociar a restituição das terras da Toscana que pertenciam ao domínio papal.

Alexandre morreu quatro anos depois, após vinte e dois anos de pontificado. Foi uma infelicidade para a Igreja que, nos dezassete anos seguintes, se tenham sucedido cinco papas muito idosos. O último tinha quase noventa anos quando foi eleito. Nesse período, grande parte da obra de Alexandre ficou comprometida. Houve um momento decisivo em que Lúcio III, de 1181 a 1185, consentiu no casamento de Henrique, herdeiro de Barba-Roxa, com a herdeira do trono da Sicília. Se Henrique viesse a suceder ao pai no Império — uma dignidade eletiva, cuja consagração e coroação cabiam ao papa —, o papado ficaria numa situação ainda pior. O

reino da Sicília abrangia todo o sul de Itália. Se o seu soberano fosse também imperador e um homem poderoso e sem escrúpulos, o Estado papal e a independência do pontífice ficariam à sua mercê.

Barba-Roxa morreu em 1190, a caminho da Terra Santa, onde ia participar na Terceira Cruzada. Henrique, que já reivindicava o domínio da Sicília desde a morte do sogro, em 1189, foi eleito imperador. Para enfrentar esta figura poderosa, os cardeais escolheram um homem de oitenta e cinco anos, Celestino III, papa de 1191 a 1198. Nos sete anos seguintes, Henrique VI avançou de vitória em vitória. Esmagou os rivais e os vassalos rebeldes e tornou-se senhor efetivo da Alemanha e do sul e centro de Itália, ocupando grande parte dos próprios territórios papais. Planeou tornar o Império hereditário na sua família. Talvez o tivesse conseguido se não pretendesse também acabar com a independência do papa. Sonhava com uma nova cruzada que o tornasse imperador do Oriente, como já era do Ocidente.

A morte inesperada de Henrique, em setembro de 1197, salvou a Igreja. Poucos meses depois morreu também Celestino III. Henrique deixou como sucessor na Sicília uma criança de três anos. Os cardeais elegeram então um homem de trinta e sete anos, Lotário de Segni, que tomou o nome de Inocêncio III. Governou durante dezoito anos, de 1198 a 1216. O seu pontificado é geralmente considerado o período em que a autoridade papal sobre a Europa atingiu a sua expressão mais completa.

Há boas razões para considerar os dezassete anos entre Alexandre III e Inocêncio III, de 1181 a 1198, o período mais crítico da Idade Média. Nesse caso, as soluções brilhantes de Inocêncio fizeram dele o salvador da civilização medieval e, por consequência, da civilização posterior. Entre os perigos que ameaçavam a Igreja, o maior era o renascimento do maniqueísmo. Começara havia um século e dominava agora grande parte do sul da França e do norte de Itália. Na França, a situação era mais grave porque os príncipes locais apoiavam o movimento. Reapareciam os argumentos conhecidos: uma solução aparentemente simples para as perguntas que sempre inquietaram os pensadores — o que é o mal, de onde vem e como escapar-lhe? Para o maniqueu, o mal era a matéria, e a matéria era má. Daí resultavam a crença em dois deuses, um bom e outro mau, e

uma disciplina de abstinência dos alimentos, do casamento e, sobretudo, da procriação. A fome voluntária, o suicídio e o aborto eram considerados bons. O «amor livre» e os vícios contra a natureza, embora maus, eram menos graves do que as relações matrimoniais que gerassem filhos. Havia dois grupos: os Perfeitos, que praticavam rigorosamente o ascetismo, e os Crentes, que apenas se comprometiam a ingressar futuramente entre os Perfeitos. A entrada fazia-se pelo rito chamado *consolamentum*. Se o recebessem à hora da morte, consideravam a salvação garantida. A seita tinha um culto que incluía explicações da Bíblia e possuía uma hierarquia própria. Bem organizada, conquistou rapidamente adeptos entre a nobreza culta daquela região de trovadores e entre os comerciantes ricos. Conhecida como albigense, nome derivado da cidade de Albi, criou escolas e oficinas para dar sustento aos seus membros.

O sul da França tinha conservado uma influência oriental desde as invasões muçulmanas de cinco séculos antes. Durante muito tempo, fora chamado uma segunda Judeia, devido à numerosa população judaica. No final do século XII, havia sinais de que, entre o papado e os seus grandes apoios, as igrejas da França e de Inglaterra, poderia instalar-se uma nova cultura ativamente hostil ao cristianismo.

Inocência tratou a questão com a gravidade e a urgência que lhe atribuía. Começou pela persuasão e pela pregação. Recorreu naturalmente aos cistercienses, como os papas posteriores recorreriam aos jesuítas. Quando os missionários fracassaram, os legados foram mortos e se tornaram claras a oposição e as intenções anticatólicas de Raimundo VI, o príncipe governante, o papa proclamou uma cruzada contra a região. A luta durou vinte anos. Os papas nem sempre conseguiram manter os cruzados dentro dos limites morais da guerra. Desde o início, o zelo religioso misturou-se com a cobiça pelos bens e pelas terras dos hereges. O resultado político foi o domínio do rei de França sobre o sul, além do norte do país.

Desta defesa da religião e da civilização contra o que se considerava o maior perigo até então surgiram outros dois resultados importantes: a Inquisição e uma nova comunidade religiosa, a Ordem dos Pregadores, fundada pelo espanhol Domingos de Osma, cônego regular.

A Inquisição era um tribunal criado pelo papado e responsável perante ele, destinado a descobrir e punir os católicos que se tornassem hereges. Muito antes de a Igreja estabelecer penas especiais, a opinião pública europeia já lhes era profundamente hostil. Muitos tinham sido mortos em linchamentos. Os príncipes mostravam-se igualmente dispostos à crueldade. Em parte sob essa pressão, os papas começaram, no final do século XII, a estabelecer penas por heresia para além da excomunhão. O Concílio do Latrão de 1215 determinou o confisco de bens e o exílio dos hereges. Em 1233, Gregório IX, papa de 1227 a 1241, criou um tribunal especializado. Os inquisidores viajavam muito, e foi-se formando um novo conjunto de leis e práticas penais em torno da instituição. O renascimento do direito romano influenciou esse processo, com a introdução da pena de morte para o herege condenado e da tortura nos interrogatórios.

São Domingos era um cônego regular espanhol. Uma circunstância inesperada durante uma missão diplomática colocou-o em contacto, por volta de 1205, com a missão cisterciense entre os albigenses. Percebeu que a pompa oficial dos legados e dos seus colaboradores prejudicava a tarefa. Compreendeu também que os católicos hesitantes só permaneceriam na fé se encontrassem um clero consciente da sua missão e tão desprendido da riqueza e do conforto como os ascetas da seita. Estes ideais tomaram forma no grupo de pregadores que reuniu à sua volta. Daquela comunidade inicialmente ocasional nasceu uma instituição inteiramente nova: uma ordem religiosa num sentido diferente das anteriores. Até então, existiam monges e cônegos regulares. Em alguns casos, os mosteiros estavam ligados por um superior comum, como o abade de Cluny, ou pelo capítulo geral de Cister. Mas o monge devia obediência ao seu mosteiro, e cada casa conservava uma vida autónoma. Os frades pregadores eram um corpo de sacerdotes organizado em províncias, sob a direcção de um mestre-geral, pronto a ir para onde fosse enviado. Não estavam vinculados a uma casa determinada. A sua estabilidade pertencia à ordem e à vontade do superior. Foi uma inovação extraordinariamente fecunda, adotada depois por outras ordens.

Os companheiros de São Domingos não se dedicavam, em geral, ao cuidado pastoral habitual, como os cônegos de Prémontré, mas à missão específica de pregar o Evangelho. Esta missão exigia estudo, que passou a

integrar a vida e a disciplina religiosas. A transformação teve grandes consequências. Antes do final do século, a ordem já se tornara uma comunidade de teólogos profissionais, caráter que ainda conserva. A sua regra combinava elementos de Cister e de Prémontré com uma flexibilidade destinada a responder às novas necessidades. Não surpreende que se tenha expandido rapidamente e se tornado conhecida em toda a Europa.

A expansão foi, contudo, menos intensa do que a de outra ordem contemporânea, os Frades Menores. Se os Pregadores, cuja organização definitiva Inocêncio III não chegou a ver^[18], respondiam à necessidade de um estudo mais profundo da religião, os Frades Menores respondiam à crescente mundanidade dos católicos que permaneciam ortodoxos e ao descontentamento dos leigos devotos com o baixo nível espiritual do clero.

A longa luta entre o papa e o imperador dera numerosas provas de que a moral da sociedade cristã estava longe da perfeição. A cobiça, a ambição, o desrespeito pelo casamento e pela vida humana, a constante preocupação dos prelados com os assuntos mundanos e a negligência das suas obrigações de pregadores, mestres e pais espirituais provocaram, durante o século XII, vários movimentos mais ou menos anticlericais. Todos procuravam regressar a uma época imaginária de cristianismo perfeito, na qual os bispos, se existissem, cumpririam apenas a sua missão própria e as diferenças hierárquicas teriam pouca importância. Muitos movimentos eram simultaneamente heréticos e anticlericais. Pedro de Bruys, por exemplo, defendia a abolição da religião organizada e condenava a missa como espetáculo inútil. O grupo mais conhecido foi o dos valdenses, nome derivado do fundador, Pedro Valdo, um comerciante de Lião convertido a uma vida religiosa mais exigente. Inicialmente ortodoxos, tinham como ideal uma vida sem propriedade. Deveriam vender os bens e distribuir o dinheiro pelos pobres. Queriam viver na pobreza e pregar esse modo de vida. Como eram leigos, foram proibidos de pregar em muitos lugares. Alguns revoltaram-se e passaram a atacar a autoridade eclesiástica. Em breve, todo o movimento ficou sob suspeita de heresia.

Os movimentos leigos de pobreza religiosa não eram uma novidade. Em 1208, um jovem de Assis, João Bernardone, geralmente chamado Francisco ou «o Francês», devido ao entusiasmo juvenil pela moda e pelos costumes

franceses, apresentou-se a Inocêncio III e pediu a bênção para o seu modo de vida. Era filho de um comerciante rico. A generosidade, os talentos poéticos e musicais e a alegria espontânea tinham feito dele um dos principais animadores da juventude de Assis. Depois, voltara-se para Deus com todo o ardor do coração. Com alguns amigos, vivendo em cabanas de ramos e barro, pregava a penitência pelo pecado e a felicidade de seguir literalmente a vida de Nosso Senhor. Viviam das esmolas recebidas da população.

O movimento era inteiramente ortodoxo. Distinguia-se pela devoção à Igreja, aos seus ministros e aos sacramentos. Reunia a austeridade dos valdenses e a poesia dos trovadores com o catolicismo mais tradicional. O papa abençoou a obra. Os seus membros receberam ordens: Francisco tornou-se diácono, e os companheiros receberam ordens menores. Depois, espalharam-se pelas aldeias e cidades da Itália central para pregar.

Não se tratava de um apostolado intelectual destinado a recuperar os que tinham aderido à heresia ou a fortalecer os indecisos. Dirigia-se aos católicos de vida desordenada, cuja caridade fora enfraquecida pela riqueza e pelos interesses mundanos. O que São Bernardo fizera pelos monges e pelo clero através dos sermões latinos, os Frades Menores fizeram pelo povo através da pregação na língua corrente. Apresentavam, com a simplicidade e a força do Evangelho, a vida humana de Nosso Senhor. Convidavam cada pessoa a olhar para o Evangelho como para um espelho e a corrigir-se.

Os Frades Menores tiveram um êxito sem precedente. Onde os dominicanos fundavam dez conventos, eles fundavam cem. Dez anos depois da aprovação de Inocêncio III, contavam já cinco mil membros. Ao capítulo geral de 1221 apresentaram-se quinhentos novos candidatos. Para conservar a finalidade de um movimento em tão rápida expansão, não bastavam o contacto pessoal com São Francisco e as orientações evangélicas da primeira regra. Foram elaboradas normas mais detalhadas, em grande parte com a colaboração do cardeal Ugolino, futuro Gregório IX, papa de 1227 a 1241. A característica principal da ordem era o apego extraordinário à pobreza, que os Pregadores também adotaram antes da morte de São Domingos. A pobreza pessoal sempre pertencera à vida

monástica. A novidade estava em que não só o frade não podia possuir bens, mas a própria ordem recusava a propriedade. Entregava-se ao mundo na dependência daquilo que a Providência lhe concedesse. Embora cada ordem conservasse o seu objetivo, espírito e forma de governo, ambas começaram a realizar trabalhos semelhantes. Franciscanos e dominicanos ensinavam lado a lado teologia e filosofia nas universidades. Na maioria das cidades onde uma tinha um convento e uma igreja, também se encontrava a outra. Com a sua expansão, a Igreja recebeu o que lhe faltava: um corpo muito ativo de pregadores preparados e de confessores experientes. É difícil medir a importância destas ordens para a vida dos católicos medievais.

Um instrumento particularmente eficaz foi a Terceira Ordem. Era uma verdadeira forma de vida religiosa acessível aos leigos. Homens e mulheres, casados ou solteiros, continuavam a viver no mundo, a exercer as suas profissões e a criar as suas famílias, mas seguiam, sob a orientação dos frades, uma regra adaptada. Partilhavam o espírito da ordem e os benefícios da sua ligação espiritual, procurando introduzir os seus ideais na vida quotidiana.

Os Pregadores e os Frades Menores eram as principais ordens de frades, mas não as únicas. Para completar o quadro desta influência, devemos mencionar os carmelitas, os servitas, os eremitas de Santo Agostinho e os grupos de leigos associados. Merecem ainda referência duas comunidades especialmente dedicadas ao resgate dos prisioneiros dos muçulmanos: os frades da Santíssima Trindade e os de Nossa Senhora das Mercês.

Era neste ambiente de grande vontade de servir a Deus e de se unir a ele através da Igreja que continuava, com enorme violência, a luta pela independência eclesiástica face aos leigos. Procurava-se garantir à Igreja autoridade sobre os assuntos espirituais, sobre a sua própria vida e, em muitos casos, sobre questões das nações cristãs.

O pontificado de Inocêncio III é considerado o ponto mais alto da monarquia papal, isto é, da autoridade efetiva do papa sobre a vida pública da cristandade. A Igreja tornara-se um Estado no mundo, não apenas internacional, mas supranacional. Organizava-se como um Estado, com tribunais, leis, administração central, finanças e exércitos. Estava preparada

para reprimir pela força, pela ameaça e pela guerra santa as revoltas contra a doutrina, as normas de conduta ou a política papal.

Foi uma grande vantagem para este papa jurista não ter de enfrentar um adversário da dimensão de Barba-Roxa ou do seu neto Frederico II. Durante o seu pontificado, Frederico era ainda o jovem rei da Sicília^[19], vassalo do papa e pupilo por ele fielmente protegido. Na Alemanha, os príncipes rivais disputavam o Império numa guerra civil. Isso dava ao pontífice a oportunidade de afirmar que o imperador recebia a dignidade pela autoridade do papa e que o Império existia para servir a Igreja.

Era uma inversão completa da situação de quatro séculos antes, no tempo de Carlos Magno, o primeiro destes imperadores medievais. Então, o imperador governara praticamente a Igreja. Agora, o papa, vigário de Deus, pretendia dirigir o Estado por toda a parte.

Metade da Europa já reconhecia vínculos feudais de dependência do papado. No tempo de Inocêncio, a Inglaterra submeteu-se de modo semelhante. Na França, uma disputa matrimonial entre o rei e o papa levou à ameaça de deposição. O rei de Leão foi excomungado por uma questão semelhante. Parecia que o papa triunfava em todos os confrontos. Até a grande tragédia do pontificado — o desvio da Quarta Cruzada em benefício de Veneza e o saque de Constantinopla — pôde aparentemente ser enquadrada na nova ordem com a instalação do Império Latino do Oriente.

No Quarto Concílio do Latrão, em 1215, Inocêncio apresentou à cristandade um programa detalhado de reformas construtivas, apoiado num exame da situação temporal e espiritual mais minucioso do que qualquer outro até então realizado.

A aplicação dependia, em última análise, do interesse e da boa vontade dos bispos e da disponibilidade do papa para acompanhar o seu trabalho. Mas, nos quarenta anos seguintes, os papas estariam mais ocupados do que nunca com uma luta pela sobrevivência contra outro imperador. Devemos também notar que o caráter da liderança papal mudava rapidamente. Os papas beneditinos da época de Hildebrando tinham sido apóstolos da reforma. Lutavam sobretudo com meios espirituais, e a sua intenção sacerdotal permanecia evidente. Agora, começavam a predominar o

canonista, o jurista e o governante eclesiástico. Já não se via tão claramente a combinação de administrador, reformador e guia espiritual que marcara o século anterior. É significativo que, entre os onze papas do primeiro grupo, dois tenham sido canonizados e outros dois beatificados, enquanto nenhum dos quinze que enfrentaram os Hohenstaufen tivesse então sido proposto para canonização. Não eram homens maus, mas recorreram aos meios deste mundo. Utilizaram-nos e venceram. A vitória custou-lhes, porém, parte do prestígio da sua administração e talvez da própria Igreja.

O novo inimigo era o jovem rei da Sicília, Frederico, eleito imperador em 1213 com o apoio de Inocêncio III. Uma condição da eleição era que não reunisse as duas dignidades. Mas, em 1220, fez eleger rei dos Romanos e futuro imperador o filho a quem transferira a Sicília. Entretanto, organizou na ilha, de forma metódica, o Estado mais despótico que a Europa Ocidental conheceu desde o antigo Império Romano. Durante os onze anos do pontificado do seu antigo protetor, Honório III, de 1216 a 1227, trabalhou continuamente para estabelecer a sua supremacia sobre o papado. O sucessor de Honório, Gregório IX, amigo e protetor de São Francisco, era de outra ténpera. Parente de Inocêncio III^[20], erudito, canonista e diplomata experiente, agiu de imediato. Uma ordem perentória a Frederico procurou terminar com os dez anos de adiamento da promessa de partir em cruzada.

O imperador respondeu acusando o papa e foi excomungado. Partiu então para o Oriente com um exército. Depois de negociar com o sultão, coroou-se rei de Jerusalém na igreja do Santo Sepulcro. O papa aproveitou a ausência para invadir a Sicília, reino seu vassalo, do qual declarara solenemente Frederico privado. Ao regressar, o imperador encontrou as tropas papais no domínio do reino. Expulsou-as numa breve guerra e submeteu a Sicília à sua repressão. Gregório voltou a excomungá-lo e tentou mobilizar a cristandade contra ele, sem êxito. Por fim, na paz de São Germano, em 1230, Frederico cedeu inesperadamente nos vários pontos em disputa, recebeu a absolvição e foi reintegrado.

Seguiram-se dez anos de tranquilidade relativa, durante os quais Frederico consolidou o poder no seu reino. Garantiu a paz na Alemanha através de amplas concessões aos príncipes e tornou-se senhor do norte de

Itália, como já era da Sicília. Gregório IX só pôde negociar e reclamar, até renovar a excomunhão em 1239. O confronto prolongou-se por dois anos. Às denúncias do papa, o imperador respondia com acusações. Escritores de ambos os lados procuravam conquistar o apoio dos cristãos através de panfletos violentos. Gregório morreu a 21 de agosto de 1241, quando os exércitos imperiais avançavam e se encontravam a cerca de quinze quilómetros de Roma. Nos dois anos seguintes, a Igreja ficou sem papa^[21].

Frederico mantinha presos dois dos onze cardeais. Os restantes tinham fugido, receando pela vida. São Luís IX, rei de França, interveio. O imperador libertou os prisioneiros, e pôde realizar-se a eleição. O novo papa era outro canonista, Sinibaldo Fieschi, que tomou o nome de Inocêncio IV e governou de 1243 a 1254. Depois de Alexandre III, foi o maior dos papas deste período.

Os atos e manifestos de Frederico não deixavam dúvidas sobre as suas intenções. Queria dominar a Igreja tão completamente como dominava a Sicília. À hostilidade de um governante perante as reivindicações do clero juntara-se agora a antiga doutrina pagã do Estado onipotente. O imperador convidou os príncipes cristãos a aliarem-se numa campanha para destruir a Igreja enquanto sociedade independente do Estado.

As intenções de Inocêncio eram igualmente claras: queria derrotar Frederico e tudo o que representava. Em 1245, convocou um Concílio Geral em Lião, onde o imperador foi julgado e condenado. Inocêncio IV enfrentaria Frederico II como Inocêncio III enfrentara os condes de Toulouse. Pregou-se uma grande cruzada e procurou-se levantar a Alemanha contra o imperador. Na Itália, o papa recrutou aliados, reuniu exércitos e distribuiu subsídios generosos.

A guerra começou. Depois de várias derrotas, enquanto preparava novos planos para continuar, Frederico morreu, a 13 de dezembro de 1250. Quatro anos depois morreu o filho mais velho, Conrado, deixando uma criança que confiou à proteção do papa. A guerra, porém, não terminou. Manfredo, outro filho de Frederico, continuou a resistência e, no final de 1254, infligiu uma grave derrota ao exército papal.

Inocêncio IV morreu cinco dias depois. O sucessor, Alexandre IV, de 1254 a 1261, era fraco e hesitante. Durante os sete anos do seu pontificado, Manfredo avançou de vitória em vitória. Em 1261, a influência papal descera a um nível comparável ao anterior à eleição de Inocêncio III, quase setenta anos antes. A causa foi recuperada pela eleição sucessiva de dois papas franceses, competentes e práticos: Urbano IV e Clemente IV. Reorganizaram a Cúria e, sobretudo, as finanças. Negociaram novas alianças e obtiveram finalmente a colaboração ativa, embora indireta, de São Luís IX, que até então se mantivera afastado da luta. O rei permitiu que o irmão, Carlos de Anjou, aceitasse o trono da Sicília oferecido pelo papa. Carlos chegou a Itália em 1265 e começou a campanha contra Manfredo.

Manfredo foi derrotado e morto em Benevento, em 1266, depois de uma batalha sangrenta. Carlos tornou-se rei da Sicília de facto e de direito. Começou a governar com tal despotismo que o próprio papa teve de protestar energicamente. Os súbditos oprimidos procuraram um chefe e chamaram da Alemanha o jovem duque da Suábia, Conradino, filho de Conrado IV e neto de Frederico II. Partiu em setembro de 1267. Na marcha para sul, recebeu grandes homenagens nas cidades italianas. Roma aderiu à sua causa, e Carlos não conseguiu recuperá-la. Mas a batalha de Tagliacozzo, a 23 de agosto de 1268, encerrou a longa luta. Conradino foi derrotado e, depois de uma espécie de julgamento, Carlos mandou decapitá-lo publicamente em Nápoles.

Foi o fim dos Hohenstaufen, mas não das dificuldades do papado. Para se libertar de um adversário alemão, o papa recorrera a um francês. Restava saber durante quanto tempo este aceitaria ser um vassalo obediente. Logo no primeiro ano da aliança apareceram sinais de problemas graves. Pouco depois, a Igreja sofreu outro desastre: após a morte de Clemente IV, em 1268, a Sé permaneceu vaga durante três anos. Era a segunda longa vacância em trinta anos.

Durante a luta contra os Hohenstaufen, desenvolvia-se outra disputa igualmente decisiva para o catolicismo. Era uma grande controvérsia filosófica e teológica: até que ponto os novos métodos de explicação e defesa poderiam transformar a religião? Reapareciam as dificuldades do tempo dos apologistas e dos gnósticos. A causa era a descoberta

progressiva, pelos católicos ocidentais, do conjunto das obras de Aristóteles, praticamente completada no final do primeiro quarto do século XIII.

É difícil avaliar o impacto sobre as duas gerações que conheceram pela primeira vez, pouco a pouco, a produção do génio aristotélico. Encontravam uma enciclopédia do saber humano, uma observação ampla e detalhada da vida, acompanhada de descrições, análises e classificações. O universo físico, o homem, o pensamento, a natureza das coisas, as causas e os primeiros princípios, o destino humano e o ideal de conduta: tudo fora tratado sistematicamente. Parecia um guia completo para a vida que os cristãos procuravam, construído apenas pela razão. Como integrar este saber na religião tradicional? Deveriam os católicos ignorá-lo? Poderiam fazê-lo? Se o aceitassem, continuariam a ser católicos?

Estas questões foram apaixonadamente discutidas. Desde a fundação da Universidade de Paris, em 1205, teólogos e filósofos confrontaram-se com intensidade. Paris foi a primeira e mais célebre das universidades e, durante muito tempo, uma instituição europeia de importância comparável à do Império e da monarquia papal.

A questão era agravada pelo facto de quase ninguém possuir o texto original de Aristóteles ou conhecer suficientemente o grego para verificar as traduções. Por volta de 1220, começaram a surgir versões feitas diretamente do grego. Até então, o texto latino era muitas vezes tradução de um texto árabe, que por sua vez vinha de uma versão siríaca do original. Além disso, eram atribuídas a Aristóteles obras que nunca escrevera, incluindo textos neoplatónicos. À primeira vista, estes pareciam favoráveis à doutrina e à prática católicas. Destacavam a imortalidade da alma, a realidade da Providência e um caminho de união extática com Deus. O perigo, menos evidente, estava no seu frequente fundamento panteísta. Aristóteles, por outro lado, parecia materialista, fatalista e ateu.

O problema era ainda mais complexo porque o saber aristotélico chegara ao Ocidente através dos árabes, dos muçulmanos da Espanha e dos judeus. Fora no mundo islâmico, mais culto e durante séculos tão próximo de dominar o Ocidente cristão, que se desenvolvera a admiração por Aristóteles. Aí tinham surgido os grandes comentadores através dos quais

os ocidentais o conheceram e interpretaram. Devemos recordar pelo menos Avicena, de 980 a 1037, e Averróis, de 1126 a 1198. O conflito universitário do século XIII pode ser resumido, em grande medida, como um confronto entre o averroísmo e o catolicismo.

A primeira resposta das autoridades foi proibir o estudo das obras de Aristóteles, com exceção das de lógica. Dada a confusão existente, a decisão não era irrazoável nem ilógica. A primeira proibição ocorreu em 1210. Gregório IX renovou-a vinte anos depois, mas com alterações. O estudo permitia distinguir gradualmente os elementos valiosos dos perigosos. A proibição passou a aplicar-se apenas aos textos que não tivessem sido «corrigidos». Prosseguiu, por isso, o trabalho de revisão e de distinção das doutrinas. Chegou-se finalmente ao ponto de os papas tornarem obrigatório o estudo da física e da metafísica aristotélicas para a obtenção de graus académicos. O aristotelismo tornara-se, como continua a ser, um dos auxiliares mais preciosos da Igreja na explicação e defesa da Revelação.

Três grandes santos estão ligados a esta transformação e à resistência católica à ameaça de uma cristandade dominada pelo averroísmo: Santo Alberto Magno, de 1193 a 1280, São Boaventura, de 1221 a 1274, e Santo Tomás de Aquino, de 1225 a 1274. Alberto e Tomás eram dominicanos; Boaventura era frade menor.

Um dos grandes méritos de São Boaventura foi ter sido o primeiro a atacar o averroísmo como uma filosofia falsa, utilizando os argumentos da razão. Não concluiu esse trabalho. Aos trinta e seis anos, em 1257, foi chamado a deixar a universidade para se tornar o segundo grande fundador da sua ordem, que governou durante dezassete anos.

Santo Alberto pertencia a outro tipo de intelectual: uma espécie de Aristóteles católico, simultaneamente cientista e teólogo. Com um espírito semelhante ao do filósofo grego, procurou estudar e tornar acessível tudo o que se podia conhecer do universo criado e da sua relação com o Criador. Não era um polemista. O averroísmo ocupava naturalmente uma parte importante das suas preocupações e foi tema de uma das suas obras mais célebres, mas procurava a solução sobretudo de forma indireta. Foi ele quem formou o maior dos pensadores católicos, Santo Tomás de Aquino.

Em Tomás, Aristóteles encontrou finalmente um católico preparado para o compreender, distingui-lo dos comentadores, reconhecer as partes incompletas do seu pensamento e desenvolvê-las no verdadeiro espírito aristotélico. Tomás mostrou depois a sua harmonia com a doutrina católica. Contribuiu decisivamente para a história do pensamento europeu ao utilizar a distinção sistemática entre filosofia e teologia estabelecida por Alberto e ao defender a filosofia como ciência independente. A razão e a religião são distintas, e a razão tem direitos próprios. É soberana no seu campo. Mas esse campo é limitado: há realidades que não pode descobrir e verdades que ultrapassam a sua capacidade de demonstração.

A síntese de Santo Tomás, contida na *Suma Teológica*, revolucionou os seus contemporâneos. Em muitas teses fundamentais, abandonou os métodos tradicionais de defesa da fé e entrou em conflito com a outra escola contrária ao averroísmo, fundada e ainda orientada por São Boaventura. Os pioneiros do pensamento raramente vivem para assistir ao triunfo das suas ideias. Santo Tomás não foi exceção. Durante muito tempo depois da sua morte, os discípulos tiveram de lutar em duas frentes: contra os averroístas e contra os católicos que se opunham a estes. Tomás foi condenado mais de uma vez por teólogos de Paris e por prelados da sua própria ordem, embora nunca por Roma. Só cinquenta anos depois da morte a sua posição ficou reconhecida como inteiramente ortodoxa. Não é exagero considerar uma das grandes tragédias do catolicismo medieval a lentidão com que foi reconhecido o génio que libertara a fé de uma ameaça subtil e construíra uma das mais valiosas sínteses entre religião e razão. Foi uma verdadeira tragédia, porque não nasceu da má vontade nem da ignorância.

CAPÍTULO VI

O declínio, 1270–1517

Santo Tomás de Aquino morreu em 1274, a caminho do décimo quarto Concílio Geral^[22], para o qual fora convocado por São Gregório X, papa de 1271 a 1276. Duzentos e quarenta e três anos depois, pouco após o encerramento solene do décimo oitavo Concílio Geral^[23], um frade alemão, Martinho Lutero, começou a atacar o governo do papa Leão X. Esse seria o princípio do fim do mundo que Santo Tomás conhecera e que a sua obra procurara aperfeiçoar e tornar duradouro.

O período entre Santo Tomás e Lutero contrasta profundamente com os dois séculos anteriores, que separaram São Leão IX de Santo Tomás. Nesses séculos, o esforço geral dos católicos fora construtivo. Cada geração assistira a um novo ataque contra algum abuso antigo, apoiado pela população. O bem-estar dos cristãos ocupava um lugar central nas preocupações da Igreja. Os abusos não tinham sido inteiramente corrigidos e algumas reformas necessárias mal tinham começado, mas essa era a orientação dominante.

No último século desse grande período, desde o início da luta com os Hohenstaufen, em 1155, surgiram novos abusos. Alguns resultavam da própria luta e eram inseparáveis dela; outros, do aperfeiçoamento da burocracia eclesiástica e do seu instrumento, o direito canônico; outros ainda, das fraquezas humanas que a Igreja nem sempre conseguia vencer. Não tinham desaparecido os sacerdotes que viviam em concubinato, os monges apenas de nome nem os bispos políticos. A preparação e a formação do clero destinado às paróquias quase não tinham sido consideradas. Um papa do século XIV que cumprisse seriamente as suas funções precisava de combater estes males tanto como o seu predecessor do século XII. Mas tinha também de enfrentar novos abusos e novas dificuldades.

O sistema de eleição dos bispos e dos abades tinha fracassado. Os papas da reforma de Hildebrando procuraram restabelecê-lo para libertar a Igreja

do controlo dos leigos e garantir a escolha das pessoas mais adequadas. Mas as eleições geravam disputas, grupos fechados, rivalidades permanentes, conflitos e desordens. As próprias partes pediam frequentemente a intervenção das autoridades leigas. Desde o pontificado de Clemente IV, falecido em 1268, os papas procuraram substituir as eleições livres, e também as nomeações para cargos menores, por nomeações feitas a partir de Roma. Faziam-no para contrariar essa situação e por uma tendência natural para centralizar a administração. Passaram a designar diretamente bispos, abades, cónegos e outros titulares. A corte papal, que raramente residira em Roma durante o século XIII, esteve completamente afastada da cidade durante quase três quartos do século XIV, instalada com os papas em Avinhão. A Cúria tornou-se o centro para onde convergiam milhares de pessoas em busca de cargos eclesiásticos, umas com boas intenções, outras sem elas. Esta vasta administração era dispendiosa. Cada procedimento exigia o pagamento de taxas. Havia ainda outras exigências financeiras, como acontece nas cortes e burocracias dirigidas por aristocratas demasiado ocupados para fiscalizar os subordinados e com demasiadas despesas para verificar se todos eram devidamente remunerados. O sistema dos benefícios eclesiásticos, tal como se desenvolveu nos séculos XIV e XV e no início do XVI, foi, em muitos aspetos, um dos maiores escândalos da história da Igreja. O seu âmbito aumentava à medida que o tempo passava.

Outro escândalo financeiro foi a tributação papal dos bens da Igreja em todos os países: rendimentos, remunerações, pensões e outros recursos eclesiásticos. Foram organizados registos para avaliar os respetivos valores. Surgiu uma nova rede de cobradores, intermediários entre o papa e o clero local que lhe devia dinheiro.

Essas receitas eram necessárias porque o papado estava estabelecido fora de Itália, longe dos seus próprios territórios e dos rendimentos que deles poderia receber. Sustentavam a corte papal e financiavam as cruzadas: as guerras do papa contra o imperador ou as guerras dos príncipes católicos contra os hereges, quando o pontífice decidia apoiá-las. Mais tarde, serviriam também para financiar a luta entre papas rivais, durante os quarenta anos de 1378 a 1417 em que Roma e Avinhão dividiram a cristandade. Uma parte do dinheiro ia, por vezes, para os familiares do papa. Quando Clemente V morreu, em 1314, havia mais de meio milhão de

florins de ouro no tesouro, mas apenas setenta mil chegaram ao sucessor. O restante foi distribuído em legados testamentários. Isto voltaria a acontecer. Como era necessário financiar as guerras permanentes em Itália contra os que ocupavam os territórios papais, o papado cobrava todas as taxas possíveis e recorria ainda a grandes empréstimos bancários, com juros pesados.

Estas operações financeiras tornaram a centralização papal alvo de críticas por toda a Igreja. Desde São Gregório VII, os papas tinham assumido uma nova responsabilidade geral: concentraram o poder e reservaram para si grande parte das iniciativas. Se fossem homens bons e governantes prudentes, a Igreja beneficiaria muito e as pessoas reconheceriam o seu trabalho. Se fossem insensatos, fracos ou, como depois aconteceu, maus e moralmente corruptos, a mesma presença em toda a parte provocaria uma perda de prestígio sem precedente.

Da conceção da Igreja como um Estado supranacional nasceu também o hábito de utilizar um adversário contra outro. Os papas tinham-se aliado à Liga Lombarda contra Frederico Barba-Roxa. No século seguinte, Inocêncio IV, Alexandre IV e Urbano IV procuraram apoio contra os seus descendentes, oferecendo a coroa disputada a vários príncipes: Ricardo da Cornualha, Edmundo de Lencastre, Afonso de Castela e, por fim, Carlos de Anjou. Esta política pressupunha uma Europa unida, na qual todos os católicos tinham direitos semelhantes. Mas acabaria por destruir essa unidade. Os ressentimentos nacionais já eram fortes no século XIII, como mostrou a revolta siciliana de 1282 contra o rei francês Carlos de Anjou, instalado com apoio papal. A revolta foi acompanhada de um grande massacre de franceses. O sentimento nacional cresceu por toda a parte. Na Inglaterra do século XIV, o papado tornou-se suspeito porque os papas eram franceses e viviam num país com o qual os ingleses travavam a Guerra dos Cem Anos. Mais tarde, pressionados pelas circunstâncias, os papas procurariam alianças com qualquer potência que parecesse favorável, para combater os seus adversários. Surgiram assim sucessivas ligas e alianças sagradas. Talvez fosse inevitável, mas o sistema não escapou às consequências negativas. Além de ser criticado pelas exigências financeiras, o papa tornou-se temido e desprezado pela sua atividade política. A degradação chegou à última fase quando, durante cinquenta

anos, uma sucessão de pontífices utilizou a posição para instalar familiares como príncipes italianos e casá-los com membros das famílias reais europeias.

O período de 1270 a 1517 foi, portanto, de declínio contínuo. Contudo, em todas as gerações surgiram reformadores que combateram as tendências dominantes, recordaram os antigos ideais e denunciaram os abusos e as suas causas. Entre eles houve papas. Mas os interesses instalados eram muitas vezes mais fortes do que o melhor reformador. A própria Cúria Romana, com o Colégio dos Cardeais à frente, foi frequentemente o maior obstáculo à reforma.

O primeiro sinal claro de uma nova época foi a rutura entre o papado e o seu apoio tradicional, a monarquia francesa, nos últimos anos do século XIII. O confronto terminou numa derrota esmagadora do papado.

Filipe IV de França, chamado o Belo, que reinou de 1285 a 1314, queria alargar e centralizar o poder régio, sobretudo na cobrança de impostos. Os direitos da Igreja eram um obstáculo importante. Sem consultar o papa, tributou o clero, muitas vezes através da intimidação. O clero apelou a Roma. Bonifácio VIII respondeu com a célebre bula *Clericis laicos*, de 1296, reafirmando que o poder leigo não podia tributar a Igreja sem o seu consentimento. Proibiu o pagamento e excomungou tanto os que pagassem como os que recebessem esses impostos. O rei respondeu com um desafio: o Estado era soberano no seu território e, em matérias temporais, ninguém estava acima do rei. Um decreto proibiu a saída de ouro e prata, impedindo o envio das receitas devidas ao papa. Bonifácio foi recuando e, entre 1297 e 1301, houve uma paz aparente. A luta recomeçou quando o rei mandou prender o bispo de Pamiers. Como Filipe ignorasse os protestos, o papa anulou as concessões anteriores. Na bula *Ausculda fili*, divulgada em 1302, enumerou os crimes do rei e a tirania do governo, ameaçando-o de deposição. Convocou também os bispos franceses para Roma, para discutir a proteção da religião em França. Filipe reuniu prelados e nobres para protestar contra aquilo que considerava uma usurpação de autoridade pelo papa. A derrota francesa em Courtrai, a 11 de julho de 1302, conteve temporariamente o rei. Para ganhar tempo, fingiu submeter-se. Bonifácio

reafirmou então, na bula *Unam sanctam*, a doutrina de que a salvação de todos os seres humanos exigia a obediência ao papa.

O conflito deu origem a uma discussão dos princípios fundamentais. Escritores dos dois lados iniciaram uma intensa campanha. Do lado papal estavam os teólogos; do lado régio, juristas formados, não no direito canônico, mas nas leis recuperadas do antigo Império Romano.

Depois da declaração de *Unam sanctam*, em novembro de 1302, Filipe decidiu agir. Enviou uma força a Itália para prender o papa e levá-lo para França. Em 7 de setembro de 1303, os franceses atacaram o palácio papal de Anagni. Foi um momento terrível para a Europa: revelou-se a fragilidade do papado e a permanente fraqueza do direito perante a força. Bonifácio resistiu às ameaças e recusou revogar os decretos. O representante francês hesitou. Matar o papa seria insensato; transportá-lo como prisioneiro de estrangeiros através de Itália, sobretudo dos odiados franceses, seria muito difícil. Enquanto procurava uma solução, a população de Anagni revoltou-se e expulsou os invasores. O papa foi salvo, mas o choque foi demasiado forte. Morreu pouco depois, a 11 de outubro de 1303.

A rudeza e a altivez de Bonifácio contribuíram para agravar a luta. Também é verdade que Filipe, o Belo, era um adversário mais perigoso e melhor preparado do que Frederico II ou Henrique VI. Mas a importância do acontecimento ultrapassa as personalidades. Estava em causa a autoridade da Igreja sobre os reis. Um soberano desafiara publicamente o papa e, em Anagni, praticara-se um ato até então inconcebível. O papado teve de aceitar o que acontecera. O seu prestígio sofrera um golpe duradouro, sobretudo no domínio das realidades que as pessoas consideravam essenciais à vida pública.

O novo papa, Bento XI, governou apenas nove meses. Excomungou o chefe da expedição francesa, mas não ousou condenar o rei. A Sé ficou depois vaga durante um ano. A eleição do francês Clemente V deu início a um pontificado que marcou o ponto mais baixo das pretensões papais de independência política.

O rei francês continuou a perseguir a memória de Bonifácio. Os decretos contra a sua tirania permaneciam válidos. Só a condenação de

Bonifácio como herege e falso papa poderia retirar força aos seus atos e aos princípios que exprimiam. Filipe tentara consegui-la enquanto o papa vivia; agora que estava morto, julgava-a possível. Insistiu no julgamento durante o pontificado do infeliz Clemente V, de 1305 a 1314, um homem doente, atormentado por um cancro doloroso. Clemente retirou as disposições das bulas *Clericis laicos* e *Unam sanctam* que se consideravam ofensivas para o rei, mas recusou autorizar o julgamento. Conseguiu evitá-lo a um preço muito elevado: colaborou com Filipe na supressão e na destruição da Ordem dos Templários, um dos maiores crimes da história, marcado por traições e crueldades.

Clemente V morreu em França, onde vivera. Não pretendia manter permanentemente a corte fora de Roma. Mas a saúde, as notícias sobre a anarquia em Itália e na cidade e a urgência das negociações com o rei francês fizeram-no permanecer no seu país. Em 1309, instalou-se em Avinhão, no convento dos Pregadores. É significativo que vinte e três dos vinte e quatro cardeais que nomeou fossem franceses.

O primeiro destes papas franceses submetera-se à França. O sucessor, João XXII, de 1316 a 1334, teve a infelicidade de travar uma luta perdida com o imperador. Não estava em causa nenhum princípio essencial. Com tato e bom senso político, aquele papa idoso e irascível poderia ter terminado rapidamente o conflito, ou até evitado que começasse.

João XXII foi eleito depois de quase dois anos de vacância. Um dos últimos atos de Clemente V, após a morte de Henrique VII, fora declarar que o Império ficava sujeito ao papa enquanto não houvesse imperador. Invocara o juramento de fidelidade do soberano e os poderes dados por Nosso Senhor a São Pedro. Os eleitores não conseguiram concordar na escolha do sucessor. João encontrou a Alemanha dividida entre Luís da Baviera e Frederico da Áustria. Proibiu ambos de se considerarem imperadores e anunciou que resolveria pessoalmente a disputa. Entretanto, o papa administraria o Império. Nomeou também um representante para os direitos imperiais em Itália. Apesar da intervenção, a luta continuou. Em 1322, Luís venceu o rival, mas João recusou reconhecê-lo. Seguiu-se a guerra em Itália. As forças descontentes com a Igreja juntaram-se a Luís.

Entre elas estava o importante grupo dos franciscanos extremistas chamados Espirituais. Defendiam a pobreza absoluta de São Francisco e consideravam os primeiros companheiros o modelo obrigatório para toda a ordem. Rejeitavam qualquer adaptação. Como os papas tinham permitido uma disciplina menos rigorosa, acabaram por declarar que essa alteração era herética. Tinham sido reprimidos por João XXII e tornaram-se auxiliares úteis do imperador. Este encontrou também apoio em três grandes pensadores: Guilherme de Ockham, Marsílio de Pádua e João de Jandun.

O papa ordenou a Luís que deixasse de exercer o poder imperial. Perante a recusa, excomungou-o a 23 de março de 1324. O imperador respondeu com um manifesto em que acusava João de heresia. Marsílio publicou então o *Defensor pacis*, que causou grande impressão. A obra apresentava uma teoria política completa: tudo ficava subordinado ao imperador enquanto representante do povo. O papado era uma instituição humana, sujeita ao Concílio Geral, cuja convocação competia ao imperador.

Luís invadiu Itália e foi aclamado imperador numa assembleia em Roma, a 11 de janeiro de 1328. Seis dias depois, recebeu a consagração e a coroa. Em abril, depois de novas excomunhões, declarou o papa deposto por heresia e traição numa assembleia popular. Para completar o programa de Marsílio, faltava escolher um sucessor. Luís encontrou-o num franciscano, que nomeou publicamente com o nome de Nicolau V, investindo-o no cargo com o anel do Pescador.

A luta prolongou-se durante anos. João XXII morreu, e o sucessor, Bento XII, de 1334 a 1342, também não assistiu ao seu fim, apesar de ser mais conciliador. Entretanto, o catolicismo alemão ficara sujeito a toda a espécie de desordens. Em cada diocese e em cada ordem religiosa havia partidários do imperador e partidários do papa. Os pontífices continuaram a procurar aliados entre os príncipes alemães. Mas as suas pretensões sofreram um golpe sério em Rhens, a 16 de julho de 1338. Os eleitores declararam que a autoridade imperial vinha diretamente de Deus e pertencia a quem obtivesse a maioria dos seus votos. O eleito não precisava de confirmação papal para exercer legitimamente o cargo.

Mais tarde, Luís foi afastado, e Clemente VI, papa de 1342 a 1352, conseguiu promover a eleição de Carlos da Boémia, que lhe dera garantias

satisfatórias de submissão ao papado.

O triunfo foi ilusório. Assim que consolidou o poder e se libertou dos rivais, Carlos mostrou-se tão independente como o predecessor, embora mais respeitoso e leal. Em 1356, reafirmou de forma decisiva os princípios de Rhens: publicou a Bula de Ouro, que regulava as eleições imperiais. Indicava os sete príncipes eleitores e quem governaria durante a vacância. Não mencionava a Igreja, o papa ou os direitos há muito reivindicados e frequentemente exercidos por Roma. O Império era apresentado como uma entidade secular, sem lugar para a intervenção papal: o temporal era independente do espiritual. Inocêncio VI, papa de 1352 a 1362, não protestou. Sob pressão daquele soberano, que pela proximidade à Igreja recebera a alcunha de «imperador dos padres», suavizou mesmo a declaração de Clemente V, tal como este enfraquecera a posição de Bonifácio VIII perante Filipe, o Belo.

Os papas já tinham entrado no caminho das concessões aos príncipes católicos. Algumas eram obtidas pela pressão; outras eram oferecidas para conquistar apoio. Acabariam por renunciar a direitos e ao exercício da autoridade pelos quais São Gregório VII e os seus sucessores tinham lutado com tanto êxito. Com essas cedências, reapareceriam nos vários países as desordens de que a reforma de Hildebrando libertara temporariamente a Igreja.

Em meados desse século difícil, surgiu uma catástrofe: a Peste Negra. Era uma forma de peste bubônica que chegara pelas rotas comerciais da China e da Índia. Atingia as pessoas com enorme rapidez, podia matar em poucas horas e não tinha tratamento conhecido. Fazia vítimas sobretudo entre os jovens e os saudáveis. A Itália foi o primeiro país ocidental atingido, no início de 1348. A doença espalhou-se depressa pela Espanha, pelo sul da França, pela Baviera e pela Renânia. No verão, chegou à Inglaterra. Nenhum país europeu escapou. Alcançou mesmo a Islândia e a Gronelândia. A mortalidade foi extraordinária. Em Avinhão, o papa, além de outros auxílios generosos, cedeu um terreno para um cemitério especial. Em seis semanas, tinham sido ali enterrados onze mil mortos. Na Inglaterra, metade da população morreu em doze meses. Nenhum grupo sofreu tanto como o clero, testemunho da sua fidelidade ao dever. Daí resultou uma

grave falta de sacerdotes, frequentemente substituídos por homens sem preparação suficiente ou sem capacidade para o cargo.

É difícil avaliar os efeitos de uma epidemia que, em menos de dois anos, matou quarenta milhões de pessoas na Europa Ocidental. A desorganização económica pertence à história geral. Na história da Igreja, importa observar como a peste enfraqueceu o espírito da geração que a viveu. Muitos sobreviventes sentiram a tentação de abandonar as preocupações espirituais e viver apenas para o presente. Cresceram a indiferença perante as verdades religiosas e o desafio às sanções divinas. A primavera desaparecera naquele ano. Perdera-se algo que animara a Europa desde a vitória sobre o caos do século X. Espalhou-se a sensação de que tudo podia acontecer, acompanhada da indiferença perante o que viesse a acontecer e quando.

Os longos confrontos com a França e o Império foram os episódios mais importantes da luta quase contínua entre a Igreja e os seus próprios membros durante o século XIV. Nenhum país conheceu paz. A Inglaterra estava envolvida num dos maiores crimes da sua história: as sucessivas invasões e pilhagens da França, conhecidas como Guerra dos Cem Anos. Os danos provocados por uma potência católica num país vizinho, também católico, foram tão graves que a Providência acabou por intervir diretamente. Enviou uma camponesa da Lorena, Santa Joana d’Arc, para libertar o país daquele flagelo.

Outra característica do século XIV foi o descontentamento social e político provocado pelo rápido aumento da riqueza e pela ambição que o acompanhava. A burguesia enriquecia por toda a parte. Disputava com a nobreza o domínio das cidades e organizava-se em oligarquias comerciais fechadas, procurando reduzir os trabalhadores a uma condição da qual não pudessem sair. Nobres e burgueses encontraram um adversário comum nos governantes eclesiásticos. Os pequenos principados da França, da Alemanha e de Itália em que o bispo ou o abade era senhor foram caindo perante a violência dos súbditos leigos.

Por toda a parte, o crescente individualismo e o apego aos interesses locais resistiam à submissão a leis morais impostas por uma autoridade exterior e aos clérigos que a representavam. Os Estados vassallos foram-se

libertando da dependência de São Pedro. A Inglaterra recusava pagar os tributos em atraso. Em 1364, o rei e o Parlamento rejeitaram firmemente a soberania papal, declarando que João ultrapassara os seus poderes ao entregar o reino a Inocêncio III sem consentimento da nação. O Estatuto dos Provisores, de 1351, procurava impedir que as nomeações papais para benefícios ingleses prejudicassem os direitos dos patronos locais. Seguiram-se os estatutos de *Praemunire*, entre 1353 e 1393, que puniam com perda de bens e prisão perpétua quem recorresse a Roma para contrariar a aplicação daquelas leis.

Além dos excessos financeiros, o grande mal dos papas franceses do século XIV foi o favoritismo pelos compatriotas. Encheram de franceses o Colégio dos Cardeais^[24] a ponto de parecer anormal um papa de outra nacionalidade. Medidas destinadas a garantir a sucessão de outro francês passaram a ser consideradas legítimas. Esta mentalidade contribuiu muito para o cisma do final do século.

A primeira tentativa de regressar a Roma foi feita pelo papa beneditino, o beato Urbano V, de 1362 a 1370. Não era cardeal. Fora eleito para resolver o impasse entre as fações do conclave após a morte de Inocêncio VI. Como papa, conservou a vida santa que levava no mosteiro. Em 1366, começou a preparar o regresso. O rei francês, os cardeais e a corte criaram todos os obstáculos possíveis. Urbano manteve-se firme e, a 16 de outubro de 1367, entrou em Roma, que havia mais de sessenta anos não via o seu pastor.

Pouco mais de dois anos depois, porém, as revoltas tornaram a cidade insegura. Os romanos contavam com tropas mercenárias dirigidas pelo inglês John Hawkwood. Os reis cristãos não responderam ao pedido de auxílio do papa. Urbano decidiu regressar a Avinhão, apesar das súplicas e das advertências de Santa Brígida da Suécia. Entrou de novo no palácio junto ao Ródano a 27 de setembro de 1370. Morreu em dezembro, como Brígida previra.

Onze dias depois, num conclave de poucas horas, os cardeais elegeram unanimemente o mais jovem entre eles, Rogério de Beaufort, de quarenta e dois anos. Tomou o nome de Gregório XI. Desde o início quis concluir o que Urbano tivera de abandonar. Mas os obstáculos políticos obrigaram a

sucessivos adiamentos. Por fim, a voz de Santa Catarina de Sena veio de Itália apoiar a decisão e vencer as últimas resistências. Foi a grande personalidade daquele século. Gregório deixou Avinhão a 13 de setembro de 1376 e entrou em Roma a 17 de janeiro do ano seguinte.

Viveu apenas catorze meses depois do regresso. Em 8 de abril de 1378, a população rodeava o Vaticano e gritava: «Escolhei um italiano, ou morreréis todos.» Os dezasseis cardeais, aterrorizados, elegeram o arcebispo de Bari. Foi o primeiro papa italiano em setenta e quatro anos e tomou o nome de Urbano VI.

Foi válida a eleição de Urbano VI, papa de 1378 a 1389? Quase todos os estudiosos atuais respondem afirmativamente. Mas as circunstâncias ofereciam motivos que podiam ser utilizados para contestá-la. Em breve, muitas pessoas desejaram libertar-se de Urbano por todos os meios.

Como Bartolomeu Prignano, arcebispo de Bari, fora um funcionário exemplar da corte de Avinhão, onde exercera funções de vice-chanceler. Levava uma vida austera e era conhecido como defensor da reforma. Depois da eleição, o comportamento mudou. O zelo reformador prejudicou-lhe o sentido prático. Agiu de tal maneira que talvez seja verdadeira a hipótese de um desequilíbrio mental, possivelmente iniciado com a eleição. As atitudes autoritárias e a falta de tato revoltaram os cardeais que o escolheram, ultrapassando os membros do próprio Colégio. Santa Catarina de Sena, uma das suas defensoras mais fiéis, escreveu-lhe: «Santo Padre, por amor de Jesus crucificado, abrandai um pouco o vosso temperamento.»

A oposição cresceu. Os cardeais começaram a sair de Roma. Em junho, Urbano tentou fazê-los regressar. A resposta foi a declaração de que duvidavam da validade da eleição. Durante três meses, porém, tinham-no reconhecido, procurado, recebido favores e anunciado como papa numa carta à cristandade.

Em agosto, declararam que Urbano não era papa: tinham-no eleito apenas para escapar à morte. Entretanto, conseguiram despertar dúvidas noutros, sobretudo em Carlos V de França, que reinou de 1364 a 1380. Uma carta do rei eliminou as últimas hesitações dos cardeais reunidos em Fondi. Fizeram nova eleição. Com exceção de três italianos que não votaram,

escolheram Roberto de Genebra. Como legado em Itália, este comandara durante anos os exércitos papais e adquirira as características de um chefe de mercenários. Tomou o nome de Clemente VII.

Todos os cardeais, salvo um, reconheceram Clemente. O que deveria fazer a cristandade? Como escolher entre os rivais? Em qual das duas eleições o mesmo corpo de cardeais escolhera verdadeiramente um papa: em abril ou em setembro? O mundo cristão dividiu-se segundo linhas em grande parte políticas, favoráveis ou contrárias à França. Nos dois lados havia figuras respeitáveis da Igreja, algumas posteriormente canonizadas. Umas apoiavam Avinhão; outras, Roma. A divergência dizia respeito a um único facto: quem era o verdadeiro papa, Urbano ou Clemente? Quanto à doutrina, aos poderes do pontífice e ao dever de lhe obedecer, todos concordavam. Não era um cisma no sentido doutrinal, mas era uma divisão real, que durou quase quarenta anos.

Urbano VI morreu. Os cardeais que nomeara depois de excomungar os participantes na eleição rival escolheram Bonifácio IX, em 1389. Clemente VII morreu em 1394. Os seus cardeais, em vez de terminar a divisão, elegeram Pedro de Luna, Bento XIII. Depois da morte de Bonifácio IX, os romanos elegeram Inocêncio VII e, em 1406, Gregório XII. A triste realidade era que nenhum dos pretendentes correspondia plenamente à dignidade do cargo. Comportavam-se sobretudo como chefes de facções. A Igreja cansou-se deles e procurou uma solução independente. No Concílio de Pisa, em 1409, foi eleito um terceiro papa, Alexandre V.

A Igreja não aceitara passivamente a divisão. Desde o início, discutira planos de reunião nos dois lados. Como era necessário justificá-los teologicamente, começaram a circular ideias novas e estranhas, apoiadas por nomes respeitados. A proposta de convocar um Concílio Geral era muito comum. Os seus defensores passaram a afirmar que a autoridade suprema residia no episcopado enquanto corpo e que o concílio estava acima do papa. João Gerson, chanceler da Universidade de Paris e uma das figuras mais célebres do tempo, foi mais longe: a fonte da autoridade não estava apenas nos bispos, mas também nos sacerdotes e em todos os batizados. Pertencia à Igreja inteira e era transmitida ao papa pela eleição. A Igreja que elegia podia igualmente corrigir, punir e, se necessário, depor

o eleito. Num Concílio Geral, dizia, todos os católicos tinham direito a voto.

Outra corrente resignava-se à divisão como vontade de Deus: se ele não a quisesse, não teria acontecido. Por que haver apenas dois papas, perguntavam, e não um em cada país?

O esforço decisivo para terminar a divisão começou com a eleição de Gregório XII, em 1406. No conclave, os cardeais romanos tinham jurado que o eleito renunciaria se Bento XIII fizesse o mesmo. Ficaria aberto o caminho para escolher um único papa, reconhecido pelos dois grupos e por toda a Igreja. Gregório renovou solenemente o compromisso.

Os dois anos seguintes foram ocupados com negociações sobre o lugar e a data de um encontro. Bento era inconstante e pouco leal; Gregório, embora honesto, hesitava. Nunca chegaram a encontrar-se, apesar de, numa ocasião, estarem separados por apenas um dia de viagem. Como disse um observador espirituoso, um era um animal terrestre incapaz de enfrentar o mar, e o outro um animal marinho que morreria em terra. Quando o rei de Nápoles conquistou Roma, em 1408, Gregório encontrou um excelente argumento para justificar a impossibilidade do encontro.

O rei francês abandonou Bento e declarou-se neutro. A Universidade de Paris fez o mesmo e pediu aos dois grupos de cardeais que trabalhassem em conjunto. Poucas semanas depois, a maioria reuniu-se e convocou o Concílio de Pisa. Cada papa convocou também um concílio, mas ambos fracassaram. A Pisa chegaram vinte e quatro cardeais, numerosos bispos e trezentos doutores em teologia e direito canônico.

Os dois papas foram chamados. Como não compareceram, foram julgados na ausência, condenados por heresia, cisma e perjúrio e declarados depostos. Os cardeais elegeram o arcebispo de Milão, antigo partidário de Roma, com o nome de Alexandre V. O concílio publicou depois decretos de reforma que favoreciam o restabelecimento da autoridade tradicional dos bispos.

Em certos aspetos, a situação piorou: havia três papas em vez de dois. O terceiro, cuja eleição não podia ser considerada legítima, recebeu a

obediência de grande parte da cristandade. Bento conservava apenas apoios limitados em Espanha. Gregório dependia de alianças com príncipes italianos, variáveis conforme os seus interesses políticos.

Alexandre viveu apenas dez meses. Os partidários de Pisa elegeram então Baldassarre Cossa, que tomou o nome de João XXIII. Era indigno de qualquer cargo eclesiástico. Dizia-se que fora pirata; tornara-se depois um administrador financeiro da Igreja, ligado ao comércio das indulgências. O imperador Sigismundo acabou por intervir e desencadeou o processo que permitiria resolver a crise.

Como pretendente ao papado, João não revelou a habilidade política que lhe dera a tiara. Durante três anos, cometeu erros sucessivos e afastou os próprios apoiantes. Se Sigismundo não o tivesse obrigado a convocar novo concílio, talvez surgisse outra divisão e um quarto pretendente.

O Concílio de Constança, iniciado em novembro de 1414, foi um dos mais singulares da história, pela composição, pelo procedimento e pelos resultados. Nele se refletiam quarenta anos de desordem. As teorias mais extremas sobre a origem da autoridade pareciam prestes a prevalecer. Reuniram-se 185 bispos, trezentos doutores em teologia e direito, dezoito mil eclesiásticos e numerosos príncipes e representantes de cidades e corporações. A população presente ultrapassava cem mil pessoas. O imperador foi a figura dominante. Salvou a situação quando João XXIII, percebendo que seria julgado e talvez deposto, fugiu para tentar anular a convocação e organizar uma oposição. João foi preso e colocado sob guarda. O concílio continuou.

Os doutores tinham voto, tal como os bispos. As decisões não resultavam da soma dos votos individuais, mas da votação por nações: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha, cada uma com um voto. Os cardeais não tinham mais autoridade do que os restantes participantes do seu grupo.

João foi julgado por várias acusações e condenado por simonia, má administração dos bens e mau governo espiritual e temporal. Foi deposto a 29 de maio de 1415. Seis dias depois, aceitou a sentença.

Entretanto, Gregório XII, com oitenta e nove anos, permanecia em Rimini. Recusara o convite do imperador e a convocação do concílio. Por fim, decidiu renunciar e reconhecer a assembleia reunida por Sigismundo. Os representantes chegaram a Constança a 15 de junho de 1415, acreditados perante o imperador, não perante o concílio. Em 4 de julho, leram as bulas de Gregório.

Numa delas, Gregório convocava formalmente o concílio. Na outra, dirigida à assembleia assim legitimada, anunciava a renúncia. O concílio agradeceu e nomeou-o cardeal-bispo do Porto. Gregório aceitou com gratidão e prestou obediência à assembleia.

Restava Pedro de Luna, Bento XIII, em Espanha. Manteve-se inflexível. Condenado pelo concílio a 26 de julho de 1417, respondeu com excomunhões e ameaças de deposição aos príncipes. O seu apoio limitava-se aos servidores e a um pequeno grupo de guardas.

No dia de São Martinho, 11 de novembro de 1417, um conclave formado por vinte e três cardeais e representantes das nações elegeu Odo Colonna. Tomou o nome de Martinho V. A divisão terminou, e toda a Igreja reconheceu um único papa.

Mas o concílio que resolvera a crise deixara sementes de novas disputas. Independentemente dos argumentos jurídicos que justificavam os procedimentos, a assembleia julgara e condenara dois pretendentes e elegera um novo papa. Declarara também que os Concílios Gerais estavam acima do pontífice e determinara a sua reunião periódica, para fiscalizar de certo modo o governo papal. Era uma transformação profunda: a Igreja passaria a ser dirigida por uma espécie de sistema parlamentar, em vez da autoridade de origem divina do vigário de Cristo. Durante os quarenta anos seguintes, Martinho V, Eugénio IV e Nicolau V procurariam refutar a teoria e controlar os concílios que a defendiam. As consequências manifestaram-se nas prolongadas disputas de Basileia, de 1431 a 1449.

Entretanto, a reforma sofria danos incalculáveis. O poder islâmico recuperava força e conquistava províncias do Império cristão oriental e territórios europeus, preparando a tomada de Constantinopla, em 1453. Os papas procuraram reunir os príncipes ocidentais contra a ameaça, mas os

apelos fracassaram. Desaparecera o prestígio político supranacional do papado e, com ele, uma proteção eficaz da Europa. Os príncipes recusaram combater no Jordão e na Síria; teriam agora de enfrentar o adversário no Danúbio, na Alemanha e em Itália.

Martinho V, de 1417 a 1431, dedicou-se a restaurar Roma, uma cidade em ruínas com apenas cerca de dez mil habitantes, e a recuperar os territórios papais. Avinhão e o cisma tinham mostrado que um papa sem verdadeira independência territorial acabaria por parecer súbdito e instrumento de outro soberano. Martinho teve relativamente poucas dificuldades com o concílio seguinte. Reuniu-se em Pavia, mas a peste obrigou a transferi-lo para Siena. A participação foi tão reduzida que continuar seria imprudente. O papa aproveitou para o dissolver. Convocou outro, mas morreu antes da abertura. O sucessor, Eugénio IV, de 1431 a 1447, sobrinho de Gregório XII, teve de lidar com o Concílio de Basileia. Desde o início, a assembleia mostrou vontade de dominar o papa e continuar a obra de Pisa e Constança. Explorou tanto a sua impulsividade como as suas hesitações. Eugénio não tinha a habilidade diplomática do predecessor. Dissolveu o concílio, que recusou obedecer. Seguiram-se ameaças de suspensão e deposição, excomunhões e negociações. Chegou-se a um acordo: o papa retirou a dissolução. Mas a assembleia propôs depois um sistema permanente de fiscalização do papa e da Cúria. Eugénio opôs-se e transferiu o concílio para Ferrara, em 1438, e depois para Florença, em 1439. Um pequeno grupo permaneceu em Basileia, voltou a declará-lo deposto e elegeu o duque de Saboia, Félix V.

Em Florença, entretanto, desenvolvia-se um projeto de grande importância, preparado por Eugénio durante anos: a reunião das igrejas orientais separadas, gregas, arménias e jacobitas. As teorias conciliares receberam uma resposta decisiva na definição de 1439, que reconhecia a primazia do papa sobre toda a Igreja como instituição divina.

Os dois primeiros papas depois da restauração da unidade tinham vidas admiráveis e eram reformadores capazes. Surgiam sinais de melhores dias. A congregação de Santa Justina reorganizou os mosteiros beneditinos italianos. Na Holanda, os cónegos regulares criaram a congregação de Windesheim. Dela nasceu uma nova escola de espiritualidade, cujos frutos

mais conhecidos foram Tomás de Kempis e a *Imitação de Cristo*. Entre os franciscanos, renovou-se o ideal primitivo, desta vez dentro da ortodoxia e sem as exigências orgulhosas dos antigos extremistas. Os papas apoiaram-no. Os seus chefes eram santos como Bernardino de Sena, um dos maiores pregadores populares, e João de Capistrano, que mais tarde mobilizaria a Hungria contra os turcos. Santa Coleta realizou uma reforma semelhante entre as religiosas franciscanas. Os discípulos de Santa Catarina de Sena renovaram a Ordem dos Pregadores. Santo Antonino, arcebispo de Florença, deu à Igreja um modelo de administrador e reformador e tornou-se um dos primeiros especialistas de teologia moral.

Através dos legados e dos concílios provinciais, os papas trabalharam pela restauração da vida católica na Espanha, na Alemanha, na França e em Itália. Em 1436, Eugénio IV fundou em Florença um seminário, uma casa de estudo e disciplina destinada à formação de candidatos ao clero secular. Tanto ele como Martinho V escolheram excelentes cardeais. Alargaram as funções e os privilégios do Colégio e, com nomeações cuidadosas, devolveram-lhe uma dignidade que não conhecia havia um século.

Mas durante quanto tempo poderiam os papas exercer livremente a autoridade sobre as igrejas locais e realizar as reformas? Este era o ponto decisivo. Os anos de divisão tinham permitido aos príncipes ampliar o poder. O rei francês e os príncipes alemães adotaram decretos de Basileia contrários ao papado. Sem negar formalmente a primazia romana, passaram a agir como papas locais: dirigiam concílios, administravam igrejas e nomeavam bispos. Perante as Sanções Pragmáticas de Bourges, em 1438, e de Mogúncia, em 1439, os pontífices limitaram-se a protestar.

A primeira metade do século XV conheceu um verdadeiro renascimento da devoção popular. Persistia a relutância medieval perante a comunhão frequente, mas crescia a devoção à vida de Nosso Senhor, sobretudo nos seus aspetos mais dolorosos. A espiritualidade e a arte apelavam diretamente às emoções relacionadas com a Paixão, a morte de Cristo e os sofrimentos da sua Mãe. Surgiram estátuas de Cristo coroadas de espinhos e imagens da crucificação ou de Jesus ferido, à espera de que preparassem a cruz. Foi também por essa época que se começou a celebrar a festa das Sete Dores de Nossa Senhora.

Por vezes, a atenção ao sofrimento ameaçava obscurecer o essencial: a realidade do sacrifício e da entrega. Devoção e doutrina nem sempre permanecem unidas. Começou a surgir uma separação prejudicial entre teologia e espiritualidade. Os três grandes pregadores da época, São Vicente Ferrer, São Bernardino e São João de Capistrano, estiveram livres dessa tendência, apesar de poucos pregadores terem comovido tanto as multidões com a descrição da Paixão.

A crescente separação entre pensamento e devoção favorecia uma prática automática da religião, a confiança nos atos exteriores e inúmeras superstições. Estava ligada à tendência, existente desde Santo Tomás, para diminuir o papel da razão. No século XIV, não dominava o espírito de Tomás, mas o ceticismo de Ockham. A conclusão era que nem as verdades mais elementares da religião natural podiam receber uma fundamentação racional segura. Na moral, nada seria absoluto para além da vontade de Deus. A filosofia tornava-se uma atividade mental engenhosa, mas estéril. O espírito que produzia afastava os devotos, com razão, porque a satisfação intelectual assim procurada se opunha ao ideal cristão. A teologia perdeu o alimento racional de que precisava e deixou de nutrir a devoção. O pensamento e a oração ameaçavam seguir caminhos separados.

A popularidade de João Wycliffe mostra o declínio da teologia. Este sacerdote erudito procurava reconstruir o cristianismo exclusivamente sobre a meditação da Escritura. Para ele, o papado, a hierarquia, o sacerdócio e os sacramentos eram invenções humanas. Só a Escritura oferecia certeza e deveria ser pregada. As indulgências, a confissão e a missa deveriam ser abandonadas. A Igreja precisava de regressar à pobreza primitiva. A doutrina, divulgada pelos lollardos na Inglaterra entre 1376 e 1415, sobreviveu em algumas regiões no século seguinte. Chegou também à Boémia, onde encontrou em João Hus o seu principal apóstolo e mártir. O movimento nacional checo contra o domínio alemão utilizou a heresia como outra forma de afirmação. Desde a morte, Hus tornou-se um grande herói do seu povo.

A ideia de que os sacramentos não são necessários à perfeição, ou de que a vida espiritual exige apenas oração e meditação da Escritura, aparece

também na obra chamada *Teologia Alemã*. Foi apreciada nos últimos anos do século XV, e a sua influência pode reconhecer-se em Erasmo e Lutero.

Aqui estavam causas de futuras dificuldades e de fracasso da reforma. Teriam preocupado Martinho V e Eugénio IV se lhes fosse possível reconhecer o futuro no presente. Uma ameaça ainda maior foi o espírito pagão que acompanhou o novo florescimento do saber e das letras, o movimento conhecido por excelência como Renascimento.

O renascimento do século XV diferiu dos anteriores por ser mais artístico do que filosófico. A literatura grega e latina ocupava o centro das atenções. As ideias não eram esquecidas, mas a forma de expressão tinha maior importância. O interesse dirigia-se à imaginação, à crítica e às capacidades do artista, atuando diretamente sobre as emoções. Uma consequência foi a nova exaltação do homem. A criatura humana era admirada e quase adorada como não acontecia desde o paganismo antigo. Esse espírito era profundamente perigoso para a vida cristã. Os papas, grandes protetores de poetas, escritores e artistas, não promoviam necessariamente a tendência. Mas aceitavam com facilidade os serviços de homens por ela dominados, devido ao seu talento, numa época em que as tradições cristãs procuravam recuperar de um século e meio de decadência.

O espírito amoral deste paganismo recuperado ganhou gradualmente influência sobre a Igreja. Travou a reforma e afastou dela o papado. O êxito mais inesperado foi a decadência moral do próprio centro da cristandade. Nicolau V, papa de 1447 a 1455, quis fazer de Roma o centro do novo saber, da cultura e da arte. Cinquenta anos depois, Roma era tudo isso, mas também um centro de novos vícios, praticados abertamente por alguns papas. A situação prolongou-se por cerca de cinquenta anos. Adriano VI, que vivera durante esse período^[25], iniciou a sua reforma reconhecendo expressamente que a Igreja romana fora a primeira origem dos males lamentados pelas pessoas de bem.

Nicolau V sucedeu a Eugénio IV. Como Tomás Parentucelli, fora uma figura destacada dos estudos clássicos. Teólogo e conhecedor do grego, desempenhara um papel importante no concílio de 1438. Como sacerdote e bispo, tivera uma vida irrepreensível. O breve pontificado tornou-se célebre pela generosidade com que apoiou estudiosos e artistas, contribuindo para

obras como a Biblioteca Vaticana e o projeto de renovação de São Pedro. Teve, porém, de combater as forças que ameaçavam a independência papal. Para assegurar a paz, perturbada pelas intrigas dos príncipes vizinhos, por tentativas de revolta em Roma e por uma conspiração para matar o papa e os cardeais, começou a promover divisões entre os adversários. A política acabaria por prejudicá-lo e aos sucessores.

Calixto III, de 1455 a 1458, envolveu-se numa guerra italiana logo após a eleição. Pio II, de 1458 a 1464, enfrentou também uma guerra que consumiu as energias que preferia dedicar à recuperação de Constantinopla. Como Eneias Sílvio Piccolomini, fora uma figura típica do humanismo. Defendera Basileia contra Eugénio IV, e a sua vida privada fora tão escandalosa como a de outros humanistas. Depois reformou-se, submeteu-se ao papa, recebeu as ordens e dedicou a inteligência à religião. Tem um lugar singular como o último papa cruzado. Continuou a política de Calixto, disposto a vender manuscritos e objetos preciosos para financiar a reconquista de Constantinopla. Negociou, exortou e pediu auxílio aos príncipes durante todo o pontificado. Conseguiu reunir um exército e uma frota, os melhores que pôde obter, mas insuficientes contra o poder de Maomé II. Morreu em Ancona, já idoso e enfraquecido, quando se preparava para participar na expedição.

Pio II enfrentou também revoltas nos seus territórios. Nem sequer conseguiu cobrar todos os impostos destinados à defesa. No final do pontificado seguinte, o de Paulo II, de 1464 a 1471, um veneziano igualmente marcado pelo Renascimento, o papado recuperara força suficiente para despertar a desconfiança dos vizinhos.

Sisto IV, Francisco della Rovere, papa de 1471 a 1484, enfrentou uma oposição ainda maior. Com ele começou um novo cativeiro: através da política, o papado submetia-se ao espírito dos príncipes temporais. Os meios espirituais pareciam impotentes contra os interesses dos poderosos. Os papas recorreram, por isso, à diplomacia e à força do Estado. A prática custar-lhes-ia caro e nem sempre teria êxito.

Sisto IV é geralmente considerado um dos principais responsáveis pelos escândalos dos sessenta anos seguintes. As suas nomeações diminuiram a

dignidade do Colégio dos Cardeais. Entregou também altos cargos a familiares indignos.

O Colégio era pequeno. Raramente um conclave do século XV tinha mais de vinte eleitores. Os príncipes procuravam, por isso, obter o cardinalato para os seus súbditos, para influenciar as eleições, as concessões financeiras e a jurisdição eclesiástica. Os papas cediam por vezes às pressões. Formaram-se assim interesses contrários ao papado no próprio Colégio. Só um pontífice muito forte conseguia governar livremente a sua casa. Até os mais poderosos enfrentaram essa dificuldade, antes da grande nomeação simultânea de cardeais feita por Leão X em 1517.

Em cada vacância, os cardeais acordavam limitações ao poder do futuro papa. Procuravam maior participação nas receitas ou retomavam a teoria dos concílios periódicos destinados a controlar o pontífice. É extraordinário que, dadas as circunstâncias e a fraqueza humana, os papas tenham resistido. Nenhum aceitou utilizar essas capitulações para destruir os bens espirituais da Igreja em benefício dos antigos colegas e protetores. Mesmo os piores, uma vez eleitos, mostravam uma lealdade real ao cargo, por vezes em contraste grotesco com a sua conduta pessoal. Para enfrentar cardeais pouco fiéis, recorriam à nomeação dos próprios familiares. Dos nove cardeais criados por Calixto III, três eram sobrinhos. Paulo II nomeou também três parentes.

Sisto IV não inventou o nepotismo: desenvolveu-o. As suas nomeações transformaram rapidamente o Colégio, para pior. As necessidades políticas pesavam tanto como o afeto familiar. Foram admitidos homens de má conduta em grande número. O responsável, antigo superior-geral dos franciscanos, instruído, simples e trabalhador, tinha, contudo, uma vida pessoal irrepreensível. Dos trinta e quatro cardeais que criou, seis eram sobrinhos ou primos. Receberam os principais cargos e grandes rendimentos eclesiásticos. Giuliano della Rovere, por exemplo, acumulava oito bispados em quatro países e várias abadias. Os familiares que permaneceram leigos receberam funções civis e militares, pois Sisto não confiava na nobreza romana. Um sobrinho tornou-se prefeito de Roma; outro recebeu Ímola como feudo. A família instalou-se nos principais cargos da Igreja e do Estado, governou territórios como vassala do papa e

ligou-se por casamento aos príncipes vizinhos. Estas foram as bases do novo regime, desenvolvido para garantir a paz externa e a segurança interna.

A política conseguiu estabelecer alguma ordem, mas criou as suas próprias dificuldades. O sucessor de um papa que distribuía tantos cargos pelos familiares encontrava uma oposição forte e permanente. Em cada conclave, os beneficiados procuravam impedir a eleição de quem pudesse afastá-los. Formavam um bloco no Colégio. A família poderosa no pontificado anterior tornava-se adversária do seguinte. Depois da morte de Sisto, a influência de della Rovere foi decisiva na eleição do sucessor. A rivalidade entre della Rovere e os Bórgia seria uma das grandes questões políticas do tempo de Alexandre VI.

A conduta dos sobrinhos de Sisto envolveu a Santa Sé em episódios escandalosos, como a conspiração dos Pazzi, o assassinio de Giuliano de Médici e a guerra desastrosa contra Veneza que encerrou o pontificado.

Inocêncio VIII, papa de 1484 a 1492, foi eleito através de negociações simoníacas, sobretudo sob a influência de Giuliano della Rovere. Este seria depois eleito, também por meios simoníacos, como Júlio II e publicaria uma lei destinada a invalidar semelhantes eleições.

Com Inocêncio VIII, o papado decaiu ainda mais. A sua vida privada enquanto papa não era escandalosa, mas era um homem fraco e hesitante, dependente dos subordinados, um defeito grave em qualquer governante. Foi o primeiro papa a reconhecer publicamente os filhos naturais de uma fase anterior da vida e a dar-lhes a posição que um príncipe casado daria aos seus filhos. Utilizou-os nas alianças da política papal. Casou um filho com uma filha de Lourenço de Médici, ligando-se ao poderoso governante e banqueiro florentino que durante anos fora adversário da Santa Sé.

O conclave seguinte foi ainda pior. Uma maioria comprometida escolheu Rodrigo Bórgia. Era um administrador competente, mas, depois de quarenta anos no Colégio dos Cardeais, continuava a ter uma vida tão escandalosa como quando, aos vinte e oito anos, recebera as censuras de Pio II. Tornou-se Alexandre VI.

Governou durante onze anos, de 1492 a 1503. Foi um período decisivo para a Europa: a América foi descoberta, e a Espanha afirmou-se como reino unido depois da expulsão dos muçulmanos em 1492. Começou então a disputa entre França e Espanha pelo domínio de Itália, que duraria mais de um século e meio. O envolvimento do papado era inevitável. Os papas eram príncipes italianos e precisavam de preservar a independência perante as grandes potências. Não podiam desejar que uma delas dominasse simultaneamente Nápoles, a sul, e Milão, a norte. Daí as mudanças de alianças: apoiavam a Espanha ou a França para evitar o domínio do rival e, depois da vitória do aliado, procuravam impedir a destruição do vencido. Exércitos, frotas e diplomacia exigiam enormes somas. Todos os métodos financeiros do Estado moderno foram utilizados, aplicando-os às receitas eclesiásticas e até aos bens espirituais.

Alexandre VI foi o primeiro papa a enfrentar a invasão francesa e a guerra franco-espanhola em Itália.

Com a sua morte, em 1503, terminou a vida abertamente imoral que marcara a corte. Os cardeais escolheram um homem admirável, Francisco Piccolomini^[26], mas viveu apenas algumas semanas. Elegeram depois Giuliano della Rovere, Júlio II, que rapidamente se revelou um dos governantes mais fortes da Europa. A Santa Sé recebeu nele aquilo de que precisava dentro do sistema existente: um diplomata de primeira ordem, um bom chefe militar e um organizador competente, enérgico, violento e inflexível. Os barões romanos foram finalmente dominados. Pela primeira vez, os territórios papais ficaram efetivamente organizados sob a autoridade do pontífice. Embora livre das degradações do tempo de Alexandre, Júlio continuou a política de alianças matrimoniais. Casou uma sobrinha com um chefe dos Colonna e um sobrinho com uma filha dos Orsini. Um Orsini casou com uma das suas próprias filhas naturais. Mas o seu objetivo ultrapassava o engrandecimento familiar. Era ele quem governava. Quando nomeava parentes, incluindo quatro sobrinhos para o Colégio dos Cardeais, pretendia utilizar os seus serviços em benefício da Igreja.

Dentro do sistema estabelecido havia cinquenta anos, Júlio II foi um excelente papa. Se recordarmos que a Santa Sé enfrentava então, pela primeira vez, o perigo político dos grandes Estados nacionais, podemos

dizer que foi o governante exigido pelas circunstâncias. Nápoles tornara-se uma província do novo Império Espanhol. Milão dependia da França. Veneza, no auge do seu poder internacional, era hostil a um papa que queria recuperar os territórios papais que ela ocupara.

Júlio combateu Veneza aliado à França e ao imperador. Mas percebeu depois que a França era uma ameaça maior e procurou formar uma liga contra ela. O rei francês respondeu recorrendo novamente às ideias de Constança. O imperador juntou-se-lhe. Com o apoio de cinco cardeais, convocaram em maio de 1511 um «Concílio Geral» em Pisa, destinado a reformar a Igreja na cabeça e nos membros. O espírito contrário a Roma, latente na França e na Alemanha, manifestou-se imediatamente. Júlio dispunha sobretudo da dignidade do papado para se defender. Um século depois de Constança, a independência política continuava sem solução. Os príncipes católicos ainda podiam ameaçar a Igreja com um cisma, justificado pelas teorias daquele concílio.

Júlio respondeu convocando o Quinto Concílio do Latrão, iniciado em maio de 1512. Pela diplomacia, conquistou Veneza e afastou o imperador da aliança francesa. Depois de perderem o melhor general em Ravena, em 1512, os franceses foram expulsos de Itália pelos aliados do papa com tal rapidez que o resultado pareceu milagroso. A assembleia de Pisa fracassou e desapareceu sem sequer precisar de uma dissolução formal. O seu principal protetor sofreu uma grave derrota política. Júlio morreu nesse momento de triunfo. A reconciliação com o rei francês e os cardeais dissidentes ficou para o sucessor.

Foi eleito João de Médici, Leão X, papa de 1513 a 1521. A sua carreira resume as tendências da época. Recebera o cardinalato de Inocêncio VIII aos treze anos, como parte do acordo de paz entre o papa e o pai, Lourenço, governante de Florença. No primeiro consistório, Leão nomeou cardeal um neto de Inocêncio, que era também seu sobrinho: outro ponto do acordo fora o casamento da irmã de João de Médici com o filho natural daquele papa. Na mesma ocasião, nomeou o primo Giulio de Médici, filho natural do tio morto à facada durante a missa em Florença. Os responsáveis pelo assassinio, embora não tivessem recebido do papa da época ordem para o cometer, estavam ao seu serviço e agiram em seu benefício. Mais três

sobrinhos e outro primo completaram os seis familiares feitos cardeais por Leão.

Depois da morte do pai, João de Médici tornara-se chefe da família. Expulsa de Florença pela revolução de 1494, manteve-a e dirigiu-a no exílio. Os Médici regressaram em 1512, após uma mudança política. A eleição, em 1513, de um papa que chefiava a família novamente governante de Florença complicou ainda mais a diplomacia. Durante os vinte anos seguintes, os papas Médici defenderiam a Santa Sé sem perder de vista os interesses familiares. As dificuldades continuaram a dar oportunidades aos soberanos. Depois da grande vitória francesa de 1515, foi negociada uma concordata que concedia ao rei amplos direitos de nomeação e reduzia profundamente a liberdade administrativa do papado em França.

Entre 1513 e 1521 e entre 1523 e 1534, a diplomacia hesitante dos Médici prejudicou o prestígio da Santa Sé e tornou-a pouco previsível aos olhos dos governantes. Foi no meio das maiores preocupações de Leão X, quando se aproximava a eleição imperial do jovem rei espanhol — também rei de Nápoles, senhor das terras americanas recentemente descobertas, dos Países Baixos e da Borgonha —, que surgiu outra dificuldade: a revolta de Martinho Lutero. Não surpreende que o papa tenha subestimado este novo conflito numa Igreja já dividida. A política levou-o a afastar-se da França e a aproximar-se do imperador. Morreu prematuramente em dezembro de 1521, aos quarenta e seis anos, quando recebia notícias dos primeiros êxitos da nova aliança.

CAPÍTULO VII

A revolta dos protestantes, 1517–1648

Nos primeiros anos do século XVI, um século depois de terminado o cisma, a Igreja Católica atravessava uma crise profunda, tanto na sua chefia como entre os seus membros. Nem o melhor dos médicos saberia por onde começar a cura. Foi então que surgiu aquilo que faltara nos dois últimos séculos da vida europeia, tanto civil como religiosa: uma figura de génio, Martinho Lutero, frade agostiniano e professor de teologia na Universidade de Wittenberg. O seu génio destruidor lançou contra as doutrinas tradicionais e as práticas religiosas uma ofensiva como o mundo não conhecia desde os tempos de Marcião e Ário, rejeitando-as por completo.

Lutero reunia na sua pessoa tudo o que havia de bom e de mau, tudo o que era caracteristicamente germânico. Nisso, nenhum homem do seu povo se lhe comparou, antes ou depois dele. Era a própria Alemanha. Sensível e brutal, sentimental, confuso, contraditório, obscuro, seguro de si e dogmático, arrogante, não compreendia com grande clareza as questões que o preocupavam, salvo a questão, fundamental e eterna, da natureza humana, com as suas aspirações e, sobretudo, as suas fraquezas, e o facto, importante embora passageiro, dos inúmeros escândalos da vida eclesiástica. Mal erguia a sua voz retumbante — «Eu, doutor Martinho Lutero» —, recebia uma ruidosa aprovação do mundo católico alemão, que abalava a Igreja nos seus próprios alicerces.

Como tantos outros homens do seu tempo, Lutero era um frade que nunca deveria ter abraçado aquela vida. Sob a superfície da sua atividade monástica intensa, escondiam-se abismos de ansiedade, nascidos da luta constante para cumprir os seus votos e das dificuldades que sentia em permanecer em amizade com Deus. A sua vida de devoção era subjetiva, como a de toda a sua época e de grande parte da humanidade desde então. Os seus conhecimentos de teologia eram extremamente superficiais. Os seus únicos guias tinham sido os escolásticos daquele período de decadência, inclinados para o nominalismo e convencidos, de facto, da impossibilidade de conciliar a razão e a fé.

Lutero passou dessas fontes estéreis para a Sagrada Escritura e Santo Agostinho e, pouco a pouco, encontrou uma saída para as suas dificuldades. Os pecados do homem, assegurava-lhe a sua descoberta esclarecedora, não eram culpa do próprio homem. Não precisavam de constituir uma barreira entre Deus e a alma humana. Os homens estavam sujeitos a uma corrupção irresistível da sua natureza, consequência do pecado de Adão. O homem não só era incapaz de deixar de pecar como também não podia praticar o bem, mesmo quando o desejava. Os seus atos eram pecaminosos, embora não lhe coubesse culpa disso.

Segundo Lutero, o homem era salvo pela graça de Deus das penas que a justiça impunha pelos pecados cometidos. A condição para receber essa graça era a fé: o homem devia acreditar e confiar na vontade de Deus de o salvar. Esta era a teoria revolucionária tecnicamente designada por «justificação pela fé». Se fosse verdadeira, toda a estrutura tradicional da cristandade se tornava inútil e vazia: a missa, os sacramentos, o sacerdócio sacrificial, a hierarquia, o papado, as penitências, o ascetismo, a continência e as próprias orações. Tudo isso passava a ser um obstáculo, uma enorme vergonha, um terrível sistema de mentiras que, portanto, devia ser destruído.

A oportunidade apresentou-se a Lutero quando chegaram à região de Wittenberg, em outubro de 1517, os pregadores de uma indulgência papal extraordinariamente escandalosa.^[27] Propôs um debate sobre o sistema das indulgências e sobre toda a concepção, mecânica e popular, da salvação através de gestos de devoção e práticas oficialmente aprovadas. A controvérsia prolongou-se até ao verão de 1518. Lutero revelou-se um orador formidável e, ao atacar o papado como uma máquina financeira, conquistou um número imenso de seguidores por toda a Alemanha.

Chegou de Roma uma ordem para que se calasse e se submetesse. Lutero troçou dela num grande sermão sobre «a vergonha a que chamam excomunhão». A verdadeira Igreja, explicou, era invisível. Deram-lhe então sessenta dias para comparecer em Roma. Depois, Roma enviou o cardeal Caetano, um dos maiores teólogos e um dominicano exemplar, para resolver a questão, obtendo a submissão de Lutero ou prendendo-o e levando-o para Roma.

Foi então que começou a história daquilo que salvou Lutero e deu ao luteranismo a força necessária para se estabelecer como organização religiosa permanente: a intervenção dos príncipes católicos, que protegeram o herege contra o papa. Desde os tempos de Ário que uma intervenção semelhante não alcançava tal êxito. Três séculos antes de Lutero, os condes de Provença tinham tentado proteger os albigenses. Já vimos como o papa organizara uma cruzada e vencera essa resistência. A tentativa repetiu-se agora e, desta vez, foi bem-sucedida. Os tempos das cruzadas tinham passado. Eram os interesses e a política, e não os princípios, que determinavam os movimentos dos exércitos católicos. O próprio papa não queria ofender o príncipe que protegia Lutero. Os restantes príncipes católicos também não desejavam apoiar o imperador numa guerra contra os príncipes luteranos, receando que uma vitória católica ajudasse o Império a restabelecer a sua autoridade.

A situação política favoreceu Lutero e permitiu-lhe dar livre curso ao seu talento, fazendo avançar o movimento de êxito em êxito. De pregador passou a escritor. Descobriu a sua capacidade como panfletário e, em breve, toda a Alemanha lia os seus pequenos livros, divulgados pela imprensa, inventada havia relativamente pouco tempo. Eram escritos numa linguagem popular, cheios de frases eficazes e pouco respeitadores da discricção exigida pela decência. Essa liberdade de linguagem tornava-os mais persuasivos do que muitos argumentos.

A pedido de Lutero, os príncipes passaram de defensores a patrocinadores do movimento. Em 1526, este tornou-se uma espécie de departamento do Estado. Organizou-se a primeira Igreja protestante, sob o controlo dos príncipes, que confiscaram todas as propriedades eclesiásticas e dissolveram os mosteiros e conventos. É preciso reconhecer que a maioria dos monges e das freiras os abandonou e aderiu ao novo movimento com uma rapidez escandalosa: em muitos casos, os monges tornaram-se pregadores e as freiras suas esposas. Em dez anos, o desafio lançado em Wittenberg transformara a Alemanha num caos religioso; o catolicismo parecia ter sido submerso. O movimento conquistara também a Escandinávia e ameaçava a Polónia.

A Suíça teve igualmente a sua revolução religiosa. De um luterano francês ali refugiado, João Calvino, surgiria, na geração seguinte, um novo movimento que arrancaria à Igreja uma grande parte da França, os Países Baixos e a Escócia. Era a cruzada de uma religião militante, que eliminara as concessões do luteranismo e desenvolvera doutrinas nele latentes, mas que Lutero nunca enfrentara. Por exemplo: Deus criava alguns homens para os salvar e condenava outros para manifestar a sua justiça. Havia, portanto, duas categorias de homens, os eleitos e os réprobos. Eram assim por criação de Deus e por um ato positivo da sua vontade.

O calvinismo rejeitava a tutela do Estado sobre a religião. Via o Estado através dos seres humanos que o dirigiam, e estes, eleitos ou réprobos, ficavam sujeitos à direção da Igreja. Nem o mais ativo defensor das prerrogativas papais do século XIII teria alguma coisa a ensinar a estes primeiros calvinistas sobre a autoridade das coisas espirituais. Sob a influência de Calvino, estabeleceu-se em Genebra uma república que devia servir de modelo a todos os Estados. Nela, os ministros calvinistas governavam, julgavam e castigavam os pecados e as fraquezas dos homens, segundo o que entendiam que Deus julgaria e castigaria um dia, por toda a eternidade. Calvino criou em Genebra um grande colégio para preparar ministros calvinistas, muitos deles antigos sacerdotes e religiosos, cujo trabalho conquistou milhares de convertidos para a sua seita.

O terceiro elemento principal da tragédia da Reforma foi a Inglaterra. O país resistira ao luteranismo da maneira mais ortodoxa. O próprio rei, Henrique VIII, que reinou de 1509 a 1547, entrara em polémica com Lutero e recebera de Leão X, em reconhecimento pelo seu livro, a Defesa dos Sete Sacramentos, o título de «Defensor da Fé». Contudo, dez anos mais tarde, embora conservasse a mesma fé, Henrique começou a preparar um cisma. A ocasião foi o seu desejo de que Roma declarasse nulo o casamento e a compreensão de que, aos olhos de Roma, esse casamento era plenamente válido. Concluiu que a única saída consistia em negar a primazia do papa sobre a Igreja universal. Se os papas não fossem os chefes universais da Igreja, os episcopados locais teriam tanta autoridade como eles. Poderia então entregar a questão do casamento aos bispos ingleses, e não tinha dúvidas quanto à decisão que estes tomariam.

Entre 1531 e 1535, nos últimos anos do pontificado de Clemente VII, que governou de 1523 a 1534, realizaram-se os atos essenciais da reforma inglesa. Rejeitou-se a supremacia papal e declarou-se o rei chefe supremo, na Terra, da Igreja de Cristo em Inglaterra. Todos os súbditos deviam jurar que reconheciam a nova doutrina. A pena para quem recusasse era a morte. Uma minoria heroica preferiu subir ao cadafalso a renegar a fé. Entre esses homens encontravam-se cartuxos, outros monges, alguns sacerdotes seculares, o bispo de Rochester, João Fisher, e Thomas More, antigo lorde chanceler. Sobre a Inglaterra abateu-se um regime de terror que durou vários anos.

Com exceção da rejeição da primazia papal, já definida no Concílio de Florença, em 1439, Henrique VIII manteve-se mais ou menos ortodoxo até ao fim da vida, mostrando-se inimigo das novas doutrinas. Todavia, fora entre os novos hereges que encontrara os seus principais colaboradores. Foi de acordo com o espírito destes que dissolveu os mosteiros e as confrarias, confiscando naturalmente os seus rendimentos, e mandou preparar uma tradução oficial da Bíblia para inglês, da qual deviam existir exemplares em todas as igrejas. Morreu em 1547, deixando como sucessor um menino de nove anos.

Durante os seis anos do reinado de Eduardo VI, de 1547 a 1553, o partido dos hereges, representado no conselho do falecido rei, impôs o seu domínio. A reforma continental encontrou então o seu primeiro apoio efetivo na Coroa inglesa. A missa foi proibida e substituída por um rito oficialmente preparado, sem o caráter de sacrifício. A Eduardo sucedeu a sua irmã Maria, católica convicta. Com a sua subida ao trono, o catolicismo foi restaurado e os hereges sofreram uma forte perseguição, entre 1553 e 1558.

Maria, porém, não teve filhos. A filha mais nova de Henrique VIII, Isabel, que lhe sucedeu e reinou de 1558 a 1603, aderiu à nova religião. A restauração católica foi desfeita e restabeleceu-se o regime protestante do tempo de Eduardo VI, em parte calvinista e em parte luterano. Criou-se uma nova hierarquia. O soberano voltou a ser declarado autoridade suprema em matéria eclesiástica. A missa foi novamente proibida e tornou a impor-se o serviço de comunhão do reinado de Eduardo.

Estabeleceu-se a pena de morte para quem recusasse os novos juramentos. Quem celebrasse missa ficava sujeito a prisão perpétua. Toda a população era obrigada, sob pena de pesadas multas, a assistir aos novos ofícios religiosos aos domingos e dias santos. Os sacerdotes tinham igualmente de celebrar esses ofícios, sob pena de prisão perpétua. Chegaria o tempo em que celebrar missa, assistir a ela ou simplesmente ser sacerdote poderia acarretar a pena de morte.

Lutero iniciara o seu movimento em 1517. Por volta de 1560, a revolução religiosa estava concluída nas suas linhas principais, e a Europa assentara mais ou menos numa divisão que ainda se conserva. A Irlanda, a Espanha, a Itália, o sul da Alemanha e a Polónia eram católicos. A França e os Países Baixos continuavam divididos entre as tendências religiosas em conflito. O resto da cristandade revoltava-se e mantinha uma oposição permanente à Igreja Católica; ou, para usar o termo corrente, era protestante.

Esta grande revolução recebeu geralmente o nome de «Reforma». Mas, se a palavra significa corrigir os abusos de um sistema, pôr em ordem o que já existe e restaurar os bons costumes, a designação não era apropriada. O que Lutero, Calvino e outros fizeram não foi reformar o sistema católico em que tinham sido educados, mas criar novos sistemas, baseados nas suas teorias teológicas revolucionárias.

A Igreja Católica, porém, não desapareceu. A perda de milhões de fiéis não a destruiu. No seu interior desenvolveu-se um movimento para eliminar os abusos, fortalecer a administração e disciplinar toda a organização e a vida religiosa. Esse movimento, aliás, nunca deixara de existir por completo, nem sob os piores papas. Tratava-se, sem dúvida, de uma reforma no verdadeiro sentido da palavra. A reforma da Igreja Católica no século XVI foi o maior triunfo do mundo espiritual sobre o mundo material, do que havia de melhor no homem sobre aquilo que nele havia de pior e que durante tanto tempo prevalecera.

Enfrentou-se o problema do pecado de que Lutero partira, mas sem negar a responsabilidade humana; pelo contrário, reconhecendo-a plenamente. A única salvação, afirmava-se, estava no arrependimento e na mudança de vida. Os meios eram a oração, a penitência e uma união mais

íntima com Deus, de cuja graça todos dependiam verdadeiramente. A nova doutrina de Lutero resolvera as dificuldades da prática religiosa através de concessões à fraqueza humana. A Igreja Católica manteve o ideal na sua expressão mais elevada e permanente e, adotando uma política de não ceder, combateu a tendência humana para o degradar.

Esta grande restauração do espírito católico recebeu habitualmente o nome de «Contrarreforma». Se isso significa a resposta da Igreja ao desafio dos reformadores, o termo pode ser aceite como adequado.

A renovação da vida espiritual deveu-se ao trabalho sucessivo de sete grandes papas: Paulo III, de 1534 a 1549; Júlio III, de 1550 a 1555; Paulo IV, de 1555 a 1559; Pio IV, de 1559 a 1565; São Pio V, de 1566 a 1572; Gregório XIII, de 1572 a 1585; e Sisto V, de 1585 a 1590. Foram os verdadeiros comandantes dos fiéis. Em seu auxílio surgiu uma plêiade de grandes homens, verdadeiros santos. Através das ordens religiosas que fundaram ou reformaram e das numerosas almas influenciadas pela pureza das suas vidas, organizaram um exército de executores da nova política papal. Esta política, juntamente com o Concílio de Trento, representa a realização suprema daqueles sessenta anos.

Em muitos aspetos, os papas continuaram a ser homens do seu tempo. Para restabelecer os ideais católicos, recorreram a todos os meios de que dispunham, incluindo os instrumentos seculares da diplomacia e até da guerra, e nem sempre de uma guerra meramente defensiva. Havia, portanto, uma dimensão política nas atividades dos papas da Contrarreforma, que frequentemente complicava a história das suas realizações.

É preciso acrescentar que os primeiros papas reformadores eram também filhos do Renascimento. Alguns hábitos da vida anterior continuavam a persegui-los, se não na sua vida privada, pelo menos na condução da política da Igreja. Paulo III, por exemplo, no meio da intrincada diplomacia necessária à convocação de um concílio geral, nunca deixou de alimentar a ambição de colocar a sua família entre as dinastias reinantes de Itália.

Paulo III, Alexandre Farnese, foi eleito em 1534, dezassete anos depois do início da campanha de Lutero e catorze anos depois da sua condenação

solene por Leão X. Não é exagerado dizer que Leão X fora quase obrigado a agir contra Lutero, tão pouca atenção dava aos acontecimentos e tão condicionado se encontrava pelas complicações políticas alemãs. Deve acrescentar-se, contudo, que dera os primeiros passos para unir os príncipes contra o principal herege. A Dieta de Worms, que assistira ao desafio eletrizante de Lutero, mostrara também a divisão dos católicos e a completa indiferença dos bispos, ou, segundo o relato do legado papal, o seu medo, que os fazia tremer como varas verdes. Foi em grande parte por causa dos bispos que o imperador, desejoso de uma ação vigorosa, se viu numa minoria absoluta.

Leão X morreu em dezembro de 1521, de forma tão inesperada — tinha apenas quarenta e seis anos — e deixando tantas dívidas que a notícia provocou um pânico financeiro. Sucedeu-lhe um holandês simples e modesto, o cardeal Adriano de Utrecht, sacerdote exemplar e antigo professor em Lovaina. A leitura dos memorandos preparados para ele pelos dois reformadores do Colégio dos Cardeais, o alemão Schinner e o italiano Lourenço Campeggio,^[28] revela imediatamente as causas de muitos dos males existentes e as razões da demora da reforma.

As más práticas de várias gerações tinham criado interesses instalados na conservação dos abusos. Seria possível eliminá-los sem perigo? Os cardeais insistiam em que se acabasse com a venda dos cargos e se reduzisse o número de funcionários. Deviam fixar-se os salários e diminuir-se as taxas. Não se deviam conceder benefícios sem o consentimento do patrono legítimo. Ninguém deveria acumular mais de um benefício, nem receber uma abadia como simples fonte de rendimento. Era necessário restringir as indulgências. O papa não devia anular as decisões dos seus tribunais. Os cardeais deveriam ter rendimentos fixos e nenhum deles deveria ser bispo. Também não se deviam conceder novos poderes de jurisdição aos príncipes.

O papa começou por dizer aos cardeais que «os escândalos de Roma eram comentados em todas as partes do mundo». Os membros do Colégio dos Cardeais tinham ido recebê-lo à fronteira dos Estados Pontifícios. Apesar da sua dignidade eclesiástica, apresentavam-se, no vestuário e nos modos, como simples príncipes do Renascimento.

Adriano VI entregou-se, quase sozinho, à administração. Começou por eliminar a predominância do dinheiro nos negócios da Igreja, que Leão X dirigira como se fosse um banco. Esperavam pelo novo papa dez mil pedidos de favores, privilégios e nomeações. Atendeu apenas um. «Todos aqui estão apavorados; os cardeais estão a pôr as barbas de molho», escreveu o embaixador veneziano ao seu governo. Da corte deixada pelo antecessor, um amontoado de parasitas, prostitutas, assassinos e espadachins, vieram explosões de ódio contra o papa «mesquinho». Surgiram logo panfletos contra ele e planos para o assassinar.

O papa manteve as suas decisões. O tumor abriu-se, e os elementos que degradavam Roma começaram a abandonar a cidade, com os cardeais mundanos à frente. Adriano VI revogou todas as concessões feitas aos príncipes desde 1492 que lhes davam o direito de nomear pessoas para pequenos cargos eclesiásticos. Ao mesmo tempo, encarregou um novo legado de prosseguir a tarefa de salvar a Alemanha, reconduzindo-a ao catolicismo.

Mandou-o declarar, em seu nome, que a heresia era um flagelo resultante sobretudo dos pecados do clero e dos prelados. O mal começara no papado, contaminara a hierarquia e os bispos e passara destes ao povo. Era uma confissão simples e sincera, acompanhada da garantia de que o papa desejava verdadeiramente reformar a Igreja. Para a propaganda luterana, porém, foi uma oportunidade: afirmou-se que o próprio testemunho papal confirmava todas as acusações que os luteranos repetiam. A Dieta de Nuremberga, perante a qual falaram os legados, recusou-se a executar os decretos contra o luteranismo, considerando-os «impraticáveis». Foi o voto do clero católico que determinou essa decisão, pois os eclesiásticos ocupavam a maioria dos lugares na assembleia.

O alto clero alemão mostrara-se, durante grande parte daquele período, completamente indiferente ao avanço do luteranismo, tal como, durante várias gerações, se mostrara indiferente ao destino do catolicismo. Essa inércia foi uma das maiores dificuldades que Roma teve de enfrentar nos sessenta anos seguintes.

O pontificado de Adriano VI foi muito curto. Morreu em 14 de setembro de 1523, pouco mais de um ano depois de chegar a Roma. A

corrente perniciosa voltou com o seu sucessor, Clemente VII, Júlio de Médici, primo de Leão X, embora sem a força anterior, pois Clemente não era corrupto. O vigor da reforma, porém, foi travado. Na verdade, só trinta anos depois, durante o pontificado de Paulo IV, se retomou a reforma no espírito radical do papa holandês.

Os onze anos de Clemente VII, de 1523 a 1534, foram um desastre. Fora um admirável arcebispo de Florença e um dos poucos prelados que levaram a sério os decretos reformadores do Quinto Concílio de Latrão, de 1512 a 1517. Era, contudo, tímido e indeciso. Embora ainda fosse relativamente novo quando foi eleito, com quarenta e cinco anos, faltava-lhe energia.

Começou por enviar à Alemanha, em fevereiro de 1524, o mais hábil canonista da Cúria, Campeggio, antigo conselheiro de Adriano VI. Sob a sua presidência, reuniu-se em Ratisbona uma assembleia nacional que decretou numerosas reformas. Na mesma ocasião, o representante papal conseguiu formar a União de Ratisbona, pela qual os príncipes católicos se comprometiam a resistir a novas inovações religiosas. Seguiu-se a revolta dos camponeses, reprimida de forma sangrenta. Roma estava tão mal informada que interpretou o acontecimento como uma derrota de Lutero. O papa escreveu a Filipe de Hesse para o felicitar, sem saber que aquele príncipe era luterano havia dois anos.

Sobrevieram depois as questões de política internacional e a permanente oscilação do papa entre a França e os Habsburgos. O pontífice entrou em guerra com o único defensor efetivo da fé na Alemanha, o imperador. Em 1527, um exército imperial, em parte luterano e em parte espanhol, conquistou Roma e saqueou-a com uma selvajaria incrível. Durante vários meses, o papa ficou prisioneiro do imperador.

Nos anos seguintes, as instruções papais para a Alemanha tornaram-se cada vez mais escassas, até que, durante algum tempo, todas as comunicações cessaram. Foram retomadas depois de Clemente VII e Carlos V chegarem a acordo. Voltou então a pedir-se um concílio geral. A ideia desagradava ao papa, que receava as suas repercussões entre os católicos. Preferia que as questões continuassem a seguir, na Alemanha, o rumo dos últimos anos a correr o risco de novas divisões no concílio. Contudo,

perante a insistência do imperador, teve de aparentar concordância. Impôs, porém, uma condição: primeiro, os protestantes deveriam submeter-se e prometer antecipadamente que aceitariam as decisões conciliares.

Quanto à comunhão sob as duas espécies e ao casamento do clero, o papa estava disposto a fazer concessões. O imperador, porém, não confiava nele. Quando os príncipes protestantes recusaram sequer discutir uma submissão temporária, o projeto do concílio perdeu a sua razão de ser. Roma ainda não reconhecera que o protestantismo era agora uma organização com interesses estabelecidos, e não apenas um conjunto de opiniões teológicas erradas de alguns alemães.

A situação mantinha-se neste estado pouco satisfatório quando Clemente VII morreu, em setembro de 1534.

O conclave seguinte foi um dos mais curtos de que há memória. Em uma ou duas horas, os cardeais elegeram por unanimidade Alexandre Farnese, que tomou o nome de Paulo III. Era um homem franzino de sessenta e seis anos, de saúde débil, mas dotado, como mostram os admiráveis retratos de Ticiano, de grande força intelectual e energia.

Inocência VIII dera-lhe a primeira promoção. Alexandre VI fizera a sua fortuna, concedendo-lhe o cardinalato aos vinte e cinco anos, em circunstâncias pouco honrosas. Até à meia-idade, vivera a vida daquela corte corrupta. Fora um generoso protetor das artes e adquirira uma reputação bem fundamentada de homem de grande cultura. Servira a Santa Sé como administrador e diplomata. Depois, por volta dos cinquenta anos, convertera-se, recebera as ordens sacras e dedicara-se à reforma. Já fora candidato ao papado nos conclaves de 1521 e de 1523.

Uma vez eleito, não perdeu tempo. As instruções que Roma enviava aos seus representantes na Alemanha passaram a ter um novo tom. A teologia, e não apenas a política e a diplomacia, tornou-se a preocupação principal. Chamaram-se a Roma os especialistas em assuntos alemães. Para remediar a extraordinária ignorância da Cúria acerca da situação a norte dos Alpes, um dos principais especialistas, Vergério, recebeu a missão de percorrer a Alemanha e apresentar um relatório.

Esta missão foi a primeira de uma série que acabaria por criar, no Império, uma rede de representantes eclesiásticos permanentes, antecessores das nunciaturas modernas, através dos quais o papado passaria a atuar. Nisto, como em tudo o resto, Paulo III revelou-se um inovador.

No seu primeiro consistório, o novo papa anunciou que reuniria o tão desejado concílio. Apesar das hesitações do imperador, que receava uma revolta luterana perante a notícia, publicou a bula de convocação em 1536. O concílio deveria reunir-se em Mântua, em maio de 1537. Os protestantes, embaraçados por aquela prova incontestável de que o papa estava disposto a realizar a reforma, reagiram. Nos Artigos de Esmalcalda, os seus teólogos voltaram a declarar guerra ao catolicismo. Os príncipes, por sua vez, devolveram sem abrir as cartas que os convidavam para o concílio. Os franceses aproveitaram a ocasião para retomar a guerra contra o imperador, invocando os perigos das viagens em tempo de guerra como motivo para não participar.

Tudo parecia conspirar para dificultar a ação do papa, mas ele manteve-se firme. No último momento, quatro semanas antes da data prevista, o duque de Mântua recusou acolher os participantes. O papa teve de procurar outro local. Após meses de negociações, conseguiu autorização da República de Veneza para reunir o concílio em Vicenza. Convocou-o para maio de 1538, preparou-se a ordem de trabalhos e nomearam-se os legados.

Chegou finalmente o dia da reunião em Vicenza, mas, além dos legados, só apareceram cinco bispos. Dos restantes bispos católicos não houve sinal, representantes ou desculpas. Parecia que o papa estava sozinho no seu empenho em reformar a Igreja. Os bispos alemães continuaram completamente indiferentes. Os franceses mantiveram-se afastados, devido às intrigas de Henrique VIII de Inglaterra e invocando também a guerra em que estavam envolvidos. Paulo III adiou o concílio por um ano e aproveitou o intervalo para reconciliar os franceses com o imperador.

Surgiu então o maior obstáculo até àquele momento. Tinham convencido o imperador de que era possível chegar a acordo com o protestantismo. Na véspera da data prevista para a abertura do concílio, comprometeu-se com os luteranos a convocar uma conferência para resolver as divergências doutrinárias. Parecia que o imperador e os

luteranos chegariam a um entendimento e apresentariam depois ao papa um facto consumado.

A situação punha em causa toda a autoridade papal. Paulo III não teve alternativa senão suspender o concílio por tempo indeterminado. Não podia arriscar-se a repetir o fracasso de 1538. Tinha de conter aquela nova e perigosa política de «união», antes que ela destruísse o pouco catolicismo que ainda restava na Alemanha. Os católicos alemães não deviam decidir questões de fé sem consultar a Santa Sé. Ao mesmo tempo, Roma não podia assumir uma atitude ditatorial que empurrasse aqueles católicos mal esclarecidos para os braços dos luteranos.

A tarefa exigia os espíritos mais hábeis e mais íntegros ao serviço do papa. Em Contarini e Morone, que chamara para esse trabalho, encontrou os representantes ideais: eclesiásticos de reputação irrepreensível, eruditos, perspicazes, pacientes, caridosos, firmes e capazes de compreender as necessidades que tinham dado origem às doutrinas luteranas. A grande conferência acabou por fracassar, mas serviu para adiar o concílio por mais três anos. Nisso, os luteranos tinham sido bem-sucedidos. Em contrapartida, os católicos alemães tinham aceitado a direção da Santa Sé. O prestígio de Roma a norte dos Alpes atingira um nível que não conhecia havia gerações, e a fé católica mantivera-se na Alemanha.

Paulo III não se deixou abater pelos sucessivos fracassos daqueles oito anos. Voltou a trabalhar para reunir o concílio.

Foram necessários mais quatro anos. O concílio abriu em dezembro de 1545, não em Mântua nem em Vicenza, mas em Trento, cidade do Império situada para lá da fronteira italiana. A sua realização nada ficou a dever ao rei ou ao imperador. Foi verdadeiramente um concílio do papa, fruto da sua paciência, da sua habilidade diplomática e da sua determinação em reformar a Igreja.

O imperador desejava muito o concílio, mas sobretudo para eliminar os abusos. Receava declarações definitivas sobre os pontos doutrinários que dividiam católicos e protestantes. Estava disposto a aceitar compromissos em matéria de doutrina católica. O papa, porém, insistiu na função

dogmática do concílio e conseguiu que os dois objetivos, a definição da doutrina e a reforma da vida eclesiástica, fossem tratados em simultâneo.

Só os bispos tinham direito de voto. O papa enviou três cardeais para presidir aos trabalhos: Del Monte, futuro Júlio III; Cervini, futuro Marcelo II; e o inglês Reginaldo Pole. Comissões de teólogos especialistas preparavam os decretos, que os bispos discutiam depois em sessões privadas. Uma vez tomada a decisão, os decretos eram solenemente promulgados em sessão pública.

O conjunto da doutrina católica foi examinado à luz das críticas protestantes e confirmado. Publicaram-se decretos sobre a Sagrada Escritura, o pecado original, a justificação, os sacramentos em geral, o batismo e a confirmação. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se novas normas práticas para o uso da Bíblia, o ensino da teologia e a pregação. Aboliu-se o sistema, tão sujeito a abusos, dos cobradores e pregadores de indulgências. Aprovaram-se também várias disposições, acompanhadas de penalidades, para reformar a vida dos bispos e permitir-lhes uma fiscalização mais eficaz do clero das suas dioceses.

Do princípio ao fim, o imperador levantou objeções aos decretos dogmáticos, sobretudo ao da justificação. Ao tornar-se evidente o abismo entre a doutrina católica e as teorias protestantes, ficava claro que não seria possível um compromisso diplomático que permitisse a católicos e protestantes pertencer à mesma Igreja. Essa impossibilidade não deixava de inquietar o imperador.

Ao longo de 1546, os legados começaram a recear cada vez mais a influência imperial. Pensaram então em transferir o concílio para uma cidade italiana. Em resposta, o imperador ameaçou entender-se diretamente com os protestantes.

Em fevereiro de 1547, surgiu uma epidemia em Trento. A 11 de março, o concílio aprovou, por uma maioria de dois terços, a transferência para Bolonha, perante os protestos veementes dos cardeais e bispos ligados ao imperador.

Paulo III não ficou satisfeito com a mudança, pois receava que interrompesse os trabalhos. Carlos V ficou furioso. Denunciou-a como uma manobra papal e ameaçou convocar o seu próprio concílio em Roma.

Pouco depois, em 24 de abril de 1547, o imperador alcançou a maior vitória do seu reinado, derrotando completamente os protestantes em Mühlberg. O seu grande inimigo, Francisco I de França, morrera poucas semanas antes. Carlos V tornou-se assim senhor da Europa como ninguém o fora desde Carlos Magno. Se queria evitar um cisma, o papa teria de chegar a acordo. Seguiram-se longas negociações, que terminaram com a suspensão do concílio em 1548.

Paulo III foi o papa que tornou possível o Concílio de Trento. Este nunca teria funcionado se ele não tivesse formado um novo corpo de colaboradores, inteiramente dedicados à reforma e capazes de assumir o trabalho exaustivo e altamente especializado que a sua direção exigia. Durante aqueles onze anos, trabalhou com persistência, tanto para reunir o concílio como para reformar a Cúria e os seus funcionários.

Em sucessivos consistórios, concedeu o cardinalato aos eclesiásticos mais distintos do seu tempo e até, no caso de Contarini, o Thomas More de Veneza, a um leigo. Nunca se reunira talento e virtude com tanta sabedoria e determinação. Nunca o Colégio dos Cardeais tivera figuras tão brilhantes como as daquele pontificado.

Enquanto a Roma oficial se alegrava com o novo espírito, os novos cardeais trabalhavam intensamente. Em março de 1537, apresentaram ao papa o seu célebre relatório, o Parecer da Comissão de Cardeais sobre a Reforma da Igreja, constituída por ordem de Paulo III. Nele encontravam-se, em embrião, todos os elementos da reforma que Trento viria a decretar.

Investigar, planejar e decretar a reforma fora relativamente fácil. Faltava fazer cumprir os decretos. A Cúria resistia, e a única alternativa parecia ser a demissão dos funcionários. Mas afastar os elementos experientes poderia paralisar toda a administração da Igreja. Por isso, a reforma avançou pouco. Paulo III não desanimou. Conhecia demasiado bem a natureza humana para esperar que a simples publicação de leis corrigisse os abusos. Advertiu os

cardeais de que as dificuldades eram quase insuperáveis, apoiou-os continuamente e animou-os sempre que os via fraquejar.

Não esperou pela reunião do concílio para reformar a Igreja em geral. Encontraram-se centenas de breves seus a ordenar a reforma de mosteiros e conventos por toda a Europa. A própria ordem de Lutero e os dominicanos mereceram uma atenção especial. A nova ordem dos teatinos, fundada por São Caetano e Gian Pietro Carafa, recebeu todos os estímulos. Carafa foi nomeado cardeal por Paulo III. A ordem forneceu ao papa um grupo de homens íntegros, aos quais confiou o governo e a reforma das dioceses italianas, esquecidas havia muito tempo. Encorajou e abençoou a grande obra das primeiras ursulinas. E abençoou os fundamentos de uma obra ainda maior quando, em 1540, aprovou a Companhia de Jesus.

Quando Paulo III morreu, em 10 de novembro de 1549, o futuro do catolicismo continuava incerto. Os seus enormes esforços reformadores ainda não tinham tido tempo de dar fruto. Mais uma vez, a antiga luta entre os dois chefes do mundo cristão, o papa e o imperador, ameaçava destruir tudo. A questão, suscitada pela convocação do concílio reformador, era saber se o papa teria liberdade para escolher os meios de reparar os danos dos últimos anos. Quem deveria dirigir a reforma da Igreja: o papa ou o imperador?

Carlos V era também, convém recordar, rei de Espanha, soberano dos territórios da atual Bélgica e dos Países Baixos, rei de Nápoles e senhor de todo o sul de Itália. Com a vitória de Mühlberg, em 1547, parecia ter-se tornado senhor da Alemanha como nenhum imperador o fora durante séculos. Pretenderia dominar a Igreja como dominava o Estado? A hipótese preocupava seriamente o papado. Fora em grande parte devido à política imperial que o concílio estava suspenso havia meses. Voltaria a reunir-se? E, se isso acontecesse, continuaria o imperador a ser católico?

O conclave que se seguiu à morte de Paulo III foi o mais notável daquele período, devido ao momento crítico em que se reuniu. Foi também notável pelo número de participantes, cinquenta e um dos cinquenta e quatro cardeais, e pela sua duração. Dez semanas de grande agitação terminaram, em fevereiro de 1550, com a eleição de Giovanni Maria Del

Monte, que presidira ao Concílio de Trento como legado. Tomou o nome de Júlio III.

Júlio III ocupa um lugar elevado entre os reformadores. Antes de mais, voltou a reunir o grande concílio, ao qual dedicara quase três anos de trabalho intenso. Todas as suas primeiras iniciativas como papa se orientaram para esse objetivo. A sua posição, porém, era difícil. Não fora o candidato do partido reformador no conclave e não tinha um grupo de seguidores pessoais entre os cardeais. Precisava de manobrar entre as várias facções sem apoio próprio. O imperador dera instruções aos cardeais seus súbditos para limitarem a ação de Del Monte. O rei de França estava apenas disposto a tolerá-lo.

Carlos V ficou extraordinariamente surpreendido ao verificar que o papa parecia ter esquecido os episódios tumultuosos de Trento. Ali, insultado e diminuído pelos embaixadores imperiais, tivera de defender a liberdade do concílio contra a intervenção do imperador. Agora limitava-se a pedir a sua colaboração para o reunir novamente. Carlos correspondeu à generosidade papal. O rei francês, pelo contrário, recusou antecipadamente reconhecer os decretos que viessem a ser aprovados. Fizeram-se os preparativos e, em 1 de maio de 1551, realizou-se a primeira sessão pública.

Só em setembro chegaram bispos em número suficiente para que o concílio pudesse trabalhar efetivamente. A partir daí, os trabalhos avançaram de forma admirável. Havia reuniões diárias de bispos e especialistas para preparar as matérias e reuniões dos bispos para discutir e decidir aquilo a que os peritos dariam depois forma definitiva. Elaboraram-se gradualmente os decretos sobre a Sagrada Eucaristia e a extrema-unção, bem como uma série de decretos reformadores destinados a melhorar a vida do episcopado e a reforçar a autoridade dos bispos sobre o clero negligente.

A experiência das primeiras sessões, no pontificado de Paulo III, facilitou os trabalhos. O maior auxílio, porém, foi a presença, na cadeira de São Pedro, do homem que fora o primeiro presidente do concílio. A sabedoria e a experiência de Júlio III, a sua direção e o seu apoio firmes, bem como a determinação em manter os bispos a trabalhar, tornam-se evidentes nos pormenores da história conciliar.

O concílio reuniu durante quase um ano. Faltavam apenas dois dias para completar esse período quando uma nova guerra religiosa irrompeu subitamente na Alemanha, obrigando a suspender os trabalhos. Durante o resto da vida de Júlio III, não houve perspectiva de o reunir de novo. Ainda assim, o reformador não perdeu a esperança. Tinha então sessenta e cinco anos, a saúde debilitada e sofria continuamente de gota. Além disso, envolvera-se numa pequena e desastrosa guerra com os Farnese pela posse de Parma, que prejudicara gravemente o seu prestígio e esgotara os seus recursos.

A reforma, porém, continuava acima de tudo. Talvez o concílio não pudesse reunir-se, mas os trabalhos preparatórios podiam prosseguir. Formou-se uma grande comissão de especialistas, permanentemente ocupada em investigar e examinar os problemas teológicos e práticos ainda por resolver. Continuavam a trabalhar e a reunir um vasto conjunto de conhecimentos, que um dia seria útil, quando o papa morreu, em 23 de março de 1555, vítima da doença prolongada que o atormentava.

Tal como Paulo III, Júlio III não perdera inteiramente os hábitos do mundo renascentista, em parte pagão, em que fora formado. O seu sucessor, porém, pertencia ao grupo mais íntegro dos reformadores. Era um daqueles a quem Paulo III concedera o cardinalato para que pudesse dirigir o movimento reformador: o cardeal Cervini, que, com Júlio III e Pole, presidira ao concílio. Como papa, conservou o seu nome, Marcelo. A alegria provocada pela sua eleição depressa se transformou em tristeza, pois morreu menos de um mês depois.

O conclave seguinte elevou ao trono papal um homem de setenta e nove anos, Gian Pietro Carafa, que tomou o nome de Paulo IV.

O seu breve pontificado, de 1555 a 1559, ergue-se no século XVI como uma grande barreira. Foi por sua ação que o paganismo renascentista acabou por ser expulso do papado e se rompeu a última ligação entre aquele cargo supremo e o espírito secular. O seu zelo, o entusiasmo, a energia inesgotável e a dedicação absoluta ao propósito de purificar a Igreja, tornando-a novamente um instrumento adequado ao serviço de Deus, encontraram, depois de cinquenta anos de espera impaciente, a sua maior oportunidade.

O seu governo marcou o fim da familiaridade despreocupada com as coisas mundanas que tanto diminuía o brilho de outros papas. Se a Roma papal apresenta hoje, e há séculos, algo do ambiente de um mosteiro; se os papas modernos, quaisquer que sejam as suas falhas pessoais ou de governo, têm vivido sobretudo como sacerdotes, num ambiente de oração e de decoro religioso, essa restauração deve-se em grande parte a Paulo IV.

Com a violência da sua indignação, rompeu para sempre a longa tradição que tratava o mundanismo do alto clero como parte de uma ordem natural. Depois dele, nunca voltou a estabelecer-se aquele sistema de impudência que, durante gerações, se tornara uma segunda natureza. A sua severidade imprimiu tão profundamente um padrão de vida austera que nem os adversários inclinados para os hábitos mundanos ousaram destruí-lo quando surgiu a reação inevitável.

A população romana, com o consentimento tácito das autoridades, podia insultar a obra do velho papa enquanto ele agonizava. Mas as regras de uma vida decente tinham sido tão firmemente estabelecidas no trono pontifício que nenhuma multidão, nem o mundanismo dos altos eclesiásticos, ousou derrubá-las.

A carreira de Carafa começara nos maus tempos de Alexandre VI. Vivera naquela corte sem se deixar contaminar. Fora, durante anos, representante pontifício em Londres e, durante um período ainda mais longo, em Espanha. Era napolitano. Depois da sua paixão pela reforma, vinha o ódio aos espanhóis, que dominavam a sua terra natal. Esse sentimento nascia do seu patriotismo e acabaria por envolver o pontificado em desastres políticos, prejudicando os seus projetos religiosos.

Fora arcebispo de Nápoles e renunciara à grande diocese para fundar, com São Caetano, a ordem dos teatinos. Como simples religioso, trabalhara durante muitos anos nos bairros pobres de Roma e de Veneza, pregando, ensinando a doutrina cristã e administrando os sacramentos. Paulo III fizera-o cardeal e, quando reorganizou a Inquisição, colocou-o à sua frente.

Poucos homens tiveram uma vontade tão férrea, uma firmeza tão grande e, é preciso acrescentar, um espírito tão intolerante. Para ele, o tato era uma forma de traição. Além da heresia e da má conduta do clero, nenhuma

questão o inquietava tanto como a influência dos príncipes católicos sobre a vida e a ação da Igreja. Estava disposto a transformar tudo para acabar com ela. Infelizmente, as únicas armas que considerava adequadas eram aquelas que tinham deixado de ser eficazes séculos antes. Paulo IV era um Inocêncio IV nascido três séculos tarde demais.

Este reformador vigoroso não voltou a reunir o concílio. Os esforços de Paulo III e Júlio III para conseguir que os reis católicos aceitassem a política papal tinham irritado profundamente o seu espírito austero. Na história do concílio, com os seus adiamentos, negociações e compromissos, não encontrara motivo para abandonar a opinião de que aqueles métodos eram indignos da causa e, além disso, inúteis.

Tinha outros métodos. Enquanto cardeal, não hesitara em censurar aos próprios papas o mundanismo das suas vidas. Como pontífice, à maneira de uma figura irada do Antigo Testamento, tomou o chicote para acelerar a reforma, cujo avanço lento observara durante vinte e cinco anos, impaciente e sem poder intervir decisivamente.

Começaram a aparecer, não novas leis — já havia leis suficientes, dizia —, mas ordens para cumprir as antigas e medidas para garantir esse cumprimento. Acabou com as dispensas que permitiam nomear bispos sem a idade exigida. Anulou as alienações de propriedades da Igreja e, logo nas primeiras semanas, repreendeu severamente os cardeais a esse respeito.

Bispos íntegros, auxiliados por jesuítas, foram enviados à Sicília para reformar mosteiros e conventos femininos. Outros seguiram para Espanha com a mesma missão. Aboliu-se a concessão de abadias a pessoas que não pertenciam à vida religiosa, prática conhecida como concessão in commendam, e proibiram-se as dispensas. A seleção dos novos bispos tornou-se extremamente rigorosa. Num único dia, o papa rejeitou os cinquenta e oito candidatos que lhe tinham sido apresentados.

Paulo IV respondeu à antiga queixa contra os religiosos que abandonavam a sua ordem à procura de outros empregos eclesiásticos. Publicou um decreto rigoroso que os privava de quaisquer benefícios, rendimentos, graus ou cargos entretanto adquiridos, independentemente da

posição que ocupassem, e os intimava a regressar aos mosteiros, sob pena de suspensão imediata.

Todas as dispensas que permitiam a monges e freiras passar para outras ordens foram declaradas sem efeito, mesmo quando concedidas pelos próprios papas. Daí em diante, só as ordens eremíticas dos cartuxos e dos camaldulenses poderiam receber esses religiosos. Em Roma, fizeram-se buscas e prenderam-se dezenas de religiosos nessa situação. A sua posição ou o seu cargo não os protegeram. Alguns foram enviados para a prisão, outros para as galés.

Os bispos receberam ordem de renunciar a todos os benefícios que não estivessem ligados às suas dioceses. Aplicaram-se também os decretos que os obrigavam a residir nelas. Descobriu-se que cento e treze bispos diocesanos viviam em Roma. Não obedeceram à primeira ordem de regressar às suas jurisdições. Seguiu-se uma segunda, com um prazo de um mês e a ameaça de deposição e dos castigos reservados aos religiosos que abandonavam os seus deveres. Em menos de seis semanas, todos tinham partido.

Os bispos de má conduta foram tratados com maior severidade ainda. O de Polignano foi condenado a prisão perpétua, devendo passar três meses de cada ano a pão e água.

Reviu-se todo o regime financeiro das nomeações. Aboliram-se as taxas do pálido. O papa resolveu o antigo problema da reforma da Dataria, um serviço do qual se dizia que a Santa Sé não podia prescindir financeiramente, abolindo todas as suas taxas. A perda imediata de dois terços dos rendimentos não o fez recuar.

Paulo IV não fazia concessões a ninguém. Apesar das excelentes nomeações para o Colégio dos Cardeais desde 1534, continuavam a existir muitos membros antigos de má qualidade. O papa declarou aos próprios cardeais que o tinham eleito que não havia nenhum em quem pudesse confiar. Deu aos que ainda não tinham recebido as ordens sacras três meses para se ordenarem ou renunciarem. Mandou apresentar listas dos benefícios que possuíam, permitiu que escolhessem um e declarou vagos os restantes, para serem atribuídos a outros.

Recusou categoricamente atender aos desejos dos príncipes católicos nas suas nomeações. Fê-lo de maneira deliberada e explícita. Nem sequer cedeu aos pedidos do rei de França quando, na guerra contra Filipe II de Espanha, a França era a sua única aliada.

O final do pontificado foi, porém, trágico. Paulo IV confiara ao sobrinho, o cardeal Carlo Carafa, a política e o governo dos Estados Pontifícios, para poder dedicar todo o seu tempo aos assuntos da Igreja e à reforma. O sobrinho, uma espécie de César Bórgia de menor dimensão, pretendia instalar a família Carafa num principado retirado aos Estados da Igreja, como tinham feito os Della Rovere, os Bórgia e os Farnese. Isolado em Roma, o papa desconhecia as manobras do sobrinho. Quando as descobriu, houve uma terrível confrontação, após a qual rompeu para sempre com ele e com toda a família.

Esses acontecimentos tiveram uma consequência positiva: indignado com a descoberta, o papa pôs termo àquela forma de nepotismo. Nenhum familiar de um papa voltou a ousar estabelecer-se como príncipe reinante. Paulo IV morreu em 18 de agosto de 1559, poucos meses depois daqueles graves acontecimentos.

Só no dia de Natal os cardeais chegaram a acordo sobre o sucessor. Escolheram Giovanni Angelo Medici, de Milão, que tomou o nome de Pio IV. Tinha sessenta anos e fizera uma carreira mais útil do que brilhante, progredindo gradualmente na Cúria como jurista. Era essencialmente moderado e conciliador. Em dois anos, a sua diplomacia reconciliou a Santa Sé com os príncipes católicos e permitiu reabrir o Concílio de Trento, em 18 de janeiro de 1562.

Desta vez, o concílio chegou ao fim. Nos dois anos seguintes, promulgou decretos doutrinários e uma vasta legislação reformadora que definiria o padrão da vida católica durante os três séculos posteriores.

Pio IV, ele próprio, em muitos aspetos, um homem do Renascimento, escolheu para secretário de Estado um sobrinho, Carlos Borromeu, de vinte e um anos. Concedeu-lhe o cardinalato e a diocese de Milão. Naquele jovem prelado, o século do Concílio de Trento encontrou o modelo do bispo que os decretos conciliares procuravam formar.

Durante vinte anos, São Carlos dedicou-se inteiramente às reformas da sua grande arquidiocese e da província eclesiástica. A aplicação exemplar da legislação de Trento deu origem a uma obra construtiva que inspirou outros bispos de todo o mundo, até nos mais pequenos pormenores, e continuou a fazê-lo até aos nossos dias.

Pio IV morreu em 1565, deixando à Igreja os trabalhos do Concílio de Trento e um entendimento pacífico com as potências católicas. Sucedeu-lhe Michele Ghislieri, dominicano, que tomou o nome de Pio V, o único papa daquele período que viria a ser canonizado.

A aplicação prática da nova legislação coube assim a um homem de vida santa, modelo de devoção e espiritualidade, tão vigoroso como o próprio Carafa. São Pio V fez da obediência aos decretos conciliares a regra do seu governo. Os seus seis anos de pontificado, de 1566 a 1572, impediram que os trabalhos de Trento se tornassem estéreis, como acontecera aos do concílio anterior, o Quinto Concílio de Latrão, de 1512 a 1517.

São Pio V e os seus dois sucessores, Gregório XIII, de 1572 a 1585, e Sisto V, de 1585 a 1590, iniciaram a ofensiva contra a heresia até então vitoriosa. Revigoraram a vida católica através da aplicação dos decretos de Trento e da fundação de colégios e seminários para formar novos clérigos. Entraram também de forma decidida na política nacional e internacional. Através dos novos serviços diplomáticos, procuraram incessantemente acordos com os príncipes católicos para derrotar os protestantes e destruir a heresia.

São Pio V excomungou Isabel de Inglaterra e declarou-a deposta. Gregório XIII enviou uma força militar à Irlanda contra ela e, até ao fim do pontificado, trabalhou no continente europeu para combater o seu poder. Sisto V apoiou financeiramente a Armada espanhola. O mesmo espírito orientou a atuação destes papas na França e na Alemanha. Sempre que surgia a possibilidade de uma ofensiva católica contra os regimes protestantes recentemente estabelecidos, estavam prontos a apoiá-la com dinheiro ou armas.

A sua obra mais duradoura, contudo, foi a reforma da vida católica e a aplicação dos decretos de Trento. Nesse trabalho, os principais auxiliares foram as novas ordens religiosas.

A renovação espiritual começara nos primeiros anos do século. Antes da revolta alemã, já se distinguiam os seus primeiros sinais na Roma corrupta de Leão X, numa associação chamada Oratório do Amor Divino. Nela, prelados da corte papal, sacerdotes e leigos uniam-se para viver mais intensamente a vida espiritual. Foi nessa pequena associação que Paulo III encontrou, mais tarde, seis dos seus cardeais reformadores mais célebres. Dela saíram também os fundadores^[29] de uma nova ordem religiosa, os teatinos, criada em 1524.

Eram sacerdotes que viviam segundo os três votos religiosos, mas se dedicavam ao trabalho do clero paroquial: pregavam, visitavam os doentes e administravam os sacramentos nos bairros pobres das grandes cidades italianas. Observavam um voto de pobreza particularmente rigoroso, pois nem sequer lhes era permitido pedir esmola.

Outras duas ordens novas foram os barnabitas, fundados por Santo António Maria Zaccaria em 1532, que pregavam ao ar livre nas cidades do norte de Itália, e os somascos, que criavam orfanatos e cuidavam de órfãos e jovens desamparados. Fora de Itália, a sua influência foi limitada. A reforma franciscana de São Pedro de Alcântara ficou circunscrita a Espanha. Houve, porém, outras ordens cuja ação acabaria por se estender a muitas regiões.

Cronologicamente, a primeira dessas ordens foi a dos capuchinhos, nascida de uma reforma franciscana. Começou nos últimos anos do pontificado de Clemente VII e forneceu aos papas, durante o século e meio seguinte, um exército de pregadores zelosos, bem preparados e populares. O seu trabalho junto das populações pouco instruídas de Itália, França e Alemanha foi incalculável. Nem os próprios jesuítas tiveram maior participação nas vitórias da Contrarreforma do que estes novos franciscanos.

Em meados do século, Espanha conheceu um grande renascimento da ordem dos carmelitas e da vida contemplativa, cujos efeitos ainda

perduram. Os seus principais agentes foram Santa Teresa de Ávila, que viveu de 1515 a 1582, e São João da Cruz, de 1542 a 1591.

A mais célebre das novas ordens era também de origem espanhola: a Companhia de Jesus. Não era apenas uma ordem nova, mas uma ordem de um novo tipo. Os seus religiosos dispensavam alguns elementos habituais da vida comunitária, como a recitação conjunta do ofício divino. Onde estivesse um jesuíta, a ordem estaria presente. A nova sociedade apropriou-se do individualismo característico da época e colocou-o ao serviço da religião.

A sua disciplina refletia as tendências autoritárias então dominantes. O rigor quase militar era uma novidade e produziu o mais perfeito instrumento de ação de que o papado alguma vez dispusera. A formação era longa. O seu objetivo principal consistia em disciplinar a vontade individual ao serviço da vontade de Deus, manifestada nas ordens do superior. O jesuíta devia receber uma educação esmerada, segundo o melhor espírito do Renascimento. Os membros da Companhia iam para onde a Santa Sé os enviasse e estavam disponíveis para qualquer tarefa. A princípio, adquiriram uma reputação merecida como pregadores, defensores da doutrina, confessores e professores. Depois, por força das circunstâncias, envolveram-se, tal como os papas a quem serviam, nas atividades políticas e religiosas do século XVI.

Toda a história da Contrarreforma parece gravada nos nomes dos primeiros grandes santos da Companhia: Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Francisco de Borja, Pedro Canísio, Luís Gonzaga e Roberto Belarmino. Santo Inácio fundou a Companhia e deu-lhe um instrumento extraordinário, os Exercícios Espirituais. Como diretor espiritual, a sua personalidade foi exercendo uma influência crescente sobre a espiritualidade católica. São Pedro Canísio foi para a Alemanha um segundo São Bonifácio. São Roberto Belarmino deu à teologia católica uma nova orientação, que se manteve durante quase três séculos.

É verdade que o papel da Companhia tem sido exagerado, tanto pelos adversários como pelos simpatizantes, pois desde o princípio foi objeto de controvérsia. Raramente foi descrito com a serenidade que constituía uma das suas características. Sem a participação da Companhia de Jesus, a

Contrarreforma talvez não tivesse passado de uma solene declaração de boas intenções religiosas.

Uma força mais discreta do que esta companhia militante, mas igualmente essencial para o êxito final do Concílio de Trento e de tudo o que ele representava, foi a influência do sacerdote florentino São Filipe Néri, que viveu de 1515 a 1595. Durante quarenta anos, a partir do seu quarto modesto em Roma, trabalhou pela renovação espiritual da grande Cúria.

À sua ação e à direção pessoal de inúmeras almas deve-se, tanto como à severidade de Paulo IV, o desaparecimento da vida pecaminosa nos altos cargos eclesiásticos. Enquanto o terrível papa combatia o mal de forma ruidosa, São Filipe trabalhava discretamente, com simplicidade, sem ostentação e quase a brincar. Formava um corpo de clérigos animados por uma nova espiritualidade, uma nova geração da qual saíram nuncios, cardeais, legados e papas.

A Congregação do Oratório, fundada por São Filipe, conservou o melhor das antigas tradições humanistas. Tornou-se um refúgio para os espíritos religiosos que não se sentiam atraídos pela austeridade dos teatinos nem pela disciplina combativa da Companhia de Jesus.

Havia no programa preparado para o Concílio de Trento um capítulo importante que não se ousou abordar: a reforma dos príncipes católicos. Entre tudo o que o concílio poderia ter feito, nada teria maior importância. Mas, se essa questão delicada tivesse sido discutida, a Igreja teria provavelmente enfrentado tantos cismas quantos os príncipes existentes.

Sob esse título, o concílio seria levado a fazer declarações claras e explícitas sobre o direito do papa de intervir em questões de moral pública, assim como de moral privada. Teria de reafirmar, em circunstâncias diferentes, as reivindicações dos grandes papas medievais, exigir o reconhecimento da Igreja como sociedade livre e independente na sua esfera própria, a religião e a moral, e pedir garantias precisas para proteger essa independência. Para qualquer príncipe de 1562, conceder tais garantias seria contrariar todas as tendências políticas da época.

Talvez a reforma fosse então impossível. Insistir nela teria sido perigoso e inoportuno. Mas as consequências das tendências que até ali se procurara conter não tardariam a revelar-se desastrosas. O absolutismo dos príncipes católicos acabaria por destruir a influência do catolicismo no sul, como os protestantes tinham feito no norte, e por causar graves danos à religião.

A ausência de reforma da moral pública dos Estados católicos refletiu-se no próprio papado, obrigado a apoiar-se num poder temporal que não fora reformado. O preço desse apoio continuava a ser a concessão de privilégios. Apesar da ação de Paulo IV e de São Pio V, certos expedientes voltaram a entrar na prática do governo papal. Sobrevivia ali uma parcela do espírito mundano, com influência na corte e nos conclaves.

Assim que passou a crise de vida ou morte do século XVI, reapareceu no papado a ambição mundana, embora sob uma forma menos extrema. Um novo nepotismo cumulava os familiares dos papas de dinheiro e de posições principescas em Roma. Começou então a grande época dos Borghese, dos Barberini, dos Pamphilj, dos Chigi e dos outros parentes favorecidos de Paulo V, que governou de 1605 a 1621; Urbano VIII, de 1623 a 1644; Inocêncio X, de 1644 a 1655; e Alexandre VII, de 1655 a 1667.

A história de Filipe II de Espanha, cujo reinado decorreu de 1556 a 1598, oferece um dos melhores exemplos das dificuldades, e até das ameaças, que um príncipe católico podia criar ao papado reformador. Filipe estava interessado na reforma, mas, de acordo com a concepção absolutista do seu poder, estava decidido a controlá-la pessoalmente. Durante quase quarenta anos, foi o único grande príncipe em cuja fidelidade religiosa se podia confiar. Quase só ele, entre os grandes soberanos católicos e protestantes, via a religião como uma convicção interior profunda e pessoal.

Esse príncipe procurava, contudo, conservar nas suas mãos toda a disciplina eclesiástica. Entendia que competia ao poder real procurar os hereges, julgá-los e puni-los. Era através do Estado que os mosteiros deviam ser visitados e reformados e que os decretos de Trento, transformados por ele em lei do reino, deviam ser executados. O rei já tinha o direito de nomear todos os bispos e, através da Inquisição, exercia um forte controlo sobre os seus atos. Nem Henrique VIII exercera uma

supremacia tão completa em matéria eclesiástica, deixando de lado as definições de fé, como aquele grande soberano católico.

Pio IV era conciliador, tanto por necessidade como por temperamento. São Pio V era independente. Gregório XIII, também conciliador, via em Filipe II, antes de mais, um aliado seguro contra os hereges do norte. Mas, entre Sisto V e Filipe, a determinação papal em manter a independência da Santa Sé provocou conflitos que, mais de uma vez, colocaram o rei à beira da excomunhão e a Espanha à beira de um interdito.

A crise surgiu nos dois anos seguintes à morte de Sisto V. A política de Filipe, destinada a introduzir no Colégio dos Cardeais os seus próprios candidatos, tivera êxito. Contava já com treze cardeais seus súbditos, três deles parentes próximos. Interveio fortemente nos quatro conclaves realizados após as mortes de Sisto V, em 27 de agosto de 1590; Urbano VII, em 27 de setembro de 1590; Gregório XIV, em outubro de 1591; e Inocêncio IX, em 30 de dezembro de 1591.

O seu objetivo era excluir qualquer cardeal que, uma vez papa, pudesse mostrar-se independente. No segundo desses conclaves, enviou ao Colégio uma mensagem que exigia a exclusão de nada menos de sessenta e dois membros. Em Gregório XIV encontrou o papa que desejava. Mas a Providência interveio. Depois dos breves pontificados daquele período, a eleição de Clemente VIII, que governou de 1592 a 1605 e cuja candidatura Filipe II já vetara três vezes, deu à Igreja um papa com a independência de Sisto V e a subtileza de Pio IV. Afastou-se assim a ameaça mais grave: a submissão do papado ao rei católico de Espanha.

Durante os últimos cinquenta anos do século XVI, os legados papais, os jesuítas e os capuchinhos trabalharam heroicamente na Alemanha, na Suíça e na Polónia. Procuravam conservar na Igreja as almas ainda não conquistadas pelas novas heresias e recuperar, tanto quanto possível, os territórios perdidos. O êxito foi notável, embora o norte da Alemanha e a Escandinávia permanecessem hostis.

Parecia que os católicos desanimados do sul da Alemanha precisavam apenas de sacerdotes experientes, verdadeiramente dedicados à sua vocação e bem instruídos, para voltarem a unir-se à antiga religião. Os maiores

obstáculos continuavam a ser os prelados locais de origem aristocrática e os príncipes católicos dominados por preocupações políticas.

Quando Carlos V abdicou, em 1556, o título imperial e os territórios alemães da sua casa não passaram para o filho, Filipe II, que recebeu a Espanha, os Países Baixos, Milão, Nápoles e as novas terras americanas, mas para o irmão, Fernando I. Embora católico, o novo imperador preocupava-se ainda mais do que Carlos com as consequências que uma ofensiva católica poderia ter para os seus planos de unificação da Alemanha. Retomou-se a antiga política de entendimento vago e indefinido entre as duas forças religiosas que dividiam o Império.

Fernando morreu em 1564. O seu filho e sucessor, Maximiliano II, que reinou de 1564 a 1576, mostrou-se abertamente favorável ao protestantismo. O longo governo do imperador seguinte, o seu filho Rodolfo II, de 1576 a 1612, homem fraco e excêntrico, foi um grande desastre para a Igreja. Os protestantes viram nele a sua oportunidade.

O acordo de Augsburgo, de 1555, foi violado de tal maneira que, no final do século, predominava a impressão de que bastava aos reformadores apresentar as suas exigências para que estas fossem satisfeitas à custa dos católicos. O herdeiro de Rodolfo era o irmão, Matias. As intrigas deste privaram Rodolfo de quase tudo antes do fim do seu reinado, deixando-lhe apenas o título imperial. Essa mudança de soberano efetivo também não trouxe vantagens aos súbditos católicos.

A única esperança estava no herdeiro seguinte, Fernando, duque da Estíria e primo de Matias, e na possibilidade de colaborar com os duques católicos da Baviera. Estes tinham sido, durante duas gerações, o principal apoio político da Contrarreforma na Alemanha. Educado pelos jesuítas, Fernando mostrara-se muito firme e até implacável na resistência à penetração protestante no seu Estado católico. Fechara as escolas protestantes e expulsara os professores e os missionários. Quando chegou ao trono imperial, em 1619, propôs-se salvar da mesma maneira os restantes domínios.

A ascensão de um católico tão ativo e de um governante de competência comprovada, depois de cinquenta anos de decadência e hesitação, constituía

naturalmente um desafio para os protestantes. Na Boémia, estes escolheram contra ele o eleitor palatino Frederico, príncipe calvinista casado com uma filha de Jaime I de Inglaterra. O conflito tornou-se parte da terrível Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648, o último grande ato da Contrarreforma. A guerra deixou os dois partidos alemães completamente esgotados, matou grande parte da população e devastou extensas regiões, onde lobos famintos vagueavam livremente.

A Guerra dos Trinta Anos acabou por se transformar num conflito puramente político. A França e a Casa de Habsburgo voltaram a enfrentar-se na sua antiga luta. Em matéria religiosa, o resultado foi a confirmação, na Alemanha, da regra adotada em Augsburg em 1555: a população devia seguir a religião do seu príncipe. Como existiam no Império nada menos de trezentos e quarenta e três príncipes soberanos independentes, o resultado era um mosaico de inúmeras pequenas tiranias religiosas.

Contra a adoção desse princípio, que considerava imoral, cínico e essencialmente contrário à religião, o papa Inocêncio X, que governou de 1644 a 1655, protestou energicamente. Negou validade aos Tratados de Vestefália, de 1648, nos quais o princípio era confirmado. Os tratados continham ainda numerosas cláusulas relativas a propriedades eclesiásticas e a jurisdições civis pertencentes a príncipes eclesiásticos.

Todo esse novo arranjo, as novas apropriações de bens da Igreja e o reconhecimento de antigas expropriações foram feitos sem atender às opiniões ou aos desejos do papa. Em Vestefália, ninguém lhe deu atenção. Nada pôde fazer além de apresentar o seu protesto.

Os tratados de 1648 marcam o fim de uma época. Mais precisamente, constituem o sinal definitivo de que tinham terminado os tempos em que a Igreja Católica, através do papa, era reconhecida como uma força na vida pública europeia. Depois de mais de mil anos, o Estado passaria a tratar dos seus assuntos como se a Igreja não existisse. Até as potências católicas começariam a considerá-la apenas uma associação de pessoas com as mesmas convicções religiosas. Deixaria de ser a Igreja para se tornar uma Igreja.

Os cento e quarenta anos seguintes, entre os Tratados de Vestefália e a Revolução Francesa, foram dominados por este novo princípio contrário ao catolicismo. A recusa de aceitar a autoridade da Igreja como guia moral nas questões públicas levou os príncipes católicos a procurar submetê-la novamente. Tentaram silenciar a sua voz independente e reduzi-la a um conjunto de organismos nacionais, cada qual transformado num simples órgão do respetivo Estado.

Não se negavam as doutrinas católicas tradicionais da Encarnação, da Redenção, da graça e dos sacramentos, nem a primazia papal. Nestas matérias, os príncipes orgulhavam-se da sua ortodoxia e continuavam a reprimir e a punir o protestantismo. Mas, no domínio em que negavam à Igreja o direito de ensinar e de se fazer ouvir, eram tão perigosos para a sua existência como qualquer protestante.

Ao mesmo tempo, começou a manifestar-se aquilo que o autor considera a segunda fase inevitável do protestantismo: um cristianismo que rejeitava inteiramente as crenças dogmáticas e se reduzia à mera «boa vontade para com os homens». Negava a existência do sobrenatural, ou a possibilidade de o conhecer, e transformava-se num simples culto da moralidade e da benevolência. Este novo movimento, o deísmo, via no catolicismo um inimigo inevitável e entendia que não poderia sobreviver enquanto ele subsistisse. O século XVIII tornou-se, por isso, palco de uma luta intensa. Os deístas tomaram a iniciativa e ganharam vantagem, pois contavam entre os seus aliados com os melhores espíritos da época.

O deísmo e a maçonaria, a nova sociedade internacional cujos membros se vinculavam por juramento, não ficaram limitados à Europa protestante. No primeiro quarto do século XVIII, durante a reação geral contra a religião que se seguiu à morte de Luís XIV, cujo reinado decorreu de 1643 a 1715, ambos adquiriram grande influência em França. Dali difundiram-se para Espanha e para o reino de Nápoles, governado por um ramo da dinastia espanhola.

Depois de meados do século XVIII, a Igreja Católica encontrava-se mais isolada da vida europeia do que em qualquer outro momento da sua história. Os reis católicos viam nela apenas um instrumento político. Os intelectuais da época uniam-se contra ela. Nos países católicos, a fidelidade

dos bispos e do clero tornara-se precária e duvidosa. Voltava, por isso, a ser urgente reformar a vida religiosa em todos os países onde Roma fora reduzida à impotência.

A tragédia final, e a prova de que os príncipes tinham acorrentado a Igreja, foi a supressão da Companhia de Jesus pelo papa Clemente XIV, em 1773. A Companhia reunia os melhores defensores do catolicismo. No Ocidente, o catolicismo chegara à situação em que desaparecera no Oriente. Como poderia sobreviver em Estados absolutos, nominalmente católicos, sem que os seus ideais orientassem esses Estados?

A solução do enigma, uma libertação temporária daquele círculo vicioso, veio com a Revolução. Esta destruiu as antigas monarquias absolutas e deixou a Igreja também ferida, é verdade, mas novamente livre, depois de séculos. A Igreja, porém, estava tão pouco habituada à liberdade que, durante um século ou mais, permaneceu indecisa. Hesitou perante aquela luz inesperada.

CAPÍTULO VIII

A revolta dos reis católicos, 1648–1789

O Império e a Espanha tinham sido o cenário das principais crises da história católica entre 1517 e 1648. Mas, de 1648 a 1789, foi a França que mais preocupações causou à Igreja.

Os primeiros movimentos da revolução luterana deixaram a França quase indiferente. Contudo, ao longo dos vinte anos seguintes à condenação de 1520, começaram a formar-se pequenos grupos protestantes em várias cidades. Em 1534, uma ofensiva vigorosa desses grupos, acompanhada de ataques contra a celebração da missa, provocou prisões, julgamentos e execuções. A partir de então, Francisco I, que reinou de 1515 a 1547, mostrou-se extremamente hostil aos reformadores.

Apesar disso, o movimento alastrou, sobretudo depois de o exilado francês Calvino ter desenvolvido a sua nova religião, profundamente francesa. No reinado do sucessor de Francisco I, Henrique II, de 1547 a 1559, o calvinismo começou a estabelecer-se um pouco por todo o país. Apesar dos protestos do núncio papal, os hereges raramente eram incomodados. Os seus dirigentes chegaram a alimentar a esperança de que, com algum tato e paciência, a família real acabasse por se tornar calvinista, tal como os príncipes alemães se tinham tornado luteranos.

Henrique II morreu em consequência de um acidente num torneio. Deixou como sucessor um filho muito jovem, que morreu menos de dois anos depois. Sucedeu-lhe um irmão ainda mais novo, Carlos IX, que reinou de 1560 a 1574. A divisão religiosa adquiriu então uma nova importância na luta entre as facções que disputavam a regência. Os políticos calvinistas procuraram afastar os políticos católicos. Daí nasceu, em grande parte, o período das chamadas Guerras de Religião, entre 1562 e 1598.

Foi a época de Catarina de Médici e Coligny, dos Guise e de Henrique de Navarra, mas também de assassínios, traições e massacres intermináveis. Um desses morticínios teve uma repercussão especial, porque as vítimas

eram calvinistas: o massacre da noite de São Bartolomeu, em 24 de agosto de 1572. Em diversas ocasiões, os calvinistas tinham morto milhares de sacerdotes e religiosos, que odiavam e consideravam idólatras. Os próprios ministros calvinistas eram frequentemente antigos sacerdotes e frades que tinham abandonado a fé. Cortar as orelhas a um sacerdote tornara-se uma espécie de passatempo. Um chefe calvinista usava habitualmente um colar feito de orelhas.

Sempre que os calvinistas triunfavam, as igrejas eram saqueadas e os seus tesouros artísticos, vitrais, estátuas e vasos sagrados eram destruídos sem piedade. Ao todo, mais de vinte mil igrejas foram assim destruídas em França. Os calvinistas eram uma minoria que se impusera no país graças à negligência do governo. No fim, foram o patriotismo e a fé da maioria católica que salvaram a França. O povo levantou-se para obrigar o rei a agir e a mostrar-se digno da sua linhagem.

O último rei da decadente dinastia dos Valois, Henrique III, que reinou de 1574 a 1589, acabou por morrer apunhalado por um dominicano fanático. Alguns anos depois, o herdeiro do trono, que era protestante, submeteu-se à Igreja. Era Henrique IV, cujo reinado decorreu de 1589 a 1610.

Seguiu-se em França um renascimento da vida católica, em todas as suas formas, como a Igreja raramente conhecera. Em alguns aspetos, foi a passagem mais brilhante de toda a epopeia da Contrarreforma.

Na ação de São Francisco de Sales, o Renascimento francês recebeu uma expressão cristã e o humanismo transformou-se em devoção. Nascido na Saboia, em 1567, São Francisco foi bispo de Genebra de 1602 até à sua morte, em 1622. Fundou a nova ordem da Visitação. Através da sua vasta correspondência e, sobretudo, do extraordinário livro de divulgação *Introdução à Vida Devota*, fez pela nobreza da corte e pelos magistrados algo semelhante ao que São Filipe Néri fizera pelo mundo da Cúria Romana.

A sua maior obra, o *Tratado do Amor de Deus*, uma das obras-primas da teologia mística, pode servir de símbolo do renascimento geral da vida de oração que então se verificou em todas as ordens religiosas. Ao mesmo

tempo, começou a surgir uma abundante literatura religiosa destinada ao grande público. Em anos recentes, um historiador francês alcançou uma posição de destaque ao descrever este aspeto da vida do século XVII, até então pouco conhecido, embora fosse o mais importante e um dos mais característicos de toda a Contrarreforma.^[30]

A obra desse historiador apresenta inúmeros pregadores de retiros e missões e uma legião de santas mulheres que restauraram a vida familiar e a vida dos conventos em França. O quadro torna-se especialmente interessante pelo grupo de reformadores do clero que descreve. Entre eles encontra-se o cardeal de Bérulle, fundador do Oratório francês e promotor de uma nova devoção ao sacerdócio de Nosso Senhor. Dessa devoção nasceram consequências práticas: um novo ideal de vida sacerdotal e a formação de numerosos sacerdotes nos seminários fundados e dirigidos pelos oratorianos.

Duas outras novas congregações dedicavam-se ao trabalho fundamental de formar sacerdotes capazes de aplicar as reformas de Trento. Eram os eudistas, fundados por São João Eudes, e a mais célebre de todas, a Companhia de São Sulpício, fundada por Jean-Jacques Olier. Mesmo nos piores momentos dos dois séculos seguintes, a Igreja continuou a colher os frutos dessas fundações: um clero paroquial bem formado e preparado, sempre disponível, que nem a negligência dos bispos nem os maus exemplos conseguiram corromper.

Há outro santo que devemos mencionar, embora a fundação de uma congregação de sacerdotes missionários para as regiões rurais^[31] fosse apenas uma das muitas boas obras que iniciou. São Vicente de Paulo, que viveu de 1581 a 1660, foi um dos maiores organizadores de obras de caridade que até então tinham surgido. Fundou, com Santa Luísa de Marillac, as Filhas da Caridade. Tornou-se assim o grande organizador de uma comunidade feminina dedicada a obras de assistência fora dos conventos.

A obra mais extraordinária daqueles anos, tão ricos em dedicação prática à causa de Deus, foi a Companhia do Santíssimo Sacramento. Era uma espécie de associação secreta de beneficência, embora os seus

membros não estivessem ligados por juramentos. Incluía sacerdotes e bispos, mas era dirigida por leigos. Os seus membros apoiavam os católicos em todas as formas de atividade e não hesitavam em pressionar bispos negligentes para que promovessem as reformas necessárias. A sua generosidade tornou possíveis muitas das iniciativas de São Vicente e a fundação, em Paris, do Seminário das Missões Estrangeiras, em 1663.

O primeiro grande obstáculo ao renascimento religioso foi a expansão do movimento chamado jansenismo. Assentava numa teoria herética sobre a graça e produziu uma espécie de catolicismo «calvinizado».

As apostasias do século XVI levaram naturalmente os teólogos católicos a estudar de forma exaustiva as questões que dividiam os que tinham abandonado a Igreja e a própria Igreja. Desde os tempos de Santo Agostinho e Pelágio que a questão da graça não era discutida com tanta precisão. Como resultado natural da controvérsia com calvinistas e luteranos, surgiu uma nova teoria católica destinada a explicar como a vontade humana permanecia livre sob a influência da graça.

A publicação dessa teoria provocou uma forte controvérsia entre os católicos. Os principais teólogos da Companhia de Jesus e da antiga Ordem dos Pregadores tomaram posições opostas. Toda a questão foi examinada perante Clemente VIII, que morreu sem publicar uma decisão. O seu sucessor, Paulo V, pôs fim à disputa, permitindo que cada uma das partes conservasse a sua opinião e proibindo que qualquer delas acusasse a outra de heresia.

Alguns anos antes, Miguel Baio, professor de Sagrada Escritura na Universidade de Lovaina, deduzira do seu estudo de Santo Agostinho uma nova teoria sobre a graça. Roma condenou-a primeiro em 1567 e novamente em 1579. Baio aceitou as decisões romanas. Contudo, a necessidade permanente de refutar as teorias calvinistas, associada à nova investigação sobre o mistério da graça, manteve algo do espírito da sua solução nos meios teológicos dos Países Baixos.

As ideias de Baio reapareceram cerca de cinquenta anos depois da sua morte, ocorrida em 1589, num livro intitulado *Augustinus*. O autor era Cornélio Jansénio, antigo professor de Sagrada Escritura em Lovaina e

bispo de Ypres nos últimos anos da sua vida, terminada em 1638. Os seus amigos publicaram o livro dois anos depois da sua morte.

Entretanto, um companheiro de Jansénio, o influente francês conhecido como abade de Saint-Cyran, aplicava havia anos essas teorias à direção espiritual. Introduzia sistematicamente a nova doutrina na vida moral e ascética.

A publicação do Augustinus deu ao movimento a sua justificação teórica no momento oportuno. Em Lovaina, o jansenismo já fora mais do que um simples assunto de discussão académica entre teólogos. Em França, constituiu desde o início uma facção organizada de sacerdotes, religiosas e leigos, todos com boas relações, riqueza e influência. Começou uma batalha entre esse grupo de inovadores e a Igreja, que se prolongou por quase um século.

A crise complicou-se rapidamente com novas divergências entre os católicos acerca da primazia papal e dos limites da autoridade do papa sobre a Igreja em França. Surgiu assim a controvérsia sobre os chamados «direitos da Igreja galicana».

Durante esses cem anos, discutiram-se em França três questões de enorme importância prática: a relação entre a graça e a liberdade da vontade humana; a função dos sacramentos da penitência e da Eucaristia e, conseqüentemente, a maneira de viver uma verdadeira vida cristã; e a relação entre o papado e a hierarquia episcopal.

Jansénio considerava-se um homem escolhido pela Providência para salvar a Igreja da Companhia de Jesus, que odiava. A salvação estaria, segundo ele, no restabelecimento da antiga doutrina da graça, há muito esquecida, e da verdadeira vida cristã que só essa doutrina poderia produzir. Afirmava que ela se encontrava nas obras de Santo Agostinho, que ele conhecia profundamente, mas de que os teólogos se tinham afastado havia séculos. Os críticos católicos descreveriam o novo sistema como «Santo Agostinho visto através dos óculos de Calvino».

Segundo essa teoria, os dons sobrenaturais concedidos por Deus ao primeiro homem, bem como os chamados dons preternaturais, entre os

quais a imunidade à morte e à doença, pertenciam na realidade à própria natureza humana. O pecado original produzira uma corrupção radical dessa natureza. Daí resultava que tudo o que fosse puramente natural era mau.

Depois da queda de Adão, a vontade humana tornara-se impotente perante a concupiscência. Não podia evitar o pecado sem receber a graça. Esta era onipotente e até irresistível. A alma oscilava, portanto, entre dois prazeres: o do pecado e o da graça. Se Deus concedesse a graça, o homem evitaria o pecado; se não a concedesse, o homem pecaria inevitavelmente.

A graça era dada apenas a um pequeno número de pessoas que Deus queria salvar. Deus não desejava salvar todos os homens, e Cristo não morreria pela salvação de todos, mas apenas pelos eleitos. Esta doutrina da predestinação afastava as orações de intercessão aos santos e a Nossa Senhora. A melhor homenagem a Nossa Senhora, dizia-se, era o «hino do silêncio».

Como teoria teológica, o jansenismo ocupa um lugar na história do movimento geral do pensamento católico que procurava defender a doutrina tradicional da graça contra o calvinismo. Esse movimento produzira novas teorias para explicar o grande problema da conciliação entre a ação da graça e a liberdade humana. Por sua vez, essas teorias provocaram novas discussões entre católicos e a oposição dos que se mantinham fiéis às explicações anteriores ao aparecimento do calvinismo.

Alguns desses opositores procuravam encerrar a disputa com um argumento histórico: as novas teorias seriam contrárias ao que escrevera sobre o assunto a autoridade clássica, Santo Agostinho. Embora fosse o principal representante dessa tendência, Jansênio era apenas um dos muitos que recorriam aos escritos de Santo Agostinho para sustentar a oposição às novas ideias, concentrando-se nesse apoio à custa de muitos outros elementos da tradição.

Intimamente ligada a esta heresia, que retomava a teoria já condenada de Baio, agora apresentada de forma mais completa e erudita, estava a prática jansenista dos sacramentos da penitência e da Eucaristia. Também aqui se encontrava, desde o início, o desejo persistente de destruir práticas

para cuja introdução e divulgação os jesuítas tinham trabalhado intensamente.

Na época do Concílio de Trento e da fundação da Companhia de Jesus, acontecimentos contemporâneos, a generalidade dos fiéis recorria pouco a esses sacramentos. O concílio proclamou como ideal que, em cada missa, todos os presentes recebessem a Sagrada Comunhão. Ensinou expressamente que este sacramento purificava dos pecados veniais e fortalecia contra o pecado mortal.

O resultado imediato foi o aparecimento, por toda a parte, de apóstolos da comunhão frequente. São Carlos Borromeu e São Filipe Néri foram talvez os mais notáveis. Os bispos franceses também se empenharam na introdução dessa reforma. A Companhia de Jesus mostrou-se particularmente fiel aos decretos de Trento, que, de certo modo, apenas deram uma aprovação de autoridade superior àquilo que, desde o início, fora um dos elementos principais da orientação espiritual de Santo Inácio.

Combater a comunhão frequente — que então raramente significava mais de uma comunhão mensal para os leigos ou semanal para os sacerdotes — correspondia tanto à doutrina jansenista como à oposição dos jansenistas aos jesuítas. É preciso ler os seus ensinamentos para acreditar no que defendiam. «Nem só de pão vive o homem», respondera Nosso Senhor às tentações do demónio. Os jansenistas serviam-se desse texto para justificar a abstenção da Sagrada Comunhão.

A comunhão só deveria ser recebida quando existisse uma certa correspondência entre Deus e a pessoa que a recebia. Era uma recompensa da virtude, e renunciar a ela podia ser mais meritório do que recebê-la. Saint-Cyran escreveu a uma religiosa: «A vossa tristeza por não terdes podido receber a Sagrada Comunhão durante a doença é um resto do vosso antigo espírito mundano, dessa devoção mundana que fez da confissão e da comunhão as principais coisas da vida. Eu também costumava sentir o mesmo, e pesava-me muito não celebrar missa todos os dias. Em breve compreendereis que, sem receber a Sagrada Comunhão, vos sentireis ainda melhor.»

Quanto ao sacramento da penitência, os jansenistas ensinavam que nada valia sem contrição perfeita. Pretendiam restaurar aquilo que julgavam ter sido a prática dos primeiros tempos da Igreja. Não se deveria conceder a absolvição antes do cumprimento integral da penitência. A antiga disciplina de penitências corporais durante dias, semanas e meses devia, segundo eles, ser restabelecida.

Esta heresia rigorista parecia oferecer poucos atrativos. Mas há sempre pessoas que, em matéria religiosa, preferem seguir a imaginação ou os sentimentos a usar a inteligência e aceitar as orientações de uma autoridade. Os jansenistas eram solenes e aparentavam uma austeridade superior à dos outros. Consideravam-se uma elite. Recomendavam aos seus seguidores uma vida retirada, que também tinha os seus atrativos.

Na prática, ao reagirem às decisões papais, estes «supercatólicos», como se apresentavam, revelaram-se os mais subtis casuístas do século. Nunca uma heresia fora tão hábil no uso da reserva mental e do embuste.

A sua história é uma sucessão de condenações, submissões e subterfúgios. O condenado renunciava às suas posições, voltava a defendê-las, era novamente condenado, recorria e submetia-se outra vez à autoridade eclesiástica. Apresentava sempre novas reservas e novos pretextos para continuar a afirmar, dentro da própria Igreja, a teoria condenada.

Muitas vezes, o rei católico intervinha. Não o fazia para proteger a heresia, mas por recear que uma condenação romana diminuísse o seu prestígio como protetor do catolicismo francês, do qual era, de facto, o chefe.

Limitando esta narrativa à atuação de Roma, a Santa Sé condenou a obra principal de Jansénio em 1641, condenação confirmada por Urbano VIII em 1642. Primeiro, os jansenistas afirmaram que a bula era falsa. Depois, quando a aceitaram, explicaram que ela não condenava nenhuma teoria específica contida no livro.

Após sete anos de controvérsia, durante os quais a Santa Sé perdeu o seu mais poderoso apoio nesta questão, o cardeal Richelieu, foram extraídas cinco proposições que resumiam a essência da heresia. Pediu-se ao papa

que as condenasse. Inocêncio X, cujo pontificado decorreu de 1644 a 1655, perante uma petição em sentido contrário, nomeou uma comissão para investigar o assunto. Dois anos depois, a comissão apresentou o relatório e o papa condenou as cinco proposições como heréticas.

Os jansenistas aceitaram a decisão. Desta vez, porém, explicaram que as proposições, embora heréticas, não se encontravam no livro de Jansénio na forma indicada ou não tinham nele o sentido em que tinham sido condenadas. Seguiram-se novas controvérsias e novas assinaturas de fórmulas de submissão. Em 1664, Alexandre VII, que governou de 1655 a 1667, publicou um decreto que colocava a questão em termos explícitos e definitivos. Quatro bispos resistiram energicamente. Uma nova crise começava a desenvolver-se quando o papa morreu, em 22 de maio de 1667.

A influência do rei começou então a pesar na balança. Os jansenistas tinham conquistado apoiantes nos meios oficiais. Quando o novo papa, Clemente IX, cujo pontificado decorreu de 1667 a 1669, se propôs retomar a questão no ponto em que o antecessor a deixara, dezanove bispos franceses protestaram. Declararam publicamente que qualquer ação contra os seus colegas seria «prejudicial aos interesses e à segurança do Estado».

Seguiram-se as negociações que deram origem à chamada Paz de Clemente IX. Os bispos jansenistas concordaram em assinar a fórmula. Depois, nos seus sínodos, fizeram declarações orais ao clero para explicar a sua submissão. O papa foi informado de que tinham obedecido.

Começaram, porém, a circular informações contraditórias. Quando chegaram a Roma, Clemente ordenou novas investigações e nomeou uma comissão de cardeais. A comissão parece ter perdido a esperança de esclarecer os factos e recomendou que se aceitasse como verdadeiro o relatório oficial, segundo o qual a submissão dos bispos era sincera. Foi isso que ficou registado nos documentos que selaram a reconciliação. Os bispos receberam elogios públicos pela sua obediência verdadeira, completa e sem reservas às decisões romanas.

Seguiu-se um período de trinta anos em que a controvérsia jansenista passou para segundo plano, ofuscada por novas dificuldades e perigos.

A primeira dessas dificuldades, e a mais duradoura, foi o conflito entre Luís XIV e a Santa Sé. O rei de França, nascido em 1638 e falecido em 1715, reivindicava costumes, privilégios e direitos em matéria eclesiástica, geralmente designados por «liberdades da Igreja galicana».

A disputa começou quando o rei quis estender a todas as dioceses francesas o direito de receber os rendimentos de certas dioceses durante a vacância da sede episcopal. Ao receber um recurso sobre a questão, Inocêncio XI, que governou de 1676 a 1689, condenou a usurpação e ameaçou usar contra Luís XIV «os remédios que Deus colocou nas nossas mãos».

O rei respondeu adotando uma declaração da Assembleia do Clero de França, em 1682. A declaração afirmava que nem o papa nem a Igreja tinham poder sobre os príncipes temporais, que estes não podiam ser depostos e que os seus súbditos não podiam ser dispensados do juramento de fidelidade; que continuavam válidos os decretos de Constança relativos à superioridade do concílio geral sobre o papa; que a primazia papal devia ser exercida tendo em conta os costumes das Igrejas locais; e que as decisões doutrinárias do papa não eram irreformáveis enquanto toda a Igreja não lhes tivesse dado a sua aprovação.

Eram estes os quatro célebres artigos de 1682. O rei ordenou que fossem ensinados nos seminários e aceites por todos os que obtivessem graus em teologia.

O papa anulou os atos da assembleia e recusou confirmar para as dioceses vagas os candidatos que tinham participado na aprovação dos artigos. O rei, que detinha o direito de apresentar os candidatos ao episcopado, insistiu em escolher apenas prelados ligados à assembleia. O impasse prolongou-se até haver nada menos de trinta e seis dioceses francesas sem bispo.

Em 1687, uma controvérsia sobre o direito de asilo de que a embaixada francesa beneficiava em Roma agravou a tensão. O papa estava disposto a excomungar o rei. Se tivesse recorrido a essa medida, Luís XIV teria certamente rompido com o catolicismo.

A crise só terminou em 1693. O rei retirou o decreto que impunha aos seminários a observância dos quatro artigos, e Inocêncio XII, que governou de 1691 a 1700, confirmou os bispos.

Os artigos, contudo, continuaram a ser ensinados. A maior parte do clero francês formou-se segundo essa doutrina, deixou de confiar em Roma e tomou o partido do rei nas disputas seguintes. Na verdade, os artigos não introduziam ideias novas no pensamento católico francês. Davam, porém, uma forma concreta e explícita a uma tendência até então vaga, embora muito difundida. Essa doutrina passou a ser ensinada a todos os futuros sacerdotes paroquiais.

Os dominicanos opuseram-se-lhe fortemente, assim como os jesuítas. No século seguinte, a fidelidade destes últimos aos princípios romanos seria uma das razões que contribuíram para a sua destruição.

Outra consequência da controvérsia foi a divulgação do galicanismo em todos os países governados por soberanos católicos, isto é, em toda a Europa católica. A formulação explícita de uma doutrina favorável ao rei e contrária à autoridade romana tornava-a especialmente atraente para esses governos.

No auge do conflito entre Luís XIV e Inocêncio XI, surgiu uma nova heresia, o quietismo. O seu principal iniciador foi um sacerdote espanhol, Miguel de Molinos, que vivera muitos anos em Roma e dirigia espiritualmente um grande número de pessoas devotas. A Inquisição prendeu-o em 1685.

A sua doutrina e as suas orientações práticas sobre a vida espiritual, a oração e a conduta moral assentavam na ideia de que o homem devia anular todas as suas faculdades, pois o desejo de agir na vida espiritual ofendia a Deus. Não devia preocupar-se com recompensas, castigos, morte ou eternidade, nem com os seus próprios pecados ou virtudes. Devia ignorar as tentações e nem sequer resistir-lhes, porque a resistência implicava atividade. Em vez disso, devia cultivar uma resignação inteiramente passiva.

Quando o demónio se apoderasse violentamente do homem, coisa que esta doutrina considerava inevitável, este deveria aceitar a situação e os atos pecaminosos que dela resultassem. A alma devia resignar-se como se tudo correspondesse, naquele momento, à vontade de Deus. Não precisava de confessar o que fizesse nessas ocasiões, pois essa «disposição interior» não estava sujeita à confissão. A renúncia à confissão era apresentada como uma vitória sobre a vontade própria. Segundo a doutrina, Deus chegava a tornar a confissão impossível para a alma perfeita.

Era este o quietismo. A aceitação e a aplicação dessas ideias tinham levado Molinos e os seus companheiros a uma vida singular, em que se combinavam práticas religiosas e atos sexuais. Em Roma, estavam implicadas mais de duzentas pessoas, entre clérigos, religiosas e leigos. Encontraram-se mais de doze mil cartas dos seus seguidores, e a Inquisição levou cerca de vinte anos a concluir os diversos processos.

Depois de um longo julgamento, Molinos foi condenado a prisão perpétua, em 3 de setembro de 1687. Confessara não só os seus próprios desvios, mas também ter ensinado que os atos carnavais e impuros eram permitidos às pessoas entregues à oração, por afetarem apenas a parte inferior e sensual do homem.

A questão repercutiu-se em França através de Madame Guyon, dirigida espiritualmente por um barnabita discípulo de Molinos. Deve esclarecer-se que não ficou provado qualquer envolvimento desta senhora nos desvios morais do movimento. Desenvolvera, porém, teorias sobre a oração e a vida contemplativa estreitamente relacionadas com as de Molinos.

Era uma mulher encantadora e simples, inteiramente absorvida pelas questões espirituais. Pela sua influência pessoal e pelos seus escritos, difundiu um sistema conhecido como semiquietismo, que alcançou os próprios meios dirigentes do país. Os bispos alarmaram-se e, quando ela aparecia nas suas dioceses, pediam-lhe que partisse. Foi presa e permaneceu algum tempo encarcerada. Depois de libertada, conheceu François de La Mothe-Fénelon e conquistou a sua amizade. Ele viria a ser preceptor do herdeiro do trono e arcebispo de Cambrai.

A influência espiritual de Madame Guyon atingiu o seu ponto mais alto nos anos seguintes. Em 1694, os bispos voltaram a intervir e condenaram as suas teorias. Fénelon também teve de subscrever a condenação. O movimento chegou ao fim.

O pior aspeto de toda a questão foi a suspeita lançada sobre a vida contemplativa em geral. O jansenismo já causara consideráveis danos à prática da oração. A reação contra todas as formas de quietismo agravou-os. Precisamente quando o catolicismo francês, tão importante para a Igreja, mais precisava da força que só a vida contemplativa podia dar, esta foi reduzida a limites muito estreitos. A religião passou a parecer, mesmo às almas santas, um simples esforço para alcançar a perfeição moral com o auxílio da Providência. Foi uma tragédia histórica.

Em 1696, a condenação de Madame Guyon pôs fim à divulgação das suas teorias perturbadoras. Cinco anos depois, o jansenismo reapareceu como uma força ativa e profundamente inquietante para a vida católica.

Nos trinta anos posteriores à Paz de Clemente IX, o jansenismo, enquanto sistema doutrinário completo, praticamente desaparecera. Já nem o próprio partido jansenista o professava na sua totalidade. O grupo continuava, porém, a existir e a afirmar que a Igreja não era infalível ao declarar que Jansénio ensinava no Augustinus a doutrina condenada.

Mantinha também o rigorismo inicial no uso dos sacramentos e as suas preferências espirituais e pelo que considerava serem as práticas antigas. Essas teorias estéreis e esses modos de vida continuavam a influenciar, para além do grupo propriamente dito, católicos de fé íntegra e ortodoxa que, por temperamento, tendiam para uma vida mais puritana, se podemos usar esta expressão corrente. Persistia, portanto, uma vasta zona de católicos «jansenizados», incluindo bispos, sacerdotes e leigos.

Por volta de 1701, toda a questão reapareceu numa discussão sobre a legitimidade de um católico manter a posição jansenista do «silêncio respeitoso» perante a declaração papal de que Jansénio ensinara o jansenismo. A nova disputa levou Luís XIV, cujo reinado de setenta e dois anos ainda prosseguia, a pedir uma decisão romana. Em 1705, Clemente XI,

que governou de 1700 a 1721, decretou que o «silêncio respeitoso» não bastava: a declaração papal devia ser aceite como verdadeira.

O decreto não pôs fim à nova agitação. A discussão dera publicidade a um livro de um antigo oratoriano, Pasquier Quesnel, que viveu de 1634 a 1719. A obra já provocara dificuldades. Consistia no texto do Novo Testamento acompanhado de reflexões morais sobre cada versículo. Sob a aparência de um livro de devoção e de orientação religiosa, Quesnel, impregnado de ideias jansenistas, conseguira introduzir a própria essência da doutrina condenada.

O livro recebera a aprovação do bispo de Noailles, que mais tarde se tornou arcebispo de Paris e cardeal. Quando Clemente XI o condenou, o cardeal sentiu o seu orgulho ferido, pois a condenação contrariava a aprovação que dera. Não se opôs imediatamente ao papa, mas pediu «esclarecimentos».

Recomeçou então a antiga disputa, que durou vinte anos. Voltaram as condenações, entre as quais se destacou a bula Unigenitus, de 1713, as submissões, os esclarecimentos, os subterfúgios e os recursos. Em 1717, o cardeal recorreu para um concílio geral. Em 1718, Clemente excomungou os que sustentavam esse recurso.

Surgiu uma nova série de discussões sobre a possibilidade de administrar os últimos sacramentos aos partidários do recurso e de punir os sacerdotes que se recusassem a fazê-lo. Nesta fase, o conflito passou para os tribunais chamados parlements, dos quais o mais célebre era o Parlamento de Paris. Os juristas ao serviço da Coroa viram na controvérsia uma oportunidade para resistir ao que consideravam uma intromissão papal na disciplina do catolicismo francês.

Em 1728, poucos meses antes de morrer, o cardeal de Noailles submeteu-se ao papa. Com isso, o jansenismo enquanto organização chegou efetivamente ao fim. Sobreviveu, porém, nos indivíduos. Sobreviveu também como espírito nas classes dirigentes e nos parlements, inspirando e encorajando a longa luta que então começava para suprimir a Companhia de Jesus.

O princípio fundamental dos reformadores do século XVI fora o direito ao juízo individual. Recusavam reconhecer uma autoridade doutrinária impessoal em matéria religiosa. Com a Bíblia nas mãos, afirmavam, todos os homens chegariam seguramente ao conhecimento da verdade divina.

Desde os primeiros meses do movimento, porém, surgiram divergências entre os leitores da Bíblia quanto ao significado do que liam. Com o passar do tempo, as divergências aumentaram e as seitas multiplicaram-se. Esse desenvolvimento era inevitável. Como a única solução para as dificuldades apresentadas pelo texto sagrado ou pelas doutrinas tradicionais conservadas era a opinião sincera do indivíduo, não tardou a desenvolver-se o ceticismo acerca das verdades que se dizia serem ensinadas pela Bíblia. O ceticismo estendeu-se às verdades fundamentais e até à própria existência de Deus.

Sempre existira na Europa, mesmo durante a Idade Média, uma corrente subterrânea de ateísmo, ligada ao estudo das ciências naturais e associada à prática de uma vida sem princípios morais. O Renascimento, em parte pagão, do século XV e dos primeiros anos do século XVI ofereceu-lhe uma oportunidade. A revolução luterana e calvinista, ao destruir em grande parte da Europa a confiança na autoridade religiosa, libertou essa corrente. Ela passou a desenvolver-se com poucos limites além dos impostos pelas convenções sociais.

Foi nos Países Baixos e em Inglaterra que essa rejeição da religião começou a desenvolver-se como reflexão filosófica sobre a vida. Os novos pensadores recusavam a religião revelada, a única forma de religião que a Europa conhecera durante mil e duzentos anos: um conjunto de doutrinas e práticas que se afirmava terem sido reveladas por Deus ao homem.

A única religião que consideravam razoável era a religião natural. Esta não admitia doutrinas que não pudessem ser descobertas pela razão e tinha como único objetivo a prática da virtude natural. O sistema recebeu o nome de deísmo, e os seus primeiros autores foram ingleses do século XVII.

Nos últimos anos desse século e no início do século XVIII, os deístas começaram a atacar a religião revelada tal como era apresentada pelas diferentes seitas. Quando o movimento atravessou o canal da Mancha, lançou uma guerra destruidora contra a Igreja Católica. A sua maior

vantagem foi conquistar os principais escritores da época, cientistas, filósofos e publicistas. Entre eles estava Voltaire, um dos maiores propagandistas que até então tinham surgido, um espírito brilhante, cínico, imoral e sem princípios.

Na França, o catolicismo encontrava-se impotente, atormentado pelas controvérsias jansenistas, separado de Roma pelo galicanismo, acorrentado pela longa ligação ao Estado e sobrecarregado por uma hierarquia quase sempre incompetente e mundana. As classes dirigentes entregavam-se cada vez mais à imoralidade. Nesse ambiente, o espírito mordaz de Voltaire colocou a Igreja no banco dos réus no espaço de uma geração.

O catolicismo foi chamado a justificar o seu próprio direito de existir. Odiado e ridicularizado, tornou-se, para os melhores espíritos de França e, por consequência, do mundo, uma infâmia intolerável.

Os deístas e ateus franceses recorreram a todos os recursos literários disponíveis. Conquistaram milhares de leitores a quem nenhuma obra séria de teologia ou apologética chegaria. Os jansenistas tinham sido adversários solenes e consistentes, que podiam ser enfrentados e vencidos no plano intelectual. Mas o escárnio dos novos adversários, pioneiros do ataque moderno e popular à fé tradicional e à moral estabelecida, não podia ser combatido apenas com erudição.

Ridicularizaram a religião, e a multidão que ria com eles estava longe de compreender uma argumentação rigorosa. Quando essa multidão se dispunha a refletir, o movimento já lhe oferecia uma enciclopédia, um compêndio de conhecimentos que servia à civilização do século XVIII como educador popular e universal. Através dela, podia iniciar-se nas ciências e na história geral. A obra fora escrita de tal modo que, a cada passo, o conjunto dos conhecimentos humanos parecia atacar a religião e, sobretudo, a Igreja Católica.

A Igreja estava mal preparada para enfrentar a ação desses espíritos. Faltavam-lhe meios para combater os filósofos enciclopedistas, poetas, dramaturgos e reformadores sociais que praticavam e recomendavam costumes licenciosos: Voltaire, Diderot, d'Alembert, Rousseau e outros. Numa época em que ser civilizado parecia exigir ser francês, e em que o

pensamento e o modo de vida franceses eram seguidos com entusiasmo, estes homens moldavam os costumes do mundo como ninguém o fizera desde Erasmo.

Os melhores defensores da Igreja eram os jesuítas. Possuíam não só uma boa formação teológica e uma sólida vida espiritual, mas também grande domínio da língua, que fazia deles mestres de um estilo simultaneamente clássico e moderno. Por volta de 1750, o ataque deísta ao catolicismo transformou-se num ataque aos jesuítas. Nessa luta, os deístas encontraram poderosos aliados católicos.

Em 1770, a Companhia de Jesus contava cerca de vinte e três mil membros, entre sacerdotes, estudantes, irmãos e noviços. Além das suas casas europeias, dirigia duzentos e setenta e três centros missionários no estrangeiro.

Foi em Portugal que a ofensiva alcançou a primeira vitória. D. José I, cujas faculdades se tinham degradado numa vida depravada, era um instrumento do seu ministro, o marquês de Pombal. Este era um aventureiro que acumulara uma enorme fortuna através da manipulação das finanças e da criação de numerosos monopólios, sobretudo no comércio do vinho. Os pormenores da sua longa e má administração, da ruína do sistema militar, das escolas e das universidades e da repressão violenta de todas as críticas tornaram-se lugares-comuns da história.

Pombal via nos jesuítas uma força que, se recuperasse a influência junto da família real, poderia derrubá-lo tão rapidamente como ele subira ao poder. Decidiu agir quando um jesuíta atacou os monopólios.

O seu método consistiu em apresentar uma acusação ao papa Bento XIV, que governou de 1740 a 1758. Denunciou a Companhia por participar em atividades comerciais. A acusação assentava no facto de os jesuítas venderem os produtos das grandes comunidades indígenas que tinham organizado no Paraguai.

O papa autorizou uma investigação presidida pelo cardeal-patriarca de Lisboa, Saldanha. Em quinze dias, sem ouvir um único jesuíta que pudesse esclarecer os factos ou defender a Companhia, esta foi declarada culpada.

O velho papa morreu no dia seguinte à comunicação aos jesuítas da nomeação da comissão. Estes recorreram para o seu sucessor, Clemente XIII, que governou de 1758 a 1769, protestando contra o modo como a investigação fora conduzida.

Pombal receava que uma intervenção mais firme de Roma levasse o rei a apoiar a Companhia. Recorreu então à fraude, falsificando um documento apresentado como proveniente de Roma, que confirmava a condenação de Saldanha. O papa descobriu o embuste, e o documento foi publicamente queimado em Roma. Parecia que Pombal teria de ser afastado.

Nessa altura, porém, o rei de Portugal foi atacado quando regressava de um encontro com a mulher de um nobre. O marido ultrajado disparou contra ele, sem o atingir. O caso serviu de pretexto para denunciar uma suposta conspiração. Centenas de pessoas foram presas e os jesuítas foram naturalmente implicados.

Em janeiro de 1759, todos os jesuítas de Portugal foram presos. A maioria acabou deportada para os Estados Pontifícios e desembarcada na costa apenas com as suas batinas e os breviários. As suas casas, colégios e propriedades foram confiscados. Quando o núncio protestou, também foi expulso. O embaixador português em Roma foi retirado.

Chegou depois a vez das províncias francesas da Companhia. «Quando tivermos destruído os jesuítas», escreveu Voltaire em 1761 a um correspondente tão mordaz como ele, «ser-nos-á fácil liquidar a Infame», isto é, a Igreja Católica.

Por volta de 1750, aos jansenistas, galicanos e filósofos, todos inimigos declarados dos jesuítas, juntara-se uma nova força: Madame de Pompadour, amante do rei. Nunca perdoara à Companhia o facto de os seus membros que confessavam Luís XV, cujo reinado decorreu de 1715 a 1774, se recusarem a aprovar a sua relação adúltera. No momento decisivo, tudo dependeria do rei, e a amante teria a sua vingança.

A ocasião para suprimir os jesuítas em França foi o fracasso financeiro da missão da Martinica, depois de navios ingleses apreenderem as suas cargas nas primeiras semanas da Guerra dos Sete Anos, em 1756. O

prejuízo rondava um milhão de libras, e o principal credor exigiu o pagamento ao procurador-geral das missões jesuítas.

Este recusou a responsabilidade, alegando, aparentemente com razão, que o administrador da missão da Martinica, o padre Lavalette, realizara as operações sem autorização e que cada casa da Companhia respondia apenas pelas suas próprias dívidas.

O credor levou então a Companhia a tribunal. Os juízes consideraram-na responsável e ordenaram o pagamento. Os jesuítas recorreram para o Parlamento de Paris, o tribunal superior onde, havia mais de um século, se encontravam alguns dos seus adversários mais influentes.

Voltaram a perder. O tribunal condenou-os a pagar e aproveitou a ocasião para abrir uma investigação oficial à natureza da Companhia. Ordenou que fossem apresentados os seus estatutos. Durante 1761 e 1762, todas as acusações alguma vez feitas à Companhia ou a jesuítas individuais voltaram a circular em boletins e panfletos, fossem ou não solicitadas, provocadas ou estimuladas pela atuação do Parlamento.

Ao mesmo tempo, essas acusações eram reproduzidas nos documentos oficiais do processo, adquirindo assim uma aparência de autenticidade perante um público indiferente e passivo. Em 6 de abril de 1762, o Parlamento declarou que a Companhia era praticamente uma associação de criminosos, responsável por todos os cismas e heresias, blasfema e ímpia na sua doutrina, e que devia ser suprimida.

A luta prolongou-se por mais dois anos, primeiro nos tribunais das várias províncias e depois na consciência do rei, cuja assinatura era necessária para dar força legal aos decretos. Após uma pressão prolongada, Luís XV cedeu. Em novembro de 1764, assinou o decreto que extinguiu a existência legal da Companhia e colocava os seus membros sob a jurisdição dos bispos locais.

As palavras do rei ao seu ministro, Choiseul, mostram até que ponto agiu contra o que ainda lhe restava de consciência: «Pessoalmente, não tenho afeição pelos jesuítas, mas todos os hereges sempre os detestaram. Nada mais direi sobre isso. Se, pela paz do meu reino, os afastar contra a

minha vontade, não quero que se pense que concordo com o que os parlaments fizeram e disseram contra eles. Poderia dizer muita coisa, mas prefiro não o fazer.»

A supressão foi executada apesar dos protestos dos bispos e do clero franceses e, depois, do papa. Clemente XIII foi o mais enérgico defensor da Companhia. Protestou contra os decretos do Parlamento de Paris. Quando Luís XV assinou a decisão final, publicou a bula Apostolicum, de 9 de janeiro de 1765, uma defesa eloquente da Companhia. Era um reconhecimento formal de tudo o que ela fizera pela Igreja e uma nova aprovação dos seus princípios e das suas numerosas obras benéficas.

«Felicitais-me pelo que se passa na Rússia; fazei-o também pelo que se passa em Espanha», escreveu Voltaire, em 1768, a um amigo protestante e livre-pensador, o ministro calvinista Vernes. Referia-se depois a outro amigo, o conde de Aranda, primeiro-ministro espanhol, que «num só ano fez os espanhóis avançarem mais do que os franceses em vinte».

A obra de Aranda fora a supressão da Companhia de Jesus no império em que mais se desenvolvera entre todos os países católicos. Isso acontecera no reinado de Carlos III, de 1759 a 1788, um rei considerado em toda a parte um católico exemplar. «Também tu, meu filho», escreveu-lhe o papa, desolado.

A supressão em Espanha foi a mais misteriosa de todas. Nunca se conseguiu esclarecer como o rei aceitou tal decisão. Em março de 1766, houve graves tumultos em Madrid e noutras grandes cidades. O movimento pretendia, na realidade, protestar contra a influência excessiva dos napolitanos favorecidos pelo rei desde 1759. Afirmou-se, porém, que os responsáveis eram os jesuítas.

Em outubro, começou uma investigação conduzida em completo segredo. Não se divulgaram os nomes das testemunhas nem a natureza das provas. Os acusados não foram ouvidos em sua defesa. Depois de o rei estudar o processo, todos os registos foram destruídos.

A decisão foi tomada em fevereiro de 1767, ficando estabelecido que seria anunciada sem explicar os motivos. Enviaram-se ordens seladas, a

abrir na noite de 2 de abril. Na manhã seguinte, de acordo com essas instruções, os jesuítas de todo o império espanhol foram presos, conduzidos a portos designados, embarcados e enviados para os Estados Pontifícios. O rei limitou-se a declarar que graves razões de Estado, que ficariam para sempre guardadas no seu íntimo, exigiam e justificavam a medida.

O rei de Nápoles, filho do rei de Espanha, procedeu da mesma maneira em novembro. Em janeiro de 1768, o duque de Parma, sobrinho do rei espanhol, seguiu o exemplo.

Faltava obrigar o papa a suprimir a Companhia em todo o mundo. Restavam cerca de dez mil jesuítas nos territórios austríacos, na Alemanha e no reino da Sardenha, cujos soberanos não lhes eram hostis. Começou imediatamente uma nova campanha contra o papa, dirigida por Carlos III de Espanha.

Clemente XIII resistiu a todas as pressões, à ameaça de 1768 de que as potências dos Bourbon o deporiam e dividiriam os seus Estados e até à ocupação de Avinhão, Benevento e Pontecorvo.

Em janeiro de 1769, França, Espanha e Nápoles apresentaram em conjunto uma exigência oficial de supressão da Companhia. Clemente XIII recusou categoricamente. Foi o seu último ato. Onze anos de tensão e de luta contra o catolicismo decadente dos Bourbon tinham-no esgotado. Morreu em 2 de fevereiro de 1769, quando as três potências preparavam o cerco de Roma e uma insurreição para o derrubar.

Não há espaço neste livro para descrever as intrigas que ocuparam as longas semanas do conclave, de 15 de fevereiro a 18 de maio. O resultado foi a eleição do franciscano conventual Lorenzo Ganganelli, que tomou o nome de Clemente XIV.

Teria prometido suprimir a Companhia como preço da eleição? Historiadores sérios e competentes afirmaram-no, mas a acusação não parece verdadeira. Desde as primeiras semanas do pontificado, começaram as pressões contra a sua determinação de defender a inocente Companhia.

Maria Teresa, imperatriz da Áustria, deixou de apoiar os jesuítas. O rei da Sardenha, também favorável a eles, morreu. Clemente acabou por ceder. Os Bourbon prepararam o decreto e, em 21 de julho de 1773, Clemente XIV assinou o breve *Dominus ac Redemptor*.

O papa não julgou a Companhia nem pronunciou uma sentença sobre a sua culpa. O documento relatava os conflitos que havia muito se levantavam em torno dos jesuítas e enumerava várias acusações contra eles. A ordem era suprimida em nome da paz, por se considerar que não poderia haver paz enquanto existisse.

Juntamente com a partilha da Polónia, iniciada quase na mesma altura, em 1772, a supressão da Companhia de Jesus foi o grande crime daquela nova era de liberalismo. Intrigas, mentiras, blasfémias, licenciosidade e tirania caracterizaram o movimento liberal contra a religião ao longo do século seguinte. O seu triunfo mais espetacular seria a abolição do poder temporal dos papas e a destruição do seu Estado, em 1870.

A história daqueles quinze anos, de 1758 a 1773, mostra de forma assustadora como pouco sobrevivera do catolicismo nas monarquias absolutas católicas. O Concílio de Trento esperara reformá-las e reconduzi-las às suas verdadeiras funções, mas não ousara fazê-lo. Em dois séculos, elas tinham colocado o próprio papado a seus pés.

Houve outros triunfos, menos brutalmente violentos, mas igualmente importantes, em Estados que não eram governados pelos Bourbon. É necessário mencionar o movimento alemão chamado febronianismo, a sua repercussão italiana no Sínodo de Pistoia, em 1786, e as reformas do imperador José II, que governou de 1765 a 1790.

Febrónio era o pseudónimo de Johann Nikolaus von Hontheim, bispo auxiliar do príncipe-bispo de Tréveris. Era canonista e discípulo de Van Espen, professor em Lovaina e um dos mais célebres canonistas galicanos.

Em 1763, como contributo para o movimento de reconciliação entre protestantes e católicos, publicou um livro sobre a situação da Igreja e a autoridade legítima do pontífice romano. Nele reapareciam, numa forma

ainda mais radical, as teorias ligadas ao Concílio de Constança e formuladas nos artigos galicanos de 1682.

A jurisdição, afirmava, pertencia à Igreja no seu conjunto, e o papa estava subordinado a ela. A primazia não estava necessariamente ligada à diocese de Roma: se fosse preciso, a Igreja poderia escolher como papa qualquer outro bispo. A primazia papal era sobretudo uma função administrativa, e não uma fonte de jurisdição.

Depois de expor a teoria, Febrônio passou aos factos. Explicou a divergência entre estes e a sua tese afirmando que, ao longo dos últimos mil anos, os papas tinham usurpado gradualmente muitos poderes pertencentes aos bispos diocesanos. Declarou expressamente que o papa não era infalível.

A autoridade suprema da Igreja era o concílio geral. Sem ele, o papa não podia publicar decisões doutrinárias nem decretos que afetassem a disciplina de toda a Igreja. Também não podia receber legitimamente recursos provenientes de toda a Igreja.

As conclusões práticas eram que se devia pôr fim à usurpação e restaurar a antiga disciplina. Para isso, os governantes católicos eram convidados a resistir aos decretos papais, e os bispos a recorrer ao poder civil para serem protegidos contra o papa.

Roma condenou o livro em 27 de fevereiro de 1764, quase um ano depois da publicação. Alguns bispos alemães obedeceram e procuraram impedir a sua divulgação. Mesmo assim, em 1765 surgiram mais duas edições. A obra foi rapidamente traduzida para alemão, francês, italiano, espanhol e português.

Entre 1770 e 1774, Febrônio publicou três volumes suplementares, defendendo as suas teses contra a condenação. Em 1777, publicou um resumo. Por volta de 1780, as novas ideias estavam amplamente divulgadas por toda a Europa que se considerava católica.

Pio VI, cujo pontificado decorreu de 1775 a 1799, sucedeu ao atormentado Clemente XIV. Não se contentou com a condenação do livro e

ordenou ao autor que se retratasse. Em 1778, Febrônio apresentou uma espécie de retratação, mas o mal estava feito. A obra tornou-se um instrumento muito útil para os canonistas austríacos que procuravam submeter o catolicismo ao Estado nos domínios de José II.

O livro deu também ocasião a uma manifestação contra o papado por parte dos príncipes eclesiásticos alemães. Em 1769, os eleitores de Colónia, Mogúncia e Tréveris reuniram-se em Coblença e proclamaram publicamente as suas queixas contra as «usurpações» da Cúria Romana nas suas jurisdições.

Onze anos depois, quando José II passou a governar sozinho os domínios hereditários da sua casa, parecia que todo o programa de Febrônio seria realizado. O imperador era favorável às ideias características do século XVIII. Queria reformar completamente a administração, abolir antigas servidões e criar um Estado moderno de cidadãos livres e instruídos.

A variedade complexa de costumes, jurisdições e leis deveria ser substituída por uma máquina governativa uniforme, eficiente e centralizada. Os principais executores dessa política foram o chanceler Kaunitz, amigo de Voltaire, e Van Swieten, responsável pela educação, se nos é permitido usar uma designação posterior, que era jansenista.

Para José II, a Igreja era, antes de mais, um departamento do Estado, encarregado da ordem moral. O imperador devia ser a autoridade suprema na sua vida. Uma sucessão de decretos proibiu os bispos de receber ou executar decisões papais sem autorização imperial. A comunicação com Roma ficou sujeita a restrições, e as cartas pastorais só podiam ser publicadas depois de aprovadas pela censura imperial.

Suprimiram-se os mosteiros e conventos considerados inúteis, isto é, os das ordens contemplativas: trezentos e dezoito, num total de novecentos e quinze. Também foram suprimidas as ordens terceiras e as confrarias. A riqueza da Igreja foi reunida num fundo central, administrado pelo Estado em benefício da religião.

As paróquias foram reorganizadas segundo o princípio de uma igreja por cada setecentos habitantes. Ninguém deveria morar a mais de meia hora

de uma igreja, e uma única igreja seria suficiente dentro desse raio. As promoções do clero passariam a depender do Estado.

Em lugar dos seminários e das casas de estudo das ordens religiosas, o imperador criou doze seminários estatais. Só neles se poderia formar o clero, tanto secular como regular. Os diretores e professores foram cuidadosamente escolhidos entre os clérigos de ideias liberais; alguns eram livres-pensadores. Introduziu-se assim na vida eclesiástica austríaca uma corrente de pensamento liberal que conservaria influência durante boa parte do século XIX.

O rei da Prússia, livre-pensador, chamava ao imperador «o meu irmão, o sacristão». José II levou a intervenção estatal até aos pormenores. Decretos imperiais fixavam o número de velas nos altares durante a missa, as orações e os cânticos. Em cada igreja deveria celebrar-se apenas uma missa diária, no altar-mor, sendo removidos os restantes altares.

O breviário foi censurado e certas festas, como a de São Gregório VII, foram proibidas. Não se permitiam sermões sobre a doutrina cristã. A ladainha de Nossa Senhora e o rosário foram igualmente proibidos. Também não se deveria usar a custódia para expor o Santíssimo Sacramento.

Pio VI alarmou-se com o futuro do catolicismo na Áustria. O soberano, segundo confessara, pensava seriamente em romper formalmente com Roma e estabelecer uma Igreja nacional. O papa tomou uma medida excecional: foi pessoalmente visitar o imperador para defender a unidade religiosa.

Chegou a Viena em março de 1782. As conversações duraram um mês. O imperador não quis revogar o que já decretara, mas prometeu não intervir em questões de fé católica nem fazer coisa alguma que lançasse dúvidas sobre a primazia da Sé Romana.

As reformas de José II começaram a ser imitadas em Espanha, na Sardenha, em Veneza e, sobretudo, em Nápoles. O rei de Nápoles rejeitou explicitamente a antiga soberania feudal do papa, que remontava a sete séculos. Reivindicou também o direito de preencher as sedes episcopais

sem aprovação papal. Por volta de 1790, mais de metade das dioceses do reino estavam sem bispo.

Em 1786, os príncipes-bispos alemães voltaram a reunir-se, desta vez em Ems, para protestar contra as «usurpações» de Roma. Um deles, o arcebispo-eleitor de Colónia, era irmão de José II. No manifesto, exigiram praticamente que se reconhecesse uma Igreja alemã independente de Roma. Afirmavam que, na prática, os bispos não tinham superior na Terra.

O pretexto foi a criação de uma nunciatura na corte da Baviera. Estes príncipes eclesiásticos negligenciavam geralmente as obrigações dos seus cargos. Eram os núncios papais que administravam os sacramentos reservados aos bispos nas suas dioceses. A criação de outra nunciatura e a chegada de mais um prelado romano com verdadeiro sentido das responsabilidades episcopais provocaram o ressentimento dos príncipes mitrados.

Um mês depois da declaração de Ems, a mesma impaciência perante o elemento sobrenatural manifestou-se mais perto de Roma. Foi no sínodo convocado pelo bispo de Pistoia, na Toscana, cujo soberano, o grão-duque Leopoldo, também era irmão de José II.

O sínodo pretendia iniciar na Toscana um movimento de «reforma» semelhante ao que estava em curso no norte de Itália e na Áustria. Mas os outros bispos toscanos recusaram apoiar o colega de Pistoia. Para além de uma manifestação contra o papado e de um novo testemunho da fraqueza da fé dos príncipes católicos, o sínodo não teve importância duradoura.

Compreende-se o historiador francês que escreveu que Deus salvara então a Igreja enviando a Revolução Francesa para destruir o absolutismo dos príncipes. De facto, por volta de 1790, com exceção dos Estados Pontifícios e dos novos Estados Unidos da América, não havia um único país onde a religião católica pudesse viver plenamente a sua própria vida. Em nenhum deles parecia haver outra perspectiva além de uma submissão crescente e de um enfraquecimento gradual.

Antes de examinarmos as consequências da Revolução, devemos falar do outro lado deste quadro sombrio dos cento e quarenta anos entre 1648 e

1789: a intervenção sobrenatural contínua que sustentou a religião e se revelou de modo extraordinário na vida dos grandes santos e no desenvolvimento da devoção. Há três santos que merecem especial destaque: Santa Margarida Maria Alacoque, que viveu de 1647 a 1690; São Paulo da Cruz, de 1694 a 1775; e Santo Afonso Maria de Ligório, de 1696 a 1787.

Santa Margarida Maria era religiosa da ordem da Visitação, fundada por São Francisco de Sales, e pertencia à comunidade de Paray-le-Monial, na Borgonha. Nesse convento, Nosso Senhor apareceu-lhe várias vezes entre 1673 e 1675. Pediu-lhe que anunciasse uma nova devoção destinada a recordar à Igreja o seu amor pelos pecadores e a realidade da sua justiça.

A devoção deveria centrar-se na contemplação do Sagrado Coração de Jesus. A santa recebeu a missão expressa de proclamar ao mundo o amor ardente desse Coração pelos homens. Numa das aparições, Nosso Senhor apresentou-se com as cinco chagas a irradiar luz como cinco sóis. O coração, visível no peito e envolvido em chamas, era o centro e a fonte de toda essa luz.

Foi-lhe também pedido que promovesse a homenagem ao Sagrado Coração na primeira sexta-feira de cada mês e que passasse uma hora em vigília de oração: «Em parte para aplacar a ira divina e pedir misericórdia para os pecadores; em parte para aliviar, de algum modo, a amargura que senti ao ser abandonado pelos meus apóstolos.»

As palavras de Nosso Senhor na aparição durante a oitava do Corpo de Deus, em 1675, resumem o sentido e o espírito da devoção: «Eis este Coração que tanto amou os homens, que nada poupou, até se esgotar e consumir, para lhes provar o seu amor. Em retribuição, recebo da maior parte deles apenas ingratidão, desprezo, irreverência, sacrilégios e indiferença perante o sacramento do meu amor. O que mais me entristece é que sejam pessoas a mim consagradas a tratar-me assim. Por isso, peço-te que a primeira sexta-feira depois da oitava do Corpo de Deus seja dedicada a uma festa especial em honra do meu Coração, reparando as ofensas que recebe quando está exposto no altar. Prometo que o meu Coração se abrirá para derramar mais abundantemente o seu amor sobre os que lhe prestarem esta homenagem e sobre os que procurarem que ela lhe seja prestada.»

A nova devoção avançou muito lentamente. A própria comunidade de Paray permaneceu hesitante durante bastante tempo. Pouco a pouco, o novo espírito conquistou os conventos da ordem. Encontrou em dois jesuítas, o bem-aventurado Cláudio de La Colombière e o padre Jean Croiset, apóstolos ativos que se encarregaram de a difundir fora deles.^[32]

Cláudio morreu em 1682 e Santa Margarida Maria em 1690. As primeiras críticas recaíram sobretudo sobre os esforços do padre Croiset. Era a época do alarme geral provocado pelo quietismo e do início de uma desconfiança generalizada em relação ao misticismo. A devoção parecia ser mais uma novidade espiritual.

Em 1704, o livro do padre Croiset, *A Devoção ao Sagrado Coração*, foi incluído no Índice dos Livros Proibidos. Os pedidos para estabelecer uma celebração litúrgica tinham sido recusados em 1696 e voltaram a sê-lo cerca de trinta anos depois. Só em 1765, durante o pontificado de Clemente XIII, empenhado em defender a Companhia de Jesus das potências católicas, foi autorizada a festa.

Durante a geração que assistiu aos primeiros esforços para estabelecer a devoção ao Sagrado Coração, a Itália conheceu um grande renascimento espiritual através do franciscano São Leonardo de Porto Maurício, que viveu de 1676 a 1751. Desde cerca de 1710, viajava continuamente para pregar, sobretudo na Toscana, em Génova, na Córsega e em Roma.

Os seus sermões contribuíram muito para restaurar a prática da oração diária. Numa época em que se tendia a reduzir a necessidade dos sacramentos, pregava também, com firmeza e constância, a necessidade de participar na missa. Pela insistência nestes dois temas e pela sua vida de extrema austeridade, São Leonardo foi uma espécie de precursor de Santo Afonso, que o considerava «o grande missionário do século».

Santo Afonso possuía outros dons, que alargaram o campo da sua influência. Entre ele e São Leonardo merece lugar outro santo fundador de uma ordem: Paolo Danei, São Paulo da Cruz, criador da Congregação da Paixão.

São Paulo da Cruz foi um grande místico, homem de extraordinárias penitências e de oração incessante. A sua vida foi marcada por aparições e revelações especiais relacionadas com a devoção à Paixão de Nosso Senhor. Era uma vida inteiramente oposta ao espírito jansenista. Tal como São Leonardo, vinha do norte de Itália, onde exerceu grande parte da sua atividade.

A congregação que fundou tinha como objetivo pregar o significado da Paixão. Os seus membros uniam-se aos sofrimentos de Cristo e, com esse espírito, realizavam as missões. A sua pregação centrava-se na Paixão de Nosso Senhor.

Santo Afonso é talvez mais conhecido como fundador dos redentoristas. A congregação nasceu com o objetivo simples de realizar missões, isto é, séries organizadas de sermões destinadas a reconduzir os pecadores ao bom caminho e a fortalecer a fidelidade dos crentes.

O fundador foi uma das grandes personalidades católicas do seu tempo. Era napolitano, de família nobre e com ascendência parcialmente espanhola. Já alcançara uma posição importante na advocacia quando, em 1723, abraçou uma nova vida, tornando-se sacerdote e pregador de missões. Queria servir os camponeses esquecidos das regiões rurais de Nápoles.

A nova congregação, fundada em 1732, tinha um plano de ação definido e exigia um elevado nível de estudos. Nas suas casas, os redentoristas levavam uma vida tão rigorosa como a dos cartuxos.

Santo Afonso fez o voto, que cumpriu, de nunca desperdiçar um momento. Começou a escrever em 1745, depois de vinte anos de atividade missionária e religiosa. A sua produção literária foi prodigiosa.

Entre as suas obras encontram-se numerosos livros de devoção popular ainda conhecidos dos católicos, como as Visitas ao Santíssimo Sacramento e o Caminho da Salvação. Escreveu também hinos aos santos, pois tinha talento poético e bons conhecimentos de música. Produziu muitos escritos contra o jansenismo e livros, grandes e pequenos, em resposta aos ataques dos filósofos à doutrina e à prática católicas.

Uma obra, porém, colocou-o entre os Doutores da Igreja: a Teologia Moral, um dos grandes livros cujo aparecimento marca o início de uma nova época. Ninguém trabalhou mais do que Santo Afonso para eliminar o jansenismo enquanto sistema moral e afastar a sua influência dos moralistas católicos ortodoxos e dos diretores espirituais. Essa ação e a criação de uma nova tradição positiva na teologia moral dão-lhe um grande direito à gratidão das gerações católicas posteriores.

A congregação redentorista teve de enfrentar toda a força das teorias regalistas de Nápoles e a intervenção de Tanucci, o poderoso ministro de Carlos III, que procurou dificultar a sua expansão. Foi como que uma forma de resposta divina o facto de a congregação dar à Igreja São Clemente Maria Hofbauer, que viveu de 1751 a 1820.

Hofbauer foi não só o apóstolo do renascimento católico austríaco na geração posterior a José II, mas também o grande dirigente da oposição às tentativas de impor um novo regalismo depois das guerras napoleónicas.

As congregações dos redentoristas e dos passionistas continuam, juntamente com dominicanos, franciscanos e jesuítas, a figurar entre as forças mais conhecidas do catolicismo moderno, trabalhando para conservar e difundir a primazia do espírito.

CAPÍTULO IX

O ataque do liberalismo, 1789–1878

Não seria exagerado dizer que a Revolução Francesa caiu sobre as autoridades da Igreja como um raio num céu de verão. A longa série de acontecimentos iniciada em 1758 ensinara muitas coisas a Pio VI, mas não a mais importante: mais cedo ou mais tarde, tanto as monarquias absolutas como o papado seriam vítimas da ofensiva da nova filosofia. O papado não soubera tornar-se independente das monarquias. Chegara a ceder à injustiça criminosa de suprimir os servidores mais fiéis da causa de Deus e rebaixara-se a elogiar publicamente, como modelo de monarca cristão, o indigno e sensual rei de França, que fora um dos seus principais perseguidores.

O papado iria agora sofrer um castigo de oitenta anos, entre 1789 e 1870. Esse castigo voltaria a renovar-se depois. Na agitação geral do quarto de século que se seguiu à tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, foi destruído o que restava da estrutura material que sustentara o catolicismo medieval. As grandes abadias com estatuto de principados desapareceram, primeiro em França e depois nos países sujeitos à influência francesa, na Alemanha, em Itália e em Espanha. Não voltariam a erguer-se, salvo como simples casas religiosas.

Desapareceram também os escândalos dos príncipes-bispos, que até então parecera impossível eliminar. Os bons sofreram pelos maus, pois os revolucionários não eram movidos pelo amor do bem, mas por um zelo destruidor que pretendia eliminar toda a estrutura do catolicismo. Em 1798, os Estados Pontifícios, revestidos de um caráter quase sagrado, foram violentamente ocupados pelo novo Estado absoluto que a Revolução produziu. O velho papa foi levado para o cativeiro, onde morreu cerca de dezoito meses depois, em 1799.

Ao seu sucessor, Pio VII, que governou de 1800 a 1823, estava reservado o mesmo destino: o cativeiro. A vida fácil e o espírito diletante do regime do século XVIII foram expiados nos sofrimentos destes dois

papas. Ao longo dos setenta anos seguintes, lançar-se-iam os fundamentos da devoção à pessoa do papa reinante, uma característica da vida católica e uma fonte do grande poder do papado moderno.

Pio VII regressou à sua capital para enfrentar a tarefa de reconstruir uma Igreja que, por toda a parte, estava em ruínas. Na catástrofe, perdera a imensa organização das ordens religiosas, que fora um dos seus melhores instrumentos de governo. Desde os tempos de São Gregório Magno que nunca houvera tão poucas abadias beneditinas. Os dominicanos tinham sofrido tanto que precisariam de cerca de sessenta anos para recuperar a sua força. Ainda em 1846, Newman falaria do seu grande ideal, infelizmente quase aniquilado. Os cónegos regulares também não tinham recuperado da provação dos anos de revolução e guerra.

Da vitalidade destas ordens dependiam a celebração pública da liturgia e a afirmação de que a religião católica era uma realidade social. Os católicos eram mais do que um conjunto de indivíduos piedosos que procuravam a sua salvação pessoal sob a orientação de diretores espirituais. A falta de monges limitaria profundamente o desenvolvimento do catolicismo no século seguinte. A ausência desta parte importante da vida católica no processo de restauração constituiu uma grave fraqueza.

As ordens monásticas e a influência da liturgia tinham sido reduzidas a quase nada. Outra perda muito grave foi o desaparecimento das antigas universidades católicas. Muitas tinham sido fundadas pelo papado. Todas possuíam faculdades de teologia, em torno das quais se organizava a sua vida intelectual. Essa realidade desaparecera. As universidades foram restauradas como instituições e academias do Estado, dedicadas apenas ao conhecimento natural.

A educação, entendida como formação do espírito católico na nova Europa, sofreria enormemente, e com ela o desenvolvimento intelectual da religião. Surgiria ainda outro problema: seriam os seminários, e não as universidades, a determinar o caráter da vida teológica. Os dirigentes do pensamento católico já não seriam os investigadores que as universidades formavam, mas especialistas encarregados da importante tarefa de preparar o futuro clero e de lhe ensinar, entre outras matérias, teologia.

As consequências da destruição das faculdades de teologia da Europa católica, do desaparecimento das antigas escolas de Salamanca, Alcalá, Coimbra, Bolonha, Douai, Lovaina e Paris, continuam a aguardar o seu historiador. A Universidade de Lovaina foi restaurada em 1834. Infelizmente, porém, o século XIX nunca conheceria o intercâmbio intelectual fecundo que uma rede de dez universidades católicas poderia proporcionar.^[33]

Era este o lado negativo do balanço. A nova época possuía, contudo, recursos muito promissores. Havia a boa vontade dos católicos em quase todo o mundo, uma nova devoção ao papado e uma nova maneira de compreender e valorizar a religião como realidade independente da proteção escravizadora do Estado. A antiga tradição da primazia do espírito, na aliança sempre necessária entre o poder temporal e o espiritual, ganhara novo vigor em toda a Igreja.

O mundo das monarquias absolutas anterior a 1789 desaparecera para sempre. Os regimes que ainda subsistiam, como o austríaco, destinado a ser durante mais trinta anos uma influência prejudicial sobre o papado,^[24] estavam sob o olhar de uma nova Europa e de um novo catolicismo. Ambos eram tão hostis às suas pretensões de dominar a vida espiritual como os liberais eram às suas pretensões de absolutismo político.

Havia também numerosas congregações religiosas femininas, muito ativas, sobretudo no ensino. Sobre o seu zelo e a sua dedicação reconstruir-se-ia, em França, na Bélgica e na Alemanha, um sistema de educação popular independente do Estado.

Por fim, havia os jesuítas. Em 1814, Pio VII restabeleceu a Companhia de Jesus. A sua organização flexível fazia dela o principal auxiliar dos papas na restauração católica dos sessenta anos seguintes.

O grande efeito da Revolução fora destruir para sempre a aceitação indiscutida do absolutismo. No entanto, em 1815, a derrota do Estado francês revolucionário levou à restauração geral das monarquias absolutas. Em alguns casos, essa restauração foi moderada pela concessão de certos direitos constitucionais aos súbditos.

A solução provocou profundo descontentamento em todos os países europeus. Por volta de 1815, existiam em todos eles grupos liberais fortes, que tinham feito dos princípios de 1789 o seu evangelho. Depois de mais de vinte anos de experiência desses princípios, não toleravam limitações à sua aplicação. A ordem estabelecida em 1815 manter-se-ia enquanto fosse possível evitar o confronto entre os reis restaurados e os liberais.

De um modo geral, os primeiros trinta anos, entre 1815 e 1848, foram um período em que os reis absolutos procuraram recuperar o terreno perdido e os liberais tentaram derrubar a ordem de 1815. As primeiras revoltas liberais, em Espanha e em Itália, foram facilmente reprimidas. Mas a queda dos Bourbon restaurados em França, em 1830, e a criação do reino da Bélgica, numa aliança entre liberais e católicos, assinalaram o início de uma grande transformação.

Na década de 1830, houve guerras civis em Espanha e em Portugal entre liberais e absolutistas. O ponto culminante chegou no ano das revoluções, 1848, quando a revolução liberal triunfou em quase todas as capitais europeias. O liberalismo atingiu o seu apogeu em 1870. O seu triunfo mais espetacular e simbólico foi a união de toda a Itália sob a Casa de Saboia.

Os papas eram soberanos temporais e, nessa qualidade, governavam de forma absoluta. Não podiam deixar de se preocupar com o duelo político entre liberalismo e absolutismo, nem evitar as suas consequências. Mas o liberalismo preocupava-os também por outra razão: possuía uma dimensão moral.

Apresentava-se como um sistema destinado a combater todos os males que afligiam a humanidade. Nessa luta, não admitia recorrer ao sistema espiritual representado pela Igreja Católica e negava-lhe uma existência jurídica própria. Limitava-se a tolerar que os cidadãos, individualmente, professassem e praticassem o catolicismo.

Mais grave ainda, negava à Igreja o direito de se pronunciar sobre a moralidade da vida pública. Para os liberais, a política era independente da moral e possuía um código de conduta próprio. A Igreja devia agir de acordo com os interesses do Estado. A situação tornava-se particularmente

complicada porque o movimento liberal era mais ativo precisamente nos países em que a maioria da população era católica.

Alguns dos princípios fundamentais do liberalismo eram, portanto, incompatíveis com a doutrina católica. Certas instituições características do Estado liberal eram de tal natureza que a Igreja não podia aprová-las. Deve acrescentar-se que, em quase toda a parte, os liberais eram o único partido verdadeiramente interessado em melhorar as condições materiais da população e em corrigir os abusos sociais.

A Igreja combateu o liberalismo, no sentido que acabámos de descrever, e continuou, ao mesmo tempo, a enfrentar a ameaça dos reis absolutos. Já não suportava essa ameaça com a tolerância do século XVIII. Pelo contrário, opunha-lhe uma resistência renovada. Durante aqueles anos de restauração, o catolicismo lutou pela liberdade da Igreja também nos outros continentes, incluindo os Estados sul-americanos que tinham pertencido à Espanha e se revoltavam contra a antiga metrópole.

O período terminou em 1870, com o papado finalmente privado do seu poder temporal, destruído pelo avanço dos Estados liberais. A queda dos Estados Pontifícios simbolizou o ponto culminante do processo iniciado em Vestefália, em 1648.

No mesmo ano, o Concílio do Vaticano testemunhou o triunfo definitivo da antiga concepção romana da função do papa. O galicanismo deixaria de existir, até como designação de uma escola de pensamento político eclesiástico. E, mais extraordinário ainda, surgiria um novo tipo de papa, uma nova mentalidade que passaria a orientar os destinos da Igreja.

Os papas da restauração do século XIX, entre 1800 e 1878,^[35] foram todos homens excelentes, alguns de capacidade indiscutível. Mas pertenciam ao século XVIII, à época absolutista de que esse século se tornara o símbolo. Nenhum compreendeu verdadeiramente o novo mundo produzido pela Revolução. Não souberam como o enfrentar nem como o converter.

Quando Pio IX morreu, em 1878, foi eleito um papa de grande capacidade política e diplomática: Leão XIII, que governou de 1878 a 1903.

Foi o maior governante papal desde Paulo III. Tradicionalista e conservador, pensava em termos modernos e falava uma linguagem moderna. O seu pontificado inaugurou uma nova época da história católica, aquela em que vivemos, ainda em transição e cujo caráter revolucionário só começa a revelar-se.

A Revolução Francesa foi um acontecimento de tal complexidade e dimensão que só podemos apresentar aqui os seus principais episódios, na medida em que afetaram diretamente a Igreja.

Os Estados Gerais, convocados pela primeira vez desde 1614 para aconselhar Luís XVI na crise dos assuntos nacionais, reuniram-se em maio de 1789. Eram constituídos por três ordens: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado. Os representantes do clero tinham sido eleitos por um sistema que atribuía um voto a cada pároco, mas apenas um a cada abadia ou mosteiro e um por cada dez cónegos dos capítulos.

Foram, assim, os párocos franceses que determinaram o resultado da eleição. Dos duzentos e noventa e seis representantes do clero, duzentos e oito eram sacerdotes paroquiais e apenas quarenta e sete eram bispos. Os párocos tiveram também um papel decisivo na transformação dos Estados Gerais em Assembleia Nacional, em junho de 1789.

Em 4 de agosto desse ano, por decisão da Assembleia, a Igreja de França perdeu todos os seus privilégios e isenções legais. Em 10 de outubro, Talleyrand, ainda bispo de Autun, propôs que a nação se apropriasse dos bens da Igreja, avaliados em dois mil milhões de francos de capital e setenta milhões de rendimento anual.

A Assembleia aprovou a proposta em 2 de novembro, por quinhentos e sessenta e oito votos contra trezentos e quarenta e seis. Ordenou-se depois a venda das propriedades e, em janeiro de 1790, começaram os inventários. Em fevereiro, foram enviados comissários para «libertar» os monges e as religiosas. No final do ano, as comunidades tinham sido suprimidas^[36] e a maior parte dos bens estava em processo de venda.

A Assembleia tomou então a medida fatal que separou a Igreja do movimento reformador. Essa separação tornou-se inevitável, porque a nova

medida não atingia apenas os bens, mas também a jurisdição eclesiástica e o fundamento de toda a organização: a primazia romana.

Tratava-se da Constituição Civil do Clero, obra de numerosos juristas galicanos e herança dos antigos parlements recebida pela Assembleia. Os jansenistas galicanos tinham agora a oportunidade de se vingar dos autores da bula Unigenitus e das restantes condenações, afastando completamente o papa da vida eclesiástica francesa. O resultado foi uma divisão da vida nacional como nunca antes se verificara. Essa divisão ainda perdura.

A lei de 12 de julho de 1790 reorganizava as dioceses francesas e estabelecia que os bispos seriam eleitos pela população. O arcebispo deveria confirmar a eleição e consagrar o eleito. O novo bispo limitar-se-ia depois a escrever uma carta respeitosa ao papa, comunicando-lhe a sua nomeação.

Luís XVI, aconselhado por bispos, assinou o decreto e escreveu a Roma a pedir a aprovação. O núncio em Paris enviou uma mensagem no mesmo sentido. Pio VI demorou a pronunciar-se publicamente, embora em privado tivesse exortado o rei a não assinar. Entretanto, começaram a surgir sinais de resistência em França.

Em outubro, noventa e três bispos denunciaram a lei. A Assembleia respondeu, em 27 de novembro, exigindo que todos os eclesiásticos jurassem fidelidade à Constituição.

As altas autoridades hesitavam entre a desaprovação e o receio de que uma declaração inequívoca fizesse a Igreja perder a França. Antes de o papa se pronunciar, o rei assinou, em 26 de dezembro, o decreto que impunha o juramento, novamente aconselhado por certos membros do episcopado.

Seguiram-se por toda a França cenas que recordavam o estabelecimento da supremacia real na Inglaterra de Henrique VIII. Sem orientação clara e entregue às suas próprias inquietações, o clero dividiu-se. Os que recusavam o juramento perdiam os seus benefícios.

Enquanto isso acontecia em todo o país, chegou finalmente a resposta papal. Em 10 de abril de 1791, Pio VI condenou a Constituição e proibiu o

juramento. Os que já o tinham prestado deveriam retratar-se no prazo de quarenta dias, sob pena de suspensão das suas funções.

A posição ficou finalmente esclarecida. Começou então a perseguição dos sacerdotes que recusavam o juramento e dos seus apoiantes. Por toda a parte, os católicos rejeitavam os serviços dos sacerdotes e bispos nomeados pelo governo.

Uma sucessão de novas medidas permitiu perseguir o clero fiel às decisões romanas. Muitos foram presos, exilados e, quando começou a fase sangrenta da Revolução, enviados para a guilhotina. Em setembro de 1792, houve massacres de sacerdotes presos e deportações em massa.

À medida que avançava, a Revolução também não tratava com benevolência a sua própria criação, a Igreja Constitucional. Retirou-lhe os objetos sagrados, os quadros e as estátuas, proibiu o vestuário sacerdotal, interveio na liturgia e aboliu o celibato clerical. Acabou por substituir o catolicismo pelo culto da Razão. Em 1793, uma atriz foi colocada no altar-mor da catedral de Paris como deusa da Razão.

Durante seis anos, a situação do catolicismo acompanhou as oscilações do regime político. Na maior parte desse tempo, a missa esteve proibida e o clero que recusara o juramento não tinha existência legal. Milhares de sacerdotes foram deportados e centenas morreram nas prisões.

Em 1797, num período de maior tolerância, permitiu-se o regresso de cerca de doze mil sacerdotes. Poucos meses depois, a perseguição voltou a intensificar-se. Foi a época do vandalismo final. A grande igreja da abadia de Cluny, a segunda maior do mundo, foi destruída, assim como as catedrais de Arras, Liège, Cambrai e Bruges. A de Antuérpia foi salva pela chegada ao poder de um homem que iria transformar a situação: Napoleão.

O golpe de Estado de 9 de novembro de 1799 colocou Napoleão no poder. Na época da batalha de Marengo, em junho de 1800, que consolidou a sua posição, comunicou ao papa recentemente eleito, Pio VII, que estava disposto a restabelecer o catolicismo em França e a negociar o financiamento futuro da Igreja.

Pio VII era ainda um papa relativamente novo, com cinquenta e oito anos. Como bispo de Ímola, já enfrentara a Revolução na pessoa do próprio Napoleão. Compreendia que o mundo anterior a 1789 desaparecera definitivamente. Aceitou prontamente a proposta e iniciou as negociações.

Do encontro destas duas personalidades nasceu a Concordata de 1801. Restabeleceu imediatamente a vida religiosa em França e nos territórios sujeitos à sua influência, na Bélgica, nos Países Baixos, na Suíça e no norte de Itália. Regulou a situação do catolicismo francês durante mais de um século e serviu de modelo às relações entre Roma e os diferentes Estados ao longo do século XIX.

Não foi, naturalmente, o zelo religioso que levou Napoleão a agir. «Se governasse os judeus», explicou, «estaria certamente a reconstruir o templo de Salomão.» Queria restaurar o catolicismo para pôr fim à divisão que destruía lentamente a nação. Pretendia também que a Igreja restaurada se tornasse mais um instrumento do seu governo absoluto.

O papa preocupava-se com o restabelecimento da vida católica: a possibilidade de celebrar missa, administrar os sacramentos e formar novos sacerdotes. Era preciso preencher as vagas num país onde mais de metade do clero de 1789 desaparecera por morte, cisma ou abandono da fé e onde, entretanto, a ordenação de novos sacerdotes fora profundamente interrompida.

Em certos aspetos, o acordo era revolucionário. Criaram-se sessenta dioceses em substituição das cento e trinta e três antigas. Roma pediu aos membros sobreviventes da velha hierarquia que renunciassem. Todos o fizeram, exceto treze, que o papa depôs.

Pio VII aceitou regularizar os casamentos de numerosos clérigos que tinham abandonado o sacerdócio durante aqueles anos tumultuosos. Concordou também em admitir, entre os novos bispos, alguns dos que tinham sido eleitos e consagrados ao abrigo da Constituição Civil do Clero.

O catolicismo não foi declarado religião oficial do país. A autoridade de cada bispo na sua diocese foi, porém, reconhecida e apoiada pelo Estado. A

este foi restituído o direito de apresentar os candidatos ao episcopado, anteriormente exercido pelos reis franceses.

O clero receberia um pequeno salário para compensar a perda dos seus bens. Garantia-se o livre exercício da religião católica, restauravam-se os capítulos e os seminários e devolviam-se aos bispos as catedrais e as igrejas.

Napoleão acrescentou à Concordata uma série de artigos em que reapareciam as antigas pretensões galicanas de limitar a autoridade papal em França. Através de um expediente, obteve a anuência do legado, o cardeal Caprara. O papa protestou e, depois de uma retratação de Talleyrand, a questão foi considerada resolvida. Inevitavelmente, porém, voltaria a provocar conflitos.

A Concordata foi publicada na Páscoa de 1802. Os três cônsules que governavam a França assistiram à missa solene de ação de graças na catedral de Notre-Dame de Paris.

Nos dez anos seguintes, Napoleão avançou de triunfo em triunfo, depôs reis e colocou familiares seus nos tronos. Entre 1806 e 1808, os seus exércitos ocuparam, uma após outra, as cidades dos Estados Pontifícios. O território foi anexado ao Império por um decreto de 17 de maio de 1809.

Pio VII respondeu com a excomunhão. Em julho, o papa foi preso e levado para o cativeiro, onde permaneceu durante quase cinco anos. Só foi libertado com a queda do imperador, em 1814.

Desde a conversão de Clóvis, a França fora, durante quase todo o tempo, uma região decisiva para o catolicismo. Continuará a sê-lo no século XIX. Por isso, o estudo da restauração católica pode começar pela França dos Bourbon restaurados: Luís XVIII, que reinou de 1814 a 1824, e Carlos X, de 1824 a 1830. Ambos aceitaram o acordo eclesiástico de 1801.

Os bispos apoiaram-se prontamente na monarquia para manter a sua posição e, durante uma crise, quase entraram em conflito com Leão XII, cujo pontificado decorreu de 1823 a 1829. A figura mais importante da

Igreja francesa daqueles anos, porém, não foi um bispo, mas um sacerdote e escritor de génio: o abade de Lamennais.

Este extraordinário publicista via na aliança da Igreja com o Estado a origem de todos os males eclesiásticos do seu tempo. Considerava a revolução francesa de 1830 o início de uma nova época. Sob a monarquia liberal dos Orleães, a Igreja, livre da tutela estatal, poderia exercer toda a sua influência.

A tentativa prematura de reconciliar o catolicismo com a Revolução provocou uma oposição intensa. Os bispos franceses ficaram profundamente alarmados. A crise chegou ao fim quando Lamennais procurou obter de Gregório XVI, que governou de 1831 a 1846, a aprovação de uma solução que simplificava excessivamente o problema.

Na célebre encíclica *Mirari vos*, de 15 de agosto de 1832, essas teorias foram condenadas, embora o nome de Lamennais não fosse mencionado. Também não eram referidos os seus importantes colaboradores, o conde de Montalembert e Lacordaire.

Lamennais não suportou a desaprovação romana. Abandonou a Igreja e tornou-se um dos seus críticos mais violentos. A controvérsia que ele contribuíra para desencadear entre galicanos e ultramontanos, nome dado aos adversários do galicanismo, prosseguiu com intensidade redobrada durante os quarenta anos seguintes.

Discutiam-se questões de disciplina, de política e da atitude que o catolicismo deveria adotar na nova época, e não doutrinas já definidas. A disputa amargurou a vida católica e enfraqueceu-a durante a geração seguinte.

Esses quarenta anos conheceram mais três revoluções em França. As divisões políticas refletiram-se na divisão das forças católicas que lutavam pela verdadeira liberdade religiosa. As consequências estavam plenamente visíveis quando Pio IX morreu, em 1878.

Os católicos franceses tiveram então de enfrentar a transformação da Terceira República num exemplo clássico de Estado liberal perseguidor.

Faltava-lhes uma verdadeira liderança, tanto eclesiástica como leiga. Essa infelicidade reduziria a eficácia das extraordinárias orientações de Leão XIII.

Quando os exércitos revolucionários franceses entraram na Alemanha, em 1792, encontraram uma Igreja que parecia à beira de uma grave rutura com Roma. Os príncipes-bispos fugiram perante os vencedores. A sua importância política desapareceu e, com ela, a ameaça à unidade católica. «Agora somos livres e podemos voltar a celebrar missa em latim», exclamaram os seus súbditos.

Vinte anos depois, terminadas as guerras, era necessário enfrentar o problema da reconstrução religiosa. Os tratados de 1815 confirmaram a grande transformação iniciada por Napoleão, que reduzira o número de Estados alemães independentes de trezentos e três para trinta e oito.

O Congresso de Viena não restaurou os principados eclesiásticos. As alterações territoriais colocaram centenas de milhares de católicos sob soberanos protestantes. Em toda a Alemanha restavam apenas cinco bispos, quatro deles com cerca de oitenta anos. Essa situação representava simultaneamente um perigo e uma oportunidade.

A primeira reação dos altos meios eclesiásticos alemães foi projetar uma Igreja nacional independente. O perigo foi evitado, em grande parte, pela ação do redentorista São Clemente Maria Hofbauer.

A Igreja teve também de agradecer aos cálculos dos príncipes alemães. Estes esperavam obter de Roma concessões que lhes garantissem um controlo da vida eclesiástica mais fácil do que aquele que conseguiriam exercer sobre uma única Igreja nacional abrangendo os trinta e oito Estados.

Napoleão mostrara-lhes o caminho. A sua Concordata serviu de modelo a uma série de acordos entre a Santa Sé e os vários Estados: a Baviera, em 1817; a Prússia, em 1821; Hanôver, em 1824; e os Estados da região do Reno, em 1827.

Todos os soberanos procuraram imitar o expediente napoleónico: depois do acordo com Roma, publicavam leis que lhes atribuíam poderes

adicionais nos assuntos eclesiásticos. Em cada caso, surgiram crises graves, que exigiram toda a capacidade diplomática da Santa Sé.

As concordatas tiveram, porém, um efeito admirável e inesperado em toda a Alemanha. Constituíam um reconhecimento tácito, por parte dos príncipes protestantes e católicos, da autoridade efetiva da Santa Sé sobre a Igreja. O josefinismo, a forma alemã do galicanismo, recebeu um golpe do qual nunca recuperou.

A vida católica começou a renascer em todos os Estados alemães. Foi um renascimento particularmente notável por partir da base. Os seus principais impulsionadores não eram bispos nem altos eclesiásticos, mas estudiosos, escritores e publicistas de grande prestígio, muitos deles convertidos.

O trabalho intenso de Stolberg, Schlegel, Görres e Möhler estabeleceu os fundamentos do novo catolicismo. Os estudos teológicos de uma nova geração de eruditos, entre os quais Ignaz Döllinger, deram-lhe uma base intelectual que, durante cinquenta anos, distinguiu o catolicismo alemão. A Igreja adquiriu entre aquele povo, tão dedicado ao saber, um prestígio que nunca tivera. O romantismo e o interesse renovado pela cultura medieval contribuíram também muito para esse renascimento.

Uma das suas maiores vantagens foi desenvolver-se sem depender da proteção estatal ou do destino de um partido político. Na Baviera, é verdade, deveu muito ao interesse pessoal de Luís I, que reinou de 1825 a 1848. Mesmo aí, porém, a restauração não foi imposta pelo rei.

Noutros Estados, teve frequentemente de vencer a resistência da burocracia, que se opunha a tudo o que acentuasse as diferenças entre catolicismo e protestantismo. Os governos preferiam promover uma indiferença religiosa que pudesse produzir um «cristianismo» comum e sem grande importância.

Os conflitos sobre os casamentos mistos provocaram perseguições na Prússia. O arcebispo de Colónia e o bispo de Posen foram presos por resistirem às ordens do governo que lhes exigiam ignorar as instruções romanas sobre a matéria.

A firmeza destes dois bispos teve uma influência profunda em todo o episcopado. Roma sentiu-se suficientemente encorajada para exigir a renúncia de um bispo que continuava a submeter-se ao governo.

O governo prussiano começava a hesitar em pressionar os seus milhões de súbditos católicos. Quando Frederico Guilherme IV subiu ao trono, em 1840, pôde retomar as negociações sem perda de prestígio.

O resultado foi uma liberdade religiosa e uma independência perante o Estado que os católicos nunca tinham conhecido. Durante trinta anos, o sistema prussiano tornou-se um modelo que os católicos dos outros Estados alemães procuraram ver imitado.

Na Áustria, o renascimento católico avançou pouco. Os bispos eram, na sua maioria, prelados da corte escolhidos entre a nobreza. Preferiam o sistema josefinista, que protegia a sua conduta irregular e os resguardava da «interferência» de Roma.

Enquanto os católicos de outras regiões alemãs lançavam os fundamentos de uma tradição de participação cívica e de ação social, a Igreja austríaca permanecia estagnada na situação que escolhera. Contentava-se em servir de fachada religiosa ao sistema político.

O ano revolucionário de 1848 trouxe uma transformação de extraordinária importância para a Alemanha e para toda a Igreja: o movimento que se manifestou no Congresso de Mogúncia.

Com as constituições que introduziam formas de governo parlamentar, o catolicismo ganhou uma nova força: os eleitores católicos. Os bispos receberam também uma nova responsabilidade, a de os preparar para as suas funções cívicas e de os ajudar a organizar-se para as exercer.

Os católicos alemães foram os primeiros a compreender o alcance dessas possibilidades e a maneira de as concretizar. Ao novo episcopado alemão coube o mérito de acolher e apoiar a iniciativa meio século antes do resto da Igreja. Não adquiriu por isso o direito de a dirigir, mas conquistou a confiança do grande número de entusiastas que a tinha posto em movimento.

Em Mogúncia, formou-se uma associação de católicos destinada a promover os ideais católicos na vida social. O seu programa declarava: «Esta associação não pode limitar-se à liberdade legal da Igreja nem à educação. Deve, pelo contrário, despertar e renovar a opinião pública católica, difundi-la e levar os ideais morais católicos a todos os campos da vida nacional, preparando-se assim para resolver o grande problema do nosso tempo: o problema social.»

Isto acontecia mais de quarenta anos antes da encíclica *Rerum novarum* de Leão XIII. Foi a origem de um movimento extraordinário, que depressa encontrou um grande dirigente em Ketteler, bispo de Mogúncia.

A união alemã sob a direção da Prússia consumou-se com a guerra de 1870. Esse triunfo nacional teve um preço para os católicos. O seu principal arquiteto fora Bismarck, que já demonstrara a sua hostilidade ao catolicismo.

Senhor de uma Alemanha unida, procurou reduzir a Igreja a uma instituição subordinada ao Estado. O novo Império não lhe concederia a liberdade de que beneficiara na antiga ordem prussiana.

A primeira tentativa foi obter, através de Roma, a dissolução do Zentrum, o Partido do Centro, em que se organizava a maioria dos católicos alemães. Bismarck fracassou.

Depois, através de uma série de leis entre 1871 e 1875, retirou à Igreja o controlo das suas escolas, expulsou os jesuítas e outras ordens religiosas, submeteu os seminários ao Estado e reivindicou o direito de intervir nas nomeações do clero. Por fim, estabeleceu penas de prisão para os eclesiásticos que desobedecessem às novas disposições.

Os católicos resistiram de forma admirável. Centenas de sacerdotes foram presos, assim como os arcebispos de Posen e de Colónia e o bispo de Tréveris. A perseguição prolongou-se durante sete anos.

O receio do crescimento do socialismo começou a conter Bismarck. A força do Partido do Centro e a habilidade do seu grande dirigente,

Windthorst, fizeram-se sentir. Quando Leão XIII foi eleito, em 1878, o chanceler já estava disposto a negociar.

As leis persecutórias foram gradualmente revogadas. Quando Guilherme II subiu ao trono, em 1888, a Igreja alemã reconstruía rapidamente o seu vasto sistema de escolas, colégios, hospitais e instituições de ensino superior, bem como as numerosas sociedades, associações de estudo e organizações sociais. Nos primeiros anos do século XX, esse conjunto tornou-se um modelo para todo o mundo católico.

Em nenhum lugar, durante o século posterior à Revolução Francesa, a luta entre o catolicismo e os princípios revolucionários foi tão amarga como em Itália. A razão estava no facto de os papas serem ali também soberanos temporais, o que complicava politicamente a situação.

Durante séculos, a Itália fora uma simples «expressão geográfica». Existiam sete Estados italianos. Os Estados Pontifícios, que se estendiam de Roma para nordeste, dividiam a península ao meio.

A sul encontrava-se o reino de Nápoles, onde os Bourbon tinham sido restaurados em 1815. A norte havia os ducados da Toscana e de Parma, os territórios da Lombardia e de Veneza sob domínio austríaco e o reino da Sardenha.

Os soberanos da Sardenha eram os príncipes mais ambiciosos e mais identificados com a causa italiana. Desde cerca de 1830, o seu reino era o único em que o liberalismo depositava algumas esperanças. Em 1848, ao entrar em guerra com a poderosa Áustria numa tentativa de expulsar os austríacos de Itália, a Sardenha ligou-se à causa do liberalismo, e portanto do anticlericalismo, e da unidade italiana.

Nos dez anos entre a derrota de 1849 e a vitória de 1859, esse Estado, de onde partiria a revolução que em 1860 derrubou os pequenos soberanos italianos e retirou grande parte dos territórios ao papa, aplicou um programa severo de legislação contra a religião.

Suprimiram-se mosteiros, expulsaram-se ordens religiosas e prenderam-se sacerdotes e bispos por resistirem às novas leis ou simplesmente por as

criticarem. A tragédia do movimento nacional italiano, o Risorgimento, foi os seus dirigentes atacarem não só o papa, que como soberano temporal constituía um obstáculo político aos seus projetos, mas também o próprio catolicismo.

Para tornar a ofensiva mais eficaz, recorreram às sociedades secretas, sobretudo à maçonaria. O resultado foi meio século de controvérsia violentíssima e uma enorme perda de almas para a Igreja.

No Congresso de Viena, foi muito difícil convencer as potências a restaurar os Estados Pontifícios. Durante anos, estes tinham pertencido ao Império de Napoleão, e a Áustria cobiçara-os. A diplomacia de Consalvi, cardeal secretário de Estado de Pio VII, acabou por triunfar.

Depois de 1815, o preço da independência obrigou os papas a enfrentar o problema quase insolúvel de governar um Estado cuja população culta estava profundamente afastada do seu sistema político e dos seus ideais.

Como o próprio Consalvi reconheceria, a raiz do problema estava na resistência natural dos leigos a serem governados por sacerdotes. Nos Estados Pontifícios, toda a administração, do soberano aos funcionários, era, sem exagero, clerical. Além disso, era ineficiente.

Os impostos eram baixos, a indústria e o comércio pouco desenvolvidos e uma grande parte da população vivia habitualmente de esmolas. As sociedades secretas encontraram facilmente recrutas em todas as classes, incluindo o clero e as ordens religiosas.

Permanecia viva a lembrança da administração francesa: a sua eficiência, as vantagens de um sistema jurídico uniforme e definido, a igualdade perante a lei e a possibilidade de recorrer aos tribunais contra os abusos de um funcionário.

Essa memória tornava as pessoas pouco recetivas às exortações paternas, aos favores espirituais e às excomunhões. Eram esses os principais recursos com que Leão XII, Pio VIII e Gregório XVI procuravam responder à propaganda revolucionária.

Perante uma insurreição, os papas seriam impotentes se um país vizinho e amigo não lhes enviasse tropas. Esse país era a Áustria, que, sob a direção do seu grande chanceler, o príncipe Metternich, se dedicara desde 1815 a reprimir o liberalismo onde quer que surgisse.

Consalvi receara as consequências da dependência austríaca. Compreendia que o antigo espírito de José II continuava vivo e conseguira, com grande habilidade, manter independente a política externa do papado. Morreu, porém, em 1824. Os seus sucessores entregaram-se de bom grado à proteção da Áustria, dominados pela ideia de que era necessário esmagar o liberalismo a qualquer preço.

Em 1831, rebentou uma grave revolta centrada em Bolonha. O papa pediu auxílio à Áustria. Um exército austríaco restabeleceu a sua autoridade e permaneceu nas províncias agitadas quase como uma força de ocupação permanente.

Os franceses, inquietos com a intervenção austríaca, enviaram sem convite uma frota e um exército para o porto pontifício de Ancona. Ocuparam-no enquanto os austríacos permaneceram a norte. Um Estado que precisava de tolerar essa situação e de chamar tropas estrangeiras para se defender dos próprios súbditos estava naturalmente condenado.

A Gregório XVI sucedeu Pio IX, cujo pontificado decorreu de 1846 a 1878. Era um prelado bondoso e bem-intencionado, capaz de sentir simpatia pelos próprios revolucionários e disposto a introduzir reformas.

Nos dois primeiros anos, fez concessões verdadeiramente revolucionárias, que horrorizaram a maioria dos cardeais e dos funcionários permanentes. Uma das suas maiores dificuldades foi a recusa destes em colaborar.

Apesar disso, reconstruíram-se estradas, reduziram-se tarifas, limitaram-se monopólios, reorganizaram-se tribunais e aboliu-se a censura da imprensa. Celebraram-se tratados comerciais com outros Estados, criaram-se conselhos locais e concedeu-se uma amnistia para os delitos políticos.

Em dois anos, os romanos receberam uma quantidade de progresso constitucional que os ingleses só tinham conseguido, com grande esforço, ao longo de dois séculos.^[7]

Pio IX não era, porém, um homem experiente nos assuntos do mundo. Não possuía talento político nem podia ser considerado um estadista. Os liberais aclamaram ruidosamente as suas reformas, proclamaram-no um dos seus e prepararam-se para o usar na expansão do liberalismo sob a bandeira do patriotismo italiano. Entre esses liberais e os adversários clericais das reformas, estava destinado a perder rapidamente a sua posição de soberano temporal.

A crise surgiu em 1848, quando a Sardenha declarou guerra à Áustria. O papa, que como soberano não tinha qualquer conflito com os austríacos, recusou desempenhar o papel de «libertador» que os liberais lhe tinham atribuído.

Estes voltaram-se contra ele e fomentaram uma revolução em Roma. Em novembro de 1848, o papa teve de fugir. Proclamou-se a República Romana, que durou até julho do ano seguinte, quando um exército francês conquistou a cidade e restaurou o governo pontifício.

Pio IX perdeu então a disposição para promover reformas políticas. Durante o resto do pontificado, a proteção militar francesa em Roma assegurou-lhe a independência e a segurança, até à crise final.

Dez anos depois, em 1859, houve uma nova guerra contra a Áustria, desta vez com a França aliada à Sardenha. Terminada a guerra, o imperador francês, Napoleão III, deixou liberdade de ação ao ministro sardo, Camillo Cavour. Este e Garibaldi realizaram a união italiana em 1860.

Os pequenos soberanos perderam os seus territórios. A Áustria conservou ainda Veneza, e ao papa ficaram a capital e o território circundante, conhecido como Património de São Pedro.

Dez anos depois, a guerra franco-prussiana levou à retirada da guarnição francesa. As tropas italianas ocuparam Roma em 20 de setembro de 1870. Terminava assim o poder temporal do papa.

A consequência era muito mais grave do que a perda de território ou de rendimentos. Todos os homens eram soberanos ou súbditos. Por governar a Igreja, o papa não podia aceitar ser súbdito de outro soberano, pois isso poderia fazer parecer ao mundo que esse soberano era o verdadeiro senhor da Igreja Católica.

Se o governo italiano não reconhecesse expressamente a soberania papal, como poderia o papa tornar clara a sua independência? Podia, pelo menos, recusar o facto consumado de 1870 e aproveitar todas as ocasiões para protestar contra a violência sofrida e contra a posição ambígua em que fora colocado.

Foi esse o significado da condição de «prisioneiro do Vaticano» que os papas assumiram durante os cinquenta e nove anos seguintes. Era a forma possível de rejeitar a ideia de que o pontífice não tinha outra alternativa senão tornar-se capelão do rei de Itália.

O pontificado de Pio IX, o mais longo registado nos anais do papado, foi, do ponto de vista político, uma sucessão de desastres. Muitos problemas que já amadureciam antes da sua eleição atingiram então o ponto de rutura. Em quase todos os países europeus, a posição pública do catolicismo sofreu graves perdas.

No plano estritamente religioso, porém, os mesmos anos foram de grandes recuperações e de novos progressos. Numerosas congregações femininas dedicadas ao ensino começaram a devolver um carácter cristão à educação das mulheres em França, Espanha, Bélgica, Alemanha e Itália.

Foram também os anos em que, lentamente e quase por uma sucessão de milagres, renasceram duas grandes ordens: os beneditinos e os frades pregadores. Os principais responsáveis foram franceses: Dom Guéranger entre os beneditinos, Lacordaire e Jandel entre os dominicanos.

A França foi igualmente o cenário da vida heroica de São João Maria Vianney, que viveu de 1786 a 1859, o cura de Ars, e de várias aparições de Nossa Senhora, em 1830, 1846, 1858 e 1871. A mais conhecida foi a de Lourdes, em 1858, a uma jovem que viria a ser Santa Bernadette Soubirous.

Em Itália encontramos São João Bosco, São José Cottolengo e São Gabriel de Nossa Senhora das Dores, jovem religioso passionista.

O reconhecimento da primazia papal alcançou uma nova expressão nas fases finais do movimento pela definição do dogma da Imaculada Conceição. Pio IX proclamou-o em 8 de dezembro de 1854, por um ato pessoal, em resposta aos pedidos insistentes dos bispos do mundo católico.

A manifestação mais extraordinária da independência da Igreja, dependente apenas da graça do seu divino Fundador e Guia, foi, porém, o Concílio Geral do Vaticano, aberto em 8 de dezembro de 1869. Reuniu bispos de todo o mundo em número nunca antes visto.

Depois de definir, de maneira particularmente esclarecedora e encorajadora, a fé tradicional católica no valor da razão e nos seus direitos no domínio religioso, o concílio voltou a definir a primazia universal do pontífice romano na Igreja de Cristo.

Declarou também que, ao exercer em condições determinadas a sua função de mestre supremo de toda a Igreja, o papa possui a infalibilidade que Nosso Senhor prometeu à própria Igreja.

Chegaram assim ao fim as longas discussões entre neogalicanos e ultramontanos, nas quais houvera exageros de ambos os lados. A Igreja pôde enfrentar os problemas da nova época com um espírito renovado de unidade, livre do último legado das antigas divisões e de uma tradição particularmente nociva da teologia renascentista.

Depois de quatrocentos e cinquenta anos, libertava-se finalmente do problema doloroso do Grande Cisma e dos erros de Constança.

A guerra franco-prussiana obrigou a interromper o concílio antes de concluídos os seus trabalhos. Muitas das reformas que deveriam ter sido discutidas, e que constituíam uma parte principal do seu programa, foram depois realizadas por Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI.

Essas reformas encontram-se consagradas no Código de Direito Canónico, compilado por ordem de Pio X e promulgado por Bento XV em

1917.

CAPÍTULO X

A Igreja missionária

Até aqui, limitámo-nos quase inteiramente à história do catolicismo nos países que tinham pertencido ao Império Romano. Durante muitas gerações, esses países constituíram os limites do mundo conhecido. Para além deles, ou, mais precisamente, para além das terras situadas nas suas fronteiras, encontravam-se a Índia, a China e os restantes países orientais, acerca dos quais pouco se sabia com segurança, além da sua existência. Quanto à América, nem sequer se conhecia a sua existência. A partir do final do século XV, em pouco mais de cinquenta anos, essas terras foram reveladas à Europa pela coragem dos navegadores espanhóis e portugueses.

Não cabe neste esboço da história da Igreja descrever as extraordinárias consequências dessas descobertas nos vários domínios da vida europeia. Para a Igreja Católica, a sua importância estava no seguinte: precisamente nos anos em que o protestantismo lhe disputava uma parte da Europa, abria-se diante dela um novo e vasto campo espiritual. As suas possibilidades foram imediatamente compreendidas, e toda a organização católica se pôs em movimento para essa grande conquista espiritual.

Entre 1493 e 1550, espanhóis e portugueses tornaram-se senhores da América Central e do Sul. Encontraram Estados e povos que tinham desenvolvido civilizações relativamente complexas, mas também populações indígenas de formas de vida e de religião muito simples. Os sacerdotes acompanharam as primeiras expedições como capelães. Assim que a conquista ficou assegurada, começaram a chegar numerosos missionários para anunciar o Evangelho às populações locais.

Nos primeiros anos, foram sobretudo franciscanos, dominicanos e agostinhos. Na segunda metade do século, juntaram-se-lhes os jesuítas e o clero secular. Todos contribuíram para construir o novo catolicismo, da Califórnia à Argentina. As primeiras dioceses foram criadas quase logo que as notícias das conquistas chegaram a Roma. Fundaram-se hospitais e conventos e, em 1553, abriu no México uma universidade.

A conquista, ou melhor, a exploração das terras conquistadas, trouxe consigo os males habituais destes empreendimentos. Contudo, naqueles países, até o pior dos opressores reconhecia a autoridade dos ideais católicos, que os reis não deixavam de proclamar. Desde o princípio, os missionários empenharam-se numa grande luta em defesa das populações indígenas, desprotegidas e confiadas aos seus cuidados.

Foram encorajados e fortalecidos pela posição firme dos papas. A célebre bula de Paulo III, de 1537, marcou uma nova época ao declarar que os indígenas eram seres humanos como os seus novos senhores e possuíam os mesmos direitos naturais, que estes tinham o dever de respeitar.

Na defesa das populações indígenas, os missionários encontraram também poderosos aliados nos professores das universidades católicas dos seus países. O mais notável foi o dominicano Francisco de Vitória, que viveu de cerca de 1480 a 1546. A sua análise crítica dos fundamentos dos direitos da Coroa esclarece a liberdade de pensamento existente na Espanha de Carlos V. Nela, expôs minuciosamente os direitos naturais dos indígenas e os limites da autoridade do rei sobre eles.

No final do século XVI, o catolicismo estava estabelecido por todo o Novo Mundo. Também ali combatia o mal, como fizera durante tanto tempo no Velho Mundo. Dessa luta surgiram os primeiros santos americanos: o heroico arcebispo de Lima, São Toríbio de Mogrovejo, que viveu de 1538 a 1606; o grande missionário franciscano São Francisco Solano, de 1549 a 1610, cuja pregação, acompanhada da repetição do milagre de Pentecostes, converteu milhares de indígenas do Chaco; Santa Rosa de Lima, de 1586 a 1617, dominicana nascida em solo americano; e o seu contemporâneo, também americano, São Martinho de Porres, irmão dominicano mestiço, filho de um nobre espanhol de vida libertina.

Para libertar os indígenas da opressão dos seus senhores e da influência ainda pior dos seus exemplos indignos, os jesuítas fundaram na América do Sul as célebres «reduções» do Paraguai. Eram povoações que reuniam centenas de indígenas. No centro encontrava-se a igreja, com os missionários, as escolas e o hospital. Toda a aldeia organizava a sua vida quotidiana sob os cuidados diretos dos padres. O trabalho era distribuído entre os habitantes e administrado pelos seus protetores.

A comunidade vivia num regime paternal que, mais do que qualquer outro, mostrava o que o Evangelho podia fazer pela vida pública e privada. Era como a Cidade de Deus construída na Terra. Por volta de 1750, quase cem mil indígenas viviam nessas povoações dirigidas pelos jesuítas, verdadeiros habitantes de um «paraíso terrestre».

Em toda a lamentável história da supressão da Companhia de Jesus, nenhum capítulo é tão triste como o que descreve a separação desses indígenas dos seus protetores. Sem os jesuítas, ficaram entregues ao destino que atingira os restantes povos indígenas: tornarem-se servos de uma civilização decadente.

Enquanto os membros dessas ordens procuravam converter as populações dos impérios europeus no Novo Mundo ocidental, os seus irmãos entregavam-se a uma tarefa ainda mais difícil no Oriente. Ali, sem proteção eficaz dos seus próprios Estados e muitas vezes enfrentando a hostilidade dos governos locais, procuravam converter ao catolicismo povos não cristãos cujas culturas eram mais antigas do que a própria cultura europeia: os indianos, os chineses e os japoneses.

Quando os portugueses estabeleceram as primeiras colónias na Índia, no início do século XVI, encontraram pequenos grupos cristãos. Eram comunidades dispersas, descendentes das Igrejas que missionários nestorianos da Pérsia tinham fundado séculos antes. No final do século, estabeleceu-se a sua união com a Sé Apostólica através do Sínodo de Diamper, em 1599.

Os portugueses levaram consigo franciscanos e dominicanos. Com grande coragem, estes ultrapassavam os limites de segurança das colónias para anunciar o Evangelho às populações locais. O movimento recebeu um auxílio extraordinário com a chegada de São Francisco Xavier, em 1542.

Xavier era um dos primeiros companheiros de Santo Inácio de Loyola e talvez o espírito mais brilhante daquele grupo escolhido. A pedido do rei de Portugal, o fundador enviou-o de bom grado para a grande missão oriental. Nos cinquenta anos seguintes, o trabalho missionário prosseguiu com firmeza. Os jesuítas chegaram até à corte do imperador mogol Akbar.

No Japão, os perigos foram maiores. O próprio São Francisco Xavier iniciou a missão, em 1549. Quando partiu, dois anos depois, para tentar entrar na China, deixou cerca de três mil católicos japoneses. Em 1582, eram já duzentos mil e possuíam duzentas e cinquenta igrejas.

Surgiu então a primeira hostilidade do governo. Apesar dela, o número de católicos continuou a aumentar rapidamente, atingindo cerca de trezentos mil em 1597. Nesse ano ocorreram os primeiros martírios: vinte e seis sacerdotes, religiosos e leigos foram crucificados em Nagasáqui.

Seguiu-se um período de paz, durante o qual chegaram mais missionários, provenientes das várias ordens religiosas e do clero secular. O protestantismo apareceu pela primeira vez em 1609, com os comerciantes holandeses. Quatro anos depois, chegaram comerciantes ingleses.

A perseguição voltou a intensificar-se. Um decreto ordenou a eliminação completa do catolicismo e impôs aos japoneses a obrigação de profanar anualmente uma imagem de Cristo. Em 1622, Nagasáqui voltou a ser o cenário de um grande martírio: cinquenta e duas pessoas foram mortas no mesmo dia. Quinze anos depois, dezenas de milhares de católicos foram massacrados. Em 1640, o Japão fechou as suas portas aos católicos estrangeiros.

Apesar dessa barreira e das terríveis penas, dominicanos e jesuítas continuaram a tentar entrar naquela terra. Alguns conseguiram, mas foram pouco depois presos, torturados e mortos.

Os esforços missionários recomeçaram no século XIX. A partir de 1858, os missionários puderam entrar nos portos abertos ao estrangeiro para servir nas igrejas destinadas aos residentes de outros países.

Foi então que, em 1865, se revelou a grande maravilha do catolicismo japonês. Um grupo de quinze japoneses informou os missionários de que os seus membros já eram católicos e de que existiam cerca de trinta mil outros. Durante mais de dois séculos, sem sacerdotes e sem sacramentos, à exceção do batismo, tinham procurado conservar viva a tradição católica.

Reconheceram os missionários como membros da mesma Igreja por três sinais: a obediência ao papa, a devoção a Nossa Senhora e o celibato dos sacerdotes. Foi esse o começo do catolicismo no Japão moderno. Na época em que este livro foi escrito, havia cerca de cento e quatro mil católicos. Entre o clero que os servia, um bispo e aproximadamente cem sacerdotes eram japoneses.

Os primeiros cristãos conhecidos na China foram nestorianos vindos da Pérsia no século VII. Fundaram uma Igreja com numerosos bispos. Foi desse meio que veio a influência cristã presente na família de Kublai Khan. Os nestorianos chineses tornaram-se tão importantes que, no século XIII, deram um patriarca à sua Igreja de origem, na Pérsia.

A missão católica na China começou também nesse século. Teve origem na tentativa de Inocêncio IV de estabelecer uma aliança com os mongóis, cujas conquistas se tinham iniciado sob Gengis Khan e que avançavam do Extremo Oriente contra os turcos. Mesmo durante a luta com o imperador, Inocêncio continuava preocupado em libertar o Oriente do domínio turco.

Os enviados franciscanos do papa foram os primeiros a dar à Europa informações diretas sobre aquela antiga civilização. À missão diplomática seguiram-se tentativas de converter os mongóis ao catolicismo, nas quais participaram bispos dominicanos e franciscanos. A missão manteve-se durante mais de um século. Com a queda do domínio mongol na China, em 1368, desapareceu em circunstâncias pouco conhecidas.

A missão moderna começou verdadeiramente com a chegada do grande jesuíta Matteo Ricci à China, em 1582. Jesuítas com uma formação semelhante, profundos conhecedores das ciências matemáticas, tiveram um papel notável na evangelização.

A sua entrada no centro da cultura chinesa e, através dela, nos círculos governantes, as relações próximas com os imperadores, as funções de astrónomos da corte e a divulgação da religião constituem um dos capítulos mais invulgares e interessantes da história das missões católicas.

Os jesuítas não foram os únicos missionários. Franciscanos e dominicanos partilharam o trabalho. A partir do final do século XVII, Luís

XIV começou também a enviar sacerdotes do recém-fundado Seminário das Missões Estrangeiras de Paris. Os lazaristas, também conhecidos como vicentinos, juntaram-se à obra e assumiram as missões jesuítas depois da supressão da Companhia.

Não faltaram dificuldades à missão chinesa. A conquista manchu, em 1644, provocou grandes perturbações. Seguiram-se períodos de perseguição sistemática, com novos decretos e novos martírios que se prolongaram pelo século XIX, até 1870.

Em nenhum lugar desse século o heroísmo cristão foi maior do que na Coreia. A história dos seus mártires recorda os piores dias das perseguições romanas. As torturas infligidas às vítimas ultrapassavam, em horror, as mais cruéis narrativas. Em anos recentes, foram beatificados muitos desses mártires do século XIX: naturais do país e europeus, bispos, sacerdotes e leigos.

Para completar esta descrição da atividade missionária da Igreja moderna, é necessário falar de África. Também aí os portugueses foram pioneiros. Por seu intermédio, os jesuítas seguiram para as colónias da costa ocidental em 1596 e os dominicanos para Moçambique em 1614.

Os jesuítas entraram igualmente na Abissínia ainda durante a vida de Santo Inácio. Embora a missão não tivesse alcançado todos os seus objetivos, deu à Igreja numerosos mártires no século XVII.

No século XIX, a exploração de África tornou-se mais ampla e o trabalho missionário mais sistemático. Na época em que este livro foi escrito, o continente constituía um dos principais campos das missões, com mais de cem bispos, milhares de sacerdotes de trinta e quatro ordens e congregações religiosas e numerosas religiosas missionárias.

As necessidades africanas deram origem a algumas das maiores congregações exclusivamente missionárias ou impulsionaram o seu desenvolvimento: os Padres do Espírito Santo, a Sociedade das Missões Africanas, os Padres Brancos do cardeal Lavigerie, os Missionários de Scheut e a sociedade inglesa de São José, fundada em 1866.

Embora não seja conveniente comparar o trabalho missionário de um país com o de outro, é inegável a primazia da França neste domínio. Foi também em França que se concebeu, organizou e administrou, durante quase um século, a obra que se tornou o principal apoio das missões em todo o mundo: a Associação para a Propagação da Fé, fundada por Pauline-Marie Jaricot em Lyon, em 1822.

O século XIX, tão marcado por perdas e sofrimentos dos católicos nos países católicos europeus, foi também o período em que a palavra da fé chegou finalmente a todas as regiões da Terra. Pelo menos como presença inicial, o catolicismo apareceu em todo o mundo e lançou-se na enorme tarefa de converter os dois terços da humanidade que ainda não eram cristãos.

Nesse mesmo século, os povos da Europa do Norte expandiram-se pelo mundo, tal como os da Europa do Sul tinham começado a fazer no século XVI. O Canadá, com exceção do Quebec, de língua francesa e católico desde o início do século XVII, a África e a Austrália receberam emigrantes ingleses, irlandeses e escoceses. Os católicos dessas novas comunidades eram sobretudo irlandeses ou descendentes de irlandeses.

Os Estados Unidos da América, em grande parte outra criação da expansão europeia do século XIX, ofereceram oportunidades de emigração a todos os povos. Cada grupo levou consigo a sua religião. As estimativas apresentadas nesta obra apontam para vinte milhões de católicos numa população de cerca de cento e noventa e sete milhões. Eram principalmente de origem irlandesa, alemã, eslava e italiana.

Quando os Estados Unidos obtiveram o reconhecimento da independência, em 1783, os seus católicos encontravam-se sob a jurisdição espiritual do bispo católico responsável por Londres. Em 1789, criou-se em Baltimore a primeira diocese. O primeiro bispo foi John Carroll, antigo membro da Companhia de Jesus, então suprimida.

Desde essa altura, durante mais de um século e meio, a hierarquia católica não deixou de crescer. Na época em que este livro foi escrito, o país contava cento e seis dioceses.

Há ainda um aspeto importante da história da Igreja nos noventa anos entre a Revolução Francesa e a eleição de Leão XIII que deve ser registado aqui, pela sua relação com os esforços missionários: o crescimento de uma considerável população católica de língua inglesa.

Em 1789, a sua dimensão era muito reduzida. Talvez houvesse meio milhão de católicos de língua inglesa, dos quais menos de cinquenta mil eram de origem inglesa. Os católicos ingleses continuavam a não ser muito numerosos. Mas, na época da redação deste livro, os católicos que falavam inglês deveriam rondar os cinquenta milhões, cerca de um sexto do total da Igreja.

Com a subida de Isabel ao trono de Inglaterra, em 1558, foi completamente desfeita a restauração realizada pela sua irmã Maria. Voltaram a aplicar-se as antigas leis de Henrique VIII contra a autoridade papal. Restabeleceu-se a doutrina da supremacia real, a missa foi novamente proibida e impôs-se uma nova religião.

O Livro de Oração Comum, de 1559, estabelecia as formas de culto. Os Trinta e Nove Artigos, de 1563, constituíam o código oficial de crença e distinguiram a nova religião da antiga. Leis parlamentares determinavam as penas para quem resistisse. A recusa do Juramento de Supremacia podia ser punida com a morte.

Os bispos que recusaram a nova ordem foram depostos e substituídos por uma nova hierarquia, consagrada por representantes da religião reformada. A maioria do clero aceitou a situação.

Em 1568, um sacerdote de Lancashire, o doutor William Allen, fundou na cidade universitária de Douai um colégio destinado a formar escritores e defensores da doutrina católica. Seis anos depois, o colégio começou a enviar sacerdotes para Inglaterra, para substituir os poucos padres fiéis à antiga religião, cujas fileiras a morte reduzia.

Isso aconteceu quatro anos depois de São Pio V excomungar Isabel e a declarar deposta. O governo aproveitara esse ato para estabelecer a pena de morte para quem regressasse à religião católica e para o sacerdote que o recebesse de novo na Igreja.

A chegada dos sacerdotes de Douai, bem preparados e zelosos, um dos melhores frutos da Contrarreforma, perturbou mais os planos do governo do que a diplomacia papal em Roma. A reação foi dura.

Em 1577, Douai teve o seu primeiro mártir: Cuthbert Mayne, condenado à morte em Launceston, ao abrigo das novas leis, por ter levado para Inglaterra um Agnus Dei e uma bula que anunciava o jubileu. Em 1578, houve mais duas execuções.

Em 1580, foram enviados para Inglaterra dois jesuítas ingleses, Robert Persons e Edmund Campion.^[38] Nos doze meses seguintes, desenvolveram uma atividade intensa e bem coordenada, como até então não se vira, para reunir os ingleses na fé católica.

O resultado imediato foi uma nova vaga de leis anticatólicas, penas mais severas, prisões e o julgamento espetacular de Edmund Campion e de cerca de uma dezena de outros acusados de alta traição e de conspiração contra a vida da rainha.

Existiram muitas conspirações reais, algumas destinadas a assassinar Isabel. Parece certo que pelo menos um papa teve conhecimento de uma delas. Mas estes missionários não participaram nessas conspirações nem nas ações diplomáticas papais contra o protestantismo. Os documentos dos julgamentos permitem demonstrá-lo.

Não surpreende que o governo recorresse ao velho expediente de alegar conspirações para condenar os adversários. A reação ao julgamento de Campion e dos seus companheiros foi, porém, tão forte que se tornou necessário encontrar outra forma de perseguir os missionários, então cerca de duzentos no país.

Passou a ser crime de alta traição a simples entrada em Inglaterra de um sacerdote ordenado no estrangeiro. Quem o acolhesse ou escondesse também ficava sujeito à pena de morte. Ao mesmo tempo, aumentaram consideravelmente as multas impostas desde 1559 a quem não assistisse, aos domingos, aos ofícios da nova religião.

O número de católicos diminuiu continuamente sob a pressão das multas, das prisões e das torturas na Torre de Londres e noutros lugares. A situação agravou-se com a identificação cada vez mais forte do catolicismo com a Espanha, inimiga popular da Inglaterra.

O alívio parcial dos reinados de Carlos I, de 1625 a 1649, e Carlos II, de 1660 a 1685, chegou demasiado tarde para alterar substancialmente a situação. Mesmo um governante mais hábil do que o católico Jaime II, que reinou de 1685 a 1688, dificilmente teria obtido mais do que uma suspensão prática das leis sangrentas.

A nova religião tornara-se um interesse estabelecido desde que Henrique VIII partilhara os bens das abadias com os grupos anticlericais e os comerciantes ricos. No reinado de Jaime II, era já um interesse nacional. O declínio católico continuou. Em 1780, os fiéis ingleses não ultrapassavam os sessenta mil, e tudo indicava que também eles caminhavam para o desaparecimento.

Várias causas salvaram esses sobreviventes da antiga Igreja. O governo começou a revogar gradualmente as leis contra a prática católica e a permitir de novo o acesso às profissões de advogado, médico e professor, das quais os católicos tinham sido excluídos. A partir daí, começaram a aumentar as conversões.

A Revolução Francesa levou milhares de sacerdotes refugiados para Inglaterra. O país beneficiou da sua presença e começou a reconhecer alguma utilidade no «papismo», como habitualmente se chamava ao catolicismo, visto agora como aliado contra a Revolução.

Por fim, por volta de 1790, começou uma nova imigração irlandesa para o norte industrial inglês. Foi pequena em comparação com a grande vaga de 1847 a 1850, mas muito importante por incluir trabalhadores especializados.

Nos primeiros quarenta anos do século XIX, o número de católicos aumentou. Dos sessenta mil de 1780, passou para cerca de meio milhão em 1840. Depois veio a grande fome irlandesa de 1846 e 1847. Em três anos, os refugiados irlandeses duplicaram a população católica inglesa.

Desde então, o catolicismo em Inglaterra adquiriu o caráter irlandês que ainda conserva aos olhos da maioria dos ingleses.

Roma deixara desaparecer a antiga hierarquia, cuja origem remontava a São Gregório Magno. Cerca de cento e vinte anos depois, voltou a enviar bispos, agora como vigários apostólicos: um em 1685 e quatro em 1688. O número duplicou em 1840. Em 1850, foi restaurada a hierarquia de bispos diocesanos.

Os irlandeses que, a partir de cerca de 1847, reforçaram o catolicismo inglês^[39] e aumentaram a sua importância política vinham de um país onde a Reforma fracassara, apesar do apoio do Estado. Na Irlanda, como em Inglaterra, a Reforma dispusera de todos os recursos do poder político. Os irlandeses, porém, permaneceram católicos.

Durante grande parte dos reinados de Henrique VIII e de Isabel, a submissão da Irlanda à autoridade do rei inglês foi apenas nominal. A partir de Isabel, começou a aplicar-se uma política de afastamento dos católicos irlandeses em benefício de colonos protestantes ingleses e, mais tarde, escoceses.

Em meados do século XVII, surgiu Oliver Cromwell. O seu ódio ao catolicismo submeteu os irlandeses a uma perseguição sem paralelo naquele tempo. As suas guerras procuravam o extermínio do povo. Os sobreviventes, contudo, conservaram firmemente a religião. Depois de Cromwell, os Stuart trouxeram um período de relativa trégua.

Após o breve período de governo católico, entre 1687 e 1691, veio a reação: o desumano sistema de leis penais de Guilherme de Orange, da rainha Ana e dos dois primeiros reis da Casa de Hanôver.

Era um plano deliberado e cuidadosamente preparado para obrigar os irlandeses a abandonar a fé através de um bloqueio social, económico e cultural. Aos católicos que permaneceram na Irlanda, enquanto milhares fugiam para o estrangeiro, quase nada restava além da consolação e da força da religião.

O povo sobreviveu, porém, a esse século desastroso, e com ele sobreviveu a fé. Em 1774, começou a aliviar-se o peso das leis. Apesar do poder social da minoria protestante dominante, a Igreja recuperou gradualmente a plenitude da sua vida.

As condições sociais irlandesas levaram, durante todo o século XIX e sobretudo depois de 1846, numerosos irlandeses a emigrar para Inglaterra e para os novos países do mundo. Levaram consigo a religião católica.

Na época em que este livro foi escrito, existiam milhões de católicos de origem irlandesa nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália e na África do Sul. Havia milhares de sacerdotes irlandeses, e quase um terço dos bispos da Igreja Católica tinha um nome irlandês.

CAPÍTULO XI

O cenário contemporâneo, 1878–1946

Com a eleição de Leão XIII, em 20 de fevereiro de 1878, começou uma nova fase da história da Igreja. Algum tempo antes de morrer, Pio IX declarara abertamente que os seus métodos e a sua política tinham cumprido a sua função e que o sucessor precisaria de alterar profundamente a maneira de agir do papado. O novo papa compreendeu perfeitamente essa necessidade, revelando a sua grande inteligência. Além disso, começou a trabalhar com os principais objetivos já estabelecidos e com planos definidos para os realizar. Tinha sessenta e oito anos, era franzino e fisicamente débil, mas possuía uma enorme tenacidade. Estavam-lhe reservados mais vinte e cinco anos de atividade constante.

Poucos papas começaram o seu governo tão bem informados sobre as dificuldades que os esperavam. Leão XIII estudava o pensamento do seu tempo e analisava continuamente os homens e os acontecimentos. A sua eleição encontrara forte oposição. Quando a sua política se tornou conhecida, surgiram também numerosas críticas nos bastidores do Vaticano. O papa, porém, mostrou-se firme e, sem se deixar dominar por considerações sentimentais, afastou os reacionários. «Estes homens são demasiado velhos para mim», disse.

À afabilidade alegre de Pio IX sucedeu a vontade de aço de um papa que parecia a própria encarnação da inteligência. Era capaz de trabalhar dez ou doze horas por dia, durante semanas, ao longo de muitos anos, e julgava que os outros podiam e deviam fazer o mesmo ao serviço da Igreja. Já não deveria haver decisões ditadas pelo temperamento, gestos sentimentais ou oscilações entre extremos. Durante a geração seguinte, a direção da Igreja assentaria numa informação sólida e num juízo sereno e controlado. Era a ação política de um génio essencialmente construtivo, cuja característica mais extraordinária talvez fosse o profundo conhecimento dos limites da natureza humana.

A nova política pode descrever-se brevemente. Os prelados que tinham chegado à idade adulta nos anos desastrosos posteriores a 1789, e que governaram a Igreja durante os primeiros dois terços do século XIX, tinham adquirido, pela experiência pessoal da catástrofe, um horror profundo aos princípios em nome dos quais se fizera a destruição. Depois de 1815, não viam outro caminho senão combater e eliminar o novo liberalismo.

Apesar de toda a energia empregada, o liberalismo estava demasiado enraizado para ser extirpado. Sob uma forma ou outra, viera para ficar. A sua destruição também não significaria, por si só, o fortalecimento do catolicismo. Contudo, estas verdades permaneceram escondidas à grande maioria dos eclesiásticos nos primeiros anos do século XIX.

Daí nasceu a persistência numa luta longa e sem resultados, que provocou uma nova hostilidade contra a Igreja nos países católicos. Daí veio também a inclinação quase instintiva de muitos eclesiásticos para participar nos combates políticos como aliados dos governos antiliberais: apoiaram os carlistas em Espanha, os Bourbon em França e os austríacos em Itália.

Em toda a parte, porém, essas causas acabaram derrotadas. No final do longo pontificado de Pio IX, os meios católicos estavam dominados por um sentimento de fracasso e impotência e por uma tendência para gastar energias em reflexões estéreis.

Leão XIII estava decidido a retirar a Igreja dessa posição sombria. Como o liberalismo viera para ficar, era necessário ensinar aos católicos a viver num mundo liberal e, ao mesmo tempo, segundo os princípios católicos. Deviam aprender a conservar a sua fé e a ser cidadãos ativos e leais dos Estados liberais. O papa seria o seu mestre.

A Igreja tinha de se adaptar à nova sociedade política. Precisava de negociar com poderes que já não podia dirigir e de oferecer uma formação espiritual mais sólida aos católicos chamados a viver num mundo afastado da religião.

Um dos maiores méritos de Leão XIII foi insistir nesta necessidade perante uma geração que, em nome da pureza da fé, desejava evitar

qualquer contacto com aquilo que considerava ímpio. A Igreja só poderia sobreviver vivendo nesse novo mundo. A sua primeira obrigação era continuar viva, para poder cumprir a missão de o converter.

O papa foi ainda mais longe. Propôs-se ensinar também o mundo liberal, mostrando aos homens sinceros que nele existiam, aos liberais de boa-fé, que o catolicismo era a melhor garantia, e mesmo a única garantia segura, da verdadeira liberdade.

Proclamaria os princípios católicos com tanta clareza como os seus predecessores do antigo regime. Mas explicaria também as razões desses princípios e recorreria ao testemunho da história para sustentar a tese de que as civilizações que se afastam de Deus tendem a desaparecer.

Ao advertir o mundo, com preocupação, para o desastre que previa, Leão XIII oferecia o catolicismo aos governantes e aos povos como o guia mais seguro e a proteção mais forte. Explicava continuamente a razoabilidade das reivindicações da Igreja e, aos católicos, a razoabilidade das suas orientações. Era um papa que ninguém desejaria ter como adversário.

O espírito da sua ação pode estudar-se nas grandes encíclicas, nos decretos que modernizaram a administração e na maneira como enfrentou os problemas herdados dos cinquenta anos anteriores à eleição.

As três maiores dificuldades diziam respeito às relações do catolicismo com três novas realidades políticas: o reino de Itália, a Terceira República Francesa e o Império Alemão. As relações com todas elas já eram muito tensas quando Leão XIII foi eleito. Conseguiu estabelecer a paz com a Alemanha. Em França, apesar da sua habilidade e boa vontade, não alcançou o mesmo resultado. A crise italiana permaneceu sem solução durante todo o pontificado.

Já descrevemos as medidas de Bismarck para submeter o catolicismo prussiano ao Estado e a perseguição que delas resultou. A situação dos católicos alemães parece ter sido uma das primeiras preocupações do novo papa e deu-lhe a ocasião de mostrar que estava decidido a exercer pessoalmente a sua autoridade.

Na própria noite da eleição, recusou a carta que lhe tinham preparado para comunicar o acontecimento ao imperador alemão. Escreveu outra, pessoalmente, exprimindo a esperança de que a guerra contra a religião terminasse depressa.

Esse ato abriu novos contactos e iniciou um longo confronto diplomático entre Leão XIII e Bismarck, que só terminaria quase dez anos depois. O imperador não era inteiramente hostil aos pedidos papais de revogação das leis persecutórias. Bismarck nada ganhara com elas, mas o seu orgulho e os seus sentimentos anticatólicos estavam profundamente envolvidos na questão. À medida que a luta prosseguia, concebia novos planos.

Os católicos alemães tinham mostrado que preferiam suportar todos os sofrimentos a ceder. Através do novo Partido do Centro, tinham também demonstrado capacidade para organizar uma força política independente, algo novo na Alemanha. Constituíam uma verdadeira potência no Império. Tinham adquirido essa força na luta que ficou conhecida como Kulturkampf.

Bismarck pensou que poderia usar o papa para controlar o partido e aproveitar o seu apoio nas manobras parlamentares. Leão XIII, porém, era demasiado leal para aceitar a proposta. Recusou-a com prudência, procurando não ofender o adversário. As tentativas de separar o papa dos católicos alemães fracassaram repetidamente.

Ao mesmo tempo, Leão XIII garantia aos dirigentes do Partido do Centro que desejava resolver a questão. O seu representante, então núncio em Munique, foi subitamente transferido para Lisboa quando pareceu disposto a ceder demasiado às táticas de Bismarck. A condução das negociações passou para o núncio em Viena, Ludovico Jacobini, um dos conselheiros mais capazes do papa e, mais tarde, seu secretário de Estado.

Leão XIII não cedia na exigência de revogar as leis que submetiam a formação do clero ao governo protestante e subordinavam aos tribunais civis a autoridade dos bispos sobre os sacerdotes. Admitia, porém, negociar as reivindicações governamentais relativas à nomeação para certos cargos eclesiásticos.

Os favores oferecidos por Bismarck, entre os quais o restabelecimento da representação diplomática prussiana junto da Santa Sé, não o fizeram abandonar a questão principal. O papa reconhecia as melhorias introduzidas, mas aproveitava todas as ocasiões para explicar por que razão as leis continuavam a ser inaceitáveis.

Conduziu a negociação com extraordinária habilidade, sem aumentar a hostilidade do chanceler e sem perder a confiança do Partido do Centro ou do seu grande dirigente, Windthorst.

Bismarck não queria revogar as leis. Leão XIII não se contentava com menos do que a sua revogação formal. Entretanto, o crescimento do socialismo começou a parecer ao chanceler uma ameaça à obra que realizara. Poderia precisar do Partido do Centro como aliado. Tornava-se cada vez mais urgente resolver o conflito religioso, mas continuava a resistir.

Em 1885, recorreu à mediação papal numa disputa entre a Alemanha e a Espanha sobre as ilhas Carolinas, no Pacífico. Com o acordo espanhol, propôs que Leão XIII interviesse. O papa aceitou e encontrou uma solução que, de forma notável, satisfizes ambas as partes. Os elogios vindos de Berlim não alteraram, porém, a sua determinação de ver revogadas as leis de maio.

O conflito terminou finalmente em 1887, graças à habilidade diplomática de monsenhor Galimberti, enviado papal às comemorações do jubileu de Guilherme I. Em março e abril, o parlamento prussiano aprovou novas leis. O próprio Bismarck as defendeu num discurso eloquente, elogiando o papa como promotor da paz no Império.

A admirável união dos católicos alemães durante a longa luta foi um elemento decisivo do êxito. Os bispos mantiveram-se firmes no essencial e fiéis às orientações papais. Os fiéis mostraram a mesma lealdade e o mesmo espírito de organização. À sua frente estava um político de génio, Windthorst, que era também um excelente católico.

Em França, as condições eram muito diferentes. Também ali a religião seria perseguida por um novo Estado democrático, em que o poder

pertencia a um parlamento eleito pelo voto popular. A política papal era igualmente procurar justiça dentro do regime, usando os direitos de cidadania.

Leão XIII trabalhou durante vinte e cinco anos por esse objetivo, com uma persistência e uma paciência que nenhum desapontamento conseguiu esgotar. Não teve, porém, êxito imediato. A hostilidade dos adversários do catolicismo era profunda. Além disso, existiam divisões amargas entre os próprios católicos.

Essas divisões eram sobretudo uma herança da história turbulenta do século XIX. Em menos de sessenta anos, a França atravessara cerca de meia dúzia de mudanças revolucionárias de regime. Durante a vida do papa, fora império sob Napoleão, reino dos Bourbon, monarquia liberal de Luís Filipe, república, novamente império sob Napoleão III e, por fim, república pela terceira vez.

Cada revolução deixara um grupo derrotado e privado da sua posição, desejoso de restaurar o regime que o favorecera e de se vingar. Nenhum desses regimes dera verdadeiramente à Igreja o lugar que lhe era devido num país católico. Alguns tinham-na combatido violentamente. Outros tinham-na favorecido, mas usando o seu prestígio para fins políticos.

Quando Leão XIII foi eleito, a França estava cheia de grupos políticos descontentes, e os católicos encontravam-se tão divididos como o resto do país. A organização constitucional da República fora estabelecida por uma maioria de apenas um voto, quase por acaso, num contexto em que muitos esperavam ainda a restauração monárquica.

Uma crise recente afastara os conservadores do poder, de forma definitiva, como os acontecimentos mostrariam. Abrira caminho às combinações de grupos radicais que dominariam a história da Terceira República. As suas lutas internas prolongar-se-iam até à catástrofe de 1940. Tinham apenas uma coisa em comum: o ódio e o receio do catolicismo.

A sua vitória de 1877 ocorrera em circunstâncias que levavam os observadores a prever um novo ataque à Igreja. Era essa a situação que Leão XIII encontrou em 1878.

A solução que propôs era simples e radical. Considerava encerrada a causa monárquica. Não havia perspectiva de o povo francês voltar a aceitar de forma duradoura uma dinastia restaurada, fosse a dos Bourbon ou a dos Orleães.

Os católicos deviam aceitar o facto consumado e aderir à República, defendendo os seus direitos pelos meios constitucionais, como cidadãos leais. A grande maioria era, porém, monárquica e de direita. Nesse grupo encontravam-se quase todos os bispos, o clero e os leigos com funções públicas.

O papa tinha diante de si uma tarefa extremamente difícil. Podia recomendar a conveniência da solução e garantir a sua legitimidade, mas já passara o tempo em que seria possível impor uma decisão política, mesmo que desejasse fazê-lo.

Entretanto, o adversário comum preparava uma ofensiva cuidadosamente planeada. A oposição manifesta dos católicos à República fornecia o pretexto para disfarçar a tirania que se pretendia exercer.

Em março de 1880, novas leis retiraram do Conselho Superior da Instrução Pública os representantes das organizações religiosas e deixaram de reconhecer o estatuto das universidades católicas. Decretos governamentais determinaram a expulsão dos jesuítas e a apreensão dos seus bens. As restantes ordens receberam três meses para pedir autorização ao Estado, devendo ser dissolvidas se essa autorização fosse recusada.

As medidas atingiam cerca de oito mil religiosos e cem mil religiosas. A reação católica foi imediata e vigorosa. Dois mil advogados subscreveram um parecer que considerava os decretos ilegais. Cem magistrados preferiram abandonar os cargos a aplicá-los. Nada disso impediu a sua execução.

Outras leis eliminaram o ensino religioso das escolas primárias e secundárias, suprimiram as faculdades de teologia católica das universidades e os capelães das grandes escolas normais. Os seminaristas ficaram sujeitos ao serviço militar e aboliram-se as capelanias do exército. Proibiu-se às religiosas trabalhar como enfermeiras nos hospitais, dos quais

foram também retiradas as capelas. Restabeleceu-se igualmente o divórcio civil.

Esta secularização radical da vida francesa, realizada em cerca de seis anos, provocou um ressentimento profundo. O papa manteve a serenidade. Continuou a aconselhar os católicos a abandonar o sonho de recuperar os seus direitos derrubando a República. Deviam organizar-se e evitar atos imprudentes que favorecessem os adversários.

Em defesa dos católicos que recusavam qualquer compromisso, afirmou-se que Leão XIII não compreendera o ódio à religião que movia os seus inimigos. Contudo, a política recomendada era a única possível. Nenhuma alternativa poderia triunfar enquanto os próprios dirigentes católicos se combatessem publicamente, como então acontecia.

Durante muito tempo, muitos fingiram duvidar de que a política de adesão à República, o ralliement, correspondesse verdadeiramente à vontade papal. Ficaram indignados quando o papa o declarou de forma inequívoca.

Veio depois o caso Dreyfus. Para grande desgosto de Leão XIII, muitos católicos envolveram-se fanaticamente na questão e voltaram a escolher o lado errado. Os adversários percebiam melhor o sentido prático da política papal. Era precisamente a sua realização que não desejavam e reagiam ruidosamente a cada novo gesto de aproximação à República.

No final do pontificado, entre 1899 e 1903, começou uma nova vaga de perseguições, que culminou sob a direção de Émile Combes, antigo seminarista. Expulsaram-se religiosas e confiscaram-se conventos e escolas. Organizou-se uma vigilância no exército que prejudicava os oficiais conhecidos pela prática católica.

Parecia que todos os esforços de Leão XIII tinham sido inúteis. Poucos dias antes da sua morte, um cardeal francês procurou consolá-lo, dizendo que a França não era um país irreligioso e que os perseguidores eram apenas um pequeno grupo. O papa respondeu secamente: «Não duvido. Mas são eles que governam, e todos os deixam agir assim.»

A longa diplomacia e os conselhos sensatos não tinham sido inúteis. Sem o saber plenamente, o papa introduzira um novo espírito no catolicismo francês. A sua paciência impedira que aumentasse a distância entre a fé católica e o governo republicano. Ensinara à nova geração que um bom católico podia ser um bom republicano.

Por muito lenta que tivesse sido a aprendizagem, a lição fora compreendida, como os acontecimentos mostrariam. A persistência papal eliminara, no espírito dos homens sinceros, a ideia de que o catolicismo estava necessariamente ligado às instituições do antigo regime. Evitara também que os católicos cometessem o grande erro de iniciar uma espécie de guerra civil.

Onde Leão XIII semeara com lágrimas, os sucessores colheriam um dia com alegria. Antes disso, porém, viria o agitado pontificado de Pio X.

Se as possibilidades de entendimento com a República Francesa pareciam pequenas, as de Leão XIII com o governo italiano eram praticamente nulas. À invasão e conquista dos Estados Pontifícios seguir-se-ia a célebre Lei das Garantias, de 1871.

A lei oferecia uma compensação financeira pelos bens perdidos, mas evitava reconhecer o papa como soberano. Tratava-o como um súbdito da monarquia italiana dotado de privilégios especiais. Era uma tentativa de obter da vítima uma renúncia tácita à soberania. Só podia haver uma resposta.

Quando se tornou clara a recusa de Pio IX em aceitar o facto consumado, o governo lançou uma campanha contra a religião para o obrigar a ceder. Dissolveu as ordens religiosas que ainda subsistiam e confiscou os seus mosteiros romanos para uso do Estado.

O clero foi obrigado a prestar serviço militar. Aboliram-se os juramentos religiosos nos tribunais e o ensino da religião nas escolas. O governo tolerou, contra as suas próprias leis, jornais e revistas com blasfêmias contra o cristianismo e insultos ao papa, assim como manifestações antipapais junto dos muros do Vaticano.

Impediram-se também nomeações episcopais através do uso sistemático de poderes indevidamente reivindicados. Mais de sessenta dioceses chegaram a ficar sem bispo. «*Verius in aliena potestate sumus quam nostra*», declarou Leão XIII num protesto.^[40]

A insegurança de que se queixava estava longe de ser imaginária. Uma sucessão de incidentes testemunha a sua preocupação. O governo tentou apoderar-se dos fundos destinados às missões, constituídos por donativos de todo o mundo, e dos recursos das obras de caridade católicas italianas.

Comemorações oficiais de acontecimentos históricos, como a morte de Arnaldo de Bréscia, em 1155, e as Vésperas Sicilianas, de 1282, transformaram-se em manifestações de blasfêmia e hostilidade religiosa. As homenagens fúnebres a Garibaldi forneceram outras ocasiões de agitação.

Durante a transferência do corpo de Pio IX para São Lourenço, uma multidão atacou o cortejo, com a tolerância das autoridades, e quase lançou o cadáver ao Tibre. A inauguração do monumento a Giordano Bruno foi igualmente marcada por uma manifestação em que se destacavam a bandeira vermelha da revolução, a verde da maçonaria e a negra de Satanás. O papa passou esse dia em oração diante do Santíssimo Sacramento.

Leão XIII não se deixou dominar pela exaltação. Compreendia as forças que o combatiam, a natureza da sua hostilidade e a incapacidade dos governos italianos para controlar os grupos que tinham chamado em seu auxílio.

Mais de uma vez pensou seriamente em abandonar Roma, por sentir próxima a ameaça de um movimento destinado a destruir o papado. A hostilidade começara no próprio dia da eleição, quando uma circular governamental proibira os funcionários de assistir à missa de ação de graças pelo novo papa.

Seria imprudente esperar uma atitude leal de tal regime. Restava ter paciência, evitar tudo o que pudesse parecer uma aprovação da injustiça sofrida, conservar intactos os princípios e aguardar tempos melhores.

Um princípio dominou o longo pontificado, sem que qualquer decepção o fizesse abandonar: a Igreja nunca deveria deixar-se isolar da vida do seu tempo. Esse princípio tem caracterizado a ação papal desde então.

Leão XIII procurou aproximar cada vez mais o papado da vida quotidiana da Igreja em todo o mundo. Desenvolveu-se, por exemplo, a prática das peregrinações a Roma. A sua expansão foi tal que, em pouco tempo, quase não havia cidade com uma comunidade católica onde ninguém tivesse visto e ouvido o papa ou recebido a sua bênção.

A figura do pontífice tornou-se mais familiar aos católicos em geral do que os próprios bispos tinham sido em épocas anteriores. Quando a rádio permitiu à Igreja ouvir a voz do seu chefe terreno, os fiéis já estavam habituados à sua orientação prática e ativa nas questões contemporâneas.

O maior serviço de Leão XIII foi estabelecer a prática de ensinar e orientar através de encíclicas frequentes. Eram verdadeiros tratados de doutrina e moral, que aplicavam princípios permanentes às necessidades sempre novas da humanidade.

É sobretudo nessas encíclicas que se pode avaliar a sua importância como iniciador de uma nova época. Constituem o seu legado mais duradouro. Desapareceram as grandes forças que tantas vezes dificultaram a sua ação: o Império dos Hohenzollern, a Terceira República, a Casa de Saboia e as monarquias católicas dos Habsburgos austríacos e dos Bourbon espanhóis, cuja lealdade nem sempre fora completa.

Os seus nomes começam a pertencer ao passado, enquanto as encíclicas continuam vivas. São estudadas mais do que nunca. Os grandes sucessores de Leão XIII puderam ampliar a sua obra sobre os fundamentos que ele estabelecera.

Três encíclicas merecem ser mencionadas, pois representam as suas principais influências sobre o pensamento católico e, em conjunto, a orientação que continua a dirigir a vida da Igreja: *Aeterni Patris*, de 4 de agosto de 1879; *Immortale Dei*, de 1 de novembro de 1885; e *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891.

Conhecer os seus ensinamentos e assimilar o seu espírito é compreender como colaborar de forma inteligente com a direção papal numa época particularmente crítica. Delas nasce muito do que de melhor tem acontecido e poderá acontecer no futuro.

A primeira procura restituir a Santo Tomás de Aquino o lugar principal na filosofia e na teologia católicas. É a origem de uma grande parte da influência contemporânea do catolicismo sobre o pensamento, menos conhecida em Inglaterra do que na maioria dos outros países, com exceção da Rússia.

Está também na origem de um renascimento geral dos estudos tomistas, provavelmente mais amplo do que em qualquer período posterior à morte de Santo Tomás.

A *Immortale Dei* é uma espécie de carta fundamental para os católicos que consideram a democracia a melhor forma de governo. Resume o ensino católico sobre o Estado à luz da longa controvérsia com os princípios de 1789 e oferece orientações práticas ao cidadão católico do novo Estado secular.

A *Rerum Novarum*, talvez o ato mais conhecido de Leão XIII, trata das condições das classes trabalhadoras. Estabelece os fundamentos da ação católica nas questões sociais, que desde 1891 caracteriza cada vez mais o catolicismo do século XX.

O espaço não permite enumerar todos os outros atos importantes deste pontificado: as encíclicas *Divinum Illud*, sobre o Espírito Santo, e *Mirae Caritatis*, sobre a Eucaristia; os numerosos documentos sobre o rosário; a consagração da humanidade ao Sagrado Coração; o desenvolvimento dos congressos eucarísticos; e a expansão das missões.

Devem também recordar-se a encíclica sobre os estudos bíblicos e a criação da Comissão Bíblica; a afirmação do dever dos historiadores católicos de serem fiéis à verdade; a abertura dos arquivos do Vaticano aos estudiosos; as novas universidades católicas de Friburgo e Washington; o Instituto de Filosofia Tomista de Lovaina; e a extraordinária expansão da hierarquia.

Por fim, havia o talento excepcional do papa para escolher colaboradores. Desde Paulo III, o Colégio dos Cardeais não reunira tantas personalidades notáveis. Entre elas estava Newman, criado cardeal no primeiro consistório de Leão XIII.

Leão XIII morreu em 20 de julho de 1903, com noventa e três anos.

O cardeal Giuseppe Sarto, eleito em 4 de agosto e que tomou o nome de Pio X, tinha um temperamento tão diferente que os cronistas puderam facilmente exagerar a distância entre as políticas dos dois papas.^[41]

Houve uma mudança na maneira de agir, uma firmeza talvez mais espanhola do que romana na diplomacia e no tratamento da questão modernista. Não se tratava de desprezar a suavidade dos métodos, mas de reconhecer que o ataque se tornara tão violento que exigia uma resposta inequívoca.

Nenhum pontificado poderia enfrentar aquela heresia com meias medidas. Aceitar os novos atos do regime anticatólico francês também não passaria de um alívio aparente e inútil.

Em 1904, o presidente francês ignorou o protocolo seguido pelos chefes dos Estados católicos e fez uma visita oficial ao rei de Itália em Roma. O gesto anunciava que a França abandonara a posição mantida desde 1870 e aceitava a situação criada pela perda da soberania temporal do papa.

Quando Pio X protestou, o governo retirou o embaixador junto da Santa Sé. Pouco depois, dois bispos franceses, chamados a Roma para responder a acusações, recorreram ao governo. O primeiro-ministro, Émile Combes, enviou um ultimato: ou a convocação era anulada, ou a Concordata seria considerada terminada.

Entretanto, aprovou-se a lei de separação da Igreja e do Estado. A quem pertenceriam as igrejas, escolas, casas paroquiais, seminários e outros bens? Não à Igreja, que deixava de ser reconhecida pela lei como entidade própria. O Estado entregou a administração a associações chamadas *associations cultuelles*.

Pio X recusou o sistema e proibiu os católicos de participar nessas associações. Embora muitos franceses não recebessem a decisão com entusiasmo, obedeceram de forma leal e unânime. Preferiram perder os bens e rendimentos avaliados em cerca de três milhões de libras anuais a aceitar um regime que deixava a vida eclesiástica à mercê de um governo profundamente hostil.

«Succisa virescit.»^[42] A crise revelou a força do catolicismo francês e a energia da geração formada durante os vinte e cinco anos de Leão XIII. Os grandes sacrifícios tornaram-se regra. O seu fruto foi um renascimento católico de qualidade e dimensão até então desconhecidas. A partir desse momento, o catolicismo deixou de olhar para trás.

A heresia chamada modernismo procurava adaptar o catolicismo ao pensamento contemporâneo, negando o seu caráter sobrenatural e objetivo e reduzindo-o à psicologia religiosa individual.

Os modernistas não eram muito numerosos. Para a maioria dos católicos, o decreto *Lamentabili*, de julho de 1907, e a encíclica *Pascendi*, de setembro, foram a primeira notícia da sua existência.

O grupo ocupava, porém, posições importantes em seminários e universidades. Receava-se que viesse a alterar gradualmente a fé do clero e dos leigos instruídos, através da teologia, da filosofia e da concepção da vida espiritual. A ação firme do papa obrigou os modernistas a tornar claras as suas posições e permitiu à Igreja afastar a sua influência.

Estes acontecimentos dramáticos, tal como os conflitos político-religiosos de Leão XIII, foram desvios inevitáveis e necessários em relação à obra principal de Pio X: uma obra construtiva, prática e reformadora. Desde o Concílio de Trento, nenhum papa introduzira tantas mudanças importantes na vida católica.

A própria vida da Igreja assenta no uso que os católicos fazem da Eucaristia. Pio X iniciou neste domínio um grande movimento. Resolveu com a sua autoridade as disputas sobre o sentido das orientações de Trento relativas à comunhão frequente.

Depois, determinou que as crianças fossem admitidas à primeira comunhão assim que pudessem compreender, de acordo com a sua idade, as verdades necessárias à salvação e a diferença entre o Santíssimo Sacramento e o pão comum. Os decretos de 1905 e de 8 de agosto de 1910 transformaram gradualmente a vida católica.

Na liturgia, restituiu ao canto gregoriano o lugar principal nas celebrações. Adotou os resultados das investigações dos beneditinos de Solesmes como base da nova edição oficial dos cânticos e criou em Roma o Instituto Pontifício de Música Sacra, com capacidade para conferir graus acadêmicos.

Reviu profundamente o calendário das festas e restituiu ao ciclo dos domingos o seu lugar antigo, como recordação regular das verdades fundamentais da fé. Reorganizou também o centro da oração oficial diária da Igreja, o ofício divino, distribuindo os salmos de modo a permitir a recitação de todo o Saltério ao longo de cada semana.

Empenhou-se na formação do clero e introduziu numerosas melhorias nos seminários italianos. Apoiou o renascimento dos estudos tomistas e encarregou uma comissão de especialistas beneditinos de preparar a restauração do texto da tradução bíblica de São Jerónimo, a Vulgata.

Pio X chegou à mais alta cadeira da Igreja^[43] com uma experiência pastoral pouco comum entre os papas. Fora coadjutor, pároco, professor de seminário, vigário-geral e bispo, passando por várias funções em importantes dioceses italianas.

Essa experiência permitiu-lhe reconhecer as fragilidades da administração central. Sob a sua direção, reorganizaram-se os cargos, as competências e os procedimentos da Cúria, numa escala que não se via desde Sisto V.

Enquanto essa transformação decorria publicamente, avançava de forma mais discreta a maior reforma: a codificação do direito canónico. Era necessária havia muito tempo e parecera quase impossível. Vários papas tinham procurado realizá-la parcialmente, mas nenhum a enfrentara como um todo.

Desde a Idade Média que nenhum papa trabalhara nessa escala. As leis tinham-se tornado um verdadeiro labirinto, que o novo código esclareceu. Pio X morreu antes de ver concluída e promulgada a obra. O sucessor publicou-a em 1917.

Pio X foi um homem de vida profundamente santa, um pároco exemplar e um modelo de bispo e de papa. Não surpreende que, pouco depois da morte, começasse o movimento pela sua canonização. Durante um pontificado de apenas onze anos, deixou à Igreja uma enorme dívida de gratidão pelas suas iniciativas pessoais.

O pontificado seguinte foi ainda mais curto. Bento XV, eleito em setembro de 1914, governou pouco mais de sete anos. Foram os anos da Grande Guerra, iniciada em agosto de 1914, cujo começo contribuiu certamente para agravar o sofrimento dos últimos dias de Pio X.

A atividade do sucessor ficou profundamente condicionada pela guerra e pelas suas consequências. Deu ao mundo um grande exemplo de caridade generosa e, apesar disso, poucos papas foram tão insultados.

Diplomata formado na escola de Leão XIII e do cardeal Rampolla, Bento XV esclareceu desde o princípio dois aspetos da sua política. Como dispunha sobretudo das versões apresentadas pelas partes, não pretendia decidir qual das alianças tinha razão nem pronunciar-se sobre a veracidade de todas as atrocidades de que os adversários se acusavam.

Manter-se-ia neutro, afirmando, porém, que também a guerra estava sujeita à lei moral. Protestaria contra os atos que a violassem. Alguns protestos foram públicos. A maioria foi transmitida aos governantes através dos representantes diplomáticos.

O segundo princípio era ajudar todas as vítimas, independentemente do lado em que estivessem ou das injustiças dos seus governos. Como parte dessa caridade, aproveitaria todas as oportunidades para propor tréguas e o restabelecimento da paz.

Os três documentos principais do seu apostolado de paz são a encíclica inaugural *Ad Beatissimi*, de 1 de novembro de 1914; a nota diplomática de

1 de agosto de 1917, com propostas de paz; e a encíclica *Pacem Dei Munus*, de 23 de maio de 1920.

Não perderam a atualidade. Depois de uma catástrofe ainda maior, quando os governantes parecem dispostos a repetir tantos erros anteriores, a sua leitura entristece. Tal como o seu Mestre diante de Jerusalém, o papa tem motivos para chorar.

A ação caritativa de Bento XV constitui uma história admirável, já parcialmente esquecida. Interveio junto dos beligerantes para promover a troca de feridos incuráveis e de certas categorias de prisioneiros civis e a transferência para países neutros de feridos e de prisioneiros com três ou mais filhos.

Conseguiu que as potências centrais não obrigassem os prisioneiros de guerra a trabalhar aos domingos. Protestou junto da Alemanha contra a deportação de franceses e belgas para trabalho forçado e contra as represálias sobre prisioneiros. Protestou junto da Áustria contra o bombardeamento de cidades abertas e junto da Itália contra a apreensão da residência romana do embaixador austríaco acreditado junto da Santa Sé.

O Osservatore Romano de 31 de outubro de 1917 registava que o papa protestara repetidamente junto da Alemanha e da Áustria contra violações do direito internacional nos métodos de guerra.

Grande parte dessa atividade diplomática só se tornou conhecida depois do conflito. Mais visível, embora não inteiramente conhecida, foi a assistência prestada a todos os beligerantes, sem distinção de nacionalidade ou religião.

O seu principal instrumento foi o serviço dos prisioneiros de guerra, criado no Vaticano em dezembro de 1914, para facilitar as comunicações e a ajuda entre os prisioneiros e as famílias.

Seguiram-se cartas de condolências a bispos e povos de diferentes países, acompanhadas de donativos consideráveis, sobretudo atendendo aos recursos limitados do papa. Durante a guerra, a ajuda dirigiu-se

principalmente aos países devastados pela ocupação alemã. Depois, foi enviada à Rússia e às populações famintas da Europa Central.

Bento XV ofereceu cerca de cinco milhões e meio de liras dos seus recursos e distribuiu outros trinta milhões recolhidos nas comunidades católicas com que conseguira manter contacto.

Desde 1914, a política dos três pontífices apresentou uma continuidade rara na história papal. Pio XI, eleito em 1922, manteve como secretário de Estado o cardeal Pietro Gasparri, que exercia o cargo desde o início do pontificado de Bento XV. Escolheu depois para lhe suceder Eugenio Pacelli, que, após a morte de Pio XI, seria eleito papa com o nome de Pio XII.

Como resumir as numerosas atividades construtivas do papado nestes últimos vinte e cinco anos, no ensino, na administração, na expansão e nas reformas?

Podemos começar pelas qualidades de Pio XI. Era um homem forte e consciente da sua força, de inteligência perspicaz e experiente. Possuía uma cultura amadurecida em quarenta anos de estudo, interesse pela vida intelectual, um conhecimento vasto do mundo moderno e uma afeição declarada pelo seu tempo.

Via na crise uma grande oportunidade para os católicos. Planeava e agia em grande escala. Reunia generosidade, magnanimidade e coragem inabalável. Soube reafirmar as antigas verdades da fé em termos adequados ao apostolado exigido pela época.

Os dezassete anos do seu pontificado, de 6 de fevereiro de 1922 a 10 de fevereiro de 1939, foram de grande importância.

A queda de três grandes impérios europeus dera origem a numerosos Estados. Um dos primeiros problemas consistiu em negociar acordos que garantissem aos seus cidadãos católicos o livre exercício da religião.

Daí nasceu uma série de doze concordatas. A mais célebre foi a celebrada com o Reich alemão em 1933. Os nazis começaram a violá-la quase imediatamente.

Em França, o perigo nacional de 1914 a 1918 tinha enfraquecido o anticlericalismo anterior. No final do pontificado de Bento XV, restabeleceram-se as relações diplomáticas com a Santa Sé. Em 1924, Pio XI pôde negociar um acordo sobre os bens eclesiásticos, através de associações diocesanas em que a autoridade da Igreja era reconhecida.

O acontecimento mais extraordinário da diplomacia político-religiosa foi, porém, a solução da Questão Romana, em 1929. Não se tratava apenas do reconhecimento da soberania papal e da independência de um pequeno território suficiente para a tornar visível.

Havia também uma concordata que libertava a Igreja italiana de uma tutela secular. Para Pio XI, essa dimensão religiosa era talvez a mais importante: nas suas palavras, a Itália voltava a ser entregue a Deus.

Pela primeira vez em séculos, o papa podia nomear os bispos da península sem os antigos obstáculos do poder civil. O ensino religioso recuperava um lugar reconhecido no sistema educativo. Depois de quase um século de violências contra a religião, o catolicismo obtinha garantias legais para direitos fundamentais.

Os maus hábitos e as consequências da longa dependência não desapareceram imediatamente. Só o tempo e a paciência poderiam vencê-los. Surgiram novas crises depois de 1929. Contudo, a oportunidade aproveitada por Pio XI e os acordos negociados com Mussolini permitiram o aparecimento de uma nova vida católica italiana.

Era natural que um papa com a sua formação se dedicasse ao ensino. Desenvolveram-se universidades católicas em Milão, na Polónia e nos Países Baixos, assim como os institutos pontifícios de estudos orientais em Roma.

Elevou-se o nível das universidades eclesiásticas romanas e coordenou-se o sistema através da constituição *Deus Scientiarum Dominus*. Era uma medida destinada a produzir grandes benefícios ao longo dos anos.

Houve também uma reorganização importante das missões. A carta *Maximum Illud*, de Bento XV, em 1919, indicara o caminho. Pio XI

realizou o programa.

A Associação para a Propagação da Fé tornou-se uma obra pontifícia de apoio às missões, e a sua sede foi transferida de Lyon para Roma. Outras obras auxiliares foram associadas a ela.

A exposição permanente das missões no Palácio de Latrão testemunhava o desenvolvimento da missiologia. Mostrava também a preocupação pelo bem-estar social das populações evangelizadas e ajudava a tornar o interesse pelas missões parte da vida normal de todas as paróquias.

A mudança mais importante foi a realização do antigo ideal de que o melhor clero para um povo é o que nasce nesse próprio povo. Havia sacerdotes locais há muito tempo, mas Pio XI promoveu a nomeação de numerosos bispos dos países de missão. Pio XII daria depois à China o seu primeiro cardeal chinês.

Os dois papas ensinaram aos missionários europeus uma lição que podia ser difícil de aceitar: uma das suas tarefas principais era formar um clero local competente e preparar a entrega da direção da Igreja nascente aos seus membros.

«Seria um juízo completamente errado», afirmou Pio XI, «considerar esses povos inferiores e incapazes.» Eram também necessárias congregações locais, sobretudo femininas. O papa insistia em que as artes tradicionais dos países encontrassem expressão nas igrejas e escolas, em vez de se importarem e imporem sempre os estilos europeus.

Pio XI ampliou a prática de Leão XIII de orientar a Igreja através de encíclicas frequentes. Os documentos tornaram-se mais numerosos e extensos. Analisavam as causas da inquietação mundial, os novos sistemas políticos e a natureza da educação religiosa.

Recordavam, perante os desvios contemporâneos, o significado do casamento e do matrimónio cristão. Tratavam também de uma novidade, o cinema, invenção tão poderosa como a imprensa, com grandes possibilidades de bem e perigos igualmente consideráveis.

As encíclicas mais conhecidas são as que abordam os problemas sociais, a guerra e a paz e o totalitarismo na Itália, na Alemanha e na Rússia.

O quadragésimo aniversário da Rerum Novarum foi assinalado por uma grande revisão das relações entre capital e trabalho, do valor do socialismo como resposta aos abusos capitalistas e do papel que os católicos tinham desempenhado, ou deixado de desempenhar, na melhoria da sociedade.

O papa voltou a salientar que esses problemas, por mais complexos que fossem, tinham no fundo uma dimensão moral e não apenas técnica.

Um dos acontecimentos mais marcantes do período posterior à guerra de 1914 a 1918 foi o reaparecimento do Estado totalitário. A sua primeira manifestação no Ocidente ocorreu em Itália, poucos meses depois da eleição de Pio XI.

Desde o princípio, o papa acompanhou com inquietação o regime de Mussolini. Ano após ano, advertiu publicamente contra a teoria do Estado onnipotente.

A disposição fascista para resolver a Questão Romana podia fazer o perigo parecer menor a alguns observadores. Mas os debates sobre a ratificação dos acordos de 1929 revelaram a persistência das pretensões do regime.

Dois anos depois, os ataques fascistas às associações juvenis católicas e as agressões aos seus membros provocaram uma crise aberta. Na encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, de 29 de junho de 1931, Pio XI denunciou severamente as ideias incompatíveis com a fé católica. Seguiu-se um impasse e, depois, um acordo prático de convivência.

O Estado absoluto italiano era relativamente fraco quando comparado com o que surgiu na Alemanha em 1933, com a chegada de Hitler ao poder. Os seus métodos de fraude e violência, apoiados numa grande capacidade de organização, tornaram-se depois conhecidos.

Uma das primeiras iniciativas nazis foi propor à Santa Sé uma concordata para toda a Alemanha. Se fosse cumprida, poderia resolver

problemas que preocupavam o papado havia mais de cinquenta anos. Pio XI aceitou negociar.

Logo depois da assinatura, os nazis começaram a violar o acordo e a usá-lo para dificultar as tentativas romanas de corrigir essas violações. Iniciaram um processo gradual de destruição da vida católica através de medidas apresentadas como legais. O mundo exterior mal conhecia a extensão da ofensiva religiosa.

Por fim, o papa respondeu publicamente. Na encíclica *Mit Brennender Sorge*, de 14 de março de 1937, denunciou com grande força a fraude e a crueldade do regime e a sua concepção profundamente anticristã da vida.

As teorias fundamentais do fascismo e do nazismo receberam a condenação da Igreja porque negavam os direitos da pessoa humana. Os Estados que criaram reivindicavam poderes que pertenciam apenas a Deus e exerciam-nos contra a própria finalidade da vida humana.

Por razões semelhantes, era necessário condenar o comunismo. Já denunciado por Leão XIII em 1878, tinha-se agora estabelecido como poder estatal. Pio XI abordou o comunismo ateu numa longa encíclica publicada cinco dias depois da que tratava da Alemanha.

Não era a primeira vez que falava da Rússia. O antigo Império sempre fora hostil ao catolicismo. Durante o século XIX, os czares perseguiram os seus súbditos polacos, os poucos católicos russos e, de maneira especial, os católicos de rito oriental.

Isso não impediu os papas de enviar dinheiro e alimentos quando a fome do pós-guerra atingiu a Europa Central e Oriental. A ajuda não foi maior sobretudo porque, depois de consolidarem o poder, os soviéticos recusaram recebê-la.

Desde cerca de 1920, a perseguição agravara-se, não só contra os católicos latinos e orientais, mas contra todas as religiões, em nome de um ateísmo militante. O número de vítimas era aterrador e ajudava a compreender a possibilidade dos horrores que os nazis praticariam depois em grande escala.

Por fim, quase toda a presença sacerdotal católica fora eliminada. Permanecia em Moscovo um sacerdote americano ligado à comunidade estrangeira e à representação francesa.

O papa protestou continuamente contra as crueldades soviéticas. Pediu aos católicos reparação pela ofensiva contra Deus e determinou que se rezasse pela Rússia no final das missas rezadas.

Em 1937, publicou a encíclica sobre o comunismo ateu. Para completar a descrição da sua reação às perseguições, é necessário recordar também as declarações sobre os acontecimentos de Espanha e do México durante o seu pontificado.

Estas foram as atividades externas. Como sempre, a parte mais importante da ação papal encontrava-se noutro plano. A chave de todo o governo de Pio XI está nos dois temas que desenvolveu durante dezassete anos: a paz só pode chegar através do reinado de Cristo sobre toda a vida humana, e cada católico tem o dever apostólico de agir como católico no meio em que Deus o colocou.

«Cristo Rei» e «Ação Católica» foram as ideias centrais do pontificado e a resposta proposta aos problemas da época.

Pio XI morreu em 10 de fevereiro de 1939, depois de alguns dias de doença, entre os acordos de Munique e o começo da nova guerra. O conclave elegeu rapidamente o seu secretário de Estado, o cardeal Eugenio Pacelli, que tomou o nome de Pio XII.

Quaisquer que sejam as glórias ou as amarguras que o futuro reserve a este pontificado, que, no momento em que estas linhas foram revistas, conta catorze anos,^[44] a história associará o nome de Pio XII a um imenso trabalho pela paz.

Nos meses críticos entre a eleição e o início da guerra, fez seis apelos públicos aos povos. Eram apelos ponderados e comoventes, vindos de um estadista experiente e de um coração cheio de compaixão pelos milhões de inocentes ameaçados.

A missão de paz confiada por Cristo era-lhe mais preciosa do que a própria vida. Agiu continuamente através dos canais diplomáticos disponíveis. Mas a sorte da humanidade estava outra vez entregue aos maus, e os inocentes pagariam pela incompetência e pela indiferença moral dos governantes de ambos os lados.

A guerra começou. Pio XII, profundamente atingido pelo sofrimento humano, não abandonou o seu trabalho. Nos primeiros dezasseis meses do conflito, fez cerca de trinta apelos aos povos.

Esses apelos não eram simples manifestações de emoção humanitária. Resultavam de uma inteligência realista e estavam enraizados numa grande tradição jurídica. Em conjunto, constituíam uma advertência para que a civilização ocidental regressasse aos ideais do direito que a tinham elevado.

A necessidade absoluta do respeito pela lei, os direitos inalienáveis das pessoas, os direitos das nações, por mais pequenas que fossem, a maldade do Estado tirânico, a natureza da verdadeira democracia e a eliminação da mentira e da meia-verdade na política eram os temas fundamentais.

O papa reconhecia que grande parte da vida política assentava em mentiras e meias-verdades. Ao expor esses problemas com clareza e ao usá-los como base do esforço pela paz, cumpria a sua missão.

Recebeu elogios e manifestações de aprovação de meios onde, durante séculos, a simples referência ao papa provocara desconfiança. Dos Estados totalitários, cujos sistemas voltara a condenar, vieram insultos, calúnias e ameaças. Continuavam a vir, no momento em que o autor escrevia, do governo que mantinha a Rússia submetida.

Os discursos de Pio XII ofereciam uma orientação ponderada sobre os problemas mais urgentes. Afirmavam de forma constante, explícita e detalhada que o cristianismo era a resposta ao problema moral subjacente às questões técnicas da política e da diplomacia.

Sabendo que a Igreja fora colocada no mundo como sal, para o preservar, o papa procurava impedir que esse sal perdesse o sabor.

Recordava aos católicos que a justiça social e internacional era uma questão de consciência, e não apenas um ideal político.

Em encíclicas como *Summi Pontificatus* e *Mystici Corporis Christi*, exortava-os a uma prática mais forte e mais verdadeira da fé, fundada numa compreensão mais profunda do seu significado. Deve mencionar-se também a importância da encíclica *Divino Afflante Spiritu* para os estudos bíblicos.

A paz só pode chegar através da justiça, do triunfo do que é justo e da prática do que é devido. Os católicos, antes de todos e mais do que todos, devem praticar essa justiça. Este parece ser o princípio central do esforço de Pio XII por um mundo melhor.

Nesse trabalho, convidava todos os homens de boa vontade a permanecer ao seu lado, procurando «fazer a obra da verdade na caridade». A sua ação constituía um exemplo notável dessa caridade universal.

Isso era reconhecido, pelo menos, pelo mundo das pessoas comuns e boas, de quem Lincoln dizia que Deus devia gostar muito, a julgar pelo grande número que criara.

APÊNDICE

O pontificado de João XXIII

Quando Pio XII morreu, em 9 de outubro de 1958, o presidente Eisenhower declarou: «O mundo ficou mais pobre com a morte de Pio XII. A sua vida foi inteiramente dedicada a Deus e à humanidade. Foi um baluarte contra a tirania, amigo e benfeitor dos oprimidos, cuja mão caridosa esteve sempre pronta a ajudar as infelizes vítimas da guerra. Defendeu concretamente uma paz justa entre as nações e, graças à sua profunda visão, acompanhou um mundo em rápida transformação, sem nunca perder de vista o destino eterno da humanidade.»

Pouco depois, estava eleito o sucessor de Pio XII, o pontífice cuja personalidade impressionante dominara o cenário mundial durante os anos sangrentos da Segunda Guerra Mundial e o difícil período de reconstrução que se seguiu.

Depois do «Pastor Angélico», coube ao patriarca de Veneza, Angelo Giuseppe Roncalli, tomar o leme da barca de Pedro. Escolheu o nome de João, tornando-se o vigésimo terceiro papa a usá-lo, um número sem paralelo entre os nomes pontifícios, «para esconder a pequenez do nosso nome atrás desta magnífica sucessão de pontífices romanos».

A missão de cada papa é a mesma que o primeiro, São Pedro, recebeu de Cristo: governar a Igreja. Isso não impede que o ministério e o ensino de cada um recebam uma expressão própria, marcada pelas qualidades humanas de quem é escolhido para tão elevada função.

Existem diferenças e até contrastes entre Pio XII e João XXIII quanto à origem, à constituição física e ao temperamento. O primeiro vinha de uma família patricia romana; o segundo, de uma humilde família camponesa. Pio XII era alto, magro e de aparência delicada; João XXIII, de estatura mediana, corpulento e saudável. Um era austero e extremamente metódico; o outro estava sempre disposto a uma observação bem-humorada e dava pouca importância à etiqueta do Vaticano.

Pio XII despertava admiração e inspirava amor filial. João XXIII inspira amor filial e desperta admiração. A ordem dos sentimentos muda, mas o resultado é o mesmo. Foi precisamente através deste contraste de temperamento e de atitudes que João XXIII conseguiu, em muito pouco tempo, compensar a perda lamentada pelo presidente Eisenhower por ocasião da morte do seu antecessor.

É difícil imaginar Pio XII a fazer o que João XXIII fez no dia seguinte ao da eleição: saiu sozinho para passear pela Cidade do Vaticano. Ao passar pelo ascensorista, pediu-lhe que mantivesse «esta gaiola sempre a funcionar bem, porque eu, que não sou magro, vou precisar dela muitas vezes».

Quando viu o farmacêutico, exclamou: «Aqui está o homem dos comprimidos!» Ao capitão dos gendarmes pontifícios, que se apressara a ajoelhar ao vê-lo sair inesperadamente, disse com afabilidade: «Levante-se, levante-se. Afinal, o senhor é capitão e eu sou apenas sargento...» Referia-se ao posto que ocupara quando fora mobilizado durante a Primeira Guerra Mundial.

As histórias de João XXIII serão, portanto, tão numerosas como as de Bento XIV ou de São Pio X.

Não se pense que se trata apenas de humor sem uma finalidade. Nunca foi essa a intenção do padre Roncalli, do monsenhor Roncalli, do núncio Roncalli, do cardeal Roncalli e, muito menos, do papa Roncalli. Pelo contrário, é um meio eficaz de evangelização, uma manifestação de bondade à qual é difícil resistir. Não há ironia nem malícia.

Também não se deve confundir essa afabilidade com uma inteligência mediana ou uma vontade fraca. Os que, ao verem um homem de quase setenta e sete anos subir à cátedra de São Pedro, se apressaram a classificar o seu pontificado como «de transição» depressa perceberam que há transições que deixam uma herança duradoura.

João XXIII sempre se dedicou com entusiasmo aos estudos históricos. Nos primeiros anos do sacerdócio, ensinou história da Igreja, apologética e patrística. A sua principal obra publicada é constituída por cinco grandes volumes sobre as visitas pastorais de São Carlos Borromeu, o extraordinário

bispo de Milão, à região onde o papa nasceu. O último volume desta importante monografia foi preparado durante a noite, já depois da eleição pontifícia.

A firmeza com que toma as decisões mais difíceis revela o seu caráter. Um exemplo é a posição adotada perante a Igreja nacionalizada da China comunista, onde alguns bispos, por oportunismo ou medo, se tinham revoltado contra a Sé Apostólica. A decisão foi tomada com profunda angústia, mas sem hesitação.

E que dizer da atenção às coisas aparentemente pequenas, mas de grande importância? Quis que os funcionários da Cidade do Vaticano recebessem salários superiores aos dos trabalhadores italianos, já considerados bons. Noutra ocasião, ao celebrar missa na Capela Paulina para o corpo diplomático, mandou entrar também os motoristas que tinham ficado no exterior, junto dos automóveis.

Os dois grandes marcos do pontificado de João XXIII serão, sem dúvida, a realização do Vigésimo Primeiro Concílio Ecuménico, depois de uma preparação cuidadosa, e a publicação da encíclica social *Mater et Magistra*, comemorativa dos setenta anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII.

O Vigésimo Primeiro Concílio Ecuménico, o segundo a realizar-se no Vaticano, foi anunciado pelo papa em janeiro de 1959. A preparação incluiu o estudo de cerca de dez mil páginas de respostas recebidas de todo o mundo. Comissões especiais examinaram-nas e enviaram os resultados a uma Comissão Central, cujas reuniões eram presididas pelo próprio papa.

Na primeira dessas reuniões, depois de distribuir os assuntos para exame e discussão, João XXIII disse: «Agora, trabalhemos. Estou aqui como Jesus no meio dos doutores, no templo.»

O concílio começará em 11 de outubro e reunirá cerca de três mil bispos, superiores de congregações religiosas e teólogos. Representantes de outras confissões cristãs assistirão também à grande assembleia, onde serão discutidas questões de doutrina, moral e disciplina.

O que poderá o próximo concílio realizar? Seria ilusório esperar a conversão de todo o mundo ou o desaparecimento de todos os males da Terra. Poderá, porém, trazer benefícios extraordinários à humanidade. Esses benefícios dependerão, em parte, do saber humano, mas muito mais da luz divina. Por isso, o papa não se cansa de recomendar a oração pelo êxito do concílio.

A encíclica *Mater et Magistra*, publicada em maio de 1961, foi recebida em todo o mundo com grande interesse e profunda simpatia. Mais de um ano depois, esses sentimentos, longe de diminuir, continuam a intensificar-se.

É um documento esclarecedor e benéfico, que examina profundamente a importante questão a que se dedica. Só uma leitura deformada por ideias preconcebidas e por uma conduta pouco reta pode deturpar o seu sentido.

Depois de esclarecer e desenvolver os ensinamentos sempre atuais da *Rerum Novarum* sobre a socialização, a remuneração do trabalho, a dignidade do trabalhador e a propriedade privada, a *Mater et Magistra* aborda os «novos aspetos da questão social».

Começa pela agricultura, apresentada como um setor menos desenvolvido, e trata do regime fiscal, da defesa dos preços e das empresas agrícolas. Examina depois as exigências de justiça nas relações entre países com diferentes níveis de desenvolvimento económico, o crescimento demográfico e a colaboração à escala mundial.

A encíclica termina elevando a reflexão: a questão social não é apenas um problema de alimentação e de necessidades materiais. É necessário considerar o ser humano na sua totalidade, composto de corpo e alma, peregrino na Terra e cidadão do Céu.

Para concluir e resumir a figura e a atividade de João XXIII, pastor supremo da Igreja e papa do Vigésimo Primeiro Concílio Ecuménico, nada melhor do que os seguintes excertos do discurso que pronunciou na Praça de São Pedro, em 21 de junho deste ano, festa do Corpo de Deus, depois da procissão do Santíssimo Sacramento:

«A festa do Corpo de Deus aponta para uma grande meta do santo empreendimento do concílio, a que nos dedicamos há mais de três anos.»

«Peçamos ao Céu clareza e firmeza no entendimento entre os povos e o êxito dos esforços pacíficos destinados a promover o verdadeiro progresso da civilização. As vontades orientadas com retidão saberão vencer as armadilhas do mal, as tentações do egoísmo e a fraqueza da preguiça. Aos homens que temem a Deus surgirá a visão da terra dos vivos, de que o avanço da Igreja procura ser imagem, levando ao mundo inteiro os primeiros ecos, misteriosos e suaves, da Cidade de Deus.»

Padre José Valsania, D.C.

Catanduva, julho de 1962.

NOTAS

[1] Segundo estatísticas recentes, esse número ultrapassa hoje os quinhentos milhões. Nota da edição de 1962.

[2] G. M. Trevelyan, *British History in the Nineteenth Century and After*, 1937, p. vii.

[3] Ver as cartas aos Colossenses e aos Efésios, a Primeira e a Segunda a Timóteo, a Segunda de Pedro e a de Judas.

[4] Isto é, pelo menos a partir de finais do século I. Antes dessa data, é provável que as igrejas fossem dirigidas por colégios de bispos, sob a autoridade dos apóstolos.

[5] Mateus 16,18–19.

[6] De uma só substância com o Pai.

[7] Daí o nome de «monofisitas», dado tanto a Eutiques como aos cristãos do Egito que, depois da definição de Calcedónia, em 451, continuaram ligados à terminologia de Cirilo, que falava de «uma só natureza encarnada» do Logos.

[8] «Não é um concílio», disse o papa sobre esta assembleia, «mas uma cova de ladrões — *latrocinium*.» Foi com o nome de *Latrocínio* que ficou conhecida na história.

[9] *Capitula*, em latim, significa «capítulos». Daí o nome de *Três Capítulos* dado a esta controvérsia.

[10] Os concílios de 553 e de 680, o quinto e o sexto. Daí o nome de *Quinisexto*, por vezes dado ao concílio de 692.

[11] Tixeront, *Histoire des dogmes*, III, pp. 2–3.

[12] É o Segundo Concílio de Niceia.

[13] Os outros dois são São Leão I, de 440 a 461, e São Gregório I, de 590 a 604.

[14] No mesmo período, houve quarenta e oito papas!

[15] O único inglês que ocupou o trono papal.

[16] É o Terceiro Concílio do Latrão.

[17] É o Quarto Concílio do Latrão, realizado em 1215.

[18] Foi o seu sucessor, Honório III, quem aprovou a ordem em 1216.

[19] Herdeiro do imperador Henrique VI, falecido em 1197.

[20] Deve notar-se o crescente nepotismo: Inocêncio era parente de Clemente III; Gregório era parente de Alexandre IV, e este de Bonifácio VIII.

[21] Com exceção dos dezassete dias do pontificado de Celestino IV, em 1241.

[22] Segundo Concílio de Lião.

[23] Quinto Concílio do Latrão.

[24] Dos 134 cardeais nomeados pelos sete papas franceses entre 1305 e 1378, 113 eram seus compatriotas.

[25] Adriano VI nasceu em 1459.

[26] Pio III.

[27] O escândalo estava no modo como a indulgência era pregada, na forma como se recolhia o dinheiro e no destino de uma grande parte das receitas. Estas serviam para pagar aos credores uma importante soma, com juros, que o jovem arcebispo de Mogúncia tivera de entregar a Roma para obter autorização para ser, ao mesmo tempo, arcebispo de Magdeburgo.

[28] Este cardeal foi enviado a Inglaterra seis anos depois para presidir, juntamente com Wolsey, ao julgamento do pedido de declaração de nulidade do casamento de Henrique VIII.

[29] São Caetano e Gian Pietro Carafa, o futuro papa Paulo IV.

[30] Ver Henri Bremond, *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, dez volumes.

[31] Conhecida em França como Congregação dos Lazaristas e, em Inglaterra e na Irlanda, como Congregação dos Vicentinos.

[32] Um dos primeiros lugares onde esta devoção foi pregada foi o palácio real de Londres. A partir de 1676, Cláudio de La Colombière exerceu ali, durante algum tempo, as funções de capelão da duquesa católica de York, Maria de Módena.

[33] Os leitores de Newman recordarão as numerosas ocasiões em que a ausência de universidades católicas suscitou os seus comentários amargos.

[34] Apenas no domínio político.

[35] Pio VII, de 1800 a 1823; Leão XII, de 1823 a 1829; Pio VIII, de 1829 a 1830; Gregório XVI, de 1831 a 1846; e Pio IX, de 1846 a 1878.

[36] Metade dos monges saiu sem resistência, enquanto todas as comunidades femininas resistiram até ao fim.

[37] F. A. Simpson, *Louis Napoleon and the Recovery of France*, 1925, p. 57.

[38] Esta missão ficou conhecida nos livros como a «invasão dos jesuítas».

[39] O mesmo fenómeno verificou-se nas colónias britânicas, sobretudo na Austrália.

[40] «Estamos mais verdadeiramente sob o poder de outro do que sob o nosso próprio poder.»

[41] Os acontecimentos são demasiado recentes e as fontes ainda pouco acessíveis para que se possa considerar uma história plenamente estabelecida aquilo que sobre eles se escreveu.

[42] Lema da Arqu Abadia de Monte Cassino: «Cortada, volta a reverdecer.»

[43] O original emprega a palavra «curul»: cadeira portátil, dobrável, com pernas curvas e decoração de marfim, reservada, na Roma antiga, aos mais altos dignitários.

[44] O pontificado terminou em 9 de outubro de 1958, com a morte de Pio XII. Nota da edição.